



RESULTADOS ANUAIS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



ÍNDICE

I – RELATÓRIO DE GESTÃO	3
DESTAQUES	3
INTRODUÇÃO	4
1. O GRUPO SOARES DA COSTA	5
1.1 Perfil	5
1.2 Estratégia	11
2. ENQUADRAMENTO	12
3. FACTOS RELEVANTES DO ANO	15
4. ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	16
5. DESEMPENHO POR ÁREAS DE NEGÓCIO	22
5.1 Construção	22
5.2 Concessões	34
5.3 Imobiliário	41
5.4 Energia Própria	42
6. CONTAS INDIVIDUAIS	44
7. RECURSOS HUMANOS	45
8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	48
9. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	49
10. SOARES DA COSTA NA BOLSA	51
11. CARTEIRA DE ENCOMENDAS E PERSPETIVAS	53
12. FACTOS SUBSEQUENTES	56
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57
14. NOTA FINAL DE RECONHECIMENTO	57
15. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	57
II - ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO	59
1. Participações e Transações dos Titulares dos Órgãos Sociais e Dirigentes	59
2. Lista dos Titulares de Participações Qualificadas	59
3. Outras Informações Legais	60
4. Relatório do Governo da Sociedade	60
III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	99
IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	164
V – PARECERES E CERTIFICAÇÕES	194

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

DESTAQUES

- Volume de negócios consolidado foi de 873,5 milhões de euros em 2011, ligeiramente inferior (-2,2%) ao valor de 2010;
- Indicadores operacionais cresceram, evoluindo favoravelmente, mas resultado financeiro piorou:
 - EBITDA de 94,1 milhões de euros superou em 6,6% o valor do ano anterior, e aumentou a margem para 10,8% (+0,9 pontos percentuais);
 - Resultado operacional (EBIT) de 58,9 milhões de euros, subiu 18,0%;
 - Resultado financeiro situou-se em -51,8 milhões de euros, agravando-se relativamente a 2010 (-33,5 milhões);
- Resultado antes de impostos atinge 7,1 milhões de euros, inferior em 56,7% ao valor de 2010;
- Resultado consolidado do exercício atribuível ao Grupo desceu para 2,4 milhões de euros (-84,8%);
- Resultado Líquido Individual de 0,9 milhões de euros (27,7 milhões de euros em 2010).

Indicadores Financeiros Consolidados

Consolidado (milhões de euros)	2011	2010	Var.
Volume de Negócios	873,5	893,5	-2,2%
Portugal	328,9	380,2	-13,5%
Mercado Externo	544,7	513,3	+6,1%
EBITDA	94,1	88,2	+6,6%
Margem EBITDA	10,8%	9,9%	+0,9 p.p.
Resultados Operacionais	58,9	49,9	+18,0%
Margem Operacional	6,7%	5,6%	+1,1 p.p.
Resultados Financeiros	-51,8	-33,5	+54,4%
Result. Antes de Impostos	7,1	16,4	-56,7%
Result. Exerc. Atribuível ao Grupo	2,4	15,6	-84,8%

INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da sociedade Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., no cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e dos estatutos, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

É convicção deste Conselho que estes documentos expõem fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da sociedade Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A. e do respetivo grupo empresarial que esta sociedade lidera, bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

O relatório anual sobre as práticas de governo da sociedade e apoio ao Investidor («Corporate Governance»), elaborado nos termos do Regulamento da CMVM nº 1/2010, a lista dos acionistas com participações qualificadas e bem assim as participações na sociedade detidas pelos membros dos órgãos sociais, são apresentados como anexos a este relatório de gestão, dele fazendo parte integrante.

No Relatório, por simplicidade, são usadas abreviaturas e expressões que têm o seguinte significado:

PC&NE: “Políticas Contabilísticas e Notas Explicativas” que integra as Demonstrações Financeiras Individuais e/ou Consolidadas

EBIT: Resultado Operacional

EBITDA: Meios libertos operacionais = Resultado Operacional + Amortizações do Exercício + Provisões e ajustamentos de valor, líquidos de reversões

AN: Área de Negócios

VN: Volume de Negócios, correspondente à soma de Vendas e Serviços Prestados

DPFC: Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Net-Debt: Endividamento Líquido Remunerado= Empréstimo Obrigacionista + Empréstimos bancários + Empréstimos obtidos + Credores leasing + Letras Descontadas - Caixa e seus equivalentes

1. O GRUPO SOARES DA COSTA

1.1 PERFIL

Quem somos

O Grupo Soares da Costa é um dos maiores grupos económicos do setor da construção e obras públicas em Portugal. Para além da atividade no mercado nacional, que se estende a todo o território incluindo regiões autónomas, a Soares da Costa tem uma forte componente internacional, mantendo presença permanente nos EUA, Angola e Moçambique e pontual noutros países. Atualmente, também a Roménia, Brasil, S. Tomé e Príncipe, Costa Rica e países do Magreb Central são mercados de intervenção das participadas da sociedade. Em termos mundiais a Soares da Costa posiciona-se em 104º lugar no ranking dos «International Contractors» (volume de negócios fora do país de origem), elaborado pela revista norte-americana Engineering News Record's (2011).

A Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A. é a sociedade gestora de participações sociais que lidera o grupo económico Soares da Costa, cuja estrutura empresarial, em finais de 2002, ficou alicerçada em quatro outras sociedades gestoras de participações sociais, encabeçando cada uma das quatro áreas de negócios em que a atividade do Grupo passou a ficar organizada: Construção, Concessões, Indústria e Imobiliária. A Indústria acabou por perder autonomia enquanto segmento específico de atividade concretizando-se em 2011 a fusão por incorporação da respetiva sociedade gestora de participações sociais na similar da área de Construção.

Referências Históricas

As origens do Grupo remontam a 1918, quando uma pequena empresa que se dedicava à execução de acabamentos de alta qualidade e pinturas a ouro fino foi fundada no Porto. Nas décadas seguintes a empresa expandiu-se fortemente em termos de competências, alcançando a liderança no setor na zona norte do país mas simultaneamente alargando a sua atividade a todo o território. A década de 80 é crucial para o desenvolvimento do Grupo, iniciando-se o seu processo de internacionalização: primeiro entrando na Venezuela e mais tarde Egito, Guiné-Bissau, Angola, Nigéria, Moçambique, Iraque, Argélia, Guiana, Cabo Verde, Macau, Espanha, Alemanha e Estados Unidos da América. Em finais de 1986 a sociedade passa a ter as suas ações admitidas a cotação na Bolsa de Valores de Lisboa (hoje Euronext Lisbon).

A década seguinte é marcada pela crescente especialização da empresa em grandes projetos de engenharia e obras públicas e pela consolidação de uma forte estratégia de internacionalização e diversificação da atividade, que são características do Grupo ainda hoje. O crescimento da atividade leva, em 2002, a uma reestruturação e reorganização da empresa sendo constituída uma sociedade gestora de participações sociais, a Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., com capital social de 160 milhões de euros, ramificada segundo as diversas áreas de atividade em quatro outras sociedades gestoras de participações sociais: construção, concessões, indústria e imobiliária.

A partir de meados de 2006 altera-se a estrutura acionista da sociedade, com a saída da família fundadora e a entrada de um novo accionista maioritário, a Investifino – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., após a concretização de uma oferta pública de aquisição de ações em janeiro de 2007.

Já após a mudança acionista, no plano estratégico “Ambição Sustentável 2007-2012”, apresentado em outubro de 2007, o Grupo seleciona as áreas de Construção e Concessões/Serviços como áreas estratégicas de atuação futura sendo uma das seis linhas de desenvolvimento definidas a adequação consequente do seu portfolio de negócios. Nesse âmbito inseriram-se as operações, ocorridas durante 2008, de aquisição das empresas de construção – Contacto (Portugal) e Prince (Estados Unidos) e o reforço da participação na concessionária de autoestradas Scutvias.

O plano estratégico “Ambições Renováveis 2014”, realinhou as orientações estratégicas do Grupo, salientando-se a componente de diversificação de negócios, estratégia em que se inseriu em finais de 2010 a aquisição de uma participação de controlo no capital da Energia Própria.

Em 2011, a gestão do Grupo, tal como adiante será desenvolvido em seção própria, e tendo em conta as substanciais alterações do contexto macroeconómico, a escassez de meios de financiamento e a forte contração do mercado de construção doméstico, procedeu ao ajustamento do plano estratégico.

Órgãos Sociais

A composição atual dos órgãos sociais é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral:

Fernando Enes Gaião (Presidente)
João Pessoa e Costa (Secretário)

Conselho de Administração:

Manuel Roseta Fino (Presidente)
António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques (Vogal executivo)
Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos (Vogal executivo)
Jorge Domingues Grade Mendes (Vogal Executivo)
António Manuel Formigal de Arriaga (Vogal não executivo independente)
António Pereira da Silva Neves (Vogal não executivo)
Carlos Moreira Garcia (Vogal não executivo independente)
José Manuel Baptista Fino (Vogal não executivo)
Martim Salema de Sande e Castro Fino (Vogal não executivo)
PARINAMA - Participação e Investimentos, SGPS, SA, pessoa colectiva nº 509 016 987, que nomeou Ana Maria Martins Caetano para exercer o cargo em nome próprio (Vogal não executivo).

Conselho Fiscal:

Júlio de Lemos de Castro Caldas (Presidente)
Carlos Pedro Machado de Sousa Góis
Joaquim Augusto Soares da Silva
Júlio de Jesus Pinto (Suplente)

Revisor Oficial de Contas:

Grand Thornton Associados, SROC, Lda, representada por Jorge Bento Martins Ledo.

Comissão de Remunerações:

José Manuel Baptista Fino (Presidente)
António Jorge Gonçalves Afonso
João Pessoa e Costa

Por deliberação do Conselho de Administração de 26 de abril de 2010 foram nomeados, **Secretário da Sociedade** e Secretário Suplente, respetivamente, Jorge Manuel de Oliveira Alves e Pedro Miguel Tigre Falcão Queirós.

As alterações ocorridas durante o exercício a que respeita este relatório foram as seguintes: em 28 de julho de 2011 o Dr. Pedro Manuel de Almeida Gonçalves apresentou a renúncia ao cargo de Administrador e, por decorrência, ao cargo que exercia de Presidente da Comissão Executiva, com efeito a partir de 30 de agosto de 2011; naquela mesma data, o Dr. António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Executiva com efeito a partir da data de cessação de funções do Dr. Pedro Gonçalves; no dia 30 de agosto de 2011, o Eng. Jorge Domingues Grade Mendes foi cooptado para Vogal do Conselho de Administração e procedeu-se à recomposição da Comissão Executiva que passou a ser a seguinte:

- Dr. António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques – Presidente (CEO);
- Dr. Pedro Gonçalo de Sotto-Major de Andrade Santos – Vogal;
- Eng. Jorge Domingues Grade Mendes – Vogal.

Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2011, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

Manuel Fino, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto (*)
Indiretamente através da Investifino-Investimentos e Participações SGPS, S.A.	113.302.682	70,814%	71,042%
Total Imputável	113.302.682	70,814%	71,042%

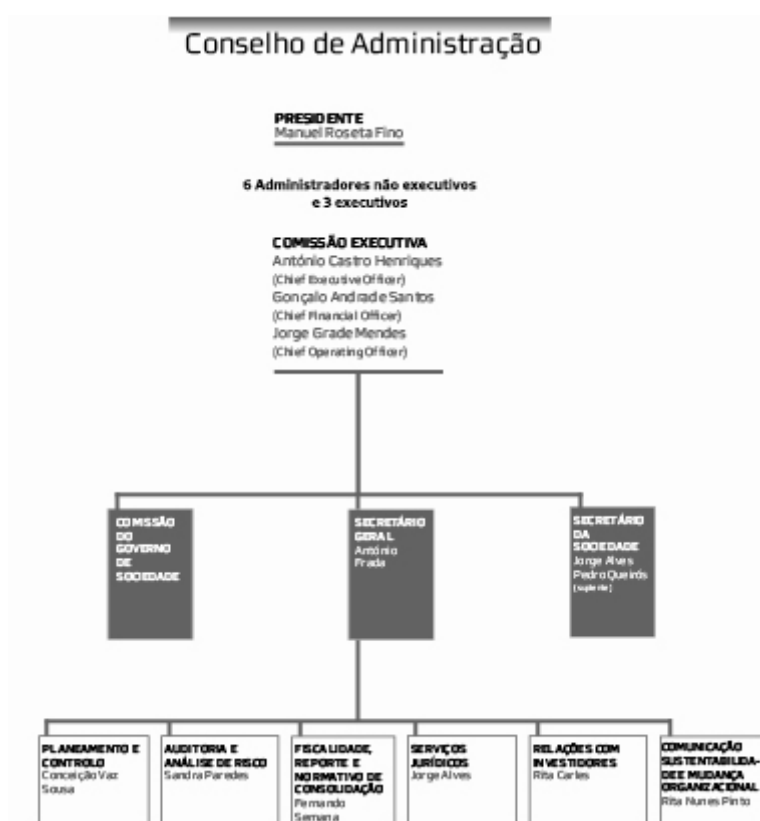
PARINAMA – Participações e Investimentos, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto (*)
Diretamente	17.600.000	11,000%	11,035%
Total Imputável	17.600.000	11,000%	11,035%

Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto (*)
Indiretamente através:			
Fundo Santander Ações Portugal	2.930.324	1,831%	1,837%
Fundo Santander PPA	312.634	0,195%	0,196%
Total Imputável	3.242.958	2,027%	2,033%

(*) Considera o efeito de 5.518 ações preferenciais sem voto e bem assim da existência de 507.292 ações próprias a 31 de dezembro de 2011

Governo do Grupo

- Estrutura Organizativa

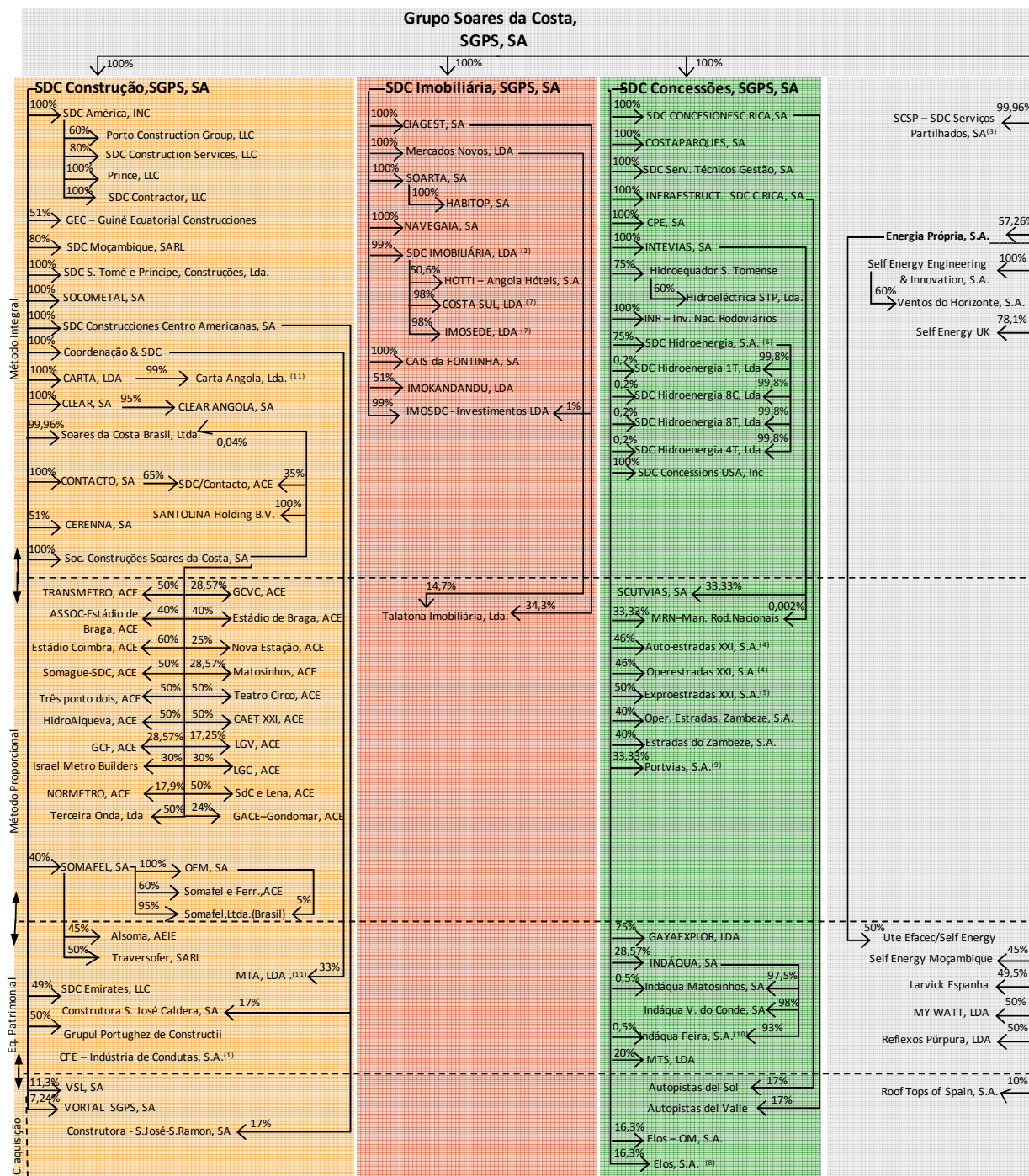


- Organograma do Grupo

Por sua vez, a estrutura de participações financeiras que compõem o Grupo Soares da Costa pode ser representada pelo organograma seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



(1) Sociedade detida em 33,33% pela Clear – Instalações Electromecânicas, S.A..

(2) Adicionalmente, a Ciagest, SA detém uma participação de 1% no capital social da SDC Imobiliária, Lda.

(3) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, a Ciagest, SA, a Clear, SA e a SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA detém, cada uma, 0,01% do capital social da SCSP – Soares da Costa Serviços Partilhados, SA.

(4) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. detém uma participação de 4% no capital social da Auto-estradas XXI, S.A. e Operestradas XXI, S.A..

(5) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. detém uma participação de 0,004% no capital social da Exproestradas XXI, S.A..

(6) Adicionalmente, a SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA e a Hidroequador Santomense detém, cada uma, 0,002% do capital social da SDC Hidroenergia, S.A.

(7) Adicionalmente, a Clear Angola, S.A. detém 2% do capital social da Costa Sul, Lda. e da Imosede, Lda..

(8) Sociedade detida em 16,302% pela Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A. e em 0,002% pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.

(9) Adicionalmente, a Intevias – Serviços e Gestão, S.A. detém 0,002% do capital social da Portvias, S.A..

(10) Adicionalmente, a Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. detém uma participação de 0,5% do capital social da Indáqua Feira, S.A..

(11) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA detém uma participação de 1% do capital social da MTA, LDA. e do capital social da Carta Angola, LDA.

Novas participações e alterações no perímetro de consolidação durante o exercício de 2011

- i) Inclusão da *Soares da Costa Brasil – Construções, Ltda.*, uma sociedade de direito brasileiro constituída em janeiro de 2011 e detida pelo Grupo em 100%, cujo objeto social é a construção civil em geral, em particular nas áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica, por administração ou empreitada, bem como a elaboração de projetos, cálculos e estudos, compra e venda de bens móveis, imóveis e materiais de construção, incorporações imobiliárias, concessão de serviços públicos e de utilidade pública e atividades afins às mencionadas, sempre visando práticas sustentáveis na construção civil para a redução do consumo de energia e outras soluções ecológicas para a preservação do meio ambiente;
- ii) Inclusão no perímetro de consolidação de *Soares da Costa e Lena, A.C.E.*, um agrupamento complementar de empresas constituído em março de 2011 e detido pelo grupo em 50%, que tem por objeto melhorar as condições de exercício, a otimização de meios e o resultado da atividade económica das agrupadas, através da realização em conjunto de todos os atos, materiais e jurídicos, necessários à execução de todos os trabalhos de construção civil relativos à empreitada de construção do lote 2, numa extensão de 52,206 Km., do troço Poceirão – Caia do corredor da linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid;
- iii) Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade Cerenna – Cerâmica Nacional de Angola, S.A., uma sociedade detida pelo grupo em 51%, cujo objeto social é a produção e comercialização de telhas, tijolos, abobadilhas e outros artefatos de barro vermelho ou branco, bem como, a implementação e/ou gestão de projetos de investimento e desenvolvimento relacionados com a indústria mineira e derivados, cerâmica, metalo-mecânica, comércio, importação e exportação, tecnologias de informação, transportes, hotelaria, e turismo, construção civil e industrial, imobiliária, formação profissional, representações, intermediação, gestão e exploração de imóveis ou empreendimentos imobiliários, próprios ou alheios, incluindo a sua exploração comercial ou turística;
- iv) Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade Santolina Holding B.V., sociedade constituída em abril de 2011 e detida pelo grupo em 100%, cujo objeto social é a incorporação, participação, condução da gestão e aquisição de participações financeiras noutras empresas, prestação de serviços administrativos, técnicos, financeiros, económicos ou de gestão a outras empresas ou pessoas, aquisição, alienação, gestão e exploração de bens móveis e imóveis, incluindo patentes, marcas, licenças, permissões e propriedade industrial e outros direitos, emprestar e/ou pedir emprestado dinheiro, atuar como fiador ou avalista, desempenho e promoção de todas as atividades que direta ou indiretamente se relacionem com este objeto.
- v) Reforço da participação no capital da sociedade Coordenação & Soares da Costa, SGPS, Lda., sociedade que passou a ser totalmente detida pelo Grupo;
- vi) Fusão por incorporação da Soares da Costa Indústria, SGPS, S.A. na Soares da Costa Construção, SGPS, S.A., e consequente migração de todas as participações financeiras por esta detidas para a área de negócio da Construção;
- vii) Alienação da participação na sociedade Mini Price Hotels (Porto), S.A., sociedade que era detida pelo Grupo em 34%;
- viii) Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade Terceira Onda Planeamento e Desenvolvimento LTDA, uma sociedade de direito brasileiro, constituída em 10 de fevereiro de 2011, detida pelo grupo em 50%, que tem por objeto o planeamento, desenvolvimento, gestão e elaboração de projetos, consultoria e execução de obras de engenharia civil, serviços de elétrica e mecânica, relativos aos empreendimentos nas unidades de Rio Branco – PR e de São Luiz – MA, da empresa Votorantim

- Cimentos, S.A., nos termos indicados no Edital para Contratação de Serviços de Construção de 20 de setembro de 2010;
- ix) Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade MY WATT, LDA, uma sociedade detida pela Energia Própria, S.A. em 50% e que tem por objeto a instalação, exploração, operação e manutenção de centrais solares;
 - x) No âmbito da reorganização do Grupo Vortal: transmissão por venda das ações detidas na Vortal – Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A., e aquisição da participação no capital social da sociedade Vortal SGPS, S.A. na percentagem correspondente à participação antes detida na Vortal – Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.;
 - xi) Fusão no Grupo Energia Própria: a Energia Própria, SGPS, S.A., holding do grupo *Self Energy*, fusionou por incorporação, durante o exercício de 2011, as suas subsidiárias *Self Energy Serviços de Energia, S.A.*, e *Self Energy Solutions, S.A.*, alterando a denominação social para Energia Própria, S.A. e passando a exercer diretamente atividades económicas;
 - xii) Cessão de 66% do capital social da MTA – Máquinas e Tractores de Angola, Lda., participada que passou a ser consolidada por equivalência patrimonial;
 - xiii) Procedeu-se durante o 4º trimestre de 2011 à extinção jurídica das sociedades, sem atividade, Soares da Costa Desenvolvimento, S.A., MZI, Soc. de Construções, Lda. e Soares da Costa Ambiente e Energia, S.A.“

1.2 ESTRATÉGIA

Visão e Objetivos Estratégicos

Ser um Grupo económico de construção e serviços/concessões de projeção internacional com níveis de rentabilidade e de criação de valor acionistas em linha com as melhores referências mundiais do setor, constituem a visão e objetivos estratégicos do Grupo Soares da Costa.

Missão

A missão do Grupo é a de corresponder às exigências do mercado e dos seus clientes através de um modelo de negócio sustentado, recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos acionistas.

As pessoas, o respeito pelo ambiente e o crescimento económico são os pilares da Soares da Costa. Atuando sempre com sentido ético, responsável e íntegro, o Grupo rege-se pelos seguintes **valores**:

- Manter a orientação permanente para o mercado e a satisfação do cliente;
- Procurar o crescimento pela eficiência e eficácia da gestão;
- Cultura empresarial assente em princípios de equidade e isenção;
- Conduta socialmente responsável;
- Criação de relações duradouras com parceiros a nível nacional e internacional;
- Promoção do respeito pelo ambiente;

Atualização do Plano Estratégico “Ambições Renovadas 2014”

No decurso do segundo semestre de 2011 a gestão do Grupo, considerando as substanciais alterações do contexto macroeconómico, a escassez de meios de financiamento e a forte contração do mercado de construção doméstico, procedeu ao ajustamento e à atualização do plano estratégico.¹

Esta adequação da estratégia passa, em termos genéricos, por um forte enfoque na atividade da construção nas geografias *core* do Grupo. As **linhas de orientação estratégica** a implementar são fortemente orientadas para a **INTERNACIONALIZAÇÃO**, para a **ÁREA DE NEGÓCIO DE CONSTRUÇÃO** e para a **SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA** das atividades. Visando assegurar um nível de crescimento da atividade do Grupo compatível com as condicionantes externas, nomeadamente de índole financeira, protegendo os níveis de rentabilidade e possibilitando, no final do período de aplicação do plano, atingir uma expressiva redução do endividamento, foram selecionados os seguintes vetores de atuação:

- Manutenção do crescimento em África;
- Desenvolvimento do mercado brasileiro por via orgânica, perspetivando uma aquisição a médio prazo;
- Permanência dos Estados Unidos, com enfoque na rentabilidade;
- Adiamento dos investimentos em novos negócios de energia e ambiente;
- Alienação de ativos não estratégicos e/ou maduros;
- Concessões: minimização de necessidades de capital;
- Redução de custos de estrutura.

2. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Análise Geral

O ano de 2011, à escala global, mostrou um enfraquecimento do crescimento e um aumento da incerteza. O produto mundial ter-se-á expandido 4,0%² continuando a ter como motor as economias emergentes, com a Ásia na liderança. A economia mundial vive sob a confluência de dois desenvolvimentos adversos: uma quase estagnação das economias avançadas e um acréscimo da incerteza nos planos financeiro e fiscal. A consolidação fiscal e orçamental prosseguida em muitas das economias mais desenvolvidas tem implicações na procura interna; por outro lado, verificou-se um aumento do ceticismo dos mercados relativamente à capacidade de muitos países estabilizarem a sua dívida pública, preocupações essas mais generalizadas e não só limitadas, como até então, aos países periféricos da Europa.

A economia dos EUA terá tido uma expansão no ano findo de 1,7% estimando-se para 2012 uma taxa de crescimento ligeiramente mais elevada (2,0%), mas ainda abaixo da média histórica. A necessidade de acelerar o processo de consolidação fiscal e orçamental coloca em pressão a despesa pública que deixará de constituir um estímulo ao crescimento, enquanto o investimento empresarial, sendo positivo, tem evoluído de forma tímida. Observa-se um esvaziamento da bolha imobiliária com a redução dos *stocks* e os preços das casas a cair menos, mas tão cedo o setor não constituirá um fator propulsor determinante do crescimento económico.

A Zona Euro, afetada pelas preocupações relacionadas com a dívida pública, viu em 2011 a sua atividade económica muito condicionada. Políticas orçamentais conservadoras e em alguns casos severamente restritivas, a necessidade de aceleração do processo de desalavancagem financeira e o aumento do preço de petróleo conduzem a que o produto revele um fraco crescimento, tendendo expetavelmente em 2012 para a estagnação, com as principais economias, como a Alemanha e a França, a apresentar expansões do produto muito limitadas.

¹ Vide [Comunicado de Informação Privilegiada de 28 de novembro de 2011 no sítio da CMVM](http://www.cmvm.pt) (www.cmvm.pt)

² Projecções do Fundo Monetário Internacional IMF – World Economic Outlook, Setembro 2011

A Economia Portuguesa

O ano de 2011 foi dominado pelo pedido de assistência financeira do Estado português junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, formulado ainda antes do ato eleitoral que conduziria à substituição do partido dominante no Governo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural.

Estas medidas, que se vêm materializando na significativa redução do investimento público e de agravamento fiscal, visando a consolidação orçamental, refletem-se em termos económicos numa contração, em resultado da evolução negativa do consumo privado (em ambas as vertentes de consumo corrente e consumo duradouro). Observa-se igualmente uma contração do investimento, com o indicador da formação bruta do capital fixo (FBCF) a fixar-se em mínimos históricos da série iniciada em 1995, com contributos negativos de todas as componentes: material de transporte, máquinas e equipamentos e construção, sendo mais significativo no último caso.

O bom andamento do comércio internacional de bens, com as exportações a registarem um crescimento assinalável (+15,1 em termos de variação homóloga em novembro, com as importações a reduzirem-se 3,6%) é insuficiente para compensar a forte redução da procura interna³.

Assim, a economia portuguesa contraiu 1,6% em 2011 e o Banco de Portugal no seu Boletim de Primavera, projeta para 2012 uma quebra mais acentuada de 3,4%, seguida de uma estagnação em 2013 (revendo as projeções de -3,1 e +0,3, respetivamente, feitas no Boletim de Inverno de 2011).

Em termos de inflação o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2011 uma taxa de variação média de 3,7% (1,4% em 2010). Este resultado traduz o aumento bastante acentuado do preço dos produtos energéticos e a alteração da taxa do IVA a partir de janeiro de 2011. Já a variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) passou de 1,4% em 2010 para 3,6% em 2011, registando um diferencial face à zona Euro de 0,9 p.p. (-0,2 p.p. no ano anterior)⁴.

O desemprego continua a ser uma variável com evolução preocupante ao nível económico e social. Os dados recentes disponibilizados pelo INE⁵ colocam a taxa de desemprego estimada no 4º trimestre de 2011 em 14,0%, superior em 1,6 pontos percentuais à do trimestre anterior. A taxa de desemprego média anual foi de 12,7% em 2011.

Mercado Interno: O Setor de Construção

Em 2011 os indicadores da evolução do setor da construção traduzem invariavelmente uma progressiva degradação. Assim, o índice de produção na construção apresentou em dezembro findo uma variação homóloga de -12,7% em resultado das variações de -12,2% na construção de edifícios e de -13,1% no segmento da engenharia civil. Este acentuar do ritmo de decréscimo das variações homólogas mensais levou a taxa de variação média nos últimos doze meses do índice global a situar-se em -9,9%, com a construção de edifícios a apresentar uma variação média em novembro de -10,2% ainda pior do que a registada no segmento da engenharia civil (-9,6%)⁶.

Não obstante o habitual desfasamento temporal no ajustamento do mercado de trabalho, o ciclo recessivo setorial inusitadamente longo a que se vem assistindo, traduz-se inevitavelmente na redução do emprego com a taxa de variação média nos últimos doze meses, aferida em dezembro, a situar-se em -10,1%.

³ Segue-se aqui como fonte a Síntese Económica de Conjuntura – dezembro de 2011, INE

⁴ ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, dezembro de 2011, INE 11 de janeiro 2012

⁵ Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2011 – 16 de fevereiro de 2012

⁶ Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção, dezembro de 2011, INE, 10 de fevereiro de 2012

A quebra em valor dos concursos públicos abertos em 2011, que se situou em 29,7%, correspondendo a uma contração de 1,2 mil milhões de euros, face aos 4,3 mil milhões de euros postos a concurso em 2010⁷, leva a crer que este clima recessivo se irá prolongar. Também os licenciamentos de novas habitações e de novos fogos registaram em dezembro reduções homólogas de -25,2% e -35,0% (-21,7% e -29,6% no mês anterior), respetivamente⁸.

Mercado Externo

Uma breve referência ao enquadramento macroeconómico nos principais mercados externos de intervenção direta da sociedade:

- ANGOLA

Em Angola o relatório do FMI datado de 16 de setembro de 2011 relativo à Quinta Avaliação no âmbito do Acordo *Stand-By*, refere que *“o crescimento económico em 2010 e no primeiro semestre de 2011 foi forte, apesar de muito abaixo dos níveis anteriores à crise. As principais condicionantes foram a produção de petróleo abaixo do esperado e a desaceleração no fluxo de créditos e na atividade dos setores afetados pelos atrasos nos pagamentos do governo”*. Ainda assim o mesmo relatório projetava em 7,7% a taxa de crescimento do PIB não petrolífero para 2011; já a estimativa do crescimento do PIB global situa-se em 3,4%.

Com efeito, as estimativas de crescimento da economia angolana continuam a sugerir um forte desempenho ainda que os cenários de fraca performance da economia mundial e a queda verificada na produção de petróleo coloquem incertezas que recomendam prudência nas projeções das taxas de expansão da economia.

O controlo da inflação é uma das prioridades das autoridades. A tendência de descida tem sido conseguida situando-se em novembro a taxa de variação dos preços nos últimos doze meses em 11,3% e assumindo-se como objetivo para 2012 o valor de 10%.

- MOÇAMBIQUE

O país é considerado um caso de sucesso entre as economias africanas e tem assumido um papel cada vez mais importante no contexto da África Austral, atendendo, designadamente ao seu potencial como fornecedor de energia.

Quer fontes internas (OE retificativo de 2011), quer entidades internacionais, projetam taxas de expansão da economia moçambicana para 2011 e anos subsequentes superiores a 7%⁹, acima do crescimento de 6,8% verificado em 2010, já de si uma das expansões mais pronunciadas da África Subsariana.

Esta aceleração do ritmo de crescimento deve-se aos avanços promovidos pelo investimento direto estrangeiro sob a forma de megaprojetos em particular no setor da exploração de recursos minerais, aumento do investimento público e ao bom comportamento do setor agrícola, fatores determinantes para o progresso na concretização do objetivo estratégico global de erradicação da pobreza absoluta do país. Não obstante estes indicadores, importa relevar a dependência ainda muito expressiva deste país da ajuda internacional.

Uma das prioridades ao nível político tem sido o combate à inflação que, no entanto, é afetado por fatores exógenos como o aumento do preço das *commodities* e dos bens alimentares ao nível internacional. A adoção por parte do Banco de Moçambique de medidas monetárias restritivas e o comportamento mais estável da moeda nacional (metical) tem

⁷ Conjuntura da Construção nº 58, Janeiro/2012, FEPICOP

⁸ Síntese Económica de Conjuntura – Janeiro de 2012, 17 de Fev. 2012 INE

⁹ 7,4% ao final do 1º semestre de 2011 segundo declarações proferidas pelo Governador do Banco de Moçambique em [discurso oficial do fim do ano económico de 2011](#)

vindo a possibilitar uma desaceleração da inflação ainda assim a apresentar uma taxa de variação média anual de 11,3% aferida em novembro.

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Como se disse acima a economia dos EUA terá tido uma expansão no ano findo de 1,7% e as projeções para 2012 da taxa de expansão da economia situam-se ao redor dos 2%.

Na área imobiliária as restrições de crédito e os ajustamentos que ainda se verificam no excesso de *stocks* no mercado de habitação levam a admitir um mercado ainda pouco dinâmico, embora o mínimo do ciclo já tenha sido ultrapassado. Por sua vez a política orçamental federal e a de muitos estados, menos expansionista, conduzem a que o investimento público não constitua um grande fator propulsor de crescimento económico.

As respostas aos inquéritos de opinião realizados pela AGC of America (The Associated General Contractors of America) com referência ao setor da construção no Estado da Florida para 2012 são, para a generalidade dos segmentos, conservadoras ou pessimistas (autoestradas, outros transportes, águas/saneamento, edifícios públicos, escritórios, etc.), constituindo o segmento da energia o único em que as respostas de previsível aumento de volume de negócios para 2012 superam as respostas de redução.

Ao nível das parcerias-público-privadas, depois de um ano de 2011 desapontante com um comportamento anémico e a verificação de cancelamentos de projetos designadamente na Florida - Florida High-Speed Rail - e na Georgia - West by Northwest Project - projetos em que o Grupo estava pré-qualificado, espera-se em 2012 uma reanimação em vários campos: projetos de infraestruturas de transportes *greenfield* e *brownfield*, infraestruturas sociais e águas.

- ROMÉLIA

Em 2011 a Roménia obteve um crescimento económico do PIB na ordem de 1,5% e as previsões apontam para uma expansão do produto na ordem dos 4,3% para o ano de 2012.

O setor de construção no país apresentou em 2011 um certo dinamismo suportado essencialmente no desenvolvimento e construção de infraestruturas.

3. FACTOS RELEVANTES DO ANO

- Apresentação dos Resultados de 2010: em 4 de abril de 2011 o Grupo informa sobre os resultados de 2010;
- Realização da Assembleia Geral de Acionistas em 12 de maio de 2011 que entre outras deliberações aprova o Relatório e Contas Consolidadas e Individuais relativos ao exercício de 2010 e aprova a proposta de aplicação do Resultado Líquido individual;
- Adjudicação de obra à Prince: em 30 de junho de 2011 informa-se o mercado sobre a adjudicação de uma obra para ampliação de um troço de autoestrada I-75, na zona de Tampa, na Florida, Estados Unidos, num valor equivalente a 65,4 milhões de euros;
- Alteração da Comissão Executiva – em 28 de julho o Dr. Pedro Almeida Gonçalves apresenta a renúncia ao cargo de Administrador e, por decorrência, ao cargo de Presidente da Comissão Executiva, o que é aceite produzindo efeitos a partir de 30 de agosto de 2011; é nomeado, com efeitos a partir da cessação de funções como administrador do Dr. Pedro Almeida Gonçalves, para o cargo de Presidente da Comissão Executiva o administrador Dr. António Castro Henriques;

- Assinatura da consignação de uma obra, lançada pela Direção Nacional de Infraestruturas Públicas do Ministério do Urbanismo e Construção da República de Angola, à Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, no valor correspondente a 63 milhões de euros, integrada no projeto de requalificação do Município de Sambizanga e Encostas da Boa Vista, em Luanda;
- Primeiras obras contratadas no Brasil: em 19 de agosto de 2011 o Grupo informa que a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA em associação com a empresa brasileira SERPAL, contratou duas empreitadas com a Votorantim Cimentos;
- Adjudicação de um projeto de conceção-construção à Prince, nos Estados Unidos da América: o Florida Department of Transportation (FDOT) anuncia a Prince como vencedora do concurso para um projeto de conceção-construção de substituição do nó de ligação das autoestradas US27 (SR25) e SR 50 em Lake County na Florida. A Prince fez equipa com a subsidiária nos Estados Unidos da empresa inglesa Atkins, uma consultora líder em termos mundiais na área de engenharia e conceção. O projeto ascende ao valor correspondente a 14,5 milhões de euros;
- Em 30 de agosto de 2011 no seguimento da renúncia do Dr. Pedro de Almeida Gonçalves ao cargo de membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração nomeou por cooptação para o cargo de administrador o Eng. Jorge Domingues Grade Mendes, integrando a Comissão Executiva que passa a ter a seguinte composição: Dr. António de Castro Henriques (Presidente), Dr. Gonçalo Andrade Santos e Eng. Jorge Grade Mendes (Vogais);
- Em 20 de outubro de 2011 a sociedade informa que denunciou, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2011, o contrato de liquidez celebrado em 21 de setembro de 2010 com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, SA (cuja posição contratual tinha entretanto sido assumida pelo Banco L. J. Carregosa, S. A.);
- Atualização do plano estratégico. Em 28 de novembro de 2011 o Grupo anuncia a necessidade de atualizar/adaptar a estratégia seguida pelo Grupo em razão do forte agravamento do contexto económico e setorial e a deterioração da disponibilidade de crédito. As linhas de orientação estratégica são assim fortemente orientadas para a internacionalização, para a área de negócios construção e para a sustentabilidade financeira das atividades (vide desenvolvimento na seção 1.2 supra deste Relatório).

4. ANÁLISE DA ATIVIDADE: CONTAS CONSOLIDADAS

Indicadores Financeiros Consolidados

Consolidado (milhões de euros)	2011	2010	Var.
Volume de Negócios	873,5	893,5	-2,2%
Portugal	328,9	380,2	-13,5%
Mercado Externo	544,7	513,3	+6,1%
EBITDA	94,1	88,2	+6,6%
Margem EBITDA	10,8%	9,9%	+0,9 p.p.
Resultados Operacionais	58,9	49,9	+18,0%
Margem Operacional	6,7%	5,6%	+1,1 p.p.
Resultados Financeiros	-51,8	-33,5	+54,4%
Result. Antes de Impostos	7,1	16,4	-56,7%
Result. Exerc. Atribuível ao Grupo	2,4	15,6	-84,8%

Volume de Negócios

O volume de negócios do Grupo atingiu o valor de 873,5 milhões de euros, menos 20 milhões em valor absoluto e 2,2% abaixo do valor registado no ano anterior. Esta redução foi determinada pelo decréscimo acentuado da atividade no mercado nacional, consequência de um quadro macroeconómico e setorial bastante adverso, aliás suficientemente retratado em capítulo anterior deste relatório, e que nem o significativo desenvolvimento ocorrido na construção da infraestrutura da autoestrada Transmontana permitiu compensar.

Já o mercado externo obteve um crescimento global de 6,1% o que, associado ao decréscimo de 13,5% do mercado doméstico, acentua progressivamente a vertente internacional do Grupo passando a quota externa do volume de negócios a representar 62,4% , o que compara com 57,4% em 2010.

Volume de Negócios por Mercados Geográficos

Mercado (milhões de euros)	2011	%	2010	%	Var.
Portugal	328,9	37,6%	380,2	42,6%	-13,5%
Angola	325,4	37,3%	344,8	38,6%	-5,6%
E.U.A.	114,1	13,1%	78,8	8,8%	44,8%
Moçambique	80,4	9,2%	38,3	4,3%	109,7%
Roménia	6,6	0,8%	25,9	2,9%	-74,4%
S. Tomé e Príncipe	2,6	0,3%	6,6	0,7%	-60,9%
Outros Países	15,6	1,8%	18,9	2,1%	-17,6%
Total	873,5	100,0%	893,5	100,0%	-2,2%

Nos mercados externos há a registar crescimentos muito expressivos nos Estados Unidos da América e em Moçambique. Nos Estados Unidos da América o VN atingiu em 2011 um máximo histórico de 114 milhões de euros, revelador de um crescimento de 44,8% e em Moçambique, ultrapassando os 80 milhões de euros, mais do que duplicou o valor do ano anterior. Já Angola viu o VN em 2011 sofrer uma redução ligeira (5,6%) face ao valor máximo obtido no ano anterior, mas aproxima-se para disputar com o mercado doméstico a primazia em termos de volume de atividade.

Os restantes mercados (S. Tomé e Príncipe, Roménia e outros) apresentam globalmente um valor próximo dos 25 milhões de euros mas perdem relevância em termos comparativos com o ano anterior.

Volume de Negócios por Área de Negócio

milhões de euros	2011	%	2010	%	Var.%
Volume de Negócios	873,5	100,0%	893,5	100,0%	-2,2%
Construção	796,2	91,1%	842,0*	94,2%	-5,4%
Concessões	187,6	21,5%	102,2	11,4%	+83,6%
Imobiliária	7,1	0,8%	14,6	1,6%	-51,2%
Energia Própria	8,6	1,0%	-	-	-
Grupo + S. Partilhados	13,6	1,6%	11,3	1,3%	20,2%
Eliminações	-139,6	-16,0%	-76,5	-8,6%	-

* Para efeitos de análise comparativa os indicadores da Construção incorporam a Indústria ao tempo objeto de relato separado.

Em termos de contribuição de cada área de negócio para o VN consolidado é de realçar o aumento significativo do volume e peso da atividade da área de Concessões, em detrimento da área de Construção, que sofreu uma redução de 5,4%; a área Imobiliária, com a ausência de desenvolvimento de novos projetos e o estado anémico do mercado, teve um peso decrescente e inferior ao contributo do segmento Energia Própria, consolidado pela primeira vez em 2011 e representando ainda apenas 1% do VN total.

Rentabilidade

A Demonstração dos Resultados, abaixo transcrita nas suas grandes rubricas, evidencia que, não obstante o decréscimo, aliás ligeiro, no VN, a margem operacional subiu de 5,6% para 6,7% em relação ao total dos ganhos operacionais, refletindo a preocupação estratégica do Grupo da sustentabilidade das atividades em detrimento dum crescimento agressivo com base na prática de preços arriscados, cada vez mais generalizada, mas insustentável a médio/longo prazo.

Demonstração dos Resultados Consolidada

Valores em milhões de euros; estrutura em % dos Rendimentos e Ganhos Operacionais

Designação	2011	%	2010	%	Var.
Volume de Negócios	873,5	98,5%	893,5	98,9%	-2,2%
Variação da Produção	-19,1	-2,2%	-17,2	-1,9%	10,8%
Outros Ganhos Operacionais	32,4	3,6%	27,3	3,0%	18,7%
Rendimentos e Ganhos Operacionais (GO)	886,8	100,0%	903,6	100,0%	-1,9%
Custo Merc. Vend. E Mat. Cons.	186,5	21,0%	176,2	19,5%	5,8%
Fornecim. e Serviços Externos	437,2	49,3%	460,9	51,0%	-5,1%
Gastos c/ o Pessoal	146,4	16,5%	156,5	17,3%	-6,5%
Provisões e Ajustam. de Valor	1,9	0,2%	4,1	0,5%	-52,9%
Amort. e Perdas de Imparidade	33,8	3,8%	34,5	3,8%	-2,2%
Outras Perdas Operacionais	22,1	2,5%	21,4	2,4%	3,2%
Resultado Operacional (EBIT)	58,9	6,6%	49,9	5,5%	18,0%
Resultado Financeiro	-51,8	-5,8%	-33,5	-3,7%	54,4%
Resultado Antes Impostos	7,1	0,8%	16,4	1,8%	-56,7%
Impostos s/ o Rendimento	4,7	0,5%	0,3	0,0%	-
Resultado Líq. do Exercício	2,3	0,3%	16,0	1,8%	-85,4%
Resultado Líq. Atrib. ao Grupo	2,4	0,3%	15,6	1,7%	-84,8%

O EBITDA atingiu 94,1 milhões de euros em 2011 (correspondendo à obtenção de 46,6 milhões de euros no 2º semestre e de 47,5 no 1º semestre), crescendo 6,6% face ao ano anterior. A margem EBITDA/VN registou, assim, uma evolução positiva em virtude de, além de superior em valor absoluto (+5,9 milhões de euros), ter sido obtida com um VN inferior, incrementando-se para 10,8%, 0,9 pontos percentuais acima do valor de 2010.

Rentabilidade por Área de Negócio

milhões de euros	2011	%	Margem	2010	%	Margem	Var.
EBITDA	94,1	100,0%	10,8%	88,2	100,0%	9,9%	6,6%
Construção	47,7	50,7%	6,0%	53,9	61,1%	6,4%	-11,5%
Concessões	43,3	46,0%	23,1%	34,0	38,5%	33,3%	27,3%
Imobiliário	4,1	4,3%	57,0%	5,5	6,2%	37,7%	-26,1%
Energia Própria	-2,1	-2,2%	-23,9%	-	-	-	-
Grupo + S. Partil.	0,7	0,7%	5,1%	-1,9	-2,1%	-16,5%	137,2%
Eliminações	0,4	0,4%	-	-3,4	-3,8%	-	-
EBIT	58,9	100,0%	6,7%	49,9	100,0%	5,6%	+18,0%
Construção	29,4	50,0%	3,7%	32,3	64,7%	3,8%	-8,9%
Concessões	29,0	49,3%	15,5%	19,9	39,8%	19,5%	+45,9%
Imobiliário	2,5	4,2%	35,0%	3,9	7,8%	26,6%	-35,7%
Energia Própria	-2,2	-3,7%	-25,4%	-	-	-	-
Grupo+Serv. Partil	-0,2	-0,4%	-1,7%	-2,8	-5,7%	-25,0%	+91,8%
Eliminações	0,4	0,6%	-	-3,3	-6,7%	-	-

Nota: A margem está calculada em relação ao VN de cada segmento.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro situou-se em -51,8 milhões de euros, quando tinha sido de -33,5 milhões de euros em 2010. Nesta variação assume especial significado o decréscimo verificado nos rendimentos e mais-valias de participações de capital (-16,9 milhões de euros), que em 2010 foram fortemente influenciados pela alienação de uma participação financeira.

O custo líquido de financiamento (juros suportados menos juros obtidos) passou de 36,0 milhões de euros para 41,1 milhões de euros, o que acabou por ser compensada pelas diferenças cambiais que, tendo sido marginalmente negativas em 2010 (-0,5 milhões de euros), assumiram no ano de referência deste relatório um contributo positivo de 6,4 milhões de euros.

Resultados Antes de Impostos e Resultado Líquido

Da conjugação dos resultados operacional e financeiro acima analisados adveio um resultado antes de impostos de 7,1 milhões de euros, significativamente inferior (-56,7%) ao obtido no ano precedente. Por sua vez, verifica-se em 2011 um efeito fiscal mais gravoso relativamente a 2010, em virtude da diferente natureza da proveniência das fontes geradoras de rendimento, bem como pelo facto de a função dos impostos incorporar o efeito do desconhecimento de alguns ativos por impostos diferidos de uma subsidiária da área das concessões. Assim, o resultado líquido veio ainda mais penalizado com referência ao ano anterior (-84,8%), situando-se em 2,4 milhões de euros.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Ao nível da demonstração da posição financeira consolidada (DPFC) e numa análise comparativa entre 2011 e o ano anterior perpassam dois aspetos dominantes e relacionados:

- Um crescimento do balanço com aumentos significativos do ativo e do passivo;

- Uma estruturação reveladora do peso crescente no Grupo do negócio da área das Concessões, nomeadamente no que respeita aos projetos em fase de construção das infraestruturas que seguem o modelo do ativo financeiro (em particular a autoestrada Transmontana, mas também a Estradas do Zambeze, em Moçambique).

Passemos, então, a referir de seguida, alguns aspetos relevantes que resultam da referida análise comparativa desta peça financeira, começando pela análise da decomposição e evolução do **ATIVO**:

- O total do ativo cresce 102,4 milhões de euros, para 1.763,7 milhões, com a variação a distribuir-se num aumento de 136,7 milhões de euros no ativo não corrente (que passa de 800,5 para 937,2 milhões de euros), enquanto o ativo corrente decresce (-34,3 milhões de euros);
- O aumento do ativo não corrente deve-se fundamentalmente às dívidas de terceiros que aumentam 135,7 milhões de euros, respeitando, em grande parte, à tradução na DPFC dos ativos financeiros das concessões acima enunciadas que seguem contabilisticamente o modelo do ativo financeiro;
- Ao nível do ativo corrente assume maior importância a descida nos inventários de 158,3 para 127,9 milhões de euros.

O **CAPITAL PRÓPRIO** que se elevava em 2010 sofre em 2011 uma diminuição de 23,0 milhões de euros. As principais alterações respeitam aos seguintes fatores:

- Variação, líquida de impostos diferidos, no justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (essencialmente *swaps* de taxa de juro da área de concessões) de -20,7 milhões de euros;
- A distribuição aos acionistas de dividendos por aplicação do resultado de 2010 na sequência da deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 12 de maio, no valor de 3,5 milhões de euros;
- O resultado consolidado do período que se situou em +2,4 milhões, tem neste caso um efeito positivo;
- Outras variações nos capitais próprios (reservas de conversão cambial, movimentos com ações próprias e outras alterações), no valor global de -1,2 milhões de euros.

Dada a equação fundamental do balanço, tendo-se verificado um aumento do ativo de 102,4 milhões de euros e uma redução dos capitais próprios em 23,0 milhões de euros, o **PASSIVO** sofre um aumento de 125,4 milhões de euros. Este aumento concentrou-se no passivo não corrente ($\Delta = 141,4$ milhões), uma vez que o passivo corrente reduziu-se em 16,0 milhões de euros. Para além das rubricas que contribuem para a dívida líquida (net-debt), cuja evolução é abaixo analisada, as principais variações ocorrem nos instrumentos financeiros derivados, essencialmente da área de concessões, que passam a ter um valor de 66,4 milhões de euros (na soma do corrente com o não corrente), face ao valor de 38,3 milhões de euros, um ano antes. Ao nível do passivo corrente e nas rubricas de fundo de maneio regista-se uma redução nas dívidas a fornecedores (-25,8 milhões de euros), mas também uma redução dos adiantamentos de clientes (-37,2 milhões de euros).

Dívida Líquida

A dívida líquida remunerada situa-se em finais do ano de 2011 em 863,0 milhões de euros nos quais se inclui o valor de 399,8 milhões de euros de dívida sem recurso, do segmento de negócio das concessões.

Evolução Dívida Líquida

milhões de euros	Dez. 2011	Dez. 2010	Variação
Dívida Líquida Total	863,0	735,4	+16,7%
Com recurso	463,2	442,5	+4,7%
Sem recurso	399,8	292,9	+36,5%

O valor de 463,2 milhões de euros de endividamento com recurso situa-se ao nível do verificado no final do 1º semestre do ano passado (461,9 milhões de euros). O financiamento do reforço dos meios próprios em alguns projetos nomeadamente na subconcessionária da autoestrada Transmontana é o fator principal justificativo do aumento verificado em 2011 na dívida corporativa que, não fosse essa componente, ter-se-ia reduzido em relação ao valor do final do ano passado. Já a dívida sem recurso aumenta significativamente face ao financiamento externo direto à subconcessionária.

O quadro seguinte traduz a evolução da dívida líquida e do EBITDA durante os últimos anos, situando-se o respetivo múltiplo, em 2011, no valor de 9,2x face ao valor de 8,3x um ano antes.

Evolução Dívida Líquida e Rácio Dívida Líquida/ EBITDA

milhões de euros	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Líquida	313,6	606,3	675,9	735,4	863,0
Dívida Líquida com Recurso	313,6	347,1	379,7	442,5	463,2
Múltiplo (Dívida Líquida / EBITDA)	8,7x	7,0x	7,8x	8,3x	9,2x
Múltiplo (Dív. Liq. com Recurso / EBITDA com Recurso)	8,7x	6,9x	7,2x	8,3x	8,2x

Investimento

O valor do Investimento em Ativos Fixos Tangíveis ascendeu, em 2011, ao montante de 25,7 milhões de euros inferior em 11,8% ao valor de 29,2 milhões de euros do ano de 2010. A decomposição por rubricas de investimento é como segue:

Evolução do Investimento

Investimento (milhões de euros)	2011	2010	Var.
Terrenos e edifícios	6,2	7,1	-12,9%
Equipamento básico	6,9	8,4	-17,7%
Imobilizações em curso	10,5	9,6	+9,4%
Outros ativos fixos tangíveis	2,2	4,1	-47,2%
Total	25,7	29,2	-11,8%

Este investimento está substancialmente concentrado no segmento da construção e respeita, para além do investimento em equipamento básico, ao esforço de melhoria das infraestruturas de apoio à produção com particular destaque para os Estaleiros de Viana e de Luanda, em Angola.

5. DESEMPENHO POR ÁREA DE NEGÓCIO

5.1 CONSTRUÇÃO



A área de Construção, sendo o setor tradicional de intervenção, constitui o mais importante vetor de negócio do Grupo Soares da Costa e no qual a internacionalização assume um papel preponderante.

A Soares da Costa Construção, S.G.P.S., S.A. lidera esta área de negócio, sendo de salientar que em 2011, em resultado da fusão por incorporação da Soares da Costa Indústria, SGPS, SA, passou a integrar, também, as participações originárias deste anteriormente autónomo segmento industrial nomeadamente a Socometal, a Somafel e a OFM. No entanto, para melhor facilidade e compreensão de toda a análise subsequente os indicadores abaixo apresentados com respeito ao ano de 2010 estão reexpressos como se a área da Indústria já então pertencesse à área de negócio de Construção o que permite, assim, completa comparabilidade.

O quadro que se segue apresenta uma síntese dos principais indicadores consolidados desta área de negócio, evidenciando um decréscimo global de 5,4% no VN resultado da combinação de uma descida significativa da atividade no mercado nacional que um crescimento ligeiro no mercado externo não compensou, uma certa resiliência das margens de índole operacional (com a margem EBITDA/VN a situar-se em 6,0%) e um agravamento ligeiro da função financeira. Não fora o comportamento menos interessante em termos de rentabilidade do mercado dos Estados Unidos e estaríamos a concluir pela ultrapassagem completa e bem sucedida das dificuldades e desafios advenientes de uma conjuntura económica adversa que marcou o ano de 2011.

Principais Indicadores Consolidados da Construção

Valores em milhões de euros

	2011	2010*	Variação %
Volume de Negócios	796,2	842,0	-5,4%
Portugal	264,2	314,0	-15,9%
Mercado Externo	532,0	528,0	+0,8%
EBITDA	47,7	53,9	-11,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	29,4	32,3	-8,9%
Resultados Financeiros	-16,9	-14,1	19,5%
Resultado Líquido	7,4	13,4	-44,8%

Nota: Valores de 2010 apresentados como se a AN Indústria já integrasse a AN Construção

Volume de Negócios

O volume de negócios da área da Construção atingiu em 2011 o valor de 796,2 milhões de euros que compara com 842,0 milhões de euros no ano anterior (-5,4%). Acentuou-se significativamente o peso relativo do mercado externo que, tendo crescido globalmente em termos de variação anual (+0,8%), passou a representar 2/3 do volume de negócios

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



total, tendo-se registado uma descida acentuada do mercado nacional. Este facto deve-se à restrição da procura no mercado interno profusamente ilustrada pelos diversos indicadores referidos aquando da análise do enquadramento do setor e cujos efeitos se repercutiram de modo muito relevante no contributo para o VN consolidado de algumas das participadas com enfoque neste mercado como é o caso, em particular, da subsidiária *Contacto*.

Volume de Negócios da AN Construção por Mercado Geográfico

Valores em milhões de euros

Mercado	2011	%	2010	%	Δ 2011/10
Portugal	264,2	33,2%	314,0	37,3%	-15,9%
Angola	327,6	41,1%	364,3	43,3%	-10,1%
Estados Unidos da América	114,2	14,3%	78,9	9,4%	44,7%
Moçambique	72,1	9,1%	36,3	4,3%	98,5%
Brasil	4,2	0,5%	-	-	-
Roménia	6,6	0,8%	25,9	3,1%	-74,4%
Outros	7,3	0,9%	22,6	2,7%	-67,7%
Total	796,2	100,0%	842,0	100,0%	-5,4%

O próximo quadro apresenta o contributo de cada participada da AN Construção para o VN consolidado desta área e a respetiva comparação com o ano anterior:

Construção – Volume de Negócios por Empresa

Valores em milhões de euros

Empresas	2011			2010	Var.
	Bruto	Ajustam.	Consoli.	Consol.	
Soc. Construções Soares da Costa, SA	605,7	-164,5	441,1	507,8	-13,1%
CONTACTO - Soc. Construções, S.A.	25,2	-4,5	20,7	51,1	-59,4%
Prince Contracting, LLC	113,7	0	113,7	76,6	48,5%
Soares da Costa América, Inc.	0,3	-0,3	0	0,1	-100,0%
Porto Construction Group, LLC	0	0	0	2,5	-99,0%
Soares da Costa Construction Services, LLC	0,2	0	0,2	0,4	-49,8%
Soares da Costa Contractor, INC	0,3	0,1	0,2	0,3	-31,8%
CLEAR – Instalações Electromecânicas, S.A.	36,3	-31,6	4,7	9,3	-49,6%
CLEAR ANGOLA, S.A.	57,5	-46,7	10,8	13,9	-22,6%
Soares da Costa Moçambique, SARL	18,7	-0,1	18,6	16,2	14,7%
Soares da Costa S. Tomé e Príncipe - Const., Lda	0,6	0	0,6	3,2	-82,4%
Soares da Costa Const.Centro Americanas, SA	1,5	0	1,5	0,7	126,3%
Carta – Restauração e Serviços, Lda	10,7	-7,4	3,3	2,5	32,1%
CAET XXI - Construções, ACE	125,5	-0,2	125,3	37,8	231,2%
Soares da Costa/Contacto – Mod. de Escolas, ACE	4,1	0	4,1	14,9	-72,3%
GACE - Gondomar, ACE	2,2	-0,1	2,1	13,5	-84,5%
LGC - Linha de Gondomar, Construtores, ACE	1,2	-1,4	-0,3	4,2	-106,2%
HidroAlqueva, ACE	20,9	-5,5	15,4	14,6	4,8%
Nova Estação, ACE	5,4	-0,6	4,8	8,9	-45,5%
TRANSMETRO - Constr. Do Metrop. do Porto, ACE	0,7	-0,2	0,5	5,1	-90,2%

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Normetro - Agrup. do Metrop.do Porto, ACE	0,2	0	0,2	6,5	-96,7%
LGV – Eng. e Const. de Linhas de Alta Veloc, ACE	1,5	0	1,5	3,2	-54,7%
GCVC, ACE	2,2	0	2,2	3,0	-28,3%
Mota-Engil, SDC, Mte. Adriano - Matosinhos, ACE	3,2	0	3,2	3,2	1,1%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., SA	7,8	-0,1	7,7	28,2	-72,8%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	5,4	-0,1	5,2	7,7	-31,9%
Construções Metálicas SOCOMETAL, S.A.	12,3	-8,0	4,2	5,9	-27,8%
Terceira Onda Planeamento e Desenvolvimento, Ltda.	3,9	0	3,9	0	-
Restantes	0,6	0,2	0,8	0,7	15,9%
Total	1.067,4	-271,2	796,2	842,0	-8,5%

Faz-se em seguida uma descrição dos aspetos mais relevantes do desenvolvimento da atividade desta área de negócios em 2011, nos diferentes mercados geográficos:

PORTUGAL

As sociedades da AN Construção consolidadas pelo método integral com intervenção significativa no país são:

- Sociedade de Construções Soares da Costa, SA
- Contacto – Sociedade de Construções, SA
- Clear – Instalações Electromecânicas, SA
- Construções Metálicas Socometal, SA, proveniente da área da Indústria.

Para além disso, existem em operação vários Agrupamentos Complementares de Empresas ou ACEs, consolidados pelo método proporcional, em que, nomeadamente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA participa; no exercício de 2011 juntaram-se, consolidadas pelo método proporcional, as participadas do segmento das obras ferroviárias e marítimas provenientes da área da Indústria: Somafel e OFM.

O desempenho destas sociedades esteve enquadrado em 2011 por um clima depressivo verificado no mercado nacional da construção civil e obras públicas já acima caracterizado. Há ainda que considerar, não obstante a assinatura da reforma do contrato de concessão ocorrida em fevereiro de 2011, o atraso na concessão do visto por parte do Tribunal de Contas (contrato com o concessionário Elos), referente ao projeto da linha de alta velocidade para o troço Poceirão-Caia e que, já posteriormente à data de encerramento do exercício, viria a ser recusado pelo Tribunal de Contas.

Sendo fortes os condicionalismos de mercado que enquadram a atividade das empresas do setor em Portugal, a **Sociedade de Construções Soares da Costa, SA**, soube tornear com sucesso o ano de 2011, podendo-se afirmar que o desempenho da empresa conseguiu superar positivamente as dificuldades que se lhe colocaram.

Com grande relevância na atividade do ano assume-se o projeto de construção da autoestrada Transmontana desenvolvido pelo agrupamento complementar de empresas CAET XXI - Construções, ACE, em que a sociedade participa em 50%.

Para além do merecido destaque deste projeto em particular relevam-se pela sua importância as seguintes obras concluídas em Portugal, durante o exercício de 2011:

- Parque Escolar – Lote 2AN2;
- ETAR do Barreiro;
- Subsistema de drenagem Barreiro-Moita;

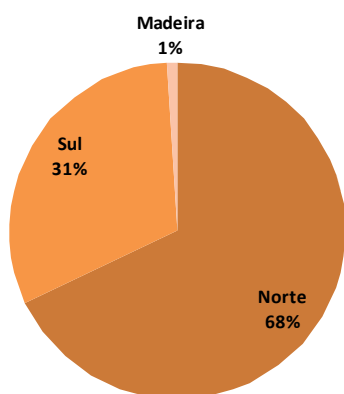
- Rede de Rega da Capinha, na Cova da Beira;
- Pousada da Cidadela de Cascais;
- Variante a Madalena do Mar, na Madeira;
- Central de Valorização Orgânica do Seixal, que entrou em fase de testes ao equipamento e sistemas.

Em relação às iniciadas em 2011, e apesar do clima de contenção instalado em Portugal, destacam-se as seguintes:

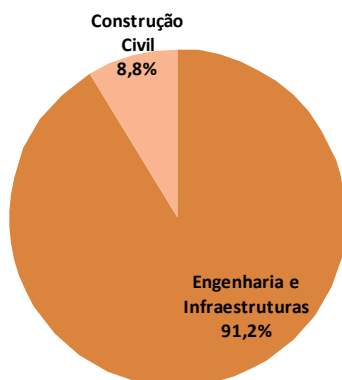
- Pousada da Serra da Estrela, na Covilhã;
- World Hotel, na Praia da Tocha;
- Hotel Sana Evolution, em Lisboa;
- EDIA – Bloco de Aljustrel;
- EDIA – Bloco de Pedrógão 3;
- Infraestruturas de Loteamento em Tróia;
- Substituição da cobertura na Central da Vitória, na Madeira.

Quanto à distribuição geográfica operacional da atividade nacional da principal empresa construtora do Grupo, confirmou-se uma grande estagnação da atividade na Madeira (1% apenas em 2011, a comparar com 4% em 2010 e 14% em 2009) e uma grande concentração da atividade no norte do país. Deve ser referido que esta percentagem resulta sobretudo da autoestrada Transmontana, que representa uma importante parcela deste número.

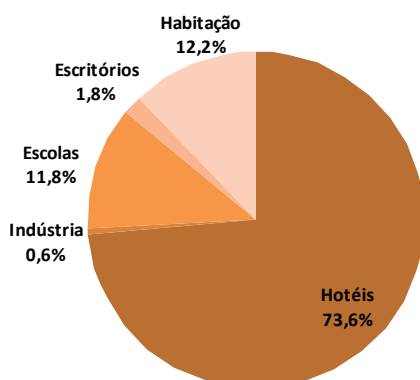
Atividade Nacional 2011: Distribuição por Área Geográfica



A distribuição por segmentos de atividade, seguindo a tendência do setor que já se manifestara em 2010, em que pode ser detetada uma clara desaceleração da atividade privada, caracterizou-se por um maior peso do segmento da Engenharia e Infraestruturas, que de uma quota de apenas 27% em 2008 passou para quase 54% em 2009, representando cerca de dois terços em 2010 e subiu para mais de 90% em 2011. Mais uma vez, é de referir que este número não representa qualquer tendência de vontade de investimento público, mas reflete, por isso mesmo, a queda abrupta do investimento privado.

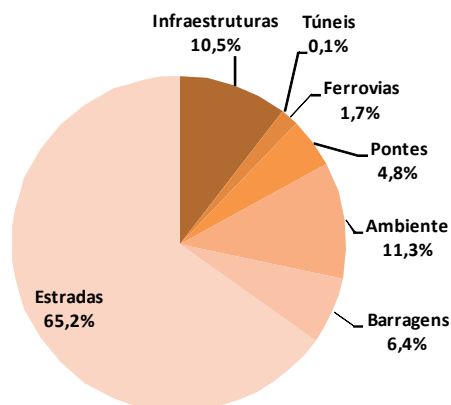
Atividade Nacional 2011: Distribuição por Segmento

Dentro do Segmento da Construção Civil, quase três quartos da atividade foi materializada no subsegmento de Hotelaria, partilhando a Habitação e a construção de Escolas o resto da atividade em 2011. Este último subsegmento, por ser investimento público, reforça ainda mais a ideia atrás transmitida de iniludível estagnação de investimento privado.

Atividade Nacional 2011 – Construção Civil: Distribuição por Sub-segmento

No segmento da Engenharia e Infraestruturas, as Estradas representaram cerca de dois terços da atividade, seguidos das Infraestruturas e Ambiente com peso rondando os 10%, das Barragens (correspondendo essencialmente ao reforço de potência da barragem do Alqueva) com cerca de 6% e das Pontes, com 5%.

Atividade Nacional 2011 Engenharia e Infraestruturas: Distribuição por Subsegmento



Ao nível dos Agrupamentos Complementares de Empresas em que a sociedade participa, para além do CAET XXI– Construções, ACE (50%) já acima referido e do LGV- Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE (17,25%), são ainda de referir:

- HidroAlqueva, ACE (50%), tendo por objeto a empreitada geral de construção do reforço de potência do Escalão de Alqueva, para a EDP;
- Mota-Engil, Soares da Costa, MonteAdriano - Matosinhos, ACE (28,57%), referente ao projeto de construção das infraestruturas necessárias à execução do plano de investimentos da Indáqua Matosinhos, SA;
- GCVC – Grupo Construtor de Vila do Conde, ACE (28,57%), referente à conceção, projeto e construção das infraestruturas necessárias à execução do plano de investimentos da Indáqua Vila do Conde, SA;
- Nova Estação, ACE (25%) – empreitada de conceção/construção dos toscos do prolongamento entre a Estação Amadora Este e a Estação Reboleira da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa E.P..

O mercado nacional tem sido o mercado alvo de atuação da subsidiária **Contacto**. Esta participada registou um decréscimo da atividade em 2011 muito acentuado. A diminuição considerável da procura de edifícios comerciais por parte do cliente Sonae, um contexto de mercado privado muito deprimido em resultado da conjuntura financeira nacional e internacional de escassez de meios de financiamento e de aversão ao risco por parte dos investidores que também protelam o arranque de projetos, e um programa muito limitado de investimento público, colocam o exercício de 2011 como sendo um dos de menor atividade da empresa na sua história mais recente.

Em 2011 prosseguiu a estratégia de alargamento do portefólio de clientes da Contacto e reforçou-se significativamente o peso relativo das obras públicas no *mix* de obras da empresa ainda que, como ficou patente acima, a exiguidade da procura tenha determinado uma quebra relevante de atividade.

Durante o ano de 2011 foram concluídas as seguintes obras:

- Construção do 2º troço do Adutor Pisão-Roxo do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva;
- Construção da A12 Autoestrada Setúbal / Montijo Sublanço Nó A2 – A12 Setúbal (EN 10) – Alto da Guerra;
- Construção da reformulação do nó do Campo, do alargamento e beneficiação para 2x3 vias, entre o Km 19+800 e o Km 20+825, do sublanço Valongo/Campo – A4- Autoestrada Porto / Amarante;
- Escola Secundária de Monserrate;
- Escola Secundária de Caldas das Taipas;
- Escola Secundária Carlos Amarante;

O VN individual cifrou-se em 25,2 milhões de euros, com um resultado operacional de 115 milhares de euros, face aos valores de 73,2 milhões de euros e 576 milhares de euros, respetivamente, em 2010.

A **Clear** é outra subsidiária da sociedade com relevante atividade no país e também em Angola neste caso através da sua filial **Clear Angola**.

Em Portugal, em termos de produção e beneficiando de um volume relativamente confortável de obras transitado do ano anterior, a atividade decorreu dentro do esperado, conseguindo-se uma taxa de ocupação significativa dos recursos da empresa. Destaca-se a participação da empresa nos seguintes projetos:

- Pousada da Cidadela de Cascais, com envolvimento nas instalações hidráulicas, mecânicas e elétricas;
- CVO - Central de Valorização Orgânica do Seixal: obra angariada no ano de 2010 pela Hidráulica, teve no ano findo uma evolução significativa, estando na fase final;
- Escola Secundária de Vila Verde, no distrito de Braga, com intervenção da área da climatização.

No âmbito da construção da autoestrada Transmontana e pela área da eletrotecnia realizaram-se as subempreitadas de “infraestruturas elétricas de iluminação dos nós de Espinheiro, do Alto de Espinho, de Vila Real Centro e Vila Real Norte, “infraestruturas de telecomunicações e de redes de iluminação pública no nó da Amendoeira” e “infraestruturas de telecomunicações e de redes de iluminação pública no Lote 10”

Na Madeira foram concluídas pela hidráulica as “instalações e equipamentos hidráulicos da Escola Secundária e Profissional de São Martinho”.

Perto do final do exercício foi recomeçada a empreitada de “instalações hidráulicas e equipamentos da Quinta do Lorde – Marina e Resort Hotel – Fase II”, após interrupção ocorrida em 2010.

No setor ferroviário, segmento de atividade da participada **Somafel** verificou-se em 2011 a degradação da atividade produtiva em consequência da inexistência de novas adjudicações. Com efeito, a limitação dos níveis de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado, implicou a cessação praticamente do lançamento de concursos públicos. Nem tão pouco foi concretizada a expectativa de alguns projetos na Linha do Norte, justificada pelo insuficiente desempenho da infraestrutura, sobretudo nos troços não modernizados.

Desta forma, a atividade da empresa no mercado nacional foi insignificante, tendo-se orientado para o mercado externo onde nos países da região do Magreb (Reino de Marrocos e República Popular e Democrática da Argélia) se tem vindo a consolidar, desde 2005 e 2007, respetivamente.

Com respeito à **Socometal**, a atividade da empresa no mercado nacional desenvolveu-se de acordo com o esperado e em linha com a do ano anterior. Releve-se como obras de maior significado o viaduto sobre o Rio Fervença e a passagem superior 6.2 A em Vila Real, ambas no âmbito do CAET XXI e para clientes totalmente externos ao Grupo destacam-se a Ponte sobre o Rio Febros, no âmbito da concessão do Douro Litoral (Teixeira Duarte, SA) e o projeto estrutural, fornecimento e montagem de estruturas metálicas da cobertura de sombreamento do Armazém 08 (Gran Cruz Porto, SA), todas na especialidade de “ferro”, enquanto nos “alumínios” se destaca a Pousada da Cidadela em Cascais.

Globalmente, o Volume de Negócios consolidado da área de Construção no mercado nacional situou-se nos 264,2 milhões de euros, uma descida de 15,9% face aos 314,0 milhões de euros do ano anterior.

ANGOLA

O mercado de Angola contribuiu globalmente em 2011 com 327,6 milhões de euros, constituindo a principal quota de atividade, representando 41,1% do VN global.

Neste mercado é de fundamental importância a atividade da **Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.** mas também a subsidiária da Clear, a Clear Angola, tem vindo a assumir uma posição invariável de crescente relevo.

Com referência à atividade da Sociedade de Construções Soares da Costa, SA neste país durante o ano de 2011, não tendo atingido os níveis do ano anterior manteve-se, porém, em níveis elevados. O papel de notoriedade e reconhecido prestígio e reputação técnica granjeado no segmento de construção de edifícios nos diversos subsegmentos (residencial, comercial e de escritórios), justifica e requer a participação da empresa em variados projetos importantes.

No entanto, também o segmento de infraestruturas, um vetor de desenvolvimento estratégico no sentido da diversificação e de alargamento do portefólio de negócios, assume já neste mercado uma importância operacional significativa. Entre as obras de maior relevância na produção do ano faz-se referência às seguintes:

- Construção dos edifícios de escritórios Bayview;
- Requalificação da Marginal de Luanda;
- Edifício do Largo do Ambiente (concluída);
- Torre do 1º Congresso;
- Edifício Atrium Independência (concluída);
- Museu da Ciência e da Tecnologia – GOE;
- Novo edifício do INE;
- Hotel Sana Luanda Royal (concluída).

Importa destacar a progressiva extensão da atividade da empresa a outras regiões para além da zona de Luanda com a execução de obras, nomeadamente, no Soyo (Bechtel – LNG Project: Bairro Fina School), Benguela (edifício sede do BESA no Lobito) e Huambo (Centro Cultural do Huambo), obras que foram adjudicadas e iniciadas durante o exercício.

A **Clear Angola** continua a crescer invariavelmente a sua atividade tendo o seu VN aumentado 18,2% quando expresso na unidade monetária local e 9,9% na sua expressão em euros, atingindo o valor de 57,5 milhões de euros, já depois de em 2010 ter revelado um crescimento de 43,5% que sucedera a um crescimento de 35% em 2009.

Com efeito, em 2011, a Clear teve uma participação ativa na maioria dos grandes projetos de habitação e escritórios que estão a ser edificadas em Luanda, tais como a Torre Dipanda, a Torre Atrium, o edifício Total, o edifício Sonangol Distribuidora e ainda noutras áreas como é exemplo a dos Hospitais do Sambizanga, Cazenga e Futungo, o que proporcionou à empresa uma crescente e valiosa afirmação no mercado e também um notável progresso nas capacidades técnicas de execução.

O *mix* de atividades não sofreu alterações significativas com a “eletricidade” a representar 41% do *output* (43% um ano antes) a climatização a crescer em valor relativo (29% face a 26% em 2010) e a “hidráulica” a representar 27% (face a 28% um ano antes). Finalmente a “manutenção” gerou proveitos de 3%, uma percentagem igual à do ano anterior. Todavia, realce-se o crescimento em valor nominal de proveitos de todas as especialidades quando comparado com o ano anterior.

Neste mercado a **Socometal** também tem procurado implementar-se ainda que, por enquanto, a atividade tenha decorrido em regime de subempreiteiro da Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, relevando na atividade do ano as intervenções, na área dos “alumínios”, no Edifício do Largo do Ambiente e do novo edifício de escritórios da Total em Luanda.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Prince assume-se como empresa nuclear no âmbito da atividade da construção do Grupo Soares da Costa, nos Estados Unidos da América.

A atividade da empresa centralizou-se no segmento da construção de infraestruturas de transporte com clientes públicos, convalidando, assim, uma alteração estratégica importante desde que a empresa foi adquirida pelo Grupo Soares da Costa, em 2008.

Entre os projetos concluídos durante o ano de 2011 relevam:

- ▶ SR683/US 301: Este projeto de 18,3 milhões de dólares para o FDOT referente à reconstrução e alargamento de 2.604 milhas da SR 683 (US301) em Sarasota County, Florida, incluiu a reconstrução e alargamento da autoestrada, um novo sistema de drenagem, melhorias no sistema de águas e esgotos e nova sinalização foi concluído durante o 1º semestre do ano, e antes da data aprazada, tendo a Prince ganho um prémio de 580 mil dólares pela sua conclusão antecipada.
- ▶ SR50/West Colonial Drive – Em dezembro último a Prince completou a reconstrução da SR50, um contrato de 19,4 milhões de dólares, que consistiu no alargamento de 4 para 6 pistas desta principal artéria de conexão de Clermont para Orlando. Iniciado no Verão de 2009, este projeto foi completado no prazo tendo valido à Prince dois incentivos no valor de 1,3 milhões de dólares.
- ▶ Outros projetos – A Prince completou também em 2011 outros dois projetos adjudicados pela Liberty Mutual durante o Verão de 2010: SR50/Dean Road no valor de 10,6 milhões de dólares e Narcoossee Road no valor de 9 milhões de dólares.

A Prince continuou a desenvolver as suas capacidades na construção de pontes. No final de 2010 a Prince tinha 13 pontes em construção. Este número aumentou para 31 no ano de 2011. Esta diversificação possibilita à Prince aumentar a sua competência nos projetos deste segmento e torna-a mais competitiva nos projetos que combinam a construção de autoestradas e pontes.

De destacar, no âmbito do alargamento da área geográfica de actuação da empresa, a abertura de escritórios na cidade de Dallas no estado do Texas, onde já submeteu propostas e espera em 2012 ter sucesso na angariação de projetos.

OUTROS MERCADOS INTERNACIONAIS

Para além dos mercados *core*: Portugal, Angola e Estados Unidos da América faz-se de seguida um roteiro sobre os principais aspetos da atuação da empresa durante 2011 noutros mercados internacionais em que a sociedade através das suas participadas intervém: Moçambique, Roménia, S. Tomé e Príncipe, Brasil, Costa Rica e Israel.

▶ MOÇAMBIQUE

Moçambique é, também, um mercado de intervenção de longa data da Soares da Costa. Para além da atividade diretamente desenvolvida pelo estabelecimento estável da empresa construtora nacional, a atividade é desenvolvida através da Soares da Costa Moçambique, SARL, subsidiária de direito moçambicano, detida pelo Grupo em 80%.

Este mercado merece uma referência importante neste relatório não só pelo acréscimo significativo do VN e rentabilidade mas pela relevância, qualidade e importância das obras/projetos que tem em desenvolvimento.

Um dos acontecimentos públicos de maior relevância internacional para Moçambique, no ano de 2011, foi a organização dos X Jogos Africanos. A dedicação dos intervenientes na construção da Vila Olímpica, respetivas infraestruturas, zona de treinos e o complexo de piscinas olímpicas, permitiu o cumprimento dos objetivos, tendo a entrega, nomeadamente, dos 848 apartamentos ocorrido na data prevista, criado as condições ideais de alojamento e de concretização das provas aos atletas presentes nos X Jogos que se realizaram em setembro de 2011. O profissionalismo e a capacidade da SDC, continuam a refletir uma imagem de credibilidade e confiança, reconhecida pelo mercado em geral, pelas entidades públicas e privadas.

A evolução do projeto de reabilitação da Estrada EN 221, nomeadamente nos dois lotes contratados à SDC, foi condicionada pela extrema demora no processo de operacionalização da Linha de Crédito Comercial Portuguesa, que lhe dá cobertura. Apesar dos condicionalismos inerentes a esta situação, os meios humanos não foram desmobilizados,

no sentido de promover um arranque célere, logo que estivessem reunidas condições para tal, o que veio a ocorrer no limiar do terceiro trimestre de 2011.

Mobilizados todos os recursos humanos e técnicos, a Ponte de Tete evidencia já um estado de evolução apreciável, com a construção das estacas (no rio e em terra) com ritmos tendentes a evoluir progressivamente, ao mesmo tempo que já se elevam encontros e pilares da superestrutura. Desconhecendo-se as eventuais consequências da subida das águas do Rio Zambeze na normal evolução dos trabalhos (resultado da época de chuvas que nesta zona e nesta altura do ano são características), tudo indica que estão criadas as condições para uma evolução regular e sustentada dos índices de produção e de produtividade. Esta é uma infraestrutura que envolve a construtora e, simultaneamente, a concessionária do Grupo (integrada na empresa Estradas do Zambeze), e que se reveste de particular importância no enquadramento regional da rede viária moçambicana e nas ligações aos países do Interland, nomeadamente Malawi, Zâmbia e Zimbabwe.

Adicionalmente, em relação à **Soares da Costa Moçambique, SA** esta subsidiária no exercício de 2011 concluiu os seguintes projetos:

- construção do novo edifício da Direção Provincial do Plano e Finanças – Inhambane;
- acabamento do edifício da Millénnium Devellopers;
- construção do posto de combustíveis da Petromoc Moatize (Tete);
- construção do Mosteiro das Irmãs Clarissas – Namaacha;
- construção do posto de combustíveis Petromoc Muelé – Inhambane;
- reabilitação de residência oficial do Banco de Moçambique – Maputo;
- reabilitação de instalações para o Call Center das TDM – Maputo;
- adaptação de instalações para a agência do Banco Único da Matola, da Sommershield e do Mica;
- construção do parque de estacionamento da Feira do Artesanato – Maputo.

e iniciou as obras a seguir listadas :

- construção do edifício do INSS – Tete;
- construção do parque de estacionamento e centro de conferências do Hotel Vip Inn Beira;
- construção da sede da TVCABO na Beira;
- construção de edifício gémeo do Hotel Vip Inn Beira (2ª. Fase);
- demolição de edifícios existentes no terreno da Ex-Facim;
- construção do posto de combustíveis Petromoc Zoo – Maputo.

► ROMÉNIA

Durante o ano de 2011 foram concluídas neste mercado as seguintes obras:

- Abastecimento de Água e Rede Esgotos de Pitesti, uma obra em consórcio com a MAEC (sendo a Soares da Costa o líder do consórcio), com um volume de trabalhos executados de 18,2 milhões de euros, para a qual se obteve já a receção definitiva da obra no dia 16 de dezembro de 2011;
- Abastecimento de Água e Rede Esgotos de Galati, uma obra em consórcio com a MAEC (sendo a Soares da Costa o líder do consórcio), com um volume de trabalhos executados no valor de 40,7 milhões de euros, concluída em novembro de 2011 e em garantia até novembro de 2012;
- Acessos ao parque eólico de Vutcani em Vaslui, Roménia, uma obra para o cliente Global Services Provider (EDP Renováveis – Espanha), com um valor do contrato aproximado de 4,3 milhões de RON (1,05 milhões de euros); obra em *joint-venture* com a ISIS Europa (50/50), sendo a ISIS Europa o líder do consórcio; conclusão em novembro de 2011;

- Corugea Bypass em Tulcea, Roménia, uma obra para o cliente consórcio Alpha Wind/ Beta Wind / Enel Green Power Romania, com um valor contratual de 610 mil RON (140 mil Euros); obra em *joint-venture* com ISIS Europa (50/50), sendo a Soares da Costa o líder do consórcio; conclusão dos trabalhos em novembro de 2011.

Mantém-se em execução as obras referentes aos acessos ao parque eólico de Casimcea e ao parque eólico Alpha Wind, ambas em Tulcea.

► BRASIL

O Brasil, em execução do plano estratégico do Grupo, é considerado um dos mercados prioritários no âmbito da seleção de novas geografias de atuação da empresa. O ano de 2011 corporizou o início desta intervenção. Para esse efeito, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, registou neste território, em Junho de 2011, uma sucursal o que permitirá no futuro desenvolver de uma forma direta novos negócios.

Para além da atividade comercial desenvolvida, essencialmente dirigida para clientes privados da área industrial é de realçar que, através de uma outra entidade denominada **Terceira Onda Planejamento e Desenvolvimento, Ltda.**, na qual a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA detém 50% do capital (sendo os restantes 50% detidos por uma construtora local), foi já possível neste primeiro ano participar em dois projetos de construção civil integrados num investimento da cimenteira Votorantim, designado “3ª Onda de Investimentos da Votorantim Cimentos”.

O primeiro contrato, correspondente à construção civil para implantação de um projeto de moagem de cimento em S. Luís do Maranhão, no valor de 12,7 milhões de reais, com um prazo de execução de 8 meses, iniciou-se em março de 2011 e ficou concluído em novembro do mesmo ano.

O segundo contrato, que diz respeito à construção civil para uma linha de produção de 5.000 ton/dia, em Rio Branco do Sul no Paraná, assume um valor de 36,3 milhões de reais e, iniciado também em março de 2011, tem o seu fim previsto, dentro do prazo contratado, para julho de 2012.

Foi ainda constituída uma sociedade de direito brasileiro totalmente detida pelo Grupo Soares da Costa, Soares da Costa Brasil, Ltda., que se encontra inscrita no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), pelo que dispõe já de capacidade legal para desenvolver atividade neste país.

A abordagem a um novo mercado representa sempre um desafio, quer pelas questões de diferenças culturais e legais existentes, quer pela necessidade que acarreta de disponibilidade financeira de investimento. No entanto, a presença da empresa no Brasil com ambições de permanência, é assumida como um vetor importante do atual plano estratégico.

► S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Neste mercado a atividade é desenvolvida através da subsidiária: **Soares da Costa, STP Construções, Ltda.** O ano de 2011 com a conclusão dos trabalhos referentes à obra da Escola Secundária da Trindade (inaugurada oficialmente em finais de agosto) caracterizou-se por uma atividade reduzida. Em finais do ano deu-se início à execução da obra de ampliação do edifício sede do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe contratada em novembro após seleção entre seis empresas convidadas e em que a empresa tendo a segunda melhor proposta financeira, beneficiou do resultado da avaliação técnica para vencer o concurso.

No período que mediou entre o acabamento e o início das obras acima referidas, para além de várias intervenções no Estaleiro Central de Palmar, a empresa procedeu a pequenas obras no Resort Bombom para o Grupo HBD, um grupo sul-africano com interesses económicos na região e cuja aproximação pode vir a revestir-se de grande interesse futuro.

► COSTA RICA

A atividade de construção, neste mercado, é exercida por via da **Sociedade de Construciones Centro-Americanas, SA** que é uma sociedade de direito local, detida a 100% pela subholding da área de Construção.

Em 2011, a atividade desta empresa centrou-se fundamentalmente na reabilitação e na execução do novo tabuleiro da ponte sobre o Rio Virilla na autoestrada General Cañas (Estrada Nacional nº 1), no valor aproximado de 2 milhões de dólares.

► ISRAEL

Em Israel, a participação da área de construção acontece por via da colaboração com a área das concessões do Grupo, no âmbito do projeto do Metro de Telavive. Para além da sucursal da Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, esta sociedade possui uma participação de 30% no consórcio da construção “Israel Metro Builders” (IMB).

Este projeto, como consta do Relatório do ano passado, foi interrompido pelo dono da obra, que pôs termo, unilateralmente, ao contrato de concessão estando a decorrer um processo de arbitragem internacional que decidirá este conflito.

A sociedade partilha da convicção da sociedade concessionária, parte direta do processo, de que não existiram fundamentos para aquela rescisão unilateral e aguarda a decisão que sobre este litígio vier a ser tomada pelo Tribunal Arbitral. Reconhece-se, contudo, que a realização dos ativos relacionados com este projeto designadamente os que resultam da incorporação proporcional da IMB pode estar dependente do sentido desta decisão.

RENTABILIDADE

Se o volume de negócios teve o comportamento acima assinalado, os resultados ao nível operacional da área de construção situaram-se num patamar de relativa eficiência. Com efeito, o EBITDA foi de 47,7 milhões de euros, reduzindo-se dos 53,9 milhões do ano anterior pela conjugação dos efeitos de redução do VN e de uma menor rentabilidade verificada nos negócios dos Estados Unidos em 2011 que determinou uma redução ligeira na margem global de 6,4% para 6,0%.

O resultado financeiro agravou-se moderadamente de -14,1 milhões de euros em 2010 para -16,9 milhões de euros em 2011 denotando a influência dos fatores de agravamento geral das condições de financiamento, ainda que desfrutando de uma evolução comparativa favorável na balança cambial.

Os resultados líquidos consolidados da AN Construção ascenderam a 7,4 milhões de euros, inferiores aos 14,1 milhões alcançados em 2010 (AN Construção + AN Indústria).

5.2 CONCESSÕES



Do contexto económico desenvolvido em capítulo anterior, ressaltam, com especial impacto no segmento das concessões, as restrições ao financiamento da economia e o programa de reequilíbrio orçamental do Estado português, o que condiciona de modo significativo o lançamento de novos projetos ou até o avanço e concretização de projetos já lançados. Apesar disso, a atividade das Concessões no âmbito do Grupo Soares da Costa registou em 2011 um desenvolvimento manifestamente positivo, destacando-se de seguida os aspetos principais de atuação do Grupo, nesta área:

CONCESSÕES DE TRANSPORTES

No âmbito das concessões rodoviárias existem atualmente em desenvolvimento e sob a gestão participada da área de negócios de Concessões do Grupo 1.146 km de rede viária (dos quais 446 km com perfil de autoestrada) em construção, operação e manutenção, correspondendo a um investimento global de 1.532 milhões de euros.

Destacam-se as operações Scutvias (autoestrada da Beira Interior) e San José – Caldera (autoestrada na Costa Rica), já em velocidade de cruzeiro, com resultados positivos que permitem estimar um encaixe financeiro entre dividendos e juros de suprimentos de aproximadamente 44 milhões de euros durante os próximos três anos.

No projeto da autoestrada Transmontana prosseguiram a bom ritmo os trabalhos de construção, devendo poder concluir-se ainda no decurso do presente exercício. Este projeto conta já com um investimento acumulado de 402 milhões de euros. Por último, e não menos importante, referimo-nos ao projeto das Estradas do Zambeze, em Moçambique, cuja conclusão está prevista para 2014 mas permitindo desde já a operação e manutenção de aproximadamente 700 km de estradas.

Vejamos em seguida os principais aspetos da atividade das participadas do Grupo deste subsegmento das concessões rodoviárias em 2011:

- **Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior, S.A.**

O Estado português definiu as opções quanto ao financiamento do setor, optando pela aplicabilidade do princípio utilizador/pagador em concessões rodoviárias até aqui sem custos para o Utilizador (SCUT). No que respeita à concessão da autoestrada da Beira Interior o regime de portagens a pagar pela circulação dos veículos entrou em vigor em 8 de dezembro de 2011, conforme Decreto-Lei 111/2011 de 28 de novembro. A Scutvias decidiu transferir a responsabilidade do fornecimento e instalação do sistema MLFF (Multi-Lane Free Flow) a uma sociedade-veículo denominada Portvias – Vias de Portagem, SA com o objetivo de autonomizar os riscos que do sistema MLFF poderiam advir para a própria Scutvias.

Esta alteração legislativa teve um efeito considerável nos níveis de tráfego da concessão, o que conjugado com o cenário de crise económica que se vive fez com que o tráfego registado tenha ficado aquém do expetável e abaixo do registado no ano anterior. Com efeito, o volume de tráfego atingiu os 99,2 milhões de veículos, a que corresponde um tráfego médio diário (TMDA) de 9.671 veículos/km, cerca de -8,5% face a 2010. Por outro lado, o tráfego registado entre o dia 8 de dezembro e o final do ano indicia uma forte contração resultante da introdução de portagens.

Não obstante, o VN incrementou-se cerca de 2% uma vez que as prestações de serviços em geral e as receitas por banda, em particular, foram influenciados pelo aumento, previsto contratualmente, do limite superior da banda 1 de tráfego. As receitas por banda são responsáveis por 96,6% do total dos rendimentos e ganhos e correspondem à valorização do tráfego rodoviário considerado para o ano de 2011. Atenda-se ao facto que, por via da decisão unilateral do Estado Português em iniciar as atividades de cobrança de portagens em dezembro de 2011, as receitas por banda foram calculadas com o tráfego real até essa data e um tráfego estimado dessa mesma data até ao final do exercício (24 dias). O tráfego estimado corresponde ao tráfego previsto no Caso Base corrigido do desvio apurado entre o tráfego previsto no caso base para 2010 e o tráfego real registado nesse mesmo ano.

O incremento verificado nos fornecimentos e serviços externos em geral e da rubrica conservação e reparação, em particular, fez reduzir ligeiramente o EBITDA (-2%) para 92,4 milhões de euros, redução que face a idêntico montante anual de gastos de depreciação e amortização se traduziu numa redução ligeira do resultado operacional de 60,6 milhões de euros para 58,6 milhões de euros. Todavia, a redução registada no custo líquido de financiamento da empresa de 42,0 para 39,0 milhões de euros melhorou o resultado financeiro proporcionando um resultado líquido nesta participada na ordem dos 12,7 milhões de euros (10,0 milhões de euros um ano antes).

Importa referir que os dados anteriores respeitam à totalidade da empresa, sendo esta participada consolidada proporcionalmente aos interesses do Grupo (33,3%).

- **Autoestradas XXI, Subconcessionária Transmontana, S.A.**

O atraso na concessão do visto por parte do Tribunal de Contas, que viria a ocorrer em 15 de julho de 2010, originou um pedido de prorrogação do prazo de conclusão da obra por mais 13 meses, o qual foi aprovado pelo Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, pela EP – Estradas de Portugal, S.A. e pelo Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias (InIR). A formalização dos referidos acordos e respetivos adicionais aos contratos em vigor foi efetuada no decurso do ano de 2011.

Neste exercício foi efetuada a entrada em serviço dos lotes 2, 7, 10 e 13, na sua totalidade, e a entrada em serviço parcial dos lotes 5 e 12 à circulação rodoviária, iniciando-se a cobrança de portagens no lote 10.

Para o ano de 2012, perspetiva-se um elevado ritmo de construção, adequado a cumprir os prazos estabelecidos para a finalização da obra. A empresa continuará a apostar numa política de qualidade, por forma a satisfazer o concedente, os seus acionistas, colaboradores e demais *stakeholders*. O incremento da eficiência dos procedimentos internos, por via de ajustamentos operacionais, como forma de obtenção de ganhos de produtividade e competitividade, continuarão a ser uma das linhas estratégicas da empresa.

No exercício de 2011 o VN desta empresa atingiu os 250 milhões de euros, o EBITDA foi de 7,6 milhões e o resultado líquido de 928 mil euros, sendo de 50% a participação do grupo Soares da Costa nestes indicadores.

- **Estradas do Zambeze, SA**

Esta sociedade regida pelo direito moçambicano tem sede em Maputo, sendo de 40% a participação do Grupo. O contrato de concessão assinado com o Estado terá uma duração de 30 anos para a conceção, construção, operação e manutenção do projeto denominado “Nova Ponte de Tete e Estradas”, em regime de portagem real com um mecanismo subsidiário de garantia de receita. A concessão compreende a nova ponte de Tete, com cerca de 2 km, e aproximadamente 14 km de novas rodovias 2x1; a reabilitação, financiamento, operação, manutenção das estradas nacionais entre Cuchamano e Zóbuê (N7 e N8), numa extensão aproximada de 260 km; a manutenção da estrada entre Cassacatiza e Tete (N9), com extensão aproximada de 268 km; a manutenção da estrada entre Colomuê e Mussacama (N304), com uma extensão aproximada de 156 km; e a operação e manutenção da Ponte Samora Machel em Tete.

A data estabelecida para o início da concessão foi o dia 1 de abril de 2011. No início de maio efetivou-se a primeira transferência de receitas do concedente para a Estradas do Zambeze proveniente da cobrança de taxas de fronteira.

Esta sociedade contribuiu - já na quota consolidada dos interesses do Grupo - para um VN de 11,6 milhões de euros (2,0 milhões em 2010), registando um EBITDA de 280 mil euros e um resultado líquido de 204 mil euros face a, nestas últimas rubricas, valores inexpressivos no ano anterior.

No que respeita à atividade de operação e manutenção da via, desempenhado pela participada Operadora das Estradas do Zambeze SA, iniciou-se a 1 de outubro 2011, a operação com a atividade de assistência e vigilância.

- **Soares da Costa Concessions USA**

Esta sociedade de direito norte-americano detida integralmente pela Soares da Costa Concessões, SGPS, SA, foi constituída em 2010 com o objetivo de explorar o mercado norte-americano nas áreas de investimento em projetos de infraestruturas, posicionando o Grupo Soares da Costa no mercado de concessões dos Estados Unidos da América, que se encontra ainda numa fase de crescimento e desenvolvimento. Cedo foi reconhecida a sua competência técnica ao ser pré-qualificada para os projetos Tampa-Orlando High Speed Rail e Georgia West by Northwest Managed Lanes. Todavia, face a decisões políticas e de orientação de estratégia pública, estes projetos viriam a ser cancelados pelas entidades governamentais dos Estados da Florida e da Georgia, respetivamente.

No entanto, abrem-se para o ano de 2012 e seguintes horizontes promissores para o desenvolvimento de projetos 3P no mercado norte-americano.

Ainda no segmento das concessões de transportes mas agora respeitando exclusivamente ao subsegmento ferroviário dá-se conta da atividade da:

- **ELOS – Ligações de Alta Velocidade, SA**

Esta sociedade foi constituída em 2010 no seguimento da adjudicação ao consórcio co-liderado pela Soares da Costa do contrato em parceria público-privada para a construção, financiamento, manutenção e disponibilização do troço entre Poceirão e Caia que faz parte da futura ligação em alta velocidade entre as cidades de Lisboa e Madrid. Dada a participação do Grupo na sociedade (16,7%) esta não é consolidada estando o investimento realizado registado ao custo.

No final de 2010 foram preparados pela ELOS todos os elementos necessários à reforma do contrato de concessão. A empresa foi notificada da decisão de adjudicação do contrato de concessão reformado em 19 de janeiro de 2011. Posteriormente, em 8 de fevereiro, foi efetuado o novo *Financial Close* da concessão no âmbito da reforma do contrato de concessão. Após esta, cujo objetivo era a sanção das dúvidas suscitadas pelo Tribunal de Contas, designadamente no que respeita a alterações ao perfil de risco do concedente, era expetável a obtenção para breve do referido visto o que, no entanto, não viria a acontecer.

Os constrangimentos provocados pela impossibilidade do contrato de concessão poder vir a ter execução financeira por parte do Estado português, e a restrição efetuada pelas entidades bancárias ao financiamento aprovado, fruto da não obtenção do visto prévio, tiveram como consequência um abrandamento significativo da atividade da empresa, no segundo semestre do ano, tendo sido reduzida aos mínimos que permitissem o cumprimento dos compromissos estabelecidos com o concedente e com as entidades financeiras.

Neste contexto a empresa viu-se obrigada a continuar a cumprir pontualmente o serviço da dívida o que constitui um “desfasamento” peculiar face ao abrandamento da atividade induzida pelo concedente devido à ausência de visto. Para

que a ELOS o pudesse fazer foi, no entanto, necessário, dada a impossibilidade de utilizar os financiamentos existentes, que os seus acionistas aprovassem em Assembleia Geral realizada em dezembro de 2011, um reforço dos fundos próprios da empresa.

Apesar do contexto de crescente incerteza que ao longo do ano se veio a instalar (mais intensamente no segundo semestre), a empresa continuou a desenvolver o anteprojecto e demais documentação técnica relativa a esta fase do projecto tendo conseguido concluí-lo atingindo, assim, o seu principal objetivo para este exercício.

Já após o fecho do exercício, o Tribunal de Contas decidiu não conceder visto ao contrato de concessão.

A encerrar esta secção uma referência ao projecto do:

- **Metro de Telavive - Israel**

No que diz respeito a este projecto importa fazer referência ao litígio existente entre o concedente (o Estado de Israel) e a Metropolitan Transportation Solutions (MTS), sociedade concessionária em que o Grupo Soares da Costa detém, através da Soares da Costa Concessões, SGPS, SA, uma participação de 20%. No decurso do 3º trimestre de 2010, a MTS foi confrontada com a posição do concedente de proceder à resolução do contrato, por alegado incumprimento da concessionária, salvo se esta aceitasse um conjunto de contrapartidas ao Concedente e outras condições. A Concessionária decidiu rejeitar aquela posição do Concedente e, bem assim, as condições por este exigidas - que tornariam o projecto inviável - e remeter o diferendo para decisão por Tribunal Arbitral, desencadeando as formalidades nesse sentido. Os procedimentos de arbitragem têm decorrido com a normalidade e morosidade típica deste tipo de processos. É nossa convicção que o processo se está a desenrolar com a independência necessária e no respeito dos cânones internacionais, pelo que se continua a aguardar um desfecho no decurso do ano de 2012 e que o mesmo salvguarde os interesses do Grupo.

CONCESSÕES DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Apesar da retração económica que conduz inevitavelmente a uma redução na utilização do transporte individual a favor do transporte público, a subsidiária **CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.** atingiu em 2011 um novo máximo dos proveitos totais dos últimos três anos, para cerca de 5,1 milhões de euros. A redução significativa alcançada nos gastos operacionais (aproximadamente 0,5 milhões de euros), resultante do conjunto de medidas de gestão implementadas, possibilitou à empresa atingir, pela primeira vez, resultados operacionais positivos. Destaca-se também o crescimento do EBITDA que atingiu em 2011 o valor de 2,6 milhões de euros, correspondendo a uma margem superior a 50% dos proveitos gerados.

Dados Operacionais da CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.

Valores em milhões de euros

	2011	2010	2009
Proveitos operacionais totais	5,1	4,9	4,9
Gastos operacionais totais	4,7	5,2	5,2
Amortizações	2,3	2,4	1,2
Gastos operacionais sem amortizações	2,4	2,8	3,9
EBITDA	2,6	2,1	0,9
Margem EBITDA	52,0%	43,2%	19,3%

Apresenta ainda, todavia, um resultado líquido fortemente negativo (-3,0 milhões de euros) afectada que está pelo elevado valor do serviço de dívida e pelo registo não recorrente em 2011 da anulação de 1,2 milhões de euros de activos por impostos diferidos.

O segmento dos parques de estacionamento, no âmbito do Grupo Soares da Costa, é complementado pela **Costaparques - Estacionamento, S.A.**, com atividade circunscrita à gestão do parque de estacionamento da Galeria Central, no Campo 24 de agosto, no Porto e à exploração do parque de estacionamento subterrâneo Gemini e de zona de estacionamento delimitado à superfície, em Oliveira de Azeméis, num total de 1.860 lugares de estacionamento.

Enquanto a ocupação do Parque da Galeria Central no Campo 24 agosto – Porto se mantém estabilizada, o Parque do Gemini na Praça com o mesmo nome em Oliveira de Azeméis ainda não apresenta uma procura minimamente satisfatória o que só acontecerá com a manutenção de um sistema eficaz da fiscalização do estacionamento na via pública envolvente. Neste sentido estamos certos do bom desempenho que a empresa tem demonstrado no estabelecimento de uma plataforma de comunicação e informação que vai permitir ao Município de Oliveira de Azeméis a emissão dos avisos que implantámos em 2010 e cujos resultados serão agora ampliados com um máximo diário e aplicação de coima dos avisos não liquidados. A Costaparques vê assim satisfeito o seu objetivo, num processo com resultados evidentes, já que mantém a percentagem contratual nas receitas agora com um acréscimo do máximo diário de 2,5 euros para 8,5 euros, majoradas ainda pelo efeito dissuasor da aplicação de coimas.

A empresa apresentou um volume de proveitos operacionais de 303 milhares de euros superior em 20% ao verificado no ano anterior e EBITDA positivo de 59,6 milhares de euros.

CONCESSÕES DE ÁGUA E ENERGIA

- **Indaqua, S.A.**

A Indaqua, S.A. é uma empresa que resulta de uma parceria estratégica para o setor das águas entre alguns grupos económicos nacionais, com competências em diferentes áreas de negócio, atuando no setor do ambiente e na gestão do ciclo de água, integrando o tratamento de água, transporte e distribuição, recolha e tratamento de água residual.

A Soares da Costa Concessões SGPS (e por via desta subsidiária o Grupo Soares da Costa) detém uma participação de 28,57% no capital da Indaqua, sendo consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

Durante 2011, a Indaqua manteve a gestão, em ritmo normal, das concessões anteriormente contratadas. De realçar que as concessionárias de Fafe, de Sto. Tirso/Trofa e da Feira registaram aumentos importantes nos volumes de água faturados. Em termos consolidados a Indaqua apresentou rendimentos e ganhos operacionais de 54 milhões de euros e custos operacionais de 37 milhões de euros para um EBITDA de cerca de 17 milhões de euros. Os gastos de financiamento líquidos, em termos consolidados, foram de cerca de 10 milhões de euros. O resultado líquido da Indaqua, S.A. foi de 766 mil euros.

O ano agora findo foi intenso na procura de novos mercados geográficos na América do Sul (Brasil e Peru), em África (Angola) e na Ásia (Macau). Em Angola a Indaqua iniciou a exploração do negócio através das sociedades Vista Water e Akwangola. A primeira teve em 2011 em execução o contrato de assessoria técnica ao programa “Água para Todos” para o Ministério da Energia e Águas. Durante o ano foram-lhe adjudicados o contrato relativo aos serviços de assessoria na criação e *start-up* das Águas de Saurimo e Dundo e o contrato de formação na operação e manutenção de infraestruturas de saneamento básico, programa patrocinado pela União Europeia. A Vista Water apresentou em 2011 um total de ganhos operacionais de 1,7 milhões de USD e a Akwangola cerca de 0,5 milhões de USD.

Em 2011 a Indaqua alcançou a adjudicação de um contrato de operação e manutenção de uma estação de tratamento de águas residuais em Macau, que dá suporte a mais de meio milhão de habitantes, por um período de 5 anos. O tratamento biológico da água residual será efectuado em reatores com tecnologias de membranas. Com esta nova

tecnologia de membranas, a ETAR de Macau transformar-se-á numa das maiores infraestruturas do mundo com este tipo de tratamento. Este concurso de exploração ganho pela Indaqua tem um valor superior a 28 milhões de euros.

Esta nossa participada para além de atingir uma fase de maturidade, com os novos negócios vê também, assim, reforçada significativamente a sua dimensão internacional.

- **Hidroequador Santomense – Exploração de Centrais Hidroelétricas, Lda.**

Esta empresa detém uma participação de 60% na sociedade Hidroelétrica STP, Lda., em S. Tomé e Príncipe, que tem por objeto a conceção, estudo, construção e exploração de centrais geradoras de energia, gestão de recursos energéticos, projetos electromecânicos, elétricos e civis, sendo que os restantes 40% pertencem à EMAE, a empresa pública de distribuição de energia elétrica e de água em S. Tomé e Príncipe. Em 31 de dezembro de 2011, a empresa tinha em funcionamento a central hidroelétrica do Guegue, em São Tomé, e a central hidroelétrica do Papagaio, na Ilha do Príncipe.

A obra da construção da central hidroelétrica de Bombaim mantém-se em curso. A estrada cujo aluimento impediu no passado o acesso ao local da obra e o prosseguimento da construção da central hidroelétrica de Bombaim está concluída e já foi aberta ao trânsito. Os equipamentos principais, que já foram adquiridos, nomeadamente geradores, turbinas e transformadores, bem como grande parte da conduta, continuam aparcados no porto de S. Tomé e Príncipe, aguardando envio para a obra e montagem. A linha aérea de média tensão correspondente encontra-se erigida e pronta a ligar.

A Hidroequador Santomense e a Hidroelectrica Lda. assinaram, em finais de 2009, com o Governo de S. Tomé e Príncipe, um contrato de fornecimento de energia elétrica através de um conjunto de geradores instalados na Central de Bobo Forro II. O total de proveitos decorrentes da exploração desta Central ascendeu, em 2011, a 2,4 milhões de euros.

No âmbito do cumprimento do contrato em vigor, o Governo de S. Tomé e Príncipe propôs em junho de 2011 a aquisição antecipada do conjunto de geradores e transformadores, tendo as negociações correspondentes tido lugar a partir do fim de setembro de 2011 e envolvido no seu âmbito a subestação anexa ao referido conjunto e que garante a interligação à rede pública. As negociações ficaram concluídas no final do mês de janeiro de 2012 tendo a proposta dos acionistas desta sociedade merecido acolhimento por parte dos altos representantes do Governo Santomense que se comprometeram a definir os termos que enquadrem a pretendida transação.

- **Soares da Costa Hidroenergia, SA**

A Soares da Costa Hidroenergia, S.A. foi constituída em março de 2010, sob controlo maioritário da Soares da Costa Concessões, SGPS, SA e cujo objeto social é a construção e exploração de centrais hidroelétricas. Em dezembro de 2010, celebrou quatro contratos de implementação de aproveitamento hidroelétrico para um prazo de 45 anos, dois no Rio Zêzere, um em Abrantes e outro em Castro D'Aire, totalizando uma potência a instalar de cerca de 28 MW, para um investimento total de cerca de 44 milhões de euros. A 31 de dezembro de 2011 o investimento já realizado nesta participada era de cerca de 10 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011 a sociedade realizou diligências e contactos com diferentes entidades de forma a encontrar um novo parceiro que combine o perfil técnico com a capacidade financeira desejada, para desenvolver os projetos hídricos adjudicados. Entretanto, prosseguiu e apresentou às entidades competentes os estudos relativos às Propostas de Definição de Âmbito para a implementação dos aproveitamentos hidroelétricos, cuja construção, consoante os projetos, se encontra prevista para 2012 e 2013, esperando-se a entrada em funcionamento em produção industrial em 2014.

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO DE NOVAS CONCESSÕES:

Neste âmbito e no mercado nacional dever-se-á fazer referência ao projeto do novo Hospital Oriental de Lisboa (anteriormente designado de “Todos-os-Santos”), no qual o Consórcio SALVEO, liderado pela Soares da Costa Concessões SGPS, já obteve uma adjudicação preliminar. O hospital ficará localizado na zona oriental de Lisboa, e substituirá cinco unidades no centro da cidade (Hospital de São José, Capuchos, Desterro, Santa Marta e D. Estefânia) servindo um total de 950 mil habitantes. O hospital de 165.000 m² terá um período de construção que deverá durar três anos tendo o contrato de concessão uma duração prevista de trinta anos. Aguarda-se a realização da adjudicação definitiva deste projeto.

No mercado externo o Grupo através de várias das suas subsidiárias tem tido um desenvolvimento comercial relevante destacando-se aqui os concursos de concessão a que nos apresentámos, nomeadamente o aeroporto internacional de Chincero-Cusco no Peru e o Metro de S. Petersburgo, na Rússia, ambos em fase de avaliação pelo concedente e aguardando desenvolvimento.

Traçada uma panorâmica geral da atividade das participadas desta área de negócios durante o ano de 2011 apresentam-se de seguida os indicadores gerais consolidados deste segmento de negócio:

Principais Indicadores Consolidados da área de Concessões

Valores em milhões de euros

	2011	2010	Var.
Volume de Negócios (VN)	187,6	102,2	83,6%
EBITDA	43,3	34,0	27,3%
Resultados Operacionais (EBIT)	29,0	19,9	45,9%
Resultados Financeiros	-27,8	-28,2	-1,4%
Resultado Consol. Exerc. Atrib. Grupo	-1,0	-6,9	-85,9%

O negócio das concessões assenta, em geral, a sua base na realização de investimentos de grande volume com retornos de longo prazo de moderada segurança a requerer uma forte estrutura financeira e uma dimensão significativa. É reforçado o carácter impulsionador da área das concessões no segmento da Construção, constituindo-se, aliás, como áreas complementares e importantes fatores sinérgicos.

Área De Negócio Concessões – Volume de Negócios por Empresa

Valores em milhões de euros

Empresas	2011			2010	Var.
	Bruto	Ajustam.	Consol.	Consol.	
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.	2,2	-0,8	1,4	0,2	832,8%
C.P.E. - Comp. De Parque de Estacionamento, S.A.	4,8	0,0	4,7	4,9	-3,0%
COSTAPARQUES – Estacionamentos, S.A.	0,3	0,0	0,3	0,3	20,6%
Soares da Costa Serviços Téc. e de Gestão, S.A.	0,9	-1,4	-0,5	1,1	-
SCUTVIAS – Autoestradas da Beira Interior, S.A.	39,1	0,0	39,1	38,3	2,2%
Portvias - Portagem de Vias, S.A.	0,6	-0,1	0,5	0	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A.	13,8	-13,8	0	4,3	-100,0%
Estradas do Zambeze, S.A.	11,6	0,0	11,6	2,0	476,8%
OPERESTRADAS XXI S.A.	4,4	-1,8	2,6	0,1	-
Auto-Estradas XXI - Subconc. Transmontana, S.A.	125,3	0,0	125,3	47,5	163,7%

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Exproestradas XXI - AE Transmontana, S.A.	3,9	-3,9	0	0,4	-
Hidroequador Santomense - Exp.Centrais Hidroel.	2,4	0,0	2,4	2,8	-14,2%
Soares da Costa Hidroenergia, S.A.	0,4	-0,3	0,1	0,2	-38,5%
Soares da Costa Concessões - Costa Rica, S.A.	0	0	0	0,1	-
Hidroelétrica STP, Limitada	0,1	-0,1	0	0	-
Operadora das Estradas do Zambeze	0,5	-0,5	0	0	-
Total	210,4	-22,8	187,6	102,2	83,6%

As contas consolidadas da Soares da Costa Concessões, S.G.P.S., S.A. são reveladoras da especificidade deste segmento de negócio: resultados operacionais fortemente positivos (29,0 milhões de euros face ao valor de 19,9 milhões um ano antes, crescendo 45,9%), EBITDA ainda mais elevados (+43,3 milhões de euros, face a +33,2 milhões um ano antes, ou seja +27,0%), por via de amortizações significativas¹⁰, evidenciando margens em relação ao VN sem paralelismo com os outros segmentos, mas com resultados financeiros negativos de expressão relevante (-27,8 milhões de euros praticamente em linha com o ano anterior), traduzindo o custo de financiamento dos investimentos.

Com um *mix* de atividades, como se viu acima, em que coexistem investimentos em fase de maturação e de extração de rentabilidade com outros que ainda não atingiram o *break-even* e ainda alguns em fase de implementação, o resultado líquido da Área de Concessões progrediu expressivamente em 2011 passando do valor negativo de -6,9 milhões de euros em 2010 para o valor de -1,0 milhões de euros.

5.3 IMOBILIÁRIO



Além da atividade de promoção imobiliária, esta área de negócios integra, também, a gestão de imóveis próprios, onde estão instalados os serviços de várias empresas do Grupo.

Principais Indicadores Consolidados da Área de Negócio Imobiliário

Valores em milhões de euros

	2011	2010	Δ %
Volume de Negócios (VN)	7,1	14,6	-51,2%
EBITDA	4,1	5,5	-26,1%
Resultados Operacionais (EBIT)	2,5	3,9	-35,7%
Resultados Financeiros	-3,4	-4,9	-30,9%
Resultado Consolidado Exerc. Atrib. Grupo	-0,5	-0,7	-31,8%

O VN consolidado desta área foi de 7,1 milhões de euros, um valor pouco inferior a metade do verificado no ano anterior. O quadro que segue decompõe este valor por empresas, revelando o decréscimo no contributo da Soarta que em 2010 procedera ao registo de vendas com algum significado relativamente aos projetos Soarta-República, em Matosinhos e Alcântara em Lisboa, praticamente já comercializados na totalidade.

¹⁰ Face às alterações introduzidas pela IFRIC 12 esta afirmação não é correspondida nas concessões que seguem o modelo do ativo financeiro

Os indicadores consolidados desta área revelam um EBITDA de 4,1 milhões de euros e um resultado operacional de 2,5 milhões (que comparam com 5,5 e 3,9 milhões de euros em 2010, respetivamente) e um resultado consolidado do exercício de -0,5 milhões de euros, face ao valor de -0,7 milhões de euros registado no período homólogo anterior.

Área de Negócios Imobiliário – Volume de Negócios por Empresa

Valores em milhões de euros

Empresa	2011		2010		Var.
	Bruto	Ajustam.	Consoli.	Consol.	
SOARTA – Soc Imob. Soares da Costa, S.A.	1,0	0	1,0	8,2	-87,4%
CIAGEST – Imobiliária e Gestão, S.A.	4,5	0	4,5	5,1	-11,3%
Mercados Novos – Imóveis Comerciais, Lda.	0,1	0	0,1	0,3	-64,6%
Cais da Fontinha – Investim. Imobil., S.A.	0,6	0	0,6	0,2	227,4%
HABITOP – Sociedade Imobiliária, S.A.	0,3	0	0,3	0,1	353,6%
NAVEGAIA - Instalações Industriais SA	0,1	0	0,1	0,1	0,1%
Soares da Costa Imobiliária, Lda	0,4	0	0,4	0,6	-36,3%
Total	7,2	0	7,1	14,6	-51,2%

Relativamente aos principais empreendimentos é de registar em 2011 o decurso da fase de comercialização do empreendimento Cais da Fontinha, em Gaia, e a conclusão da construção do projeto do Condomínio Residencial da Talatona, em Angola, cuja comercialização ocorrerá em 2012.

Não sendo a área imobiliária uma área nuclear na estratégia do Grupo, não se deixará, todavia, de se manter atento às oportunidades de negócio que se deparem nomeadamente no âmbito das políticas de reabilitação urbana em Portugal, e nos mercados internacionais *core* de presença do Grupo.

5.4 ENERGIA PRÓPRIA



As Demonstrações Financeiras consolidadas foram pela primeira vez influenciadas pela performance das empresas do Grupo Self Energy. Como anunciado anteriormente, o Grupo adquiriu em finais de 2010 uma participação de controlo (57,26%) na sociedade Energia Própria, SGPS, SA, holding do grupo Self Energy, o que implicou um investimento realizado de 6,5 milhões de euros; esta sociedade detinha a totalidade do capital das sociedades Self Energy Serviços de Energia, SA, a primeira empresa ESCO (Energy Services Company) a operar em Portugal, Self Energy Solutions, SA, líder no setor de soluções de microgeração solar e eólica e a Self Energy Engineering & Innovation, SA, dedicada a serviços de engenharia e inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de eficiência energética e de energias renováveis.

A Energia Própria detém ainda uma participação de controlo na Self Energy UK e participações noutras sociedades em Portugal, Moçambique e Espanha.

Durante o exercício, procedeu-se à fusão da holding “Energia Própria”, com as suas subsidiárias Self Energy Serviços de Energia, SA e Self Energy Solutions, SA, concentrando assim diversas valências do negócio da “Energia” (eficiência energética, micro geração e construção de centrais fotovoltaicas) numa única entidade visando uma maior robustez, posicionamento de referência no mercado, obtenção de sinergias e racionalização de custos.

Em 2011 o negócio de eficiência energética, com a marca, “Self Energy ESCO”, teve um crescimento sustentado e margens operacionais em linha com o histórico anterior à integração no Grupo Soares da Costa, sendo de destacar o aumento do volume de negócios e a contribuição líquida positiva que as áreas de eficiência energética do Reino Unido, Espanha e Moçambique tiveram. Este subsegmento representa cerca de 36% do VN desta área. Já o negócio da micro geração em Portugal, com a marca “Self Energy Solutions”, teve um ligeiro decréscimo.

A área das centrais fotovoltaicas foi a mais afetada pela conjuntura económica por estar totalmente dependente do acesso a financiamento.

A paralisação de projetos como o de 8 MW de Ferreira do Alentejo adjudicado em 2010, ainda que com o Pedido de Informação Prévia (PIP) válido até outubro de 2012, afetou sobremaneira os indicadores que em termos consolidados se apresentam de seguida:

Principais Indicadores Consolidados da Energia Própria, SGPS, SA

Valores em milhões de euros

	2011
Volume de Negócios (VN)	8,6
EBITDA	-2,1
Resultados Operacionais (EBIT)	-2,2
Resultados Financeiros	-0,7
Resultado Consolidado Exerc. Atrib. Grupo	-1.9

Apesar de uma conjuntura económico-financeira que expetavelmente não se modificará otimisticamente de modo particularmente relevante em 2012, ainda assim as perspetivas desta área são de significativa melhoria dos seus indicadores de rentabilidade.

A área de eficiência energética terá novos desafios e oportunidades em Portugal através da regulamentação das ESE (Empresas de Serviços de Energia) e da implementação do programa ECO-AP que pretende atingir 30% de poupanças em energia nos edifícios do Estado e ainda através das oportunidades abertas pela disponibilização do Fundo Europeu JESSICA para reabilitação urbana. No Reino Unido, o negócio da mini-geração fotovoltaica ganhou novo interesse para centrais até 250KW após alterações legislativas importantes. Também ao nível da eficiência energética a existência de mecanismos como o “Green Deal” ou o “Renewable Heat Incentive” permitem viabilizar alguns dos projetos em estudo em alguns clientes há mais de um ano e que até ao momento não eram economicamente viáveis. Neste sentido, um *memorandum of understanding* assinado em 2011 com uma grande empresa de *facilities management* permitirá à Self Energy atuar ao nível da eficiência energética num portefólio de mais de 50 edifícios, na maioria de entidades públicas. O pipeline comercial no Reino Unido ultrapassa de momento os 10 milhões de euros, existindo boas perspetivas de financiamento no próprio mercado.

Na área da microgeração dever-se-á assistir a uma redução gradual das tarifas bonificadas e da potência disponível com essa bonificação, até ao momento que sejam atingidos os custos em paridade com os custos reais da rede apresentados aos clientes (*grid parity*). Nesta altura, o ambiente regulatório terá um impacto menor e novas oportunidades aparecerão, nomeadamente através da introdução de formatos como o *net metering* que se estima possa começar a ser testado em Espanha já em 2012. Este novo enquadramento é uma grande oportunidade de posicionamento para a marca Self Energy Solutions e a sua rede de Agentes Autorizados.

A área das centrais fotovoltaicas terá como principais objetivos a concretização das obras em curso e a sua ligação à rede dentro dos prazos previstos, a potencial alienação de algumas centrais em exploração há mais de dois anos,

nomeadamente através da sociedade Rooftops of Spain e o arranque da instalação do projeto na Polónia, principal projeto em desenvolvimento pela empresa e que pode representar um volume de negócios bastante apreciável.

6. CONTAS INDIVIDUAIS

As contas individuais da Grupo Soares da Costa, S.G.P.S, S.A., são também elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas na União Europeia. Refletem a realização de um volume de negócios de 6,2 milhões de euros, superior ao nível verificado no ano anterior (4,0 milhões de euros). Estes proveitos respeitam essencialmente à prestação de serviços técnicos de administração e gestão a outras empresas do Grupo.

Os resultados operacionais foram negativos em 0,7 milhões de euros mas substancialmente melhores do que os referentes ao exercício anterior que se situaram em -3,2 milhões de euros.

Os resultados financeiros globalmente situaram-se em +0,8 milhões de euros (face ao valor de 29,4 milhões um ano antes), sendo esta variação influenciada pela redução muito expressiva dos rendimentos e mais valias de participações de capital, que em 2010 atingiram 33,8 milhões de euros e no ano findo se quedaram pelo valor de 3,7 milhões de euros.

Com efeito, os dividendos auferidos em 2011 provenientes da *subholding* da área de Construção fixaram-se em 2011 em 3,7 milhões de euros face ao valor de 15,5 milhões de euros em 2010, ano em que também a alienação da participação do BAI teve um contributo importante para os resultados financeiros, sem paralelo em 2011.

O valor líquido dos ativos elevou-se de 489,1 milhões de euros no final de 2010 para 542,3 milhões de euros (+55,8 milhões de euros), influenciado significativamente pelo aumento verificado ao nível dos empréstimos a empresas do Grupo, associadas e participadas, no ativo não corrente, que se incrementaram em 75,2 milhões de euros, com uma redução das disponibilidades de 11,4 milhões de euros.

Ao nível das participações de capital e outros investimentos financeiros não se registaram alterações relevantes.

Do lado do passivo há a registar, correlativamente ao aumento do ativo, um aumento de 271,3 para 329,8 milhões de euros, com influência fundamental também do endividamento interno ao Grupo com a rubrica “empresas do grupo, associadas e participadas” a registar um aumento de 52,8 milhões de euros.

Na expressão do passivo continuam a ser maioritários os empréstimos obrigacionistas, a médio e longo prazo, contraídos na parte final do exercício de 2007, sendo um de valor nominal de 20 milhões a uma maturidade de oito anos e o outro de valor nominal de 80 milhões de euros a dez anos, ambos com remuneração indexada à EURIBOR. Durante o ano a sociedade procedeu, nos respetivos prazos de vencimento, ao pagamento dos juros dos cupões números 7 e 8 destas emissões.

A variação nos capitais próprios foi de -2,7 milhões de euros, fundamentalmente por via do efeito da saída de fundos próprios - distribuição de dividendos aos acionistas (3,5 milhões de euros) de parte do resultado do exercício de 2010 - não ter sido suficientemente compensada com os resultados individuais do exercício de 2011 que se situaram em 0,8 milhões de euros.

7. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem um dos pilares de competitividade e desenvolvimento das organizações. Consolidados que estão os princípios e as linhas de orientação estratégica em matéria de desenvolvimento de recursos humanos no seio do Grupo, tem-se vindo a implementar e a consolidar, progressivamente, um conjunto de metodologias e boas práticas promotoras do incremento do capital humano. Passa-se a apresentar de seguida os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo em matéria de recursos humanos nas suas variadas vertentes:

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

Apostado em alinhar o capital humano com a sua estratégia de desenvolvimento organizacional, o Grupo Soares da Costa procurou dar continuidade em 2011 a uma estratégia de recrutamento que garantisse na admissão de novos colaboradores não só as competências requeridas para a função, mas também um significativo potencial de desenvolvimento profissional.

O recrutamento interno foi em 2011 uma abordagem preferencial no preenchimento de vagas, o que tende a potenciar a gestão de carreiras, com os consequentes ganhos de motivação dos colaboradores, assim como permitiu reduzir custos com processos de recrutamento externo e integração de novos colaboradores.

Ao longo de 2011 foram recebidos 21 pedidos para o preenchimento de 34 funções. Na sua grande maioria, estes pedidos de recrutamento destinaram-se a colmatar lacunas das operações do Grupo Soares da Costa em Angola. Destacam-se com maior prevalência os processos de recrutamento e seleção para as funções de Diretor de Obra, Desenhador/Projetista, Preparador de Obra e Técnicos de AVAC para a empresa Clear Angola.

FORMAÇÃO

Como primeira caracterização do investimento feito na formação em 2011, importa referir que foram realizadas 19.833 horas de formação, que implicaram um total de 127 mil euros de custos com inscrições. Este volume, contemplou 4.010 participações em ações de formação envolvendo 1.186 formandos. A análise da distribuição das horas pelas categorias profissionais, revela que os Quadros Superiores e os Profissionais Qualificados reúnem o maior número de horas de formação frequentada. Esta distribuição denota valores baixos na formação frequentada pelos Quadros Intermédios, o que ressalta a necessidade de intervir a este nível. A “Construção Civil e Engenharia Civil” foi a área temática que registou maior número de horas de formação em 2011 com 7.737 horas, seguida da “Gestão e Administração” com 3.698 horas e da área da “Segurança Laboral” com 3.329 horas.

Por Categoria Profissional	2011
Dirigentes	563
Quadros Superiores	7.334
Quadros Médios	2.445
Quadros Intermédios	713
Prof. Qualificados	8.658
Prof. Semi-Qualificados	48
Prof. Não Qualificados	96
Praticantes e Aprendiz	12
Total	19.833

Por Temas	2011
Ciências Informáticas	180
Informática na ótica do utilizador	1.046
Ciências sociais e do comportamento	167
Construção civil e engenharia civil	7.737
Electricidade e energia	110
Eletrónica e automação	225
Engenharia e Afins	305
Gestão e Administração	3.698
Línguas e literaturas estrangeiras	990
Marketing e publicidade	78
Contabilidade e administração	816
Direito	431
Não Especificado	300
Proteção do ambiente	320
Saúde	101
Segurança e higiene no trabalho	3.330
Total	19.833

As intervenções formativas realizadas no seio do Grupo Soares da Costa distinguem-se entre formação planeada e formação não planeada. Na primeira foram contempladas as ações de formação decorrentes do diagnóstico de necessidades de formação, enquanto à segunda se reconduzem as participações formativas não previstas inicialmente, mas cuja necessidade se confirma posteriormente, tal é o caso das participações em congressos, seminários e conferências. No que concerne à formação planeada, o ano 2011 teve como principais objetivos desenvolver nos titulares de determinadas funções críticas, um conjunto de competências técnicas e comportamentais que se nos afiguram estratégicas para o incremento do capital humano do Grupo, a saber: Gestão de Projetos, Idiomas, Liderança, Inovação Empresarial e Competências Técnicas em Engenharia e Gestão. No que concerne à gestão de projetos, foi iniciada em setembro de 2011 a 2ª edição do Programa Avançado de Gestão e Negociação de Projetos em parceria com a Católica Executive Education Lisbon. Compreendendo um total de 98 horas, este programa teve como destinatários Diretores de Obra, Diretores de Projeto e Coordenadores de Orçamentos.

Ao nível da gestão de topo, 2011 ficou marcado pelo Encontro de Quadros de Alta Direção. Neste evento, assessorado por consultores em desenvolvimento organizacional, reuniram, durante dois dias, cinquenta quadros diretivos para trabalhar os temas liderança e inovação empresarial. Este Encontro constituiu um importante momento formativo, com inegáveis ganhos ao nível do alinhamento de valores e atitudes aplicados à liderança de equipas de trabalho. A metodologia adotada conciliou as palestras de oradores credenciados nas temáticas, com dinâmicas de grupo muito orientadas para a partilha, coesão e desenvolvimento de equipas de trabalho.

Com grande impacto na partilha e transmissão do conhecimento existente no seio do Grupo, foram criados os *Workshops* Temáticos de Engenharia e de Gestão. Trata-se de um formato que reúne oradores internos, experientes numa dada temática, que partilham o seu *know how* com uma plateia de colegas a quem o tema interessa profissionalmente. Face a algumas temáticas de engenharia, a apresentação em contexto de workshop foi complementada com visitas de estudo a obras, onde se pôde visualizar, *in loco*, alguns dos aspectos técnicos abordados previamente no *workshop*. A totalidade dos *Workshops* Temáticos de Engenharia e de Gestão reuniu em sala 1.100 formandos e versaram os seguintes temas: Metodologias de Montagem de Estruturas Metálicas e Mistas, Reforço da Potência da Barragem do Alqueva, Contratos FIDIC, Produção Descentralizada de Energia e Eficiência

Energética, Código dos Contratos Públicos, Jornadas Técnicas 2011, Índice de Gestão da Sustentabilidade em Obra, LEED-Avaliação da Construção Sustentável, Procurement Internacional e Visita à Obra Viaduto do Corgo.

Por último, no ano 2011 foi criada a Academia do Conhecimento que, obedecendo ao conceito e modelo de universidade corporativa, tem na sua missão: Promover a partilha de experiências e transmissão do conhecimento das gerações mais experientes no Grupo para as gerações mais jovens; Proporcionar um conjunto de programas formativos específicos que visam desenvolver uma série de competências corporativas transversais aos diversos grupos funcionais; Disseminar um conjunto de valores e padrão comportamental que permita consolidar a Cultura Organizacional pretendida no seio de todas as empresas do Grupo; Levar os programas formativos de cariz corporativo aos colaboradores mobilizados no estrangeiro, nomeadamente através de soluções *e-learning*.

Na prossecução desta missão, são estabelecidas parcerias com as melhores escolas de negócios nacionais ao nível do desenvolvimento dos programas formativos. Em 2011 concretizámos a primeira parceria entre a Academia do Conhecimento e a Católica Executive Education Lisbon, o que resultou na realização do Programa Avançado de Gestão e Negociação de Projetos. A Academia do Conhecimento incrementará os níveis de qualificação dos recursos humanos do Grupo Soares da Costa e, em simultâneo, dar-lhes-á perspectivas de carreira profissional mais concretas e previsíveis. Estaremos assim a promover o incremento do nosso capital humano e, por conseguinte, a capacidade de assumirmos desafios mais exigentes.

PROGRAMAS DE ESTÁGIOS

No âmbito do Prémio Talento foram contemplados três recém-diplomados em engenharia civil, que viram os seus trabalhos de investigação premiados com um estágio de 6 meses na Sociedade de Construções Soares da Costa. Os estagiários tiveram a oportunidade de conhecer, sob a orientação de experientes coordenadores, duas importantes áreas funcionais da atividade da empresa: Técnica e Técnico-Comercial.

O Grupo Soares da Costa acolheu ainda outras modalidades de estágios ao longo do ano 2011, designadamente 11 estágios curriculares e 4 estágios profissionais. Um dos estágios profissionais foi acolhido pela empresa Self Energy Solutions S.A., e os restantes pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. Entre as entidades promotoras dos estágios, destacam-se o CICCOPN, o IEFP, a Escola Profissional do Fundão, a Fundação da Juventude e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja. A disponibilidade do Grupo Soares da Costa para acolher estágios promovidos por entidades externas, reflete o elevado nível de responsabilidade social que o Grupo assume perante a comunidade envolvente.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O sistema de avaliação de desempenho do Grupo Soares da Costa tem como principais objetivos promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores, premiar a excelência e incrementar os resultados operacionais das diversas áreas de negócio. Este sistema compromete o desempenho individual com os resultados da equipa, da empresa e do Grupo, por forma a incutir coresponsabilização, cooperação e coesão no seio das equipas de trabalho. Sustenta-se, ainda, um sistema de avaliação que equilibre indicadores de desempenho baseados em resultados dos processos, atividades ou tarefas, com indicadores qualitativos que apreendam o padrão de atitudes com que as pessoas pautam o exercício das suas funções. No ano 2011 integraram o processo de avaliação de desempenho cerca de 950 colaboradores, sendo que neste total se incluiu, para além dos colegas que exercem funções em Portugal, também os colaboradores ao serviço em Angola, Moçambique, Roménia, Costa Rica e Brasil.

AValiação DE POTENCIAL

O processo de avaliação de potencial e gestão do talento conjuga, de forma integrada, dados relativos a competências técnicas, competências operacionais de índole comportamental, interesses profissionais, fatores motivacionais, projeto de carreira, disponibilidade para mobilidade internacional, entre outros aspetos. No ano 2011 deu-se continuidade a estes processos de avaliação, no sentido de alargar o conhecimento sobre as competências, interesses, disponibilidade e projeto de carreira dos quadros do Grupo Soares da Costa.

NÚMERO DE TRABALHADORES E CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de trabalhadores em 2011 ao serviço das empresas consolidadas pelo método integral foi de 5.549 trabalhadores, diminuindo 403 relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal assumiram nas contas consolidadas o valor de 146,4 milhões de euros, representando 17,7% dos custos operacionais totais face a 156,5 milhões de euros e 18,3% respectivamente, no ano de 2010.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, continua a ser o principal empregador do Grupo, com 3.249 colaboradores (3.775 efetivos um ano antes).

A análise comparativa evidencia uma redução com algum significado no número de colaboradores. O Grupo privilegia na sua estratégia de gestão dos recursos humanos, conforme acima se referiu, a mobilidade intersectorial e geográfica e, no âmbito mais alargado, a mobilidade interempresas, como forma de mitigar os efeitos da exiguidade do mercado nacional da construção que suscita excedentes de recursos humanos em certas categorias profissionais; a severidade desta problemática, contudo, não deixa de requerer a implementação de ajustamentos na dotação deste importante fator de produção, o que a empresa tem vindo a procurar fazer de modo cuidado e progressivo com respeito pela legislação vigente e, mais do que isso, imbuída das preocupações de responsabilidade social que perpassa transversalmente o exercício de toda a sua atividade.

Neste âmbito, justifica-se referir que a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, foi declarada, por despacho do Secretário de Estado do Emprego de 7 de dezembro de 2011, empresa em reestruturação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do nº 2 e nº 4 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de novembro.

Complementando esta análise, importa referir que, por sua vez, o número médio de efetivos das empresas consolidadas pelo método proporcional foi de 881 trabalhadores, número análogo aos 878 verificado um ano antes.

A sociedade individualmente dispõe de 40 efetivos (28 no ano anterior).

8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O compromisso do Grupo Soares da Costa com o Desenvolvimento Sustentável é reafirmado continuamente através de várias iniciativas que envolvem a criação de valor acionista, a proteção e bem-estar dos seus colaboradores e comunidades com quem interage, a preservação do meio ambiente, através da minimização de impactes ambientais negativos e a melhoria contínua do valor criado para os grupos de interesse prioritários.

Em 2011, o Grupo Soares da Costa continuou a desenvolver e a apoiar diversas iniciativas (internas e externas) cujos objetivos vão ao encontro das linhas de atuação sustentável, procurando um equilíbrio entre o negócio que é desenvolvido e o bem-estar das comunidades com que se interage, privilegiando os pilares da saúde, da educação e do ambiente.

Apoio à Educação e Conhecimento	• Programa de Bolsas de Estudo a filhos de colaboradores (3ª edição) • Prémio Talento SdC destinado a alunos universitários (conclusão da 2ª edição – que premiou 3 alunos – e lançamento da 3ª edição) • Organização de Palestras ao Final da Tarde, contando com a colaboração de vários convidados externos • Partilha do conhecimento e experiências pessoais e profissionais dos nossos colaboradores, nas Jornadas Técnicas da Construção (2ª Edição), Workshops Técnicos de Construção, Workshops Técnicos de Gestão e Visitas Técnicas a obras em curso
Apoio a Iniciativas Desportivas e Culturais	• Clínica de Golfe SdC • Torneio de Bowling SdC (2ª Edição) • Apoio à equipa de atletismo SDC Runners • Conclusão do Projeto de Reabilitação do Centro Juvenil de Campanhã (Programa de Responsabilidade Social Corporativa)
Apoio da Diversão	• Organização de Colónias de Férias destinadas a filhos de colaboradores • Realização do Outdoor SdC • Realização da Festa de Natal para filhos de colaboradores, que contou com a entrega de diversos presentes
Apoio à Sociedade	• Com várias colaborações (patrocínios, donativo de materiais, mão de obra, etc.) em Portugal, Angola e Moçambique • Com milhares de artigos recolhidos nas campanhas solidárias realizadas nas unidades fixas da empresa, no âmbito do Ecoponto Solidário

Mais informações sobre o Desenvolvimento Sustentável no Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade 2011, disponível em www.soaresdacosta.pt

9. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O Grupo Soares da Costa, conforme as peças que fazem parte deste Relatório e Contas evidenciam, exerce a sua atividade em vários segmentos de negócio e em vários espaços geográficos. Neste âmbito o Grupo está exposto, naturalmente, a diversos riscos que se podem classificar em:

- **Riscos de Negócio:**
 - Riscos operacionais: os que podem afetar a eficácia e a eficiência dos processos operativos e prestação dos serviços do grupo, a satisfação dos clientes e a reputação das empresas;
 - Riscos de integridade: os relacionados com fraudes internas e externas a que possam estar sujeitas as empresas do grupo;
 - Riscos de direção e recursos humanos: riscos vinculados entre outros à gestão, direção, liderança, limites de autoridade, deslocalização, inserção local, etc.;
 - Riscos financeiros: designadamente riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juro, riscos de liquidez e risco de crédito;
- **Riscos de Informação**
 - Informação operativa, financeira e de avaliação estratégica;

- **Riscos do Meio**

- Concorrência;
- Meio político, económico, legal e fiscal;
- Regulação e mudanças no setor.

Do ponto de vista organizativo, em 2011 foram dados importantes passos para a alteração do sistema de análise e gestão de risco. Assim, foi criada no âmbito do centro corporativo e, por isso, com competência transversal a todo o Grupo uma unidade de Análise e Gestão do Risco com o objetivo de assegurar a eficiência e a eficácia das operações do Grupo, a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas.

A análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do Grupo. É desenvolvido um trabalho de identificação e priorização prévia dos riscos classificados como sendo mais críticos (determinados através da combinação da probabilidade de ocorrência e potencial impacto), e são definidas estratégias de Gestão do Risco com vista à implementação de procedimentos de controlo que o diminuam para um nível aceitável. Neste sentido o Grupo tem vindo a proceder à implementação de atividades de controlo que permitem mitigar os riscos. O objetivo é maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do Grupo.

Essa matriz parte das linhas gerais do plano estratégico em vigor, das metas que pretende alcançar, do tipo de atividade que prossegue e dos países que constituem os locais preferenciais de intervenção estável. Depois, e em obediência a essas linhas gerais, define um conjunto de parâmetros que orientam os objetivos estratégicos de assunção de riscos e toda a sua monitorização para conferir a conformidade dos riscos efetivamente incorridos com aqueles objetivos.

Para se poder efetuar a apreciação e ulterior monitorização, através da sua organização interna, as diferentes áreas de gestão da empresa (Desenvolvimento de Negócios, Direção de Finanças, Controlo de Gestão, Recursos Humanos, Serviços Jurídicos, etc.) identificam e avaliam os riscos que as suas decisões, nas respetivas áreas de intervenção e competência, envolvem e elencam as medidas que os possam prevenir ou minimizar. Em função desse levantamento, acompanhado criticamente pela unidade central, são tomadas as decisões relativas ao negócio, país ou projeto em causa, designadamente a decisão de contratar ou não contratar ou das condições para a contratação.

O sistema de análise e gestão é um processo iterativo, que percorre todas as fases de um projeto, desde o seu levantamento potencial, em momento de pura prospeção, e até ao seu epílogo, em que todas as responsabilidades com ele relacionadas se mostram extintas. Naturalmente que, na sua evolução, são erigidos alguns marcos essenciais de tomada de decisão mais alargada, quer para avaliar se os potenciais riscos e a forma de os abordar se encaixam no perfil estratégico definido, quer para averiguar se os mecanismos e procedimentos de controlo estão a ser observados e se se mostram adequados. Para a sua cabal gestão, são criados procedimentos de informação detalhada, com conteúdo adequado a cada fase, que permitirão fazer o acompanhamento atempado das diversas vicissitudes e agir em cima das ocorrências. Todo o processo está aberto aos contributos de revisão e aperfeiçoamento que qualquer estrutura entenda propor e é objeto de reflexão e avaliação periódica envolvendo quer os serviços de apoio, quer as áreas operacionais.

O objetivo da gestão do risco do capital no Grupo Soares da Costa é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*, manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento do negócio. O Grupo tem assim reforçado as suas políticas de análise do risco de forma a estar melhor habilitada a responder às incertezas e vicissitudes que decorrem da adaptação da sua atividade à retração do mercado nacional, com a consequente procura de alternativas que potenciem as suas capacidades.

10. SOARES DA COSTA NA BOLSA

Representação do capital

Nos termos do disposto no artigo 4, nº 3, dos estatutos, o capital social da sociedade é representado por cento e sessenta milhões de ações escriturais, ao portador, com valor nominal de um euro cada, encontrando-se dividido em duas categorias de ações, reciprocamente convertíveis mediante deliberação da assembleia geral: a) cento e cinquenta e nove milhões novecentos e noventa e quatro mil quatrocentas e oitenta e duas (159.994.482) ações ordinárias; b) cinco mil quinhentas e dezoito (5.518) ações preferenciais sem voto, cujos direitos atribuídos consistem num direito ao recebimento de um dividendo preferencial e ao reembolso preferencial do respectivo valor nominal na liquidação da sociedade.

Ações Próprias

Em outubro de 2011, a sociedade informou o mercado, através da extranet da CMVM e do seu website, e nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 248º do Código dos Valores Mobiliários, que denunciou o contrato de liquidez celebrado em 21 de setembro de 2010 com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, S.A. (cuja posição contratual tinha entretanto sido assumida pelo Banco L.J. Carregosa, S.A.). Esta denúncia teve efeitos a partir de 31 de dezembro de 2011. Assim, e ainda tendo como base as transações realizadas ao abrigo do referido contrato, tal como comunicado a 11 de janeiro de 2012, o Grupo Soares da Costa, detinha a 31 de dezembro de 2011, 507.292 ações próprias, correspondendo a 0,317% do seu capital social.

Dividendos

Tal como proposto pelo conselho de administração em assembleia geral de acionista realizada a 12 de maio de 2011, foi aprovado e distribuído um dividendo ilíquido de 0,0217 euros por cada ação ordinária e de 0,05 euros por cada ação preferencial. Conforme comunicado em 27 de maio de 2011, os dividendos foram colocados à disposição dos acionistas a partir de 13 de junho de 2011, passando as ações a transacionarem sem direito a dividendo em 8 de junho de 2011.

Comportamento em Bolsa

A evolução da cotação do Grupo Soares da Costa foi negativa pelo segundo ano consecutivo, perdendo em 2011 cerca de 31,5%, após uma queda de 55% no ano anterior. A 31 de dezembro de 2011, cada ação da Soares da Costa valia 0,37 euros, correspondendo a uma capitalização bolsista de aproximadamente 59 milhões de euros, face a 86 milhões de euros no final do ano anterior.

Esta descida espelha a evolução muito negativa do mercado de ações português como um todo (o índice de referência PSI20 caiu 28% em termos acumulados, e o índice PSI Geral, que as ações do Grupo integram, caiu cerca de 20% em 2011), com um forte aumento da aversão ao risco dos investidores em relação ao mercado nacional em consequência de vários fatores (embora todos eles interligados): crise de dívida soberana, pedido do auxílio financeiro internacional ao FMI/ UE/ Banco Central Europeu, retração da liquidez da economia e das empresas e contração do produto interno. Adicionalmente, a evolução da Soares da Costa reflete ainda, especificamente, a forte quebra de atividade e de expectativas para o setor de construção e infraestruturas em Portugal.

Também consequência deste contexto recessivo para a economia portuguesa e suas empresas, a liquidez do título caiu de forma muito acentuada face ao ano anterior: o volume de ações transacionadas reduziu-se em 64%, enquanto o valor acumulado transacionado desceu 81% (refletindo também a já referida descida na cotação). Como referência

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



comparativa, o valor transacionado acumulado das empresas que integram o PSI20 desceu 31% e das empresas que integram o PSI Geral caiu 30%.

Alguns Indicadores do Comportamento da Ação Soares da Costa

(ações ordinárias)	2011	2010	2009	2008	2007
Cotação início período (euro)	0,54	1,19	0,63	2,09	0,69
Cotação final período (euro)	0,37	0,54	1,19	0,63	2,09
Cotação máxima (euro)	0,59	1,27	1,31	2,13	2,87
Cotação mínima (euro)	0,27	0,49	0,49	0,58	0,69
Nº ações transacionadas (milhões de ações)	21,3	59,1	186,8	81,1	510,2
Valor acumulado ações transacionadas (milhões de euros)	9,8	50,8	190,5	123,1	857,5

Fonte: Euronext

Evolução da Cotação da Soares da Costa (euro) e Volume Transaccionado Diário (número de ações)



Fonte: Euronext

11. CARTEIRA DE ENCOMENDAS e PERSPETIVAS

O setor da construção vive em **PORTUGAL**, repete-se, sob um contexto bastante severo: clima de restrição pública orçamental, sobre oferta no mercado imobiliário, incerteza e aversão ao risco dos agentes privados, carência de meios de financiamento, perceção externa negativa sobre as condições de solvabilidade do país (*ratings* e desvalorização de ativos). Todas estas “fontes” desaguam numa relevante quebra de investimento em construção, condicionam a atividade comercial e concretizaram-se em 2011 em manifestações tais como:

- Escassez geral de concursos, com a consequente aviltação de preços;
- Estagnação ainda mais drástica dos concursos lançados no arquipélago da Madeira;
- Suspensão do Programa do Parque Escolar;
- Suspensão das parcerias público-privadas nas infraestruturas rodoviárias;
- Suspensão dos planos de expansão dos metros de Lisboa e Porto;
- Suspensão de todos os novos concursos para a Linha de Alta Velocidade;
- Suspensão do novo Aeroporto de Lisboa;
- Suspensão de projetos privados no subsegmento de escritórios;
- Adiamento de projetos privados no subsegmento da hotelaria.

A agravar ainda mais o nível de desafio, é de referir a reduzidíssima taxa de decisão quanto aos concursos lançados: o Hospital Oriental de Lisboa, que se encontra numa situação de impasse, e vários concursos importantes no domínio do abastecimento de água e tratamento de águas residuais encontram-se igualmente suspensos.

Como única nota positiva no investimento em Portugal tem-se o Plano Nacional de Barragens, com vários concursos lançados quer pela EDP quer pela Iberdrola. Apesar destas perspetivas, em 2011 não se assistiu a nenhuma materialização em obra real por parte da Iberdrola, sendo que a EDP adiou a execução de uma das barragens concursadas – Barragem do Alvito.

Ainda assim, obtiveram-se em 2011 algumas adjudicações importantes de que se salientam: Variante da Madalena do Mar, 2ª fase, na Madeira, Via Expresso Fajã da Ovelha – Ponte do Pargo (em consórcio) na Madeira, as empreitadas de construção das infraestruturas de Rega, Viárias e de Drenagem do Bloco de Aljustrel e do Bloco 3 de Pedrogão, empreitada de construção das infraestruturas do Pestana Tróia Resort, intervenções estruturais nos Túneis da Trofa e Sortes (Refer), a conduta adutora Moura-Safara (AGDA), o Hotel da Tocha para o cliente World Hotel e o Hotel Sana Evolution. Com referência à subsidiária Contacto refere-se a adjudicação da construção de uma unidade hoteleira na Praça da Ribeira, no Porto e o Continente Bom Dia de Ramalde, também no Porto.

No âmbito da atividade comercial internacional da Sociedade de Construções Soares da Costa, durante o ano de 2011, registam-se os seguintes aspetos:

- Início da atividade comercial na Costa Ocidental Africana, com a apresentação de uma série de propostas em concursos no Senegal e Gâmbia;
- Pré-qualificação para rede ferroviária de alta velocidade entre Tânger e Kenitra, em Marrocos, com participação já efetivada em vários concursos;
- Apresentação de vários concursos em Oman, com uma adjudicação já após o termo do exercício;
- Manutenção em níveis elevados da atividade comercial nos países africanos de expressão portuguesa de presença tradicional da sociedade (Angola e Moçambique - com alargamento e extensão efetiva do espectro geográfico de atuação no território destes países - e S. Tomé e Príncipe).
- Passos relevantes no sentido da consolidação da presença, recentemente iniciada, no Brasil.

Em **ANGOLA**, sublinha-se a adjudicação do edifício Blue Plaza, que será um dos edifícios de escritórios mais altos do centro de Luanda com 17 pisos e 4 caves; do Empreendimento Luanda Sul, constituído por dois edifícios residenciais; do empreendimento “Shopping Fortaleza” que irá nascer junto ao viaduto da nova marginal, com frente virada para a baía de Luanda, integrando um edifício de 7 pisos para o promotor Sopros – Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings e, pela sua representatividade face aos critérios de elevada seletividade impostos, a entrada da Soares da Costa no “universo” dos empreiteiros/ fornecedores da Nestlé, com a adjudicação de um projeto com prazo de execução de 9 meses e valor superior a 6 milhões de dólares.

Evidenciando a política de expansão e alargamento territorial da atividade em Angola destaca-se a adjudicação de obras noutras regiões para além da zona de Luanda, como seja o caso nomeadamente, no Soyo (Bechtel – LNG Project: Bairro Fina School), Benguela (edifício sede do BESA no Lobito), e Huambo (Centro Cultural do Huambo), aliás já iniciadas durante o exercício.

No âmbito das infraestruturas, destaca-se a importante obra lançada pela Direção Nacional de Infraestruturas Públicas do Ministério do Urbanismo e Construção da República de Angola de requalificação do Município de Sambizanga e Encostas da Boa Vista, em Luanda, parcialmente em zona do ex-“Roque Santeiro” (abrangendo a execução de infraestruturas públicas de drenagem das águas pluviais, a construção de acessos rodoviários, a montagem de infraestrutura de abastecimento de energia elétrica e a rede de iluminação pública), no valor de 90 milhões de dólares (63 milhões de euros) e prazo de execução de 12 meses.

Quanto ao âmbito de atuação da Clear Angola esta empresa teve um bom desempenho comercial no ano findo que se consubstanciou na angariação de novas obras no valor de 4,9 mil milhões de kwanzas (com a área da eletricidade a representar 67%, a climatização 21% e a hidráulica 12%). Entre o conjunto de obras angariadas destacam-se a Torre do 1º Congresso para o BESA, o New Parking Lot Building a realizar pelo consórcio Namkwang/Soares da Costa, o Empreendimento Residencial Talatona, na zona Sul de Luanda, sendo o cliente o consórcio Hagen/Goecimenta e o Edifício Fénix, para a Somague.

Em **MOÇAMBIQUE**, o nível de adjudicações e novas contratações decorreu em ritmo razoável. Refere-se a adjudicação de várias obras para instalação de agências do Banco Único (Matota, Sommershield – Maputo e do Mica), a construção do edifício técnico e de escritório da TV Cabo na Beira e a ampliação do Hotel Vip Inn Beira (2ª fase: novo edifício geminado). Objetivando aumentar o universo potencial de angariação de obras, tem-se vindo a estender a ação de trabalho a quase todo o país, pelo que, à data de fim do exercício, marca-se presença nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Tete.

Nos **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** há a destacar, como acontecimentos principais na área comercial, a adjudicação do projeto de maior valor na história da subsidiária Prince: o alargamento e reconstrução da I-75/SR 93 em Tampa, Florida, um contrato de 94,7 milhões de dólares, para o FDOT (Florida Department of Transportation), com prazo de execução de 1.500 dias e que consiste na reconstrução e alargamento de 10 milhas da autoestrada interestatal I-75 desde SR56 até Fowler Avenue e 3 milhas da rodovia arterial, incluindo a construção de 13 pontes.

Para além deste projeto em 15 de março de 2011 a Prince foi anunciada como adjudicatária do projeto de construção da New Tampa Boulevard Bridge, na cidade de Tampa, sobre a I-75 que ligará New Tampa Boulevard ao Commerce Park, um projeto de 12,5 milhões de dólares.

A Cattlemen Road - Sarasota County anunciou em 6 de abril de 2011 a Prince como licitante de menor preço para o projeto de 14,5 milhões de dólares da construção de uma nova rodovia de 3 milhas com prazo de execução até janeiro de 2013, tendo já sido começadas as atividades de preparação de terras.

Na US27 (SR25) X SR50 DB, a equipa de conceção-construção da Prince-Atkins realizará este projeto, no valor de 20,8 milhões de dólares, com um prazo de execução de 700 dias para District Five da FDOT.

Em resumo, a atividade comercial da Prince durante o ano de 2011 permitiu a angariação de obras no valor de 142 milhões de dólares.

A empresa continuará apostada no alargamento do seu âmbito geográfico de atuação com expansão ao Estado do Texas e atenta às oportunidades de mercado no âmbito dos chamados projetos 3P (parcerias-público-privadas) que se espera tenham um desenvolvimento no ano de 2012, depois de o ano findo ter sido anémico neste domínio, com o cancelamento de vários projetos entre os quais: *Florida High-Speed Rail* e *Georgia's West by Northwest*, em que a empresa se encontrava qualificada.

Na **COSTA RICA**, a empresa local está pré-qualificada para a construção e fornecimento de equipamento básico do “Hospital de Trauma” no valor de cerca de 60 milhões de dólares. Está previsto que o concurso seja lançado durante o ano de 2012.

Também em 2011 foram desenvolvidos trabalhos de orçamentação para a reconstrução e ampliação de 28 pontes, no valor global de 7,6 milhões de dólares. Aguardam-se as respetivas decisões, sabendo-se já, porém, que alguns destes projetos não terão sequência no que toca à sua execução.

Em conjunto com a Prince (líder do consórcio) e mais dois parceiros locais, orçamentou a obra de ampliação e reabilitação da Estrada Nacional nº 1, estrada Interamericana Norte, Secção Cañas – Liberia, numa extensão de 50km, com um valor global de cerca de 114 milhões de dólares, sendo a participação do Grupo no consórcio de 55%.

Das participadas do segmento das obras ferroviárias e marítimas com atividade relevante orientada para os mercados do norte de África destaca-se, em 2011, a adjudicação de uma obra de intervenção no Porto de La Guaira, na Venezuela, em montante superior a 27 milhões de euros.

Resumindo, a carteira de encomendas reflete a seguinte composição:

Carteira de Encomendas a 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Milhões de euros	Dez. 2011	%	Dez. 2010	%	Δ 2011-2010
Total	1.404,6	100,0	1.667,7	100,0	-15,8%
Portugal	482,6	34,4	720,6	43,2	-33,0%
Angola	467,0	33,3	446,4	26,8	4,6%
EUA	201,7	14,4	197,3	11,8	2,2%
Moçambique	131,6	9,4	170,2	10,2	-22,7%
Roménia	-	0,0	7,2	0,4	-99,5%
S. Tomé e Príncipe	2,0	0,1	15,3	0,9	-86,6%
Costa Rica	43,4	3,1	43,5	2,6	-0,3%
Brasil	5,4	0,4	-	-	-
Argélia	38,1	2,7	53,7	3,2	-29,0%
Marrocos	3,6	0,3	8,8	0,5	-59,0%
Cabo Verde	1,6	0,1	4,7	0,3	-66,2%
Venezuela	27,6	2,0	-	-	-

PERSPETIVAS E OBJETIVOS PARA 2012

No âmbito da implementação e execução das linhas de orientação estratégica a atividade do Grupo em 2012 terá o enfoque no negócio da construção e nas geografias *core*. Angola tende a disputar com Portugal o papel de primeiro mercado em termos de contribuição para o VN do Grupo. No mercado nacional o projeto de construção da autoestrada Transmontana continuará a assumir um papel de especial relevo. Na esteira do ano findo, perspetivam-se elevados níveis de atividade nos mercados dos Estados Unidos da América e de Moçambique. Por sua vez, espera-se um crescimento relevante no Brasil.

Os desafios ao nível da rentabilidade impõem o prosseguimento do plano de redução de custos de estrutura, em particular, no mercado nacional.

Ao nível da dívida é expetável o crescimento da dívida sem recurso associado aos projetos das concessões em curso, mas não estão previstos novos investimentos relevantes em negócios de energia e ambiente e na área imobiliária e, por outro lado, o Grupo procurará a alienação seletiva e em *timing* oportuno de ativos não estratégicos com potencial de geração de fundos e/ou redução do endividamento com recurso.

Perante um clima de maior incerteza sobre as variáveis económicas, a produção de informação financeira prospetiva envolve riscos acrescidos. Sem prejuízo de se reconhecer a existência de fatores exógenos, que podem ser altamente condicionantes, o Grupo considera ser razoável definir como meta para o seu VN de 2012 um valor perto de 900 milhões de euros, com a geração de um EBITDA de aproximadamente 10%. A possível alteração do modelo contabilístico associado à concessão da autoestrada da Beira Interior (Scutvias) face à recente introdução de portagens e eventual alteração da remuneração em função da disponibilidade poderá levar à revisão destes valores.

12. FACTOS SUBSEQUENTES

As contas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2012.

Como factos relevantes ocorridos posteriormente à data de referência das contas e conforme comunicados de informação privilegiada prestados e disponibilizados ao conhecimento público através do sítio da CMVM, a sociedade informou:

- Em 12 de março de 2012 da tomada de conhecimento, através da sociedade concessionária “Elos – Ligações de Alta Velocidade, S.A.” sobre a recusa do visto do Tribunal de Contas ao contrato de concessão do Troço TGV Poceirão-Caia da ligação de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. A subsidiária do Grupo, Soares da Costa Concessões, SGPS, SA, detém naquela sociedade concessionária uma participação de 16,304%. A concessão, com uma duração de 40 anos, implicava um investimento global de 1.494.881.960 euros, com um valor de 1.440.749.262 euros para projeto, expropriações e construção, a ser executado por um agrupamento complementar de empresas “LGV–Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE” liderado pela Sociedade de Construções Soares da Costa S.A., também subsidiária do Grupo, com uma participação de 17,25%.
- Em 28 de março sobre a adjudicação à sua participada Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, de uma obra no Sultanato de Omã, que engloba a execução dos projetos e trabalhos de construção de infraestruturas rodoviárias, contempando troços rodoviários, cinco viadutos superiores em nós de ligação rodoviária, e redes de infraestruturas associadas, a executar em zona situada entre o aeroporto internacional de Masqat e a via expresso de Masqat. A obra será executada em agrupamento com uma empresa de construção local, tendo a Sociedade de Construções Soares da Costa uma participação de 70%. Esta obra, de 48 milhões de euros e um

prazo de execução de 654 dias, representa a expansão da atividade da construtora à realização de um projeto num novo mercado.

- Em 3 de abril de 2012 sobre a celebração de um contrato com a sua participada Sociedade de Construções Soares da Costra, SA, para a empreitada de projeto e construção das instalações sociais da Angola LNG (1ª fase), no Soyo, em Angola. A obra será executada em consórcio com a MSF, tendo a Soares da Costa uma participação de 50%. A obra tem um prazo de execução de 36 meses e o valor total de adjudicação é de 252 milhões de dólares (189 milhões de euros).

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração da sociedade Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, propõe nos termos do disposto na alínea f) do artigo 66º. do Código das Sociedades Comerciais, e no respeito pela legislação aplicável quanto à distribuição de bens sociais, nomeadamente os artigos 32º e 33º do mesmo diploma, propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido individual de 877.727,62 euros, obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de dezembro de 2011, seja aplicado do modo seguinte:

- | | |
|---|------------------|
| a) Para Reserva Legal (5% dos resultados líquidos do exercício) | 43.886,38 euros |
| b) Para Dividendos tribuíveis às acções preferenciais | |
| 5.518 x 0,05 | 275,90 euros |
| c) Para resultados transitados | 833.565,34 euros |

14. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ART. 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Os membros do Conselho de Administração, individualmente, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As Demonstrações Financeiras Consolidadas, as Demonstrações Financeiras Individuais e os demais documentos de prestação de contas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individual da emitente;
- b) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

15. NOTA FINAL DE RECONHECIMENTO

Ao concluir o relatório sobre a atividade desenvolvida durante o exercício de 2011 o Conselho de Administração aproveita a oportunidade para expressar os seus agradecimentos a todas as entidades públicas e privadas que, directa ou indirectamente, têm apoiado e colaborado com a sociedade e com as diversas empresas do universo Soares da

Costa. É gratificante assinalar, em particular, o relacionamento de confiança com que os clientes, fornecedores e outros parceiros de negócio, nomeadamente instituições financeiras, nos têm honrado.

Aos membros dos outros órgãos sociais da sociedade, bem como aos nossos auditores e revisores, manifestamos também o nosso reconhecimento pela forma e rigor com que exerceram as suas funções.

Finalmente, é merecedor de reconhecimento o empenho pessoal e profissional dos colaboradores do Grupo, sem cujo esforço e dedicação não seria possível a criação de valor de que a sociedade é responsável.

Porto, 19 de abril de 2012

O Conselho de Administração,

Manuel Roseta Fino, António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques, Pedro Gonçalo de Sotto Mayor de Andrade Santos, Jorge Domingues Grade Mendes, Ana Maria Martins Caetano, António Manuel Formigal de Arriaga, António Pereira da Silva Neves, Carlos Moreira Garcia, José Manuel Baptista Fino, Martim Salema de Sande e Castro Fino

II - ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. PARTICIPAÇÕES E TRANSACÇÕES DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DIRIGENTES

(de acordo com os artigos 9º. Alínea a) e 14º nº. 7 do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Manuel Roseta Fino (Presidente do Conselho de Administração): É presidente do conselho de administração da Investifino – Investimentos e Participações SA. Esta Sociedade detinha a 1 de janeiro de 2011, 113.302.682 acções que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de dezembro de 2011.

Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos (Vogal Executivo): É administrador da Investifino – Investimentos e Participações SA. Esta Sociedade detinha a 1 de janeiro de 2011, 113.302.682 acções que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de dezembro de 2011.

António Pereira da Silva Neves (Vogal): Detinha em 1 de janeiro de 2011, 13.220 acções, que mantinha a 31 de dezembro de 2011.

Ana Maria Martins Caetano (Vogal): É presidente do conselho de administração da PARINAMA – Investimentos e Participações, SGPS, SA. Esta Sociedade detinha a 1 de janeiro de 2011, 17.600.000 acções que correspondem a 11,0000% do capital social, que mantinha a 31 de dezembro de 2011.

José Manuel Baptista Fino (Vogal): É administrador da Investifino – Investimentos e Participações SA. Esta Sociedade detinha a 1 de janeiro de 2011, 113.302.682 acções que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de dezembro de 2011.

Os restantes membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não detinham, a 31 de dezembro de 2011 ações da empresa, nem realizaram quaisquer transações sobre as ações da empresa em 2011.

2. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

À data de 31 de dezembro de 2011 os accionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

Manuel Fino, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto (*)
Indirectamente através da Investifino - Investimentos e Participações SGPS, S.A.	113.302.682	70,814%	71,042%
Total Imputável	113.302.682	70,814%	71,042%

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



PARINAMA – Participações e Investimentos, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto ^(*)
Diretamente	17.600.000	11,000%	11,035%
Total Imputável	17.600.000	11,000%	11,035%

Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto ^(*)
Indiretamente através:			
Fundo Santander Ações Portugal	2.930.324	1,831%	1,837%
Fundo Santander PPA	312.634	0,195%	0,196%
Total Imputável	3.242.958	2,027%	2,033%

(*) Considera o efeito de 5.518 ações preferenciais sem voto e bem assim da existência de 507.292 ações próprias a 31 de dezembro de 2011

3. OUTRAS INFORMAÇÕES LEGAIS

Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 2º do Dec-Lei nº. 534/80, de 7 de novembro e artigo 21º do Dec-Lei nº. 411/91, de 17 de outubro declara-se que o Grupo Soares da Costa não tem dívidas em mora ao Estado, resultantes de liquidação de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social.

4. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

0 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

De harmonia com o disposto no Regulamentos da CMVM nº 1/2010, a Soares da Costa, informa seguinte:

0.1 Legislação Aplicável

A Sociedade encontra-se subordinada ao Código do Governo das Sociedades, emitido pela CMVM e disponível em www.cmvm.pt.

0.2 Grau de cumprimento das Recomendações

Recomendação		Grau de Cumprimento	Descrição Relatório
I.	ASSEMBLEIA-GERAL		
I.1	MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL		
I.1.1	O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Recomendação cumprida	-

I.1.2	A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade	Recomendação cumprida	I.3
I.2	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1	A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Recomendação cumprida	I.4
I.2.2	Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Recomendação cumprida	I.5
I.3	VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Recomendação cumprida	I.9
I.3.2	O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Recomendação cumprida	I.11
I.3.3	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmem o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Recomendação cumprida	I.7
I.4	QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4.1	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Recomendação cumprida	I.8
I.5	ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES		
I.5.1	Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Recomendação cumprida	I.13 e I.14
I.6	MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1	As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou	Não aplicável	-

exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

I.6.2	Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Recomendação cumprida	I.20
--------------	---	------------------------------	-------------

II ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1 TEMAS GERAIS

II.1.1 ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1	O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Recomendação cumprida	II.3
II.1.1.2	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de 3 riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Recomendação cumprida	II.5, II.6 e II.9
II.1.1.3	O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Recomendação cumprida	II.6
II.1.1.4	As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do	Recomendação cumprida	II.9

	sistema de gestão de riscos.		
II.1.1.5	Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Recomendação cumprida	II.7
II.1.2	INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1	O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Recomendação cumprida	II.3 e II.14
II.1.2.2	De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Recomendação não cumprida	II.3 e II.14
II.1.2.3	A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Recomendação cumprida	II.15
II.1.3	ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Recomendação cumprida	II.21 e II.22
II.1.3.2	O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Recomendação cumprida	II.16
II.1.4	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1	A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Recomendação cumprida	II.35
II.1.4.2	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Recomendação cumprida	II.35
II.1.5	REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1	A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e	Recomendação cumprida em i),ii),iv),vii) e viii), e não	II.31, II.32 e II.33

desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:

(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

aplicável em
iii), v) e vi)

II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

**Recomendação
não cumprida
em i) e não
aplicável em ii)**

II.32 e II.33

II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja

**Recomendação
cumprida**

II.32 e II.33

	remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.		
II.1.5.4	Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	-
II.1.5.5	Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Recomendação cumprida	II.31
II.1.5.6	Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Recomendação cumprida	II.33
II.2	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Recomendação cumprida	II.3
II.2.2	O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Recomendação cumprida	II.3
II.2.3	Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	-
II.2.4	O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não	Recomendação cumprida	II.3 e II.14

	executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		
II.2.5	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Recomendação cumprida	II.11
II.3	ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Recomendação cumprida	II.3
II.3.2	O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Recomendação cumprida	II.3 e II.12
II.3.3	O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	-
II.4	CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1	O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Recomendação cumprida	II.4
II.4.3	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Recomendação cumprida	II.4
II.4.4	O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as	Recomendação não cumprida	II.4

	condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.		
II.4.5	O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Recomendação cumprida	II.4
II.4.6	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Recomendação não cumprida	
II.5	COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Recomendação cumprida	II.1, II.36
II.5.2	Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Recomendação cumprida	II.38
II.5.3	Não deve ser contratada para apoiar a comissão de remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Recomendação não aplicável	II.39
II.5.4	Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Recomendação cumprida	II.37
III	INFORMAÇÃO E AUDITORIA		

III.1	DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Recomendação cumprida	III.16
III.1.2	A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Recomendação cumprida	III.16
III.1.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Recomendação cumprida	III.18
III.1.4	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Recomendação cumprida	-
III.1.5	A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Recomendação cumprida	III.17
IV	CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1	RELAÇÕES COM ACCIONISTAS		
IV.1.1	Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do CVM, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Não aplicável	-
IV.1.2	Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios	Não aplicável	-

necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

0.3. Avaliação global sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema

Genericamente as recomendações são cumpridas, não podendo dizer-se que há capítulos mais ou menos observados. Em qualquer caso, não se perfilha cabalmente o entendimento sobre os requisitos de independência nem, muito menos, a concepção da auditoria interna e “compliance” como serviços de fiscalização, mas antes como apoios essenciais à gestão executiva; também, e sobre a fixação de remunerações, julga-se fundamental a presença na respectiva Comissão de um membro com ligação, embora não executiva, ao órgão de gestão para, dessa forma, possibilitar uma avaliação mais fundamentada.

0.4. Explicação das divergências entre as recomendações da CMVM e as recomendações que a Sociedade não cumpre ou que entende não serem aplicáveis

Quanto à recomendação **II.1.2.2**, não é pelo número que se aferirá a capacidade de intervenção dos administradores independentes; por outro lado, a composição global do Conselho espelha adequadamente a representação dos diferentes interesses que coexistem no meio em que a sociedade se move.

No que concerne à recomendação **II.1.5.2**, não parece apropriado estar a explicitar publicamente outras empresas.

Relativamente à recomendação **II.4.4**, do relacionamento previsto entre o conselho fiscal e o auditor externo, resulta que não são cometidos ao conselho fiscal rigorosamente todos os poderes preconizados pela referida recomendação; sendo certo que o Conselho Fiscal tem contacto directo com o auditor externo, entende-se que não é aplicável a exigência de ser proposto por aquele órgão e também a respectiva remuneração privilegiando-se a independência entre as duas estruturas de fiscalização.

Discorda-se da recomendação **II.4.6**, não se afigurando correcto fazer depender a auditoria interna da externa ou de órgãos diferentes do executivo: as suas funções e âmbito de actuação não se confundem e seria altamente prejudicial ao bom êxito das respetivas missões; de facto, os serviços internos de auditoria, bem os de gestão de risco, num grupo empresarial de cariz industrial, representam um instrumento fundamental da respetiva gestão executiva, quer ao nível central, quer ao nível das unidades de negócio, pelo que funcionalmente devem estar na dependência dessa gestão; tal não impede a total abertura para a colaboração ou prestação de informação aos administradores não executivos e ao Conselho Fiscal, como sempre tem acontecido.

Na recomendação **II.5.2**, consideramos que a interpretação desta recomendação vai no sentido de que a independência é aferida relativamente aos membros da comissão executiva, e daí, o sentido da auto avaliação de “cumprida” pois a comissão de remunerações é composta por três elementos, dois dos quais sem ligação aos órgãos sociais e um elemento que embora seja vogal do conselho de administração, é um membro não executivo, aliás no mesmo sentido vai a recente legislação sobre a matéria para as instituições financeiras.

I – ASSEMBLEIA GERAL

I.1 e I.2 Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral, indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A mesa da assembleia geral é composta pelos seguintes elementos:

- Fernando Enes Gaião (Presidente), eleito em Abril de 2010 terminando o mandato que termina a 31 de Dezembro de 2012;
- João Pessoa e Costa (Secretário), eleito Abril de 2010 terminando o mandato em 31 de Dezembro de 2012.

I.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral

Durante o ano de 2011, foi atribuída ao presidente da mesa da assembleia geral a remuneração de €13.500.e €4.050 ao secretário da mesa da assembleia geral.

I.4 Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das ações para participação na assembleia geral

Não existe prazo de bloqueio das ações. O exercício do direito de voto e a representação de accionistas são regulamentados nos Estatutos da Sociedade, em estrita observância das disposições legais aplicáveis, como transcrito abaixo.

De acordo com o estipulado no número 1 do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade: “Tem direito de voto o accionista titular de ações inscritas, em seu nome, em conta de registo de valores mobiliários, até ao quinto dia útil anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral, comprovando perante a sociedade, até às 17 (dezassete) horas do terceiro dia útil ao designado para a reunião, tal inscrição”.

I.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da assembleia geral

Face à legislação recente, inexistente bloqueio das ações; há apenas a necessidade de renovar a prova da qualidade de accionista.

I.6 Número de ações a que corresponde um voto

A cada ação corresponde um voto.

I.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionadas

O capital social da Sociedade é representado por 160.000.000 ações ao portador com valor nominal de um euro, tituladas de forma escritural, das quais 5.518 preferenciais e 159.994.482 ordinárias. Em conformidade com o disposto no nº. 3 do artigo 342 do Código das Sociedades Comerciais as ações preferenciais não gozam actualmente do direito de voto. As ações da Sociedade estão cotadas na Euronext Lisboa. Não existe qualquer limite de direitos de voto, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

I.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, descritas no nº. 1 do artigo 10º dos estatutos, com a seguinte redação: “A Assembleia Geral considera-se regularmente constituída e poderá deliberar validamente em primeira convocação, quando o número de accionistas presente ou representados preencher o quórum exigido por lei e,

em segunda convocação, seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.”.

I.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

Existem regras estatutárias sobre o exercício de direito de voto por correspondência: *“É admitido o voto por correspondência sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos. Para esse efeito, os accionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência, além de cumprirem todas as condições e prazos acima referidos para demonstrar essa qualidade, deverão enviar carta assinada dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral de forma a que seja recebida na sede da sociedade até às 17 horas do dia útil anterior ao da reunião, acompanhada de envelopes fechados, contendo no seu interior o sentido de voto quanto a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, de forma especificada e inequívoca, seguido da sua assinatura exarada de modo idêntico ao que consta da carta de remessa. Os envelopes contendo os votos serão abertos na Assembleia Geral, no momento da votação do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos, valendo como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto.”*. Estas disposições constam sempre do texto da convocatória da assembleia geral.

I.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

O modelo para o exercício do direito de voto por correspondência deve ser solicitado à Direcção de Relações com Investidores (por telefone 351 228 342 200 ou por email apoio.investidor@soaresdacosta.pt).

I.11 Existência de prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral

O prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral é de um dia.

I.12 Exercício de direito de voto por meios electrónicos

De momento, não está disponível nem prevista a possibilidade de exercício de direito de voto por meios electrónicos, entendendo-se que, face ao universo de accionistas normalmente inscritos, tal não se justifica. Acresce ainda que a participação presencial é a forma de intervenção que se deverá privilegiar. A participação dos accionistas na assembleia geral de 12 de Maio de 2011 atingiu os 84,57% dos direitos de voto, o que compara com a assembleia realizada em 2010, que registou 81,82% de participações de capital.

I.13 Possibilidade dos accionistas acederem aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais no sítio de internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral

As actas das reuniões da assembleia gerais encontram-se disponíveis aos accionistas no endereço de internet da Sociedade (www.soaredadacosta.pt). No próprio dia da assembleia geral são tornadas públicas as principais deliberações nela tomadas, sendo disponibilizadas as actas no sítio da empresa logo que elaboradas e assinadas.

I.14 Existência de um acervo histórico, no sítio de internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

As actas das reuniões da assembleia geral e as listas de presenças estão disponibilizadas aos accionistas no endereço de internet da sociedade, e nele são mantidas durante, pelo menos, três anos.

I.15 Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais

Na última assembleia geral ordinária da sociedade, realizada a 12 de Maio de 2011, estiveram presentes dois dos três membros da comissão de remunerações.

I.16 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

À última assembleia geral ordinária da sociedade foi submetido pela comissão de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade documento explicativo das orientações da política de remunerações e bem assim dos critérios adoptados na fixação concreta dos montantes atribuídos aos membros dos órgãos sociais.

I.17 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes

Não vigoraram, durante o exercício, nem foram previstos quaisquer planos de atribuição de ações ou de opção de aquisição de ações, pelo que na Assembleia Geral nada foi tratado sobre este assunto.

I.18 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes

Não existem regimes complementares de pensão ou de reformas antecipadas para os administradores, pelo que na assembleia geral nada foi tratado sobre este assunto.

I.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

Não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem quaisquer acordos ou medidas relacionadas com a alteração do controlo accionista ou da composição do órgão de administração, pelo que não existe também qualquer limite à transmissibilidade das ações ou à livre apreciação do desempenho dos administradores pelos accionistas.

I.21 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação

dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.22 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não há acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

II - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Seção I – TEMAS GERAIS

II.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade a 31 de Dezembro de 2011

Mesa da Assembleia Geral (2010-12):

Fernando Enes Gaião (Presidente)
João Pessoa e Costa (Secretário)

Conselho de Administração (2010-12):

Manuel Roseta Fino (Presidente)
António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques (Presidente da Comissão Executiva)
Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos (Vogal executivo)
Jorge Domingues Grade Mendes (Vogal executivo)
António Manuel Formigal de Arriaga (Vogal não executivo independente)
António Pereira da Silva Neves (Vogal não executivo)
Carlos Moreira Garcia (Vogal não executivo independente)
José Manuel Baptista Fino (Vogal não executivo)
Martim Salema de Sande e Castro Fino (Vogal não executivo)
PARINAMA - Participação e Investimentos, SGPS, S.A., pessoa colectiva nº 509 016 987, que nomeou Ana Maria Martins Caetano para exercer o cargo em nome próprio (Vogal não executivo)

Conselho Fiscal (2010-12):

Júlio de Lemos de Castro Caldas (Presidente)
Carlos Pedro Machado de Sousa Góis
Joaquim Augusto Soares da Silva
Júlio de Jesus Pinto (Suplente)

Revisor Oficial de Contas (2010-12):

Grand Thornton Associados, SROC, Lda, representada por Jorge Bento Martins Ledo.

Comissão de Remunerações (2010-12):

José Manuel Baptista Fino (Presidente)

António Jorge Gonçalves Afonso

João Pessoa e Costa

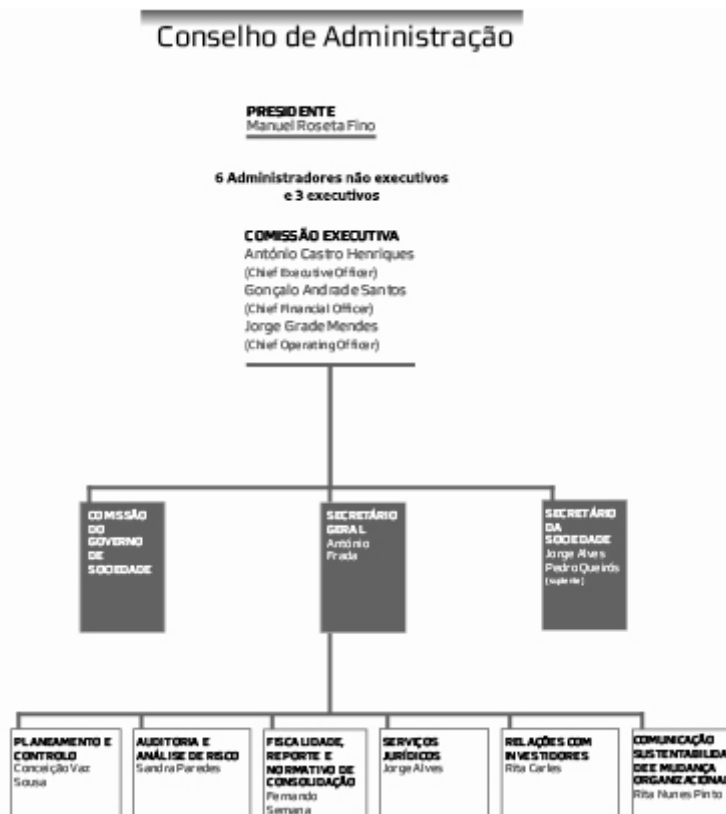
Esta composição espelha as alterações que se deram na composição do conselho de administração durante o exercício: na sequência da renúncia, por carta datada de 28 de Julho, do Dr. Pedro Manuel de Almeida Gonçalves com efeitos em 30 de Agosto de 2011, foi, por deliberação de reunião do conselho de administração dessa data, nomeado para Presidente da Comissão Executiva o Dr. António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques. Foi também nomeado por cooptação para o cargo de administrador o Eng. Jorge Domingues Grade Mendes, que passou a integrar a comissão executiva. Desta forma, desde 30 de Agosto a composição da comissão executiva é a seguinte: Dr. António Castro Henriques (presidente), Dr. Gonçalo Andrade Santos e Eng. Jorge Grade Mendes (vogais).

II.2 Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Não existem outras comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade para além das mencionadas no ponto II.1.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências

O organograma abaixo ilustra este modelo organizativo, identificando os responsáveis pelas diversas funções.



A organização societária do Grupo está patente no Relatório de Gestão, com as empresas representadas pelo seu logótipo. Também o mapa que inserimos no início das demonstrações financeiras consolidadas, ilustra a composição do Grupo, com indicação das participações (em percentagem) e do método de consolidação aplicado.

A gestão efectiva da Sociedade é exercida por uma Comissão Executiva composta por três vogais do conselho de administração, na qual o Conselho de Administração delegou todos os poderes de gestão da Sociedade, não tendo sido delegadas as matérias previstas na lei - alíneas a) a d), f), l) e m) do artigo 406^a do Código das Sociedades Comerciais; mantem-se também na competência do Conselho a aprovação da estratégia do grupo ou de decisões que, pelo seu montante ou risco, assumam esse cariz bem como as alterações estruturais. A Comissão Executiva, embora actuando de forma colegial, sob a condução do respectivo Presidente, acompanha a actividade da Soares da Costa, tendo entre os seus membros, uma distribuição de áreas preferenciais de trabalho:

- **António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques** – representação institucional e relações com investidores, planeamento e controlo de gestão, recursos humanos, área jurídica, comunicação e marketing, compras, área de negócio imobiliário, e os assuntos relacionados com a concessionária Elos - Ligações de Alta Velocidade, S.A.;
- **Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos** – serviços partilhados, fiscalidade e reporte, área de negócio concessões, área de negócio ambiente e energia, e os assuntos relacionados com a concessionária Auto-Estradas XXI, S.A.;
- **Jorge Domingues Grade Mendes** – área de negócio construção.

Os restantes membros (não executivos) do Conselho de Administração são informados das decisões e dos assuntos tratados no seio da Comissão Executiva, sendo-lhes reportado, nas reuniões, o ponto da situação da actividade da empresa e, podendo ser submetida ao Conselho de Administração qualquer matéria tratada na Comissão Executiva.

O Conselho de Administração, actualmente com dez elementos, tem sete administradores não executivos, incluindo o Presidente.

Sem prejuízo da delegação de competências, os administradores não executivos acompanharam e fiscalizaram a actividade desenvolvida pela comissão executiva, tendo acesso aos assuntos tratados e total abertura para questionar, pedir esclarecimentos e escrutinar as decisões tomadas. Por outro lado, foram chamados a pronunciar-se e a aprovar os documentos mais relevantes para a vida da Sociedade, tendo total acesso às informações que entenderam como necessárias à sua actuação de vigilância, acompanhamento e verificação do seguimento das estratégias delineadas. Não se verificaram quaisquer constrangimentos à atuação dos administradores não executivos.

Dos administradores não executivos, dois são independentes no conceito sustentado pelas recomendações da CMVM. Tem-se entendido que o melhor governo aponta para a sustentação de que o critério de independência deve caracterizar-se por uma posição relativa face aos accionistas e, sobretudo, deve ser observado na composição da Comissão Executiva. De facto, a gestão da sociedade – exercida pelos membros executivos – deve ser norteadada pelos superiores interesses da Sociedade e, por isso, maioritariamente exercida por profissionais sem ligações aos accionistas.

A representação do espectro accionista no Conselho de Administração é efectuada, primordialmente, pelos membros não executivos. Neste contexto, dois dos membros da Comissão Executiva não têm ligação a accionistas com participação qualificada, e dos actuais sete membros não executivos, quatro têm ligações a accionistas com participação qualificada. A função de acompanhar e fiscalizar em termos informados a gestão da Sociedade é exercida, por um lado, por aqueles membros não executivos e pelo Conselho Fiscal, composto por independentes, na esteira do sempre preconizado pelo nosso ordenamento jurídico.

II.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

Os relatórios do Conselho Fiscal, do Auditor e do Revisor Oficial de Contas são publicados anualmente e conjuntamente com os documentos de prestação de contas. O relatório do Conselho Fiscal descreve a actividade de fiscalização levada a curso e desenvolvida e, se for o caso, os constrangimentos com que se tenha eventualmente deparado. O Conselho Fiscal tem relacionamento directo com os serviços da empresa e com o Auditor Externo. A contratação deste poderá ser proposta pelo Conselho Fiscal, não estando, no entanto, nada estipulado nesse sentido; aliás, para além de tal não se justificar enquanto não se proceder a alteração do Auditor, entende-se que, havendo dupla fiscalização, a do Conselho Fiscal e R.O.C. e a do Auditor, é mais adequado que sejam independentes entre si e, portanto, que uma não seja proposta pela outra. O Conselho Fiscal pode, no entanto, avaliar o Auditor Externo e, se o entender, propor a sua destituição. Refira-se, por fim, que a fiscalização é submetida à apreciação da assembleia geral.

II.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia

Na dependência da Comissão Executiva, e sob coordenação do Secretário-Geral existem alguns órgãos de apoio, assessoria e prestação de serviços transversais ao Grupo: Serviços jurídicos, Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão de Riscos, Direcção de Relações com Investidores, Fiscalidade, Direcção de Comunicação, Sustentabilidade e Mudança Organizacional.

Para além dos serviços de controlo e auditoria em cada área de negócios, existe a Comissão do Governo da Sociedade, presidida pelo Secretário-Geral e da qual fazem parte o Diretor dos Serviços Jurídicos, a Diretora das Relações com Investidores, um membro da comissão de remunerações, um Diretor e um técnico superior, a qual tem por missão reflectir sobre o governo da sociedade e apresentar propostas sobre essa matéria.

Por outro lado, sendo a Sociedade uma *holding*, as comissões de risco estão sobretudo estruturadas nas sociedades operativas, designadamente nas que detêm actividades mais significativas; ao nível da *holding*, existe uma Direcção que promove estratégias de controlo de riscos, define as políticas gerais e os termos de responsabilidade e monitoriza a sua implementação. A informação financeira é divulgada internamente a todos os responsáveis, atendendo à respectiva área de actuação a partir dos elementos produzidos pelos serviços e, quando aplicável, revistos pelo Auditor Externo, pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Conselho Fiscal.

II.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade

A Administração teve responsabilidade na criação do sistema de controlo interno e de gestão. O Conselho Fiscal tem acesso directo aos serviços de controlo de gestão e monitorização de riscos, tendo a responsabilidade da avaliação destes sistemas, podendo propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.

II.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal têm o respectivo Regulamento, que está disponível no endereço da sociedade na internet.

Seção II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade

O Grupo Soares da Costa, conforme as peças que fazem parte deste Relatório e Contas demonstram, exerce a sua actividade em vários segmentos de negócios e em vários espaços geográficos.

Neste âmbito o Grupo está exposto, naturalmente, a diversos riscos que podem ser classificados em:

Riscos de negócio:

- Riscos operacionais: os que podem afectar a eficácia e a eficiência dos processos operativos e prestação dos serviços do grupo, a satisfação dos clientes e a reputação das empresas;
- Riscos de integridade: os relacionados com fraude interna e externa a que possam estar sujeitas as empresas do grupo;
- Riscos de direcção e recursos humanos: riscos vinculados entre outros à gestão, direcção, liderança, limites de autoridade, deslocalização, inserção local, etc.;
- Riscos financeiros: designadamente riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juro, riscos de liquidez e risco de crédito.

Riscos de informação:

- Informação operativa, financeira e avaliação estratégica.

Riscos do Meio:

- Concorrência;
- Meio político, económico, legal e fiscal;
- Regulação e mudanças no sector.

Do ponto de vista organizativo, em 2011 foram dados importantes passos para a alteração do sistema de análise e gestão de risco. Assim, foi criada no âmbito do Centro Corporativo e, por isso, com competência transversal a todo o grupo uma Unidade de Análise e Gestão do Risco com o objectivo de assegurar a eficiência e a eficácia das operações do Grupo, a salvaguarda dos activos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas.

A análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do Grupo. É desenvolvido um trabalho de identificação e priorização prévia dos riscos classificados como sendo mais críticos (determinados através da combinação da probabilidade de ocorrência e potencial impacto), e são definidas estratégias de Gestão do Risco com vista à implementação de procedimentos de controlo que o diminuam para um nível aceitável. Neste sentido o Grupo tem vindo a proceder à implementação de actividades de controlo que permitem mitigar os riscos. O objectivo é maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio de modo a atingir, de forma sustentada, os objectivos estratégicos do Grupo.

Essa matriz parte das linhas gerais do plano estratégico em vigor, das metas que pretende alcançar, do tipo de atividade que prossegue e dos países que constituem os locais preferenciais de intervenção estável. Depois, e em obediência a essas linhas gerais, define um conjunto de parâmetros que orientam os objetivos estratégicos de assunção de riscos e toda a sua monitorização para conferir a conformidade dos riscos efetivamente incorridos com aqueles objetivos.

Para se poder efetuar a apreciação e ulterior monitorização, através da sua organização interna, as diferentes áreas de gestão da empresa (Desenvolvimento de Negócios, Direção de Finanças, Controlo de Gestão, Recursos Humanos, Serviços Jurídicos, etc.) identificam e avaliam os riscos que as suas decisões, nas respectivas áreas de intervenção e competência, envolvem e elencam as medidas que os possam prevenir ou minimizar. Em função desse levantamento, acompanhado criticamente pela Unidade Central, são tomadas as decisões relativas ao negócio, país ou projeto em causa, designadamente a decisão de contratar ou não contratar ou das condições para a contratação.

O sistema de análise e gestão é um processo iterativo, que percorre todas as fases de um projeto, desde o seu levantamento potencial, em momento de pura prospeção, e até ao seu epílogo, em que todas as responsabilidades com ele relacionadas se mostram extintas. Naturalmente que, na sua evolução, são erigidos alguns marcos essenciais de tomada de decisão mais alargada, quer para avaliar se os potenciais riscos e a forma de os abordar se encaixam no perfil estratégico definido, quer para averiguar se os mecanismos e procedimentos de controlo estão a ser observados e se se mostram adequados. Para a sua cabal gestão, são criados procedimento de informação detalhada, com conteúdo adequado a cada fase, que permitirão fazer o acompanhamento atempado das diversas vicissitudes e agir em cima das ocorrências. Todo o processo está aberto aos contributos de revisão e aperfeiçoamento que qualquer estrutura entenda propor e é objeto de reflexão e avaliação periódica envolvendo quer os serviços de apoio, quer as áreas operacionais.

O objectivo da gestão do risco do capital no Grupo Soares da Costa é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo e assim proporcionar retornos para os accionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*, manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento do negócio. O Grupo tem assim reforçado as suas políticas de análise do risco de forma a estar melhor habilitada a responder às incertezas e vicissitudes que decorrem da adaptação da sua actividade à retracção do mercado nacional, com a consequente procura de alternativas que potenciem as suas capacidades.

II.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

O Conselho de Administração goza dos poderes conferidos pela lei. Adicionalmente, pelos Estatutos o conselho de administração está autorizado a deliberar aumentos de capital em dinheiro até 320.000.000,00 euros.

II.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

Após um período de transição, e para o mandato de 2010-12, a Sociedade voltou a ter apenas um membro que se ocupa do pelouro financeiro, enquanto no mandato anterior estas funções foram parcialmente repartidas por dois administradores, tendo agora um deles passado a membro do conselho de administração como não executivo. Assim, verificou-se a rotação, no início do mandato, do administrador executivo responsável por aquele pelouro. Estando preconizada uma avaliação no termo do mandato, a rotação futura dependerá da ponderação de vários factores, tendo em conta, nomeadamente, o carácter específico da função na sua componente externa, em que o capital humano e intelectual e experiência acumulada são fundamentais e não devem, em nossa opinião, ser desperdiçados,

privilegiando-se sempre a performance financeira do Grupo e a defesa dos interesses de todos os accionistas da Sociedade.

II.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

O Conselho de Administração reúne trimestralmente em plenário, por regra, e extraordinariamente sempre que qualquer dos seus membros o sugira, tendo efectuado nove reuniões durante 2011, com uma participação média superior a 97%. Nas reuniões participa também frequentemente o Presidente do Conselho Fiscal. Em 2011, o Conselho Fiscal realizou oito reuniões, com uma participação de 100%, tendo lavrado as respectivas actas. Das reuniões do Conselho de Administração são elaboradas actas, que são também enviadas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.13 Indicação sobre o número de reuniões da comissão executiva ou do conselho de administração executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao presidente do conselho de administração, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, ao presidente do conselho geral e de supervisão e aos presidente da comissão para as matérias financeiras

A Comissão Executiva efectuou vinte e nove reuniões, com uma participação de 100%. De cada reunião da Comissão Executiva é elaborada uma acta, que é enviada também aos membros não executivos do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente, e ao Presidente do Conselho Fiscal. Não são, em regra, emitidas convocatórias, uma vez que são previamente calendarizadas para todo o ano, sendo esse calendário divulgado aos seus membros e àquelas entidades.

II.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpriram, se lhes fosse aplicáveis as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

Dos actuais dez administradores, sete são não executivos: Manuel Roseta Fino, António Manuel Formigal de Arriaga, António Pereira da Silva Neves, Carlos Moreira Garcia, José Manuel Baptista Fino, Martim Salema de Sande e Castro Fino e PARINAMA-Participação e Investimentos, SGPS, S.A. que nomeou Ana Maria Martins Caetano. Os administradores Manuel Roseta Fino, José Manuel Baptista Fino, Martim Salema de Sande e Castro Fino e PARINAMA - Participação e Investimentos, SGPS, S.A. que nomeou Ana Maria Martins Caetano, e António Pereira da Silva Neves não são considerados administradores não executivos independentes, nos termos do nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, por serem administradores de accionistas com participação qualificada ou terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, e os três primeiros também não cumpriram, se lhes fosse aplicável, as regras de incompatibilidade previstas nas alíneas d) e h) do nº 1, do artigo 414ºA do mesmo Código. António Manuel Formigal de Arriaga e Carlos Moreira Garcia são independentes e cumprem as regras de incompatibilidade previstas na norma legal supra-citada.

II.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração

A avaliação da independência foi feita por referência ao previsto no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais.

II.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos

A selecção dos administradores não executivos é efectuada pelos accionistas sem qualquer interferência dos administradores executivos.

II.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados

O relatório anual, de que o presente documento é parte integrante, descreve sumariamente a intervenção dos membros não executivos e, se for o caso, eventuais constrangimentos ao desempenho das suas funções. Conforme já se referiu, não se verificaram quaisquer constrangimentos à atuação dos membros não executivos.

II.18 Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato**Manuel Roseta Fino (Presidente do Conselho de Administração)**

Frequência da Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa. Designado para o cargo, pela primeira vez, em 12 de Outubro de 2006, termina o mandato em curso a 31 de Dezembro de 2012. Detinha, através da Investifino, SGPS, S.A. da qual é Presidente, a 31 de Dezembro de 2011, 113.302.682 ações da Sociedade.

António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques (Presidente da Comissão Executiva)

Licenciado em Gestão pela Universidade de Paris IX Dauphine; MBA pela Universidade Nova de Lisboa. Foi vogal do conselho de administração do Banco Comercial Português entre Junho de 1995 e Janeiro de 2008. No Grupo Soares da Costa SGPS, S.A. foi designado administrador não executivo, pela primeira vez, em Abril de 2008, desempenhando funções executivas desde Abril de 2010, tendo assumido a presidência da Comissão Executiva em 31 de Agosto de 2011; termina o mandato em 31 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 não detinha qualquer ação da Sociedade.

Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos (Vogal Executivo)

Licenciado em Gestão na Universidade Católica de Lisboa; Frequência do curso de Pós-Graduação Imobiliária no ESAI. Designado administrador em Outubro de 2006. Ocupa cargos de administrador e várias empresa do Grupo Fino. Administrador da Sociedade desde Outubro de 2006, por cooptação ratificada pela assembleia geral de 22 de Maio de 2007, e membro da comissão executiva desde 31 de Janeiro de 2008, termina o mandato em curso em 31 de Dezembro de 2012. Detinha através da Investifino, da qual é administrador, a 31 de Dezembro de 2011, 113.302.682 ações da Sociedade.

Jorge Domingues Grade Mendes (Vogal Executivo)

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Foi Director de Produção e Técnico Comercial da ENGL - Sociedade de Construção Civil, S.A., Administrador da A. Silva & Silva - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Presidente da Comissão Executiva da Sopol - Sociedade Geral de Construções e Obras Públicas, S.A. (Grupo A. Silva & Silva), Administrador da Opca - Obras Públicas e Cimento Armado, S.A. e CEO (*Chief Executive Officer*) da

Opway Engenharia, S.A. entre 2008 e 2011. Administrador e membro da comissão executiva desde 31 de Agosto de 2011, terminando o mandato em curso em 31 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 não detinha qualquer ação da Sociedade.

Ana Maria Martins Caetano (Vogal)

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa. De 1984 a 2010 foi administradora de várias empresas do Grupo Salvador Caetano, nomeadamente, da Grupo Salvador Caetano SGPS, S.A. e da Toyota Caetano Portugal, S.A.. Fundadora e administradora da PARINAMA – Participações e Investimentos, SGPS, S.A., através da qual detinha, a 31 de Dezembro de 2011, 17.600.000 ações da Sociedade. Eleita para o cargo em 26 de Abril de 2010, termina o mandato em 31 de Dezembro de 2012.

António Manuel Formigal de Arriaga (Vogal)

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. De 1996 a Outubro de 2010, vogal do Conselho de Administração da Papelaria Fernandes Lojas, S.A., vogal do Conselho de Administração da Fernandes Converting – Transformação de Papel, S.A., vogal do Conselho de Administração da Fernandes Técnica – Desenho e Reprodução, S.A., vogal do Conselho de Administração da Printima, Impressão e Tratamento de Imagens, S.A., administrador Único da Transfer – Sociedade de Transportes, S.A., cargos que cessaram por inerência do encerramento do processo de insolvência de todas estas sociedades. Eleito para o cargo em 26 de Abril de 2010, termina o mandato em 31 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 não detinha qualquer ação da Sociedade.

António Pereira da Silva Neves (Vogal)

Licenciado em Economia e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Designado administrador Maio de 1998. Oriundo dos quadros da Sociedade, onde ingressou em 1980 como Director Financeiro. Administrador executivo desde 1998, passou a não executivo em 26 de Abril de 2010, terminando o mandato em 31 de Dezembro de 2012. A 31 de Dezembro de 2011 detinha 13.220 ações da Sociedade.

Carlos Moreira Garcia (Vogal)

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e pelo Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco, certificado pelo *Fellow in Foreign Service* pela Georgetown University. Diplomata desde 1967. Na sua carreira de diplomata assumiu vários cargos na secretária de Estado das Relações Exteriores do Brasil e no exterior, nomeadamente como embaixador do Brasil em Madrid. Eleito para o cargo em 26 de Abril de 2010, termina o mandato em 31 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 não detinha qualquer ação da Sociedade.

José Manuel Baptista Fino (Vogal)

Frequência do Northeast London (Business Studies) em Londres. Entre outros cargos no Grupo Fino, é também vogal do conselho de administração da Cimpor- Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. É administrador do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. desde Abril de 2008, terminando o mandato em curso em 31 de Dezembro de 2012. Detinha, a 31 de Dezembro de 2011, através da Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A., da qual é administrador, 113.302.682 ações da Sociedade.

Martim Salema de Sande e Castro Fino (Vogal)

Licenciado em Ciências Políticas pela Northeastern University em Boston, EUA. Desde Abril de 2007, director geral da Workcare – Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho. Eleito para o cargo em 26 de Abril de 2010, termina o mandato em 31 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 não detinha qualquer ação da Sociedade.

II.19 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Transcreve-se a seguir a informação que nos foi disponibilizada por cada um dos administradores com referência a 31 de Dezembro de 2011:

- **Manuel Roseta Fino:** Presidente do Conselho de Administração da Investifino- Investimentos e Participações SGPS S.A., Presidente do Conselho de Administração da Manuel Fino SGPS S.A., Administrador Único da Predifino-Sociedade Imobiliária S.A., Presidente do Conselho de Administração da Carfino SGPS S.A., Administrador Único da Quinta da Ramada Imobiliário S.A., Administrador Único da Snucker (Portugal) Confeccções S.A., Administrador Único da Fino Participações SGPS S.A., Administrador Único da Quinta da Ramada Sociedade Agrícola, S.A., Administrador Único da Imoban-Imobiliária do Ancão S.A., Vogal do Conselho de Administração da Specialty Minerals (Portugal) Especialidades Mineraias S.A., Gerente da GMC-Granitos e Material de Construção, Lda, Membro do Conselho Geral da Fundação Millenniumbcp.
- **António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques:** Presidente do Conselho de Administração da SCSP – Soares da Costa, Serviços Partilhados, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa – Construção SGPS S.A., Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa América, INC., Presidente do Conselho de Administração da Soares Da Costa – Imobiliária – SGPS, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa - Concessões, SGPS S.A., Presidente do Conselho de Administração da ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A., Presidente do Conselho de Administração da ELOS – OM, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Movex – Produção, Venda e Aluguer Módulos Pré-Fabricados S.A., Membro da Direção da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, Vogal do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Bancos Alimentares contra a Fome.
- **Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos:** Presidente do Conselho de Administração da INR – Investimentos Nacionais Rodoviários, SGPS, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa – Serviços Técnicos e de Gestão, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Intevias – Serviços e Gestão, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa Hidroenergia, S.A., Presidente do Conselho de Administração da MRN – Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Portvias – Portagem de Vias, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa – Concessões, SGPS, S.A., Chairmam do Board of Directors da Soares da Costa Concessions U.S.A., INC., Vogal do Conselho de Administração da SCSP – Soares da Costa, Serviços Partilhados, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Energia Própria, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Self Energy Engineering & Innovation, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Soares da Costa – Construção, SGPS, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Investifimo – Investimetos e Participações, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Manuel Fino, SGPS, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Carfino, SGPS, S.A., Gerente da Soares da Costa Hidroenergia 1T, Lda., Gerente da Soares da Costa Hidroenergia 4T, Lda., Gerente da Soares da Costa Hidroenergia 8T, Lda., Gerente da Soares da Costa Hidroenergia 8C, Lda., Gerente da Hidroeléctrica STP, Lda. – Sociedade Comercial de Responsabilidade, Lda.

- **Jorge Domingues Grade Mendes:** Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa Moçambique, S.A.R.L., Presidente do Conselho de Administração da Clear – Instalações Electromecânicas S.A., Presidente do Conselho de Administração da Construções Metálicas - Socometal S.A., Presidente do Conselho de Administração da Contacto – Sociedade de Construções, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Soarta - Sociedade Imobiliária Soares da Costa S.A., Presidente do Conselho de Administração da Habitop – Sociedade Imobiliária S.A., Presidente do Conselho de Administração da Cais da Fontinha – Investimentos Imobiliários, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Navegaia - Instalações Industriais, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa – Construção SGPS S.A., *Deputy Chairman* do *Board of Directors* da Soares da Costa América, Inc., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soares Da Costa – Imobiliária – SGPS, S.A., Gerente da Mercados Novos - Imóveis Comerciais Lda., Gerente da M.Z.I. - Sociedade de Construções, Lda.
- **Ana Maria Martins Caetano:** Presidente do Conselho de Administração da Parinama – Participações e Investimentos, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Caetano Coatings, S.A., Gerente da Parinama Serviços Unipessoal, Lda., Gerente da Gepatimob – Investimentos Imobiliários, Lda., Gerente da Saltriana Sociedade Agrícola de Triana, Lda., Gerente da A Rama da Oliveira, Lda., Gerente da JVE – Serviços de Radiologia, Lda.
- **António Manuel Formigal de Arriaga:** Gerente da Sítio do Livro, Lda.
- **António Pereira da Silva Neves:** Não é membro de nenhum de órgão de administração noutras sociedades.
- **Carlos Moreira Garcia:** Membro do Conselho Curador da Fundação Luso Brasileira.
- **José Manuel Baptista Fino:** Presidente do Conselho de Administração da Ramada Holdings SGPS S.A., Presidente do Conselho de Administração da Ethnica SGPS S.A., Presidente do Conselho de Administração da Área Infinitas - Design de Interiores S.A., Presidente do Conselho de Administração da Ramada Energias Renováveis S.A., Presidente do Conselho de Administração da Dignatis - Investimentos Imobiliários S.A., Vogal do Conselho de Administração da Investifino- Investimentos e Participações SGPS S.A., Vogal do Conselho de Administração da Manuel Fino SGPS S.A., Vogal do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal SGPS S.A., Administrador-delegado da Specialty Minerals (Portugal) Especialidades Minerais S.A., Gerente da Dorfino - Imobiliário Lda.
- **Martim Salema de Sande e Castro Fino:** Gerente da Workcare – Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho.

Seção III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

II.21 Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

Os membros do Conselho Fiscal são Júlio de Lemos Castro Caldas, Carlos Pedro Machado de Sousa Góis e Joaquim Augusto Soares da Silva. Por declaração prestada pelos seus membros, verificou-se o cumprimento das regras de incompatibilidade e os critérios de independência previsto no nº 1 do artigo 414º A e no nº 5 do artigo 414º, respectivamente, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.22 Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato**Júlio de Lemos de Castro Caldas (Presidente)**

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi Bastonário da Ordem dos Advogados em dois mandatos de 1993 a 1999. Foi Presidente do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A. durante dois mandatos. Foi Ministro da Defesa nacional de 1999 a 2001. Foi Presidente do Comité de Auditoria das Companhias de Seguros Global e Global Vida, durante 3 mandatos. O actual mandato como presidente do Conselho Fiscal do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. terminará a 31 de Dezembro de 2012. A primeira designação ocorreu em 29-04-2008.

Carlos Pedro Machado de Sousa Góis

Exerce a função de Revisor Oficial de Contas sob o n.º 597, sócio da sociedade J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º104. As funções por si exercidas prendem-se com as funções que a lei comete aos Revisores Oficiais de Contas, quer em nome próprio quer em nome da sociedade que representa, neste último caso, assumindo as funções de fiscal único. Nos últimos 5 anos, tem permanecido membro da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTECA), Associação Portuguesa de Consultores Fiscais e da Information Systems Audit and Control Association (ISACA), para além da já referida Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Actualmente é TOC (Técnico Oficial de Contas) de diversas instituições. As suas experiências profissionais são as constantes no seu Curriculum Vitae, que se transcrevem: Desde Março de 1988 – Sócio-Gerente da sociedade J.Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda., na qualidade de Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 597). Desde Setembro de 1987 – Administrador Judicial. 1986/1997 – Docente de Contabilidade Analítica, Introdução à Gestão, Negócio Internacional e Contabilidade Financeira na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. O actual mandato como vogal do conselho fiscal do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. terminará a 31 de Dezembro de 2012. A primeira designação ocorreu em 29-04-2008.

Joaquim Augusto Soares da Silva

Licenciado em Contabilidade e em Controlo de Gestão. Foi Presidente da assembleia geral da APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas, interveniente na elaboração e apresentação dos processos de candidatura da APPC com vista à certificação da formação, junto de várias entidades públicas: DGERT e OTOC; foi coordenador na preparação e programação das ações de formação da APPC e foi membro das Comissões de Avaliação Externa do Ensino Superior – Sub-Comissão B2.2 da área da Gestão de Empresas, cujo trabalho consistiu na análise das auto-avaliações das Escolas Superiores, nas visitas institucionais para avaliação *in loco* e na feitura dos relatórios de Avaliação da Sub-Comissão. O actual mandato como vogal do conselho fiscal do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. terminará a 31 de Dezembro de 2012. A primeira designação ocorreu em 04-07-2006.

Os membros da fiscalização não auferem qualquer remuneração em outras empresas do Grupo. Nenhum membro do Conselho Fiscal detinha no final de 2011 qualquer ação ou obrigação do Grupo Soares da Costa.

II.23 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Os membros do Conselho fiscal, exercem actividades nas empresas abaixo indicadas e nenhuma delas é empresa do Grupo Soares da Costa:

- **Júlio de Lemos de Castro Caldas:** Presidente do Conselho de Administração da SISAV – Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A., Administrador não executivo da EGEO – Tecnologia e Ambiente, S.A., Administrador não executivo da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ZON Multimédia SGPS, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Navalrocha – Sociedade de Construções Navais, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral Multinova – União Livreira e Cultural, S.A, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Adega Cooperativa de Ponte da Barca, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da F. Albuquerque e Filhos, S.A., Gerente da Estações – Comércio de Produtos Agrícola, S.A., Gerente da Sociedade Agrícola de Faquelo, Lda, Gerente da Sociedade Revisal, Lda., Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Viniverde – Comércio e Produção de Vinho Verde, S.A., Vogal da Direcção da Fundação da Casa de Mateus.
- **Carlos Pedro Machado de Sousa Góis:** Exerce a função de Fiscal Único em representação da Sociedade J. Bastos, C Sousa Góis & Associado, SROC, Lda. nas seguintes Sociedades: Escrita Digital. S.A., IG – Informática e Gestão, S.A., IG – Informática e Gestão, S.A., NCO SGPS, S.A., Sociedade Independente de Participações SGPS, S.A., Tavarner – Sociedade de Produtos Congelados, S.A., Viveiros do Falcão, S.A., Infosistema – Sistemas de Informáticos, S.A., Franquiger, S.A., INCG, SGPS, S.A., Nova Franquiger, S.A., OKE – Tiner, Lda., S3 Portugal – Des. de Circuitos Microelect. e Software, S.A., GTIE – Consultores, S.A., Sociedade Civil Agrícola Isalema, S.A., Âmbito – Sociedade Corretora de Seguros, Lda, Vans Madeira – Consultadoria e Projectos, S.A., Seveneves Investimentos Imobiliários, S.A., Robles Machado, SGPS, Lda, Tomásio Duarte, S.A., Legendra – Investimentos Imobiliários, S.A., Projecto Nata Design, S.A., Commonground, S.A., Tormo & Associados Portugal, S.A., Município de Angra do Heroísmo, Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, Redislogar (Portugal) – Artigos Eléctricos, S.A., Rádio Renascença, Lda., Intervoz Publicidade, S.A., PR3D, Consultoria e Comunicação, S.A., Lizmontagens, Emp. Montagens Termo Industriais, S.A., DBL Aluminium Serviços, S.A., COGECO – Consultadoria, Gestão e Contabilidade, S.A., COGECO II – Contabilidade, S.A., CORDIS – Gestão de Imóveis e Participações Sociais, S.A., M2SN – Soluções e Negócios, S.A., Promade – Construções, S.A., Celso & Santos, S.A., ESLAM – Estud. Lamin. Engenharia, S.A., Somercrest Industrial Holdings, SGPS, S.A., Nedphyl – Com. Prod. Alim., Farm. E Afins, S.A., Reilimpa, Limpezas e Serviços, S.A., FoxTransfers – Instituição de Pagamento, Lda, Estoril-Live, S.A., Inbriht, SGPS S.A., HPLife – Empreendimentos Imobiliários, S.A., Pug World, S.A., LDC Group, SGPS, S.A., Kay Line – Sociedade Imobiliária, S.A., Sustentatudo, S.A., Grupo Euromarketing – SGPS, S.A., Geniupgrade, SGPS, S.A., Get – Estudos Técnicos e Construções, S.A., Culturangra, EEM, Legenda Viva, S.A., Centromar – Sociedade de Construções, S.A..
- **Joaquim Augusto Soares da Silva:** Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Altri, SGPS, S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Celulose do Caima, SGPS, S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A..

II.24 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo e tem a possibilidade de apresentar proposta à Assembleia Geral para a destituição deste com justa causa.

Seção IV – REMUNERAÇÕES

II.30 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização

Foi submetido em 2011, à assembleia geral uma proposta contendo as orientações a observar pela comissão de remunerações, as quais estabelecem também os princípios gerais no estabelecimento da remuneração dos administradores executivos, designadamente na parte relacionada com o desempenho. Assim, considerando as regras usuais de mercado, seguidas em geral por empresas de dimensão e natureza similares às da Sociedade, foi proposto e aprovado o relacionamento e indexação da remuneração do cargo de Presidente do Conselho de Administração ao vencimento global do Presidente da Comissão Executiva. Adicionalmente, reproduzimos as orientações sobre política de remunerações que regem a comissão de remunerações e que foram aprovadas em assembleia de 22 de Maio de 2007:

1. As remunerações dos membros do Conselho Fiscal consistirão numa quantia fixa, tendo em conta o histórico da prática da Sociedade, aferido também pela prática do mercado;
2. A remuneração da Sociedade Revisora Oficial de Contas segue as disposições legais sobre a matéria;
3. Na remuneração dos membros do Conselho de Administração a comissão de remunerações deverá:
 - seguir os valores de mercado, atendendo à dimensão e complexidade da empresa e do grupo empresarial que encabeça;
 - atender à existência de administradores não executivos e administradores executivos;
 - considerar a representatividade do Presidente do Conselho de Administração;
 - considerar o envolvimento mais ou menos intensivo dos administradores não executivos em tarefas pontuais, comissões, ou outras;
 - considerar a representatividade do Presidente da Comissão Executiva;
 - considerar os valores históricos praticados no seio da Sociedade;
 - caso o entenda, e relativamente aos administradores executivos, atribuir um prémio de desempenho tendo em conta o conjunto de factores e critérios que entenda densificar e objectivar, tais como, volume de negócios, valorização das ações/capitalização bolsista, resultados, consecução de negócios extraordinários, ou outros, sendo que o valor desse prémio não poderá ser superior a 6 % do resultado líquido consolidado;

II.31 Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga

A remuneração dos administradores é fixada por uma comissão de remunerações eleita pela assembleia geral e seguindo as orientações gerais também por esta definidas. Para 2011 tivemos:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Nome	Cargo	Rem. Variáveis	Subs. Alimentação	Rem. Fixas	Total 2011
António Formigal de Arriaga	Vogal, Não Executivo, Independente	0	0	67.000	67.000
António Manuel Castro Henriques	Vogal, Executivo	0	1.386	395.700	397.086
António Pereira Silva Neves	Vogal, Não Executivo	0	0	209.000	209.000
Carlos Moreira Garcia	Vogal, Não Executivo, Independente	0	0	67.000	67.000
Jorge Domingues Grade Mendes	Vogal, Executivo (desde 31 Ago)	0	462	119.626	120.088
José Manuel Baptista Fino	Vogal, Não Executivo	0	0	67.000	67.000
Manuel Roseta Fino	Presidente Conselho de Administração	0	0	256.000	256.000
Martim de Sande e Castro Fino	Vogal, Não Executivo	0	0	67.000	67.000
PARINAMA/ Ana Maria Caetano	Vogal, Não Executivo	0	0	67.000	67.000
Pedro Gonçalo Andrade Santos	Vogal, Executivo	0	1.386	382.100	383.486
Pedro Manuel Almeida Gonçalves	Vogal, Executivo (até 30 Ago)	0	882	327.923	328.805
Total		0	4.116	2.025.349	2.029.465

As remunerações dos membros do conselho de administração durante o exercício de 2011 totalizaram 2.029.465 euros. Daquele montante 1.229.465 euros foram remunerações dos membros executivos e 800.000 euros dos membros não executivos. Atendendo à presente conjuntura económica, os membros da Comissão Executiva renunciaram à perceção de remunerações variáveis, pelo que os valores indicados respeitam integralmente a remunerações fixas.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal foram as abaixo indicadas no ano de 2011:

Nome	Cargo	Rem. Variáveis	Subs. Alimentação	Rem. Fixas	Total 2011
Carlos Pedro Sousa Gois	Membro do Conselho Fiscal	0	0	26.800	26.800
Joaquim Augusto Soares Silva	Membro do Conselho Fiscal	0	0	16.750	16.750
Julio Lemos Castro Caldas	Presidente do Conselho Fiscal	0	0	51.200	51.200
Total		0	0	94.750	94.750

II.32 Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

A comissão de remunerações estruturou a remuneração tendo em conta a prática histórica da empresa, o grau de responsabilidade e de representatividade dos diversos membros e a prática do mercado. No que respeita aos administradores executivos, previu ainda uma remuneração variável em função do desempenho, de montante que não incentiva a assunção, por esse facto, de riscos excessivos; no entanto, e como se referiu, esta componente variável não foi aplicada no exercício.

II.33 Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho

A remuneração dos administradores executivos comporta, como regra, uma componente variável, a atribuir de forma discricionária pela comissão de remunerações, a qual, é basicamente influenciada pelos resultados líquidos consolidados do ano anterior.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos para efeito de remuneração é a comissão de remunerações, constituída por: José Manuel Baptista Fino (Presidente), João Pessoa e Costa e António Jorge Gonçalves Afonso, como vogais. A comissão de remunerações, na sua composição actual, não integra administradores executivos, nem seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau inclusive, verificando-se assim a independência preconizada. A política de remunerações preconizada pela comissão de remunerações é aprovada e escrutinada pelos acionistas em assembleia geral.

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

O desempenho dos administradores executivos para efeitos de remuneração, é aferido pela avaliação livre da comissão de remunerações seguindo os critérios que, em cada momento entenda, tendo apenas pré determinado o critério dos resultados líquidos consolidados.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente

Nos administradores executivos, a parte variável representa, em regra, e quando aplicada, entre os 20 a 35% da remuneração global, tendo como limite máximo, para o conjunto da Comissão Executiva, 6% dos resultados líquidos consolidados.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não está ainda predefinido diferimento do pagamento da remuneração variável.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento

É uma matéria que está em estudo, parecendo que, a adoptar, só fará sentido em programa de mandato; em todo o caso, e atendendo à sua expressão quantitativa e proporcional, tem-se entendido que esse diferimento não se justifica

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em ações.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em opções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração variável, nos termos descritos, não estão previstos outros prémios ou benefícios não pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Não está prevista qualquer remuneração sob forma de participação nos lucros ou equivalente.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, a qualquer ex-administrador executivo, quaisquer indemnizações relativamente à cessação das funções durante o exercício.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Inexiste qualquer obrigação contratual relativa à compensação por destituição sem justa causa.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Não foi pago por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo qualquer montante a administradores executivos, com excepção do administrador executivo Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos que auferiu, em 2011, da accionista maioritária Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. o montante total de 59.500 euros.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia geral

Não existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não existem benefícios não pecuniários relevantes

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

Os critérios de remuneração variáveis não permitem que sejam incrementados por contratos que ponham em causa a sua razão de ser.

II.34 Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis

A remuneração dos administradores não executivos não integra qualquer componente variável.

II.35 Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento)

Existe uma política de comunicação de irregularidades, divulgada a todos os colaboradores, com indicação a quem devem ser dirigidas (comissão executiva), do tratamento que lhes será dado (Serviços Jurídicos que procedem à respectiva averiguação, podendo socorrer-se do apoio de outros serviços e propondo as medidas a tomar), garantia de confidencialidade, e divulgação estatística geral e anual, das comunicações efectuadas e do seu desfecho. Pode ser facultada a sua consulta por accionistas, mediante pedido dirigido à Direcção de Relações com Investidores. É política do Grupo Soares da Costa, nos seus procedimentos internos e externos, actuar de acordo com os padrões éticos e em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar. Deve constituir preocupação de todos os colaboradores a observância daqueles padrões e normativos, cabendo às chefias particular responsabilidade na respectiva observância. Assim, as comunicações sobre irregularidades têm o propósito de atempadamente pôr termo e prevenir a consumação de irregularidades no seio da Sociedade, quer elas sejam técnicas, económicas, comportamentais, legais ou outras. Na definição desta política, destaca-se o Código de Ética Empresarial, que se aplica a todos os gestores e colaboradores do Grupo e que está publicado no sítio da empresa na internet.

Seção V - COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36 Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador

Para além do Conselho Fiscal, a avaliação dos administradores é efectivamente feita pela comissão de remunerações, cujas composição e competência já foram descritas. Os administradores são escolhidos pelos accionistas, inexistindo qualquer comissão para identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

No final de Agosto de 2011 a comissão executiva criou um comité de direcção ou *management committee*, com o objectivo de prestar apoio, de cariz consultivo, às decisões da comissão executiva e coordenar as actividades, criar sinergias e facilitar a fluidez de informação entre as diversas áreas de negócio e funcionais. Entre outras funções, este comité de carater consultivo: auxilia a Comissão Executiva na percepção dos assuntos em curso, propondo medidas para o seu mais correto desenvolvimento; analisa e discute os negócios do Grupo e acompanha o andamento da atividade e dos resultados nas diferentes empresas e áreas de negócio; discute as estratégias comerciais nas diferentes áreas de negócio e as medidas conducentes à concretização dessas estratégias; monitoriza a implementação das mesmas; analisa os recursos do Grupo e propoe as medidas relativas à sua utilização e afectação; discute e opina sobre a eventual participação e respetivas condições em grandes projectos; discute e opina sobre temas financeiros e medidas de otimização do *cash flow*; estabelece formas de espírito de Grupo e sinergias entre as diferentes áreas de negócio ou empresas do Grupo, de forma a rentabilizar as respectivas atuações; discute e opina sobre a comunicação interna e externa; em geral, tratar de qualquer matéria que lhe seja solicitada pela comissão executiva. Esta comissão reúne mensalmente, conforme convocatória do presidente da comissão executiva, sendo realizadas atas de cada reunião. Em 2011, o comité de direcção realizou cinco reuniões.

Existe ainda a Comissão do Governo da Sociedade, presidida pelo Secretário-Geral, que tem como missão monitorizar todas as matérias relacionadas com o governo da Sociedade, reavaliar o modelo existente em função da envolvente e das estratégias prosseguidas, propor a sua manutenção ou as alterações que entenda adequadas. Esta comissão é composta pelos seguintes membros: António Manuel Sousa Barbosa da Frada, Jorge Alves, António Jorge Gonçalves Afonso, Fernando Semana, António de Paula Santos e Rita Carles.

II.37 Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

O Conselho de Administração efectuou nove reuniões durante o exercício com uma participação de 98%. Nas reuniões participa também o Presidente do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal reuniu no ano de 2011 por oito vezes. A Comissão Executiva reuniu vinte e nove vezes com uma participação de 100%. Das reuniões destes órgãos são elaboradas actas.

II.38 Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração

Os membros da comissão de remunerações possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, quer pelas suas qualificações técnicas e profissionais, quer pelo seu vasto curriculum de direcção em organizações empresariais.

II.39 Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa

A comissão de remunerações é constituída por três elementos. O seu Presidente é vogal do Conselho de Administração não executivo e os outros dois elementos são independentes, não tendo qualquer relação com o Conselho de Administração, nem a qualquer empresa de consultadoria. Não foram contratados quaisquer serviços de consultadoria/ apoio à comissão de remunerações.

III - INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social da Sociedade é representado por 160.000.000 ações ao portador com valor nominal de um euro, tituladas de forma escritural, das quais 5.518 preferenciais e 159.994.482 ordinárias. Em conformidade com o disposto no nº. 3 do artigo 342 do Código das Sociedades Comerciais as ações preferenciais não gozam actualmente do direito de voto. A totalidade das ações da Sociedade está cotada no Euronext Lisboa.

III.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2011:

Manuel Fino, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto^(*)
Indirectamente através da Investifino-Investimentos e Participações SGPS, S.A.	113.302.682	70,814%	71,042%
Total Imputável	113.302.682	70,814%	71,042%

PARINAMA – Participações e Investimentos, SGPS, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto^(*)
Directamente	17.600.000	11,000%	11,035%
Total Imputável	17.600.000	11,000%	11,035%

Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto^(*)
Indirectamente através:			
Fundo Santander Ações Portugal	2.930.324	1,831%	1,837%
Fundo Santander PPA	312.634	0,195%	0,196%
Total Imputável	3.242.958	2,027%	2,033%

(*) Considera o efeito de 5.518 ações preferenciais sem voto e bem assim da existência de 507.292 ações próprias a 31 de Dezembro de 2011

Participações dos membros dos órgãos sociais a 31 de Dezembro de 2011:

- Manuel Roseta Fino (Presidente do Conselho de Administração): É Presidente do Conselho de Administração da Investifino – Investimentos e Participações S.A.. Esta Sociedade detinha a 1 de Janeiro de 2011, 113.302.682 ações que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de Dezembro de 2011.
- Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos (Vogal Executivo): É Administrador da Investifino – Investimentos e Participações S.A.. Esta Sociedade detinha a 1 de Janeiro de 2011, 113.302.682 ações que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de Dezembro de 2011.
- António Pereira da Silva Neves (Vogal): Detinha em 1 de Janeiro de 2011, 13.220 ações, que mantinha a 31 de Dezembro de 2011.

- Ana Maria Martins Caetano (Vogal): É presidente do conselho de administração da PARINAMA – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. que detinha a 1 de Janeiro de 2011 17.600.000 ações, que correspondem a 11,000% do capital social, que mantinha a 31 de Dezembro de 2011.
- José Manuel Baptista Fino (Vogal): É administrador da Investifino – Investimentos e Participações S.A.. Esta Sociedade detinha a 1 de Janeiro de 2011, 113.302.682 ações que correspondem a 70,8142% do capital social, que mantinha a 31 de Dezembro de 2011.

Os restantes membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não detêm ações da Empresa.

III.3 Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas titulares de direitos especiais a não ser os titulares de ações preferências sem voto, que tendo o dividendo preferencial, não podem exercer o direito a voto nas assembleias gerais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações

Não existe qualquer restrição ou limitação à transmissibilidade ou à titularidade das ações. Não existem limites ao exercício dos direitos de voto. Não são reconhecidos direitos especiais a qualquer accionista, para além dos que derivam da natureza das ações preferenciais, nos termos da Lei.

III.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Não se conhece a existência de acordos parassociais.

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

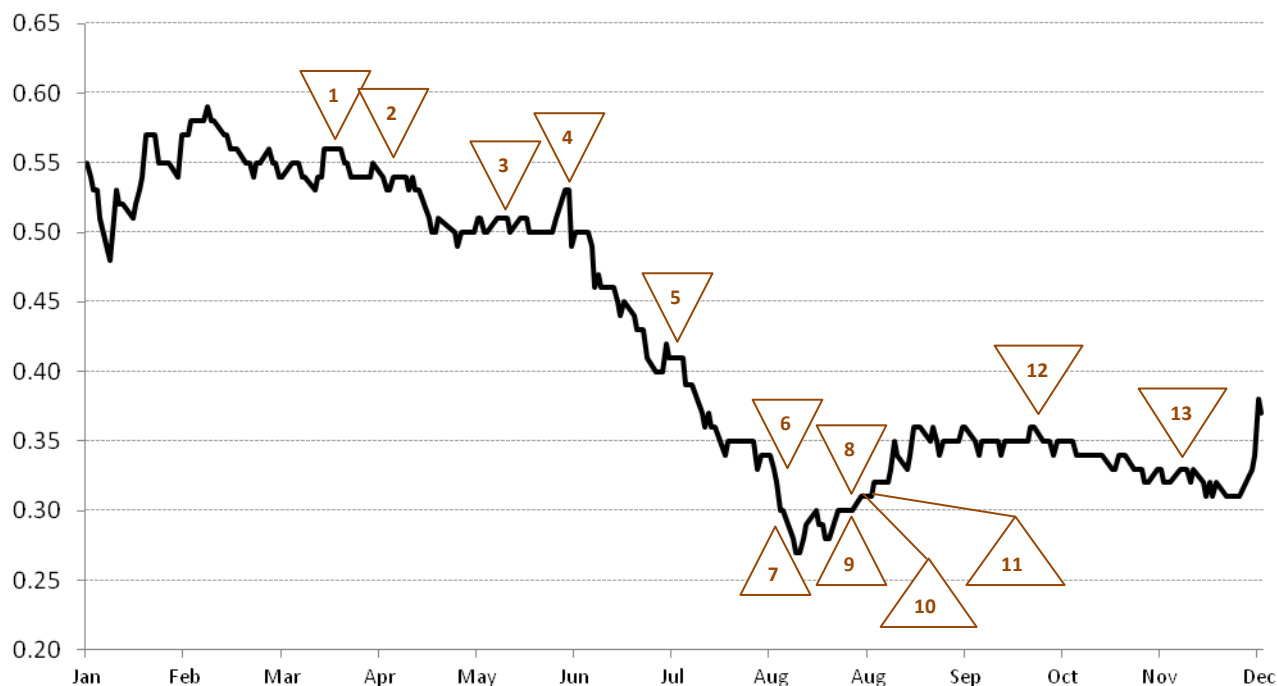
A alteração de Estatutos está sujeita exclusivamente às regras previstas na lei.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não há mecanismos de controlo previstos no eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

III.8 Descrição da evolução da cotação das ações do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de ações ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de ações; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de ações com indicação do valor líquido por ação

Evolução da cotação das ações do Grupo Soares da Costa em 2011 (em euros)



Legenda - Principais Factos Relevantes Divulgados em 2011:

1. 18-03-2011 - Participação Qualificada da Santander Asset Management
2. 04-04-2011 – Divulgação dos Resultados Anuais 2010
3. 12-05-2011 - Deliberações da Assembleia Geral de Accionistas
4. 30-05-2011 – Divulgação dos Resultados do 1º Trimestre 2011
5. 30-06-2011 - Adjudicação de obra à Prince (Estados Unidos)
6. 28-07-2011 - Alteração na Comissão Executiva
7. 29-07-2011 - Obra em Angola
8. 19-08-2011 - Contratação de Primeiras Obras no Brasil
9. 26-08-2011 - Adjudicação de um projecto de Concepção-Construção à Prince
10. 30-08-2011 - Coptação de membro do Conselho de Administração e recomposição da Comissão Executiva
11. 31-08-2011 – Divulgação dos Resultados do 1º Semestre 2011
12. 20-10-2011 - Denúncia do Contrato de Liquidez
13. 28-11-2011 – Divulgação de Resultados do 3º Trimestre 2011 e Actualização do Plano Estratégico

Comparação da Evolução da cotação das ações do Grupo Soares da Costa e do Índice PSI20 em 2011 (base 100)



Durante o exercício foram transacionadas cerca de 21,3 milhões de ações, uma descida de 64% face ao ano anterior, e correspondendo a um valor de transação acumulado de 9,8 milhões de euros, menos 81% do que 2010, reflectindo não só a queda do preço de cotação (-31% de perda acumulada no ano) mas também a queda do número de ações transacionadas já mencionada. A tendência de queda das cotações e de menor liquidez foi uma constante das ações cotadas no Euronext Lisboa, como comprova a descida acumulada de 28% do valor do índice PSI20, que sofreu também uma queda no valor transacionado de 26% em 2011.

No mapa seguinte apresentamos alguns indicadores históricos do comportamento das ações ordinárias:

		2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Ações transacionadas		21.292.523	59.100.588	186.757.988	81.095.182	510.237.948	286.071.140	33.505.540
Valor ações transacionadas	mil EUR	9.8	50.8	195.3	123.1	857.5	183.0	10.4
Valor de abertura no exercício	EUR/ação	0,55	1,18	0,65	2,08	0,69	0,35	0,37
Valor de fecho no exercício	EUR/ação	0,37	0,54	1,20	0,63	2,09	0,69	0,35
Cotação média	EUR/ação	0,43	0,86	1,04	1,52	1,68	0,64	0,31
Cotação máxima	EUR/ação	0,59	1,27	1,34	2,13	2,87	0,77	0,39
Data da sessão respetiva		09-Fev	07-Jan	14-Dez	04-Jan	10-Jul	21-Ago	Jan-11
Cotação mínima	EUR/ação	0,27	0,49	0,50	0,58	0,69	0,33	0,26
Data da sessão respetiva		10-Ago	22-Dez	19-Dez	19-Dez	02-Jan	16-Jan	05-Dez

Fonte: Euronext

Nota: As quantidades e os valores das cotações dos anos de 2005 a 2006 foram ajustados atendendo a split efectuado em Agosto de 2006, em que o valor nominal unitário passou de € 5,00 para € 1,00.

III.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ação distribuído nos três últimos exercícios

Pelo terceiro ano consecutivo, o Grupo procedeu ao pagamento de dividendos. Assim, a partir do dia 13 de Junho de 2011 procedeu a sociedade ao pagamento dos dividendos, quer das ações ordinárias, quer das ações preferências sem voto:

Euro	2010		2009		2008	
	Ilíquido	Líquido	Ilíquido	Líquido	Ilíquido	Líquido
Acções Ordinárias	0,0217	0,017	0,0434	0,0347	0,031	0,0248
Acções Preferenciais	0,05	0,0393	0,05	0,04	0,15	0,12

III.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adoptados ou vigentes no exercício em causa

Não vigoraram, durante o exercício, qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações.

III.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade

Não foram no ano de 2011 realizadas quaisquer negócios e operações expressivos ou desligados da actividade corrente entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

III.12 Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado

Não aplicável.

III.13 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Caso haja lugar, o conselho fiscal é previamente ouvido para emitir parecer sobre negócios entre a sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades com eles relacionadas.

III.14 Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

Inexistiram negócios com estas características. Acresce que o Conselho Fiscal acompanha os negócios da sociedade, estando o Presidente do Conselho Fiscal presente nas reuniões do Conselho de Administração.

III.15 Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas

No endereço de internet da Sociedade encontram-se disponíveis os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal incluindo os eventuais constrangimentos deparados.

III.16 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) Funções do Gabinete; b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) Vias de acesso ao Gabinete; d) Sítio da sociedade na Internet; e) Identificação do representante para as relações com o mercado

A empresa e a Comissão Executiva têm adoptado e investido numa política de contacto directo e permanente com todos os agentes de mercado, e em particular com os accionistas. Dispõe de um gabinete de apoio ao investidor organizado sob a forma de uma Direcção de Relações com Investidores, que, através de vários meios disponíveis, assegura comunicação com investidores, accionistas, analistas de ações e público em geral.

A divulgação de informação pertinente para o mercado de capitais é enviada electronicamente e directamente para a extranet da CMVM e para o endereço de internet da Euronext Lisboa. Dá-se integral cumprimento ao disposto na lei sobre a publicação de informação (relatório anual e contas, convocatórias, avisos de pagamento de juros, etc.) e disponibilização de documentos necessários à participação na assembleia geral.

A página oficial da Sociedade na internet, www.soaresdacosta.pt, contém informação dirigida ao investidor (submenu “Investidores”), designadamente indicadores económico-financeiros actualizados trimestralmente, convocatórias de assembleias gerais e deliberações destas, emissões de títulos, pagamentos relativos a dividendos, obrigações ou outros títulos, estatutos, relatórios e contas e comunicações de informações privilegiadas. Durante o exercício de 2011 o representante para as relações com o mercado continuou a ser o Secretário-Geral da sociedade, António Manuel Sousa Barbosa da Frada secundado pela Direcção de Relações com Investidores. O representante para as relações com o mercado pode ser contactado pelo endereço de e-mail: antonio.frada@soaresdacosta.pt. Os pedidos de informação deverão preferencialmente ser feitos para a Direcção de Relações com Investidores, cujos contactos são: Rita Carles, rita.carles@soaresdacosta.pt, telefone + 351 21 791 3236 ou + 351 22 834 2217. A Direcção de Relações com Investidores presta informação sobre o comportamento histórico dos títulos da Sociedade, inscrição (directa ou por mandatário) para as assembleias gerais e fornecimento dos respectivos documentos de preparação, pagamentos de dividendos, cupões ou remição de títulos, fornecimento de relatórios anuais e informações semestrais e trimestrais, demonstrações financeiras respectivas e divulgação de factos relevantes. A informação, apesar de disponível no endereço de internet www.soaresdacosta.pt, poderá ainda ser transmitida por correio ou e-mail a quem a solicite. A prestação de informações ou fornecimento de documentos só é prestada mediante identificação do requerente, podendo ser ainda solicitado que justifique o seu interesse na informação e a qualidade em que o faz. Toda a informação referida está disponível em português e em inglês.

Os profissionais dos meios de comunicação social podem contactar a empresa para a Direcção de Comunicação, Sustentabilidade e Mudança Organizacional – Rita Nunes Pinto, rita.pinto@soaresdacotsa.pt, telefone +351 22 834 2221.

III.17 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de

contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas

É auditor da Sociedade, a firma BDO & Associados, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº. 29 e no registo de auditores da CMVM sob o nº. 1122, representada pelo Exmo. Sr. Dr. Paulo Jorge de Sousa Ferreira, ROC nº. 781. Estes serviços de prestação de serviços de certificação legal de contas e auditoria prestados à sociedade (e a outras pessoas colectivas com as quais a mesma tem uma vinculação de domínio) atingiram os 107.625 euros em 2011. Os serviços prestados pelo revisor oficial de contas, Grant Thornton & Associados – SROC, à sociedade (e a outras pessoas colectivas com as quais a mesma tem uma vinculação de domínio), totalizaram 134.377,50 euros em 2011. O conselho de administração da Sociedade declara que, na contratação de qualquer projecto e antes da sua adjudicação, se assegura que aos auditores da Sociedade e sua respectiva rede, não foram, nem são contratados serviços que, nos termos da Recomendação o nº. C (202) 1873, de 2004/5/16, da Comissão Europeia, possam pôr em causa a sua independência.

III.18 Referência ao período de rotatividade do auditor externo

O actual auditor externo iniciou funções em 2005.

III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

ATIVO		(Valores em unidades de Euro)		
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 reexpresso	31.12.2010
NÃO CORRENTE				
Ativos intangíveis:				
Goodwill	8 e 9	86,896,365	87,156,004	87,156,004
Ativos intangíveis	8 e 9	255,443,363	267,243,983	267,243,983
	7	<u>342,339,728</u>	<u>354,399,987</u>	<u>354,399,987</u>
Ativos fixos tangíveis:				
Terrenos e edifícios	9	169,262,712	152,138,253	152,138,253
Equipamento básico	9	66,447,006	70,554,688	70,554,688
Outros ativos fixos tangíveis	9	17,552,831	22,042,596	22,042,596
Ativos fixos tangíveis em curso	9	18,459,450	26,438,863	26,438,863
	7	<u>271,721,999</u>	<u>271,174,400</u>	<u>271,174,400</u>
Propriedades de investimento	11	9,907,556	10,026,295	10,026,295
Investimentos financeiros:				
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	11	11,607,524	12,530,850	12,530,850
Empréstimos a empresas associadas	11	10,399,882	9,471,239	9,471,239
Outros investimentos financeiros	11 e 21	12,876,395	11,722,555	11,722,555
	7	<u>34,883,801</u>	<u>33,724,644</u>	<u>33,724,644</u>
Ativos por impostos diferidos	7 e 26	40,941,330	29,485,716	29,485,716
Dívidas de terceiros	7, 13 e 30	237,395,050	101,653,940	69,392,335
Total do ativo não corrente		<u>937,189,464</u>	<u>800,464,982</u>	<u>768,203,377</u>
CORRENTE				
Inventários	7, 12 e 21	127,938,135	158,306,787	158,306,787
Dívidas de terceiros:				
Clientes	13, 21 e 30	440,708,549	423,273,006	451,527,081
Imposto sobre o rendimento do exercício		1,441,691	2,604,802	2,604,802
Outras dívidas de terceiros	13 e 21	61,307,338	49,686,475	53,694,004
	7	<u>503,457,579</u>	<u>475,564,282</u>	<u>507,825,887</u>
Outros ativos correntes	7 e 14	109,009,408	130,413,871	136,587,275
Caixa e seus equivalentes	7 e 15	86,098,349	96,531,607	96,531,607
Total do ativo corrente		<u>826,503,472</u>	<u>860,816,546</u>	<u>899,251,556</u>
Total do ativo	7 e 30	1,763,692,936	1,661,281,528	1,667,454,933

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores em unidades de Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31.12.2011	31.12.2010 reexpresso	31.12.2010
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	16	160,000,000	160,000,000	160,000,000
Ações próprias	16	(172,526)	(197,780)	(197,780)
Reservas e resultados transitados	16	(49,820,845)	(40,041,140)	(40,286,958)
Resultado líquido do período	7	2,376,012	15,629,331	15,570,960
Capital próprio atribuível ao Grupo		112,382,641	135,390,411	135,086,222
Interesses não controlados pelo Grupo		4,139,852	4,170,912	4,170,912
Total do capital próprio		116,522,493	139,561,323	139,257,134
PASSIVO				
NÃO CORRENTE				
Provisões	21	886,200	704,145	704,145
Empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	17	97,604,741	97,204,246	100,000,000
Empréstimos bancários	17	538,988,548	429,504,930	433,111,904
		636,593,289	526,709,177	533,111,904
Dívidas a terceiros	19	51,310,099	44,959,160	15,811,119
Instrumentos financeiros derivados	18	53,939,404	25,550,030	-
Passivos por impostos diferidos	26	27,884,259	31,264,257	31,264,257
Total do passivo não corrente		770,613,251	629,186,768	580,891,425
CORRENTE				
Empréstimos:				
Empréstimos bancários	17	269,468,826	247,536,906	247,700,168
Outros empréstimos obtidos	17	37,850,092	46,607,772	46,607,772
		307,318,918	294,144,678	294,307,940
Dívidas a terceiros:				
Fornecedores		227,775,844	253,552,158	262,169,173
Fornecedores de investimento		3,790,535	8,068,350	8,068,350
Adiantamentos de clientes		75,655,448	112,905,358	133,436,384
Imposto sobre o rendimento do exercício		8,809,377	3,453,256	3,453,256
Outros dívidas a terceiros	19	56,659,835	52,213,120	52,213,120
		372,691,039	430,192,243	459,340,284
Instrumentos financeiros derivados	18	12,504,360	12,790,859	40,052,559
Outros passivos correntes	20	184,042,876	155,405,656	153,605,591
Total do passivo corrente		876,557,193	892,533,436	947,306,374
Total do passivo	7 e 30	1,647,170,444	1,521,720,205	1,528,197,799
Total do capital próprio e passivo		1,763,692,936	1,661,281,528	1,667,454,933

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS SEPARADA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Valores em unidades de Euro)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	2011	2010 reexpresso	2010
Vendas e prestação de serviços (Volume de negócios)	7	873,548,049	893,528,161	893,528,161
Variação nos inventários da produção		(19,097,212)	(17,236,048)	(17,236,048)
Outros ganhos operacionais	23	32,367,362	27,265,352	27,265,352
Rendimentos e ganhos operacionais		886,818,200	903,557,465	903,557,465
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(186,470,924)	(176,237,285)	(176,237,285)
Fornecimentos e serviços externos		(437,246,965)	(460,878,171)	(460,878,171)
Gastos com o pessoal	24	(146,388,809)	(156,482,764)	(156,482,764)
Gastos de depreciação e de amortização e perdas de imparidade	7	(33,791,882)	(34,548,579)	(34,548,579)
Provisões e ajustamentos de valor	7	(1,936,230)	(4,115,004)	(4,115,004)
Outras perdas operacionais	23	(22,096,255)	(21,402,316)	(21,402,316)
Gastos e perdas operacionais		(827,931,065)	(853,664,119)	(853,664,119)
Resultado operacional das atividades continuadas	7	58,887,135	49,893,346	49,893,346
Juros obtidos		14,441,415	10,446,738	
Juros suportados		(55,587,613)	(46,484,789)	
Custo líquido do financiamento	25	(41,146,199)	(36,038,051)	(35,466,994)
Ganhos relativos a empresas do grupo e associadas		665,568	856,114	
Perdas em investimentos financeiros em associadas		(500,001)	(506,765)	
Ganhos e perdas em empresas associadas	25	165,566	349,349	349,349
Rendimentos e mais valias de participações de capital		1,484,231	18,379,035	
Outros ganhos financeiros		35,206,631	27,439,509	
Outras perdas financeiras		(47,509,853)	(43,669,826)	
Outros ganhos e perdas financeiros	25	(10,818,991)	2,148,718	1,519,290
Resultado financeiro	7 e 25	(51,799,624)	(33,539,983)	(33,598,355)
Resultado antes de impostos		7,087,511	16,353,363	16,294,991
Impostos sobre o rendimento	7 e 26	(4,746,210)	(323,524)	(323,524)
Resultado consolidado do período	7	2,341,301	16,029,838	15,971,467
Atribuível ao Grupo	7	2,376,012	15,629,331	15,570,960
Atribuível a interesses não controlados pelo Grupo	7	(34,711)	400,507	400,507
Resultado por ação das atividades continuadas:	27			
Básico		0.015	0.098	0.097
Diluído		0.015	0.098	0.097
Resultado por ação:	27			
Básico		0.015	0.098	0.097
Diluído		0.015	0.098	0.097

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS SEPARADA
PARA OS TRIMESTRES DE 1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores em unidades de Euro)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	4º Trimestre 2011	4º Trimestre 2010
Vendas e prestação de serviços (Volume de negócios)	243,766,815	265,994,484
Variação nos inventários da produção	(21,830,458)	(18,962,099)
Outros ganhos operacionais	21,217,253	7,573,536
Rendimentos e ganhos operacionais	243,153,611	254,605,922
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(53,303,031)	(44,470,866)
Fornecimentos e serviços externos	(119,655,875)	(140,130,758)
Gastos com o pessoal	(38,097,556)	(39,314,833)
Gastos de depreciação e de amortização e perdas de imparidade	(8,732,695)	(8,203,325)
Provisões e ajustamentos de valor	(1,614,170)	(1,985,034)
Outras perdas operacionais	(8,005,761)	(9,221,575)
Gastos e perdas operacionais	(229,409,087)	(243,326,392)
Resultado operacional das atividades continuadas	13,744,524	11,279,530
Juros obtidos	4,710,488	(1,917,373)
Juros suportados	(15,862,260)	(14,645,867)
Custo líquido do financiamento	(11,151,774)	(16,563,240)
Ganhos relativos a empresas do grupo e associadas	249,527	514,088
Perdas em investimentos financeiros em associadas	(409,589)	(153)
Ganhos e perdas em empresas associadas	(160,063)	513,936
Rendimentos e mais valias de participações de capital	762,828	16,952,977
Outros ganhos financeiros	14,680,531	9,247,928
Outras perdas financeiras	(17,950,211)	(13,105,438)
Outros ganhos e perdas financeiros	(2,506,853)	13,095,467
Resultado financeiro	(13,818,689)	(2,953,837)
Resultado antes de impostos	(74,165)	8,325,693
Impostos sobre o rendimento	(1,855,562)	1,621,188
Resultado consolidado do período	(1,929,727)	9,946,880
Atribuível ao Grupo	(1,961,131)	9,807,647
Atribuível a interesses não controlados pelo Grupo	31,404	139,233
Resultado por ação	(0.012)	0.061

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO CONSOLIDADO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

			(Valores em unidades de Euro)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 reexpresso	31.12.2010
Resultado consolidado Líquido do período	7	<u>2,341,301</u>	<u>16,029,838</u>	<u>15,971,467</u>
Outros rendimentos integrais				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira		(16,631)	1,906,477	1,906,477
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	16	(28,102,874)	(13,659,559)	(13,659,559)
Variação nos impostos diferidos de instrumentos financeiros derivados	16	7,378,018	5,149,797	5,149,797
Ajustamentos de investimentos financeiros em equivalência patrimonial		(883,858)	1,970,827	1,970,827
Outras variações		(45,884)	(14,453)	(14,453)
Total Rendimento Consolidado Integral		<u>(19,329,928)</u>	<u>11,382,927</u>	<u>11,324,556</u>
Atribuível:				
a interesses não controlados pelo Grupo		(31,061)	693,800	693,800
ao Grupo		(19,298,868)	10,689,127	10,630,756

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em unidades de Euro)

	Capital social	Ações próprias	Reservas e resultados transitados	Reserva de conversão cambial	Reservas de operações de cobertura	Outros	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe	Interesses não controlados pelo Grupo	Total dos capitais próprios
Saldo a 1/Jan/2011	160,000,000	(197,780)	(1,633,280)	(337,995)	(24,644,913)	2,204,380	135,390,411	4,170,912	139,561,324
Dividendos	-	-	(3,463,847)	-	-	-	(3,463,847)	-	(3,463,847)
Ações próprias	-	25,254	(93,580)	-	-	-	(68,326)	-	(68,326)
Outros	-	-	(4,936,786)	(369,912)	5,129,968	-	(176,730)	-	(176,730)
Rendimento consolidado integral	-	-	2,376,012	(20,282)	(20,724,856)	(929,742)	(19,298,868)	(31,061)	(19,329,928)
Saldo a 31/Dez/2011	160,000,000	(172,526)	(7,751,481)	(728,190)	(40,239,801)	1,274,639	112,382,640	4,139,852	116,522,492

	Capital social	Ações próprias	Reservas e resultados transitados	Reserva de conversão cambial	Reservas de operações de cobertura	Outros	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe	Interesses não controlados pelo Grupo	Total dos capitais próprios
Saldo a 1/Jan/2010	160,000,000	-	(10,494,587)	(1,951,180)	(16,135,152)	248,007	131,667,089	1,005,445	132,672,534
Dividendos	-	-	(6,944,036)	-	-	-	(6,944,036)	-	(6,944,036)
Ações próprias	-	(197,780)	(72,862)	-	-	-	(270,642)	-	(270,642)
Outros	-	-	3,055	-	-	-	3,055	2,471,667	2,474,723
Rendimento consolidado integral	-	-	15,570,960	1,613,184	(8,509,762)	1,956,374	10,630,756	693,800	11,324,556
Saldo a 31/Dez/2010	160,000,000	(197,780)	(1,937,470)	(337,995)	(24,644,914)	2,204,381	135,086,222	4,170,912	139,257,134

	Capital social	Ações próprias	Reservas e resultados transitados	Reserva de conversão cambial	Reservas de operações de cobertura	Outros	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe	Interesses não controlados pelo Grupo	Total dos capitais próprios
Saldo a 1/Jan/2010 reexpresso	160,000,000	-	(10,248,769)	(1,951,180)	(16,135,152)	248,007	131,912,907	1,005,445	132,918,352
Dividendos	-	-	(6,944,036)	-	-	-	(6,944,036)	-	(6,944,036)
Ações próprias	-	(197,780)	(72,862)	-	-	-	(270,642)	-	(270,642)
Outros	-	-	3,055	-	-	-	3,055	2,471,667	2,474,723
Rendimento consolidado integral	-	-	15,629,331	1,613,184	(8,509,762)	1,956,374	10,689,127	693,800	11,382,927
Saldo a 31/Dez/2010 reexpresso	160,000,000	(197,780)	(1,633,280)	(337,995)	(24,644,914)	2,204,381	135,390,411	4,170,912	139,561,323

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E TRIMESTRE DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores em unidades de Euro)

	2011	2010	4º Trimestre 2011
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes	729,226,037	752,095,124	172,932,297
Pagamentos a fornecedores	(626,458,193)	(593,336,470)	(168,496,946)
Pagamentos ao pessoal	(132,808,555)	(147,633,688)	(35,023,315)
	(30,040,711)	11,124,966	(30,587,965)
Pagamento /recebimento do imposto s/o rendimento	(4,740,400)	(9,972,853)	(967,619)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à ativid. operacional	(46,802,211)	(21,063,839)	(25,163,957)
	(51,542,610)	(31,036,692)	(26,131,576)
Fluxos das atividades operacionais	(81,583,322)	(19,911,726)	(56,719,540)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	458,000	21,099,460	-
Ativos fixos tangíveis	2,398,866	1,596,954	556,469
Juros e ganhos similares	1,358,028	421,792	463,353
Dividendos	198,276	1,344,692	-
	4,413,171	24,462,898	1,019,822
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	2,335,341	4,864,358	146,839
Ativos fixos tangíveis	8,259,962	8,893,028	3,418,746
Ativos intangíveis	1,996,014	6,044,738	1,109,265
	12,591,317	19,802,125	4,674,849
Fluxos das atividades de investimento	(8,178,146)	4,660,772	(3,655,027)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	473,507,895	485,077,136	106,269,351
Aumentos de capital, prestações suplem. e prémios de emissão	-	125,243	-
Venda de ações (quotas) próprias	670,031	464,071	130,088
Juros obtidos	288,766	307,312	96,063
	474,466,692	485,973,762	106,495,503
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	323,401,232	403,019,841	58,387,641
Amortização de contratos de locação financeira	9,692,216	11,616,996	1,975,991
Juros e gastos similares	55,991,809	49,555,517	23,017,590
Dividendos	3,750,881	6,939,695	160,683
Aquisições de ações (quotas) próprias	810,073	734,713	119,488
	393,646,211	471,866,762	83,661,394
Fluxos das atividades de financiamento	80,820,481	14,107,000	22,834,109
Variação de caixa e seus equivalentes	(8,940,987)	(1,143,953)	(37,540,459)
Efeito das diferenças de câmbio	(1,486,230)	1,690,231	787,851
Efeito das alterações de participação	(6,041)	2,702,212	(11,876)
Caixa e seus equivalentes no início do período	96,531,607	93,283,117	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	86,098,349	96,531,607	(36,764,484)

O Responsável Técnico

O Conselho de Administração

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Aquisições, subscrições, aumentos de capital e alterações em participações sociais

- Recebimento por caixa e seus equivalentes, da quantia de 458.000 euros referente à alienação da participação do Grupo na Sociedade “Mini Price Hotels (Porto). S.A.”.
- Realização, por caixa e seus equivalentes, da quantia de 1.930.499 euros referente à participação do Grupo no capital da sociedade “Energia Própria, S.A.”.
- Realização de suprimentos na sociedade “Autopistas Del Valle, S.A.”, por uma quantia equivalente a 118.247 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.
- Realização de suprimentos na sociedade “Roof Tops of Spain, S.A.” pela quantia de 50.000 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.
- Realização de suprimentos na sociedade “Larvick Reliable, R.L.” pela quantia de 10.000 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.
- Realização de suprimentos na sociedade “Metropolitan Transportation Solutions, Ltd.” pela quantia de 53.054 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.
- Realização de Prestações acessórias na Sociedade “Elos - Ligações de Alta Velocidade, S.A.” pela quantia de 163.040 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.
- Realização, por caixa e seus equivalentes, da quantia de 2.500 euros referente à participação do Grupo no capital da sociedade “MY Watt Lda.”.

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	31-Dez-11	31-Dez-10
Numerário	951.975	1.226.220
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	84.832.285	95.305.387
Equivalentes a caixa	314.090	-
Caixa e seus equivalentes	86.098.349	96.531.607
Titulos Negociáveis	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	86.098.349	96.531.607

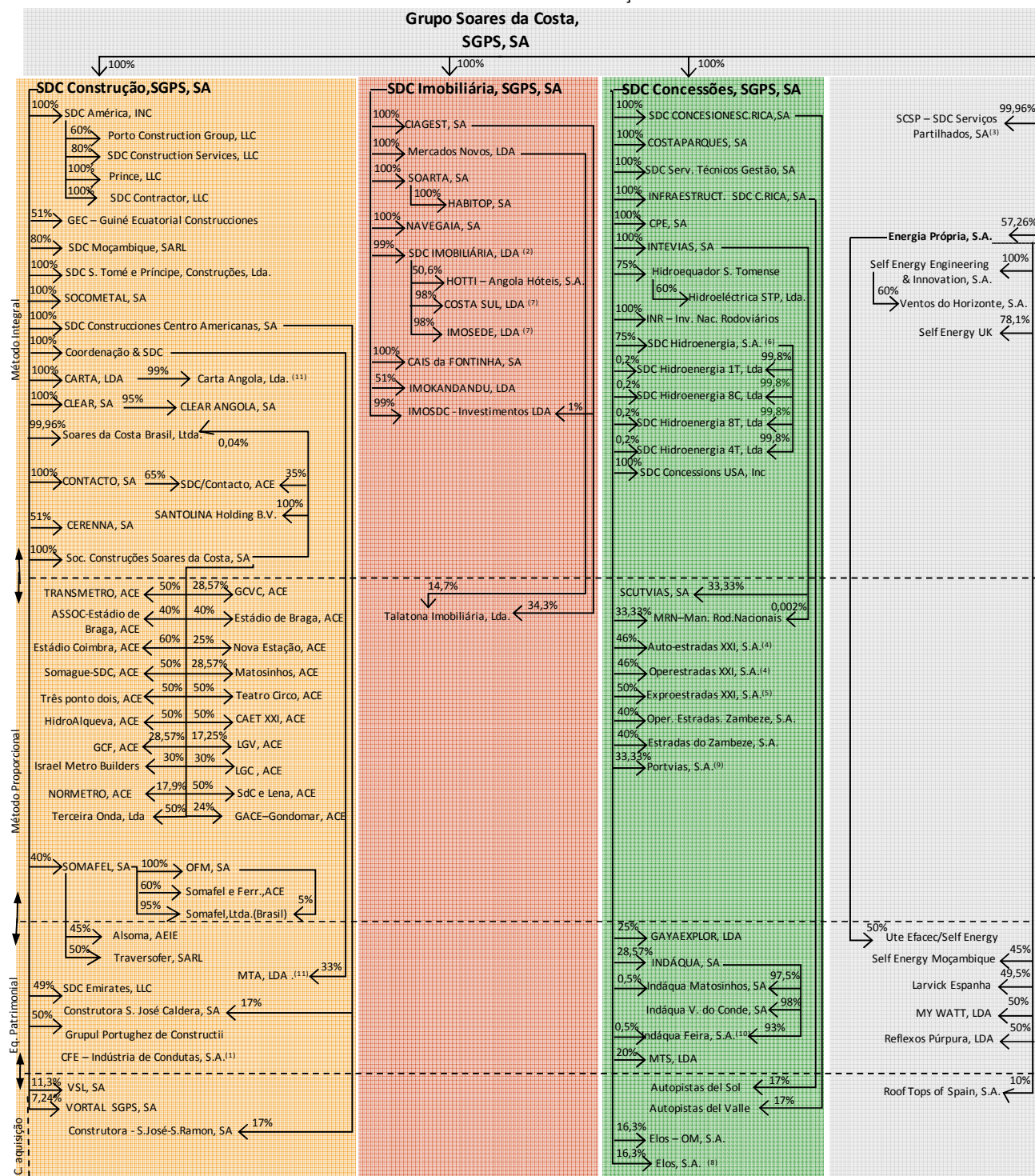
Outras Operações

- Recebimento por caixa e seus equivalentes, de dividendos no montante de 120.961 euros pagos pela sociedade “Vortal, S.A.” à “SDC Construção, SGPS, S.A.”.
- Pagamento efetuado pela “Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.” aos acionistas de dividendos no montante de 3.461.357 euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.

GRUPO SOARES DA COSTA, SGPS, SA

Contas consolidadas – 31 de Dezembro de 2011

Perímetro e métodos de consolidação



(1) Sociedade detida em 33,33% pela Clear – Instalações Electromecânicas, S.A..

(2) Adicionalmente, a Ciagest, SA detém uma participação de 1% no capital social da SDC Imobiliária, LDA.

(3) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA, a Ciagest, SA, a Clear, SA e a SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA detêm, cada uma, 0,01% do capital social da SCSP – Soares da Costa Serviços Partilhados, SA.

(4) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. detém uma participação de 4% no capital social da Auto-estradas XXI, S.A. e Operestradas XXI, S.A..

(5) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. detém uma participação de 0,004% no capital social da Exproestradas XXI, S.A..

(6) Adicionalmente, a SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA e a Hidroequador Santomense detêm, cada uma, 0,002% do capital social da SDC Hidroenergia, SA.

(7) Adicionalmente, a Clear Angola, S.A. detém 2% do capital social da Costa Sul, Lda. e da Imosede, Lda..

(8) Sociedade detida em 16,302% pela Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A. e em 0,002% pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.

(9) Adicionalmente, a Intevias – Serviços e Gestão, S.A. detém 0,002% do capital social da Portvias, S.A..

(10) Adicionalmente, a Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. detém uma participação de 0,5% do capital social da Indáqua Feira, S.A..

(11) Adicionalmente, a Sociedade de Construções Soares da Costa, SA detém uma participação de 1% do capital social da MTA, LDA. e do capital social da Carta Angola, LDA.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A sociedade atualmente denominada GRUPO SOARES DA COSTA, SGPS, S.A. (“Empresa”) foi constituída em 2 de Junho de 1944, sob a denominação de Soares da Costa, Lda., sociedade comercial por quotas, tendo sido transformada em sociedade anónima por escritura notarial em 1 de Maio de 1968 e assumido a denominação social de “Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.”.

Em 30 de Dezembro de 2002 após um processo de reorganização do Grupo, a sociedade assumiu a sua denominação atual e alterou o objeto social para “Gestão de participações sociais como forma indireta do exercício de atividades económicas”.

A atual estrutura de participações da Empresa pode ser representada pelo diagrama anexo.

A relação completa das empresas incluídas na consolidação e dos métodos de consolidação aplicados constam nas notas seguintes.

Os valores monetários referidos nas notas são apresentados em unidades de euro, salvo indicação em contrário.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ajustados, no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005, data que corresponde ao início do período da primeira aplicação pela Empresa dos IAS/IFRS.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada.

As seguintes normas, emendas e interpretações são efetivas pela primeira vez com referência a 1 de Janeiro de 2011:

- Classificação das emissões de direitos (emenda à IAS 32);
- Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio (IFRIC 19);
- Divulgações de partes relacionadas (emenda à IAS 24 e à IFRS 8);
- Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo (emenda à IFRIC 14);
- Melhoramentos introduzidos nas IFRS em Maio de 2010.

O efeito nas demonstrações financeiras da Grupo Soares da Costa, SGPS, SA no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, decorrente das normas, interpretações, alterações e revisões acima referidas, quando aplicável, não foi significativo.

Ao nível das normas ou interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não efetivas neste exercício, são de salientar as seguintes:

Norma / Interpretação	Alteração	Data de Aplicação (IASB)
Transferências de ativos financeiros	Emenda à IFRS 7	01/07/2011 (*)
Recuperação de ativos não depreciáveis	Emenda à IAS 12	01/01/2012 (**)
Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas	Emenda à IFRS 1	01/07/2011 (**)
Apresentação de itens de outro rendimento	Emenda à IAS 1	01/07/2012

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



integral

Benefícios aos empregados	Emenda à IAS 19	01/01/2013
Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	Emenda à IFRS 7	01/01/2013
Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	Emenda à IAS 32	01/01/2014
Divulgações sobre a transição para o IFRS 9	Emenda à IFRS 7	01/01/2015
Subsídios do Governo	Emenda à IFRS 1	01/01/2013
IFRIC 20 - Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície	Nova norma	01/01/2013
IFRS 9 - Ativos Financeiros - Classificação e mensuração	Nova norma	01/01/2013
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Nova norma	01/01/2013
IFRS 11 - Acordos conjuntos	Nova norma	01/01/2013
IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades	Nova norma	01/01/2013
IFRS 13 - Justo valor: mensuração e divulgação	Nova norma	01/01/2013
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	Revisão da norma	01/01/2013
IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Revisão da norma	01/01/2013

(*) Endossada pela União Europeia em 23 de Novembro de 2011 e aplicável para exercícios iniciados após 01 de Julho de 2011.

(**) De acordo com relatório do EFRAF de 19 de Março de 2012 - "The EU endorsement status report", não é expectável o endosso antes da data efetiva.

O Grupo Soares da Costa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas antes mencionadas.

Em 2011 procedeu-se à alteração da política contabilística relativa à distinção entre ativos e passivos correntes versus não correntes, associadas ao registo das retenções de garantias prestadas a clientes, retenções de garantias efetuadas a fornecedores, adiantamentos de clientes e instrumentos financeiros derivados, tendo-se procedido à reexpressão relativa à demonstração da posição financeira referente a 31 de Dezembro de 2010. Deste modo, foram estimados os valores de ativos e passivos financeiros cujo vencimento ocorre num prazo superior a 1 ano, após a data da referida demonstração.

Em 2011 procedeu-se também à alteração da política contabilística relativa aos empréstimos bancários. Os empréstimos eram apresentados pelo seu valor nominal, com o diferimento linear dos encargos iniciais e a 31 de Dezembro de 2011 passaram a ser mensurados pelo custo amortizado (nota 2.6 alínea c)), dando cumprimento ao estipulado na IAS 39 e IAS 32. De acordo com a IAS 8 a empresa procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2010.

A reconciliação dos capitais próprios e do resultado líquido do exercício de 2010 é como segue:

Capitais próprios a 1 de Janeiro de 2010	132.672.534
Ajustamentos de encargos e juros suportados	245.818
Capitais próprios a 1 de Janeiro de 2010 reexpresso	132.918.352

Resultado líquido de 2010	15.570.960
Ajustamentos de encargos e juros suportados	58.371
Resultado líquido de 2010 reexpresso	15.629.331

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Empresas do Grupo – Método de consolidação integral

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. Os interesses correspondentes à participação de terceiros nestas empresas são apresentados autonomamente na rubrica “Interesses minoritários”, sendo no balanço consolidado incluída nos capitais próprios e na demonstração de resultados incluída nos resultados consolidados do exercício.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como “goodwill” (Nota 2.2.d). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se identificadas na Nota 3.

b) Empresas controladas conjuntamente – Método de consolidação proporcional

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade conjuntamente controlada na data de aquisição, é reconhecido como “goodwill” (Nota 2.2.d). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das entidades conjuntamente controladas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto, na percentagem efetiva de detenção e/ou nos direitos de voto detidos.

Os interesses financeiros em Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE’s), por regra, foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional encontram-se identificadas na Nota 4.

c) Empresas associadas – Método da equivalência patrimonial

As participações financeiras em empresas associadas, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo, nem o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa - são registadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como “goodwill” (Nota 2.2.d). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo na demonstração de resultados as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

d) “Goodwill”

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas e o saldo líquido entre os justos valores dos ativos e passivos dessas empresas à data da sua aquisição, foram registadas como ativo intangível na rubrica de “Goodwill”.

O “goodwill” não é amortizado, sendo testado, anualmente, para verificar se existem perdas por imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração de resultados do exercício afetando os resultados financeiros, não sendo posteriormente revertida.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas e associadas, sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas no Capital Próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”.

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

São tratadas como entidades estrangeiras as entidades que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio existente à data do balanço e os gastos e rendimentos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para euro utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”.

O “goodwill” e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações utilizadas para conversão em euro das contas das empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas e associadas estrangeiras foram as seguintes:

		Câmbio em 31-Dez-11	Câmbio Médio 2011	Câmbio em 31-Dez-10	Câmbio médio 2010
Dólar Americano	EUR/USD	1,2939	1,4000	1,3362	1,3207
Metical de Moçambique	EUR/MZN	34,665	40,370	43,305	45,645
Dobra de S. Tomé e Príncipe	EUR/STD	24.500	24.500	24.500	24.500
Kuanza de Angola	EUR/AOA	122,55	131,18	121,60	122,03
Leu Romeno	EUR/ROL	4,3233	4,2399	4,2620	4,2169
Shekel Israel	EUR/ILS	4,9453	5,0105	4,7406	4,9270
Real do Brasil	EUR/BRL	2,4159	2,3375	2,2177	2,3234
Dirhams Estados Emirados	EUR/AED	4,7566	5,1460	4,9095	4,8550
Libra Esterlina	EUR/GBP	0,8353	0,8713	-	-
Franco CFA	EUR/CFA	656,14	656,14	656,14	656,14

2.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, terrenos e edifícios detidos para obter rendas ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento estão registadas pelo custo. À data da transposição das demonstrações financeiras para o quadro referencial IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) as propriedades de investimento materialmente relevantes foram ajustadas de forma a refletir o seu justo valor à data da conversão (“deemed-cost”).

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis), são reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados consolidada do exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica “Propriedades de investimento”.

O método de depreciação utilizado nas propriedades de investimento é o método das quotas constantes considerando como taxa de amortização a correspondente a uma vida útil de 100 anos.

2.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2003, data da transição para IAS/IFRS encontram-se registados ao “deemed cost”, deduzido de depreciações e perdas de imparidade. O “deemed cost” foi determinado como segue:

- Terrenos e edifícios – valor de mercado a 31 de Dezembro de 2003 determinado por avaliação independente - J. Curvelo, Lda..
- Equipamento básico – valor de mercado a 31 de Dezembro de 2003, determinado através de uma avaliação interna dos bens numa ótica de uso, corroborada por uma avaliação externa efetuada por entidade independente – J. Curvelo, Lda..
- Restantes elementos – custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os bens adquiridos após 31 de Dezembro de 2003, encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo Grupo, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é determinado com base na estimativa do valor recuperável no final da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Edifícios	8 - 100
Equipamento básico	2 - 20
Outros activos tangíveis	3 - 10

Os ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado fixo tangível são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “outros ganhos operacionais” ou “outras perdas operacionais”.

2.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, exceto “goodwill”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização e perdas de imparidade”. O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis com vida útil finita é o método das quotas constantes, tendo-se considerado para estes ativos um período de vida útil compreendido entre 3 e 5 anos, com exceção dos encargos com contratos de concessão que são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, durante o período da concessão.

2.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes aos mesmos. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se em ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são mensurados pelo seu justo valor sem qualquer dedução de custos da transação em que se possa incorrer na venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas de imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva). As despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

d) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Usualmente estas dívidas a terceiros não vencem juros.

e) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

As letras descontadas e as contas a receber cedidas em factoring (com recurso) encontram-se apresentadas no ativo pelo seu valor nominal e no passivo pelo adiantamento já recebido.

Os encargos com juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria de curto prazo.

2.7. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, são registados pelo seu valor no ativo e as respetivas responsabilidades no passivo. As depreciações destes ativos, calculadas em conformidade com o descrito em 2.4. supra, são registadas em depreciações do exercício.

A parcela de capital incluída nas rendas pagas é registada como redução daquelas responsabilidades e os juros incluídos nessas rendas são registados como gastos financeiros do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação na rubrica “Fornecimento e serviços externos”.

2.8. INVENTÁRIOS

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do valor realizável líquido. O método de custeio utilizado pelo Grupo na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para terminar a produção e dos gastos de comercialização.

2.9. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Nos termos da IAS 23, os encargos financeiros com empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou associados às concessões de autoestradas ou a projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados encargos financeiros, como parte integrante do custo destes ativos, no valor de 3.407.383 euros.

À data do final do exercício de 2011 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo encontra-se capitalizada como parte integrante do custo líquido destes ativos, a quantia de 11.439.704 euros.

2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o seu montante, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como perda ou ganho do exercício, exceto se resultarem de transações ou eventos reconhecidos em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado nessas mesmas rubricas.

2.12. APRESENTAÇÃO DE BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são apresentados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.13. RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

a) Contratos de construção

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras. As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença. Os rendimentos e gastos relativos à promoção imobiliária são diferidos no balanço até que a respetiva execução esteja total ou substancialmente terminada. Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é fortemente provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

b) Empreendimentos imobiliários

O reconhecimento das vendas de empreendimentos imobiliários é efetuado no momento em que legalmente ocorre a transferência de propriedade ou, excecionalmente, quando a posse ou riscos inerentes ao imóvel são transmitidas ao promitente comprador e se considera a venda irreversível.

c) Restantes atividades

Os proveitos relativos a vendas e prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização. Os proveitos financeiros relacionados com a mora no pagamento por parte dos clientes são reconhecidos quando há significativa evidência da sua cobrabilidade.

d) Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho da proposta não ser controlável.

e) Especializações dos exercícios

As empresas do Grupo registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

2.14. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em outras divisas que não euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como “Outros ganhos e perdas financeiros” na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

2.15. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados.

A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais.

Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras exceto se a possibilidade de existir um exfluxo de recursos for remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas explicativas quando é provável a existência de um influxo económico futuro.

2.17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.18. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em cada exercício são identificados os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo. Informação detalhada é incluída na Nota 7.

2.19. SUBSÍDIOS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

2.20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura de riscos financeiros a que se encontra exposto, em particular as decorrentes nas variações de taxa de juro, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente quanto à respetiva documentação e efetividade.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto da cobertura é altamente provável.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash flow” são reconhecidas em “Reservas de operações de cobertura” na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de operações de cobertura” são transferidas para resultados do exercício.

Relativamente aos instrumentos derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica, não cumprem todas as disposições da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da empresa, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Durante o exercício não foram realizadas reclassificações de instrumentos financeiros.

2.21. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

Relativamente aos acordos de concessão de serviços, a IFRIC 12 determina como os operadores de serviços de concessão devem aplicar as regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito da assinatura dos contratos de concessão. Esta interpretação foi emitida pela IASB em Novembro de 2008 e adotada pela União Europeia em Março de 2009, com aplicação obrigatória para exercícios iniciados em/ou após 1 Janeiro de 2010.

Esta interpretação aplica-se a atividades desenvolvidas por associadas do Grupo Soares da Costa.

Desta forma, as concessões exploradas pelas associadas Auto-Estradas XXI e Estradas do Zambeze são enquadradas no modelo do ativo financeiro. O rédito e os custos relativos ao serviço de construção são tratados de acordo com a IAS 11-contratos de construção. O rédito e os custos relativos ao serviço de exploração e conservação são tratados de acordo com a IAS 18-rédito e as obrigações contratuais de manter ou repor a infraestrutura em determinados níveis de capacidade para a prestação do serviço público são registadas de acordo com a IAS 37-provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Por outro lado, as associadas Scutvias, CPE e Costaparques têm registo de um ativo intangível associado ao direito de operar infraestrutura como contrapartida dos pagamentos e outras contraprestações efetuadas a esse título. O ativo intangível é reduzido via amortização ao longo do período da concessão.

2.22. AÇÕES PRÓPRIAS

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica “Reservas e resultados transitados”.

2.23. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação executadas pela própria empresa.

Tais despesas são objeto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros, e;
- Os gastos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

2.24. GESTÃO DE CAPITAIS INVESTIDOS

A gestão do Capital levada a cabo pelo Grupo visa assegurar a continuidade das operações do Grupo, procurando maximizar a criação de valor para os acionistas. Assim, os capitais do Grupo compreendem os capitais próprios atribuíveis aos acionistas (compostos pelo capital social que se encontra totalmente subscrito e realizado, reservas de capital acumuladas, reservas por reavaliação de ativos, reservas por conversão cambial, diferenças de consolidação e resultados de anos anteriores não distribuídos aos acionistas), o endividamento (com recurso e sem recurso) e os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

O endividamento do Grupo tem duas origens diferentes: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. A distinção entre estes dois tipos de endividamento assenta no tipo de responsabilidade assumida pelo Grupo perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. A dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do Grupo é exigível ao acionista do Grupo enquanto a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de “project finance”, é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e portanto, apenas os ativos desta respondem pelo seu pagamento.

2.25. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

É prestada informação relevante sobre a gestão que o Grupo efetua dos riscos financeiros no capítulo 9 do Relatório de Gestão do exercício de 2011 bem como na nota 30 deste documento.

3. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Grupo Soares da Costa SGPS, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	Empresa Mãe	-	-
Soares da Costa Serviços Partilhados, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	100,00%	-	100,00%
Energia Própria				
Energia Própria, S.A.	Estrada de Talaíde, lote 27, Talaíde 2785-734 S. Domingos de Rana	57,26%	-	57,26%
Self Energy Uk	Southbank Technopark, 90 London Road, London, SE1 6LN	-	78,10%	78,10%
Ventos do Horizonte, S.A.	Edifício Ninho de Empresas, Edifício Ninho de Empresas, Avenida do Mercado Abastecedor, nº 4, 5400-673 Outeiro Seco – Chaves	-	60,00%	60,00%
Self Energy Engineering & Innovation, S.A.	Rua de Fundões 151 Centro Empresarial e Tecnológico 3700-121 São João da Madeira	-	100,00%	100,00%
Construção				
SDC Construção SGPS, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	100,00%	-	100,00%
Soares da Costa América, Inc.	7270 N.W. 12 TH Street, Suite PH3 - Miami - Florida - 33126 U.S.A.	-	100,00%	100,00%
Porto Construction Group, LLC	7270 N.W. 12 TH Street, Suite #207 - Miami - Florida - 33126 U.S.A.	-	60,00%	60,00%
Soares da Costa Construction Services, LLC	751 Park of Comm. Drive, Suite #108 - Boca Raton - Florida - 33487 U.S.A.	-	80,00%	80,00%
Soares da Costa Contractor, LLC	7270 N.W. 12 TH Street, Suite PH3 - Miami - Florida - 33126 U.S.A.	-	100,00%	100,00%
Soares da Costa Moçambique, SARL	Av. Ho Chi Min nº 1178, Maputo Moçambique	-	80,00%	80,00%
Soares da Costa S. Tomé e Príncipe - Construções, Lda	S. Tomé e Príncipe	-	100,00%	100,00%
Soares da Costa Construcciones Centro Americanas, S.A.	Cantón Cero Uno - S. José Costa Rica	-	100,00%	100,00%
Carta - Cantinas e Restauração, Lda	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Carta - Restauração e Serviços, Lda	Rua Cónego Manuel das Neves, 19 Luanda - Angola	-	100,00%	100,00%
Soc. Construções Soares da Costa, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
CONTACTO - Soc. Construções, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Soares da Costa Brasil - Construções, Lda.	Rua Bandeira Paulista, nº 600, 1º Andar, Conjunto 13, CEP 04532-001, São Paulo, Brasil	-	100,00%	100,00%
Santolina Holding B.V.	De Lairesestraat 154, 1075HL Amsterdam	-	100,00%	100,00%
CERENNA - Cerâmica Nacional de Angola, S.A.	Município da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Cónego Manuel Alves das Neves, Nº 19 - Luanda	-	51,00%	51,00%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Soares da Costa/Contacto - Modernização de Escolas, ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
GEC - Guinea Ecuatorial Construcciones, S.A.	Urbanización Villa Orquídea, vivienda nº 4, Carretera del Aeropuerto, Malabo, República de Guinea Ecuatorial	-	51,00%	51,00%
CLEAR - Instalações Electromecânicas, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
CLEAR Angola, S.A.	Rua Cónego Manuel das Neves, 874 Luanda - Angola	-	95,00%	95,00%
Coordenação & Soares da Costa, SGPS, Lda.	Rua Julieta Ferrão, nº 12, 13º Andar, N. Senhora de Fátima - 1000 Lisboa	-	100,00%	100,00%
Prince Contracting, LLC	5411 Willis Road Palmetto, Florida 34221 - USA	-	100,00%	100,00%
Construções Metálicas SOCOMETAL, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Imobiliária				
Soares da Costa Imobiliária, SGPS, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	100,00%	-	100,00%
CIAGEST - Imobiliária e Gestão, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Mercados Novos - Imóveis Comerciais, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
SOARTA - Soc Imob. Soares da Costa, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
HABITOP - Sociedade Imobiliária, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Soares da costa Imobiliária, Lda	Estrada Farol das Lagostas Município da Sambízanga, C. do N'Golakiluanje - Luanda	-	100,00%	100,00%
Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
IMOKANDANDU - Promoção Imobiliária, Lda.	Estrada Farol das Lagostas, Município do Sambízanga, Comuna do N'Gola Kiluanje - Angola	-	51,00%	51,00%
NAVEGAIA - Instalações Industriais S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
IMOSEDE, Lda	Rua Conego Manuel das Neves Casa nº 19 - Luanda	-	100,00%	100,00%
Costa Sul Sociedade de Promoção Imobiliária, Lda	Rua Conego Manuel das Neves Casa nº 19 - Luanda	-	100,00%	100,00%
Hotti - Angola Hoteis, S.A.	Município da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego M. das Neves, nº 190 - Luanda	-	50,60%	50,60%
IMOSDC - Investimentos, Lda	Rua Cónego Manuel das Neves, 19 Luanda	-	100,00%	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Concessões				
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	100,00%	-	100,00%
Soares da Costa Concesiones - Costa Rica, S.A.	100 Est,200 Sul, 50 Oest - H. de La Mujer - San José - Costa Rica	-	100,00%	100,00%
COSTAPARQUES - Estacionamentos, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Soares da Costa Serviços Técnicos e de Gestão, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Infraestructuras Soares da Costa Costa Rica, S.A.	100 Est,200 Sul, 50 Oest - H. de La Mujer - San José - Costa Rica	-	100,00%	100,00%
C.P.E. - Companhia de Parque de estacionamento, S.A.	Rua Julieta Ferrão, nº 12, 14º 1649 Lisboa	-	100,00%	100,00%
Intevias - Serviços e Gestão, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	100,00%	100,00%
Hidroequador Santomense - Exploração de Centrais Hidroeléctricas, Lda.	Av. Repatriamento dos Poveiros, nº 67, Edifício Cecominsa, Póvoa de Varzim	-	75,00%	75,00%
Hidroeléctrica STP, Limitada	Avenida Água Grande, São Tomé - S. Tomé e Príncipe	-	45,00%	45,00%
INR - Investimentos Nacionais Rodoviários, SGPS, S.A.	Rua Julieta Ferrão, nº 12, 14º 1649-039 Lisboa	-	100,00%	100,00%
Soares da Costa Hidroenergia, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	75,00%	75,00%
Soares da Costa Hidroenergia 1T, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	75,05%	75,05%
Soares da Costa Hidroenergia 4T, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	75,05%	75,05%
Soares da Costa Hidroenergia 8C, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	75,05%	75,05%
Soares da Costa Hidroenergia 8T, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	75,05%	75,05%
Soares da Costa Concessions USA, Inc.	7270 NW 12 Street, Suite 860, Miami, Florida 33126 EUA	-	100,00%	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 ocorreram as seguintes alterações nas empresas integradas no perímetro de consolidação pelo método integral:

- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “Soares da Costa Brasil – Construções Lda.” detida pelo Grupo em 100%.
- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “Cerenna – Cerâmica Nacional de Angola, S.A.”, sociedade de direito Angolano detida pelo Grupo em 51%.
- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “Santolina Holding, B.V.”, sociedade de direito Holandês detida pelo Grupo em 100%.
- Reforço da posição na sociedade “Coordenação & Soares da Costa, SGPS, Lda.”, sociedade que passou a ser totalmente detida pelo Grupo. Como resultado deste reforço esta sociedade deixou de ser integrada pelo método proporcional e passou a integrar o perímetro de consolidação pelo método integral.
- Fusão por incorporação da sociedade “Soares da Costa Indústria, SGPS, S.A.” na sociedade “Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.”. Em virtude desta fusão as participações financeiras detidas pela “Soares da Costa Indústria, SGPS, S.A.” passaram a ser parte integrante do segmento de relato da Construção Civil e Obras Públicas.
- Fusão por incorporação das sociedades “Self Energy Serviços de Energia, S.A.” e “Self Energy Solutions, S.A.” na sociedade “Energia Própria, SGPS, S.A.”. Na sequência desta fusão esta sociedade alterou a sua denominação social para “Energia Própria, S.A.”.
- Cessão de 66% de quotas na sociedade MTA – Máquinas e Tractores de Angola, Limitada. Esta empresa passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.
- Extinção da “Soares da Costa Ambiente e Energia, S.A.”, da “Soares da Costa Desenvolvimento, S.A.” e “MZI, Lda”, sociedades encerradas no quarto trimestre de 2011.

4. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente incluídas na consolidação pelo método proporcional, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Construção				
TRANSMETRO - Construção do Metropolitano do Porto, ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%
Normetro - Agrupamento do Metropolitano do Porto, ACE	Rua Santos Pousada, 300 - 7º Bonfim Porto	-	17,90%	17,90%
ASSOC - Soares da Costa - Construção do Estádio de Braga, ACE	Av. Imaculada Conceição, 756 - Dume - 4700-034 Braga	-	40,00%	40,00%
Estádio de Coimbra, SC/Abrantina, ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	60,00%	60,00%
Casais, Eusébios, FDO, J. Gomes, Rodrigues e Névoa - Soares da Costa, Construção do Estádio de Braga - Acab.e Instalações/Infraest.Interiores, ACE	Av. Imaculada Conceição, 756 - Dume - 4700-034 Braga	-	40,00%	40,00%
Três ponto dois - T.G. Const. Civil - Via e Cat Mod. Linha do Norte, ACE	Avª das Forças Armadas, 125 - 2ºC - Lisboa	-	50,00%	50,00%
Somague, Soares da Costa - Agrupamento Construtor do Metro de Superfície, ACE	Rua Engº Ferreira Dias, 164 4100-247 Porto	-	50,00%	50,00%
Remodelação Teatro Circo - S.C., A.B.B., D.S.T., ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	Rua do Rego Lameiro, nº 38, Campanhã, 4300-454 Porto	-	28,57%	28,57%
GCVC, ACE	Rua do Rego Lameiro, nº 38, Campanhã, 4300-454 Porto	-	28,57%	28,57%
Mota-Engil, Soares da Costa, MonteAdriano - Matosinhos, ACE	Via Adelino Amaro da Costa nº 315, Lugar da Guarda 4470-557 Moreira da Maia	-	28,57%	28,57%
HidroAlqueva, ACE	Av. Frei Miguel Contreiras, nº 54 7º Andar, Lisboa	-	50,00%	50,00%
Nova Estação, ACE	Av. Frei Miguel Contreiras, nº 54 - 7º Andar, 1749-083 Lisboa	-	25,00%	25,00%
Soares da Costa e Lena, ACE	Rua Julieta Ferrão, 12º e 13º Andar, Nossa Senhora de Fátima, 1649-039 Lisboa	-	50,00%	50,00%
Terceira Onda Planejamento e Desenvolvimento, Ltda.	Av. Ibirapuera, 2.332, Bloco I, 9º andar, sala 01, Ed. Torre Ibirapuera I; Moema, S. Paulo - Brasil	-	50,00%	50,00%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
GACE - Gondomar, ACE	Rua Eng. Ferreira Dias, nº 161 - Porto	-	24,00%	24,00%
LGC - Linha de Gondomar, Construtores, ACE	Rua Eng. Ferreira Dias, nº 161 Freguesia de Ramalde - Porto	-	30,00%	30,00%
CAET XXI - Construções, ACE	Rua de Santos Pousada, 220 Bonfim, Porto	-	50,00%	50,00%
Israel Metro Builders - a Registered Partnership	132 Derekh Menakhem begin, Tel-Aviv, Israel	-	30,00%	30,00%
LGV, Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10, 9ºF, 1600-001 Lisboa	-	17,25%	17,25%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Avª da República, 42 - 3º 1069-207 Lisboa	-	40,00%	40,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Avª Columbano Bordalo Pinheiro, 93-7º - 1000 Lisboa	-	40,00%	40,00%
Somafel e Ferrovias, ACE	Avª Columbano Bordalo Pinheiro, 93-7º - 1000 Lisboa	-	24,00%	24,00%
Somafel - Obras Ferroviárias e Marítimas Ltda.	Rua Major Lopes, nº 800, sala 306, Bairro S.Pedro, Belo Horizonte-Minas Gerais	-	40,00%	40,00%
Imobiliária				
Talatona Imobiliária, Lda	Rua Cónego Manuel das Neves, 19 Luanda - República de Angola	-	49,00%	49,00%
Concessões				
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	Praça de Alvalade nº 6 7º Andar Lisboa	-	33,33%	33,33%
OPERESTRADAS XXI, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%
Exproestradas XXI - AE Transmontana, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%
Auto-Estradas XXI - Subconcessionária, S.A.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%
Estradas do Zambeze, S.A.	Distrito Urbano 1, Bairro Central, Av. Ho Chi Min nº 1178, 2º andar, Maputo - Moçambique	-	40,00%	40,00%
Operadora das Estradas do Zambeze, S.A.	Distrito Urbano 1, Bairro Central, Av. Ho Chi Min nº 1178, 2º andar, Maputo - Moçambique	-	40,00%	40,00%
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A.	Av. 12 de Novembro, nº 42, 1º Direito 6005-001 Alcains - Castelo Branco	-	33,33%	33,33%
Portvias - Portagem de Vias, S.A.	Avenida 12 de Novembro, 42, 1º Dto, 6005 001 Alcains - Castelo Branco	-	33,33%	33,33%

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 ocorreram as seguintes alterações nas empresas integradas no perímetro de consolidação pelo método proporcional:

- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “Soares da Costa e Lena, ACE” detida pelo Grupo em 50%.
- Reforço da posição na sociedade “Coordenação & Soares da Costa, SGPS, Lda.”, sociedade que passou a ser totalmente detida pelo Grupo. Como resultado deste reforço esta sociedade deixou de ser integrada pelo método proporcional e passou a integrar o perímetro de consolidação pelo método integral.
- Extinção da “Acestrada – Construção de Estradas, ACE”, sociedade encerrada no segundo trimestre de 2011.
- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “Terceira Onda Planeamento e Desenvolvimento LTDA”, uma sociedade detida pelo grupo em 50%.

À data de 31 de Dezembro de 2011 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos, dos passivos, dos gastos, dos rendimentos e dos resultados relacionados com os interesses em empreendimentos conjuntos são como seguem:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Empresas	Ativo	Passivo	Gastos	Resultado Líquido
ASSOC - Soares da Costa - Construção do Estádio de Braga, ACE	73.571	73.571	124	-
Auto-estradas XXI - Subconcessionária, S.A.	215.341.433	224.549.051	133.210.524	463.997
CAET XXI - Construções, ACE	44.762.995	36.261.021	119.969.155	6.071.353
Casais, Eusébios, FDO, J. Gomes, Rodrigues e Névoa - Soares da Costa, ACE	23.178	-	61	76
Estádio de Coimbra, SC/Abrantina, ACE	297.712	297.712	4.561	-
Estradas do Zambeze, S.A.	19.491.717	18.680.462	11.525.097	204.160
Exproestradas XXI - AE Transmontana, S.A.	6.015.775	6.008.122	4.002.141	(22.650)
GACE - Gondomar, ACE	2.638.708	2.638.708	2.174.910	-
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	367.733	367.733	-	-
GCVC, ACE	953.323	953.323	4.100.414	-
HidroAlqueva, ACE	4.210.480	4.222.344	21.145.854	(7.215)
Israel Metro Builders - a Registered Partnership	4.282.553	4.282.553	-	-
LGC - Linha de Gondomar, Construtores, ACE	4.418.296	2.823.187	1.153.625	4.359
LGV, Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE	9.988.950	9.788.482	1.440.338	133.310
Mota-Engil, Soares da Costa, MonteAdriano - Matosinhos, ACE	1.299.041	1.299.041	6.444.847	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A.	8.505.878	4.098.030	9.581.032	4.404.434
Normetro - Agrupamento do Metropolitano do Porto, ACE	3.490.375	3.473.944	258.135	16.431
Nova Estação, ACE	2.355.934	2.357.101	5.442.990	(681)
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	6.504.163	4.764.223	6.060.298	(546.660)
Operadora das Estradas do Zambeze	927.598	800.722	512.105	14.891
Operestradas XXI, S.A.	4.111.633	1.991.468	2.338.565	2.071.651
Portvias - Portagem de Vias, S.A.	8.377.772	8.252.287	542.879	108.820
Remodelação Teatro Circo - S.C., A.B.B., D.S.T., ACE	1.726.606	1.726.606	2.700	-
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	239.598.155	215.673.873	35.668.100	4.203.939
Soares da Costa e Lena, ACE	177.955	177.955	337.307	-
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	19.568.319	7.504.529	9.829.155	(1.266.934)
Somafel - Obras Ferroviárias e Marítimas Ltda.	212.086	412.690	213.200	(212.752)
Terceira Onda Planeamento e Desenvolvimento, Ltda.	2.750.385	2.438.283	3.583.496	322.356
Somague, Soares da Costa - Agrupamento Construtor do Metro de Superfície, ACE	311.171	311.171	8.975	-
Talatona Imobiliária, Lda	28.501.004	30.243.114	4.737.646	(310.088)
TRANSMETRO - Construção do Metropolitano do Porto, ACE	6.502.583	5.750.430	690.289	22.282
Três ponto dois - T.G. Const. Civil - Via e Cat Mod. Linha do Norte, ACE	488.569	339.309	78.499	149.260

Não existem à data do balanço compromissos contingentes ou compromissos de capital relativos a empreendimentos conjuntos.

5. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Energia Própria				
Self Energy Moçambique, S.A.	Avenida Kenneth Kaunda, nº 403 Maputo – Moçambique	-	45,00%	45,00%
Larvick Reliable, S.L.	Av. Finestrat, S/N, Edificio La Cala, Local 10, 03509 Finestrat	-	49,50%	49,50%
UTE Efacec – Self Energy, Ley 18/1982	Avenida de la Industria 4, Edf. 1, 2-2C 28108 Alcobendas - Madrid	-	50,00%	50,00%
My Watt, Lda	Rua Julieta Ferrão, nº 12, Lisboa	-	50,00%	50,00%
Reflexos Púrpura, Lda	Rua Julieta Ferrão, nº 12, Lisboa	-	50,00%	50,00%
Construção				
Grupul Portughez de Constructii S.R.L.	10873 Bucharest - Roménia	-	50,00%	50,00%
CFE Indústria de Condutas, S.A.	Rua Particular Joaquim Silva, 480 Sobrado - Valongo	-	33,33%	33,33%
Constructora San José - Caldera, S.A.	Costa Rica	-	17,00%	17,00%
SDC Emirates Construction, L.L.C.	Abu Dhabi - Emirados Árabes Unidos	-	49,00%	49,00%
MTA - Máquinas e Tractores de Angola, Lda	Rua Cônego Manuel das Neves, casa 19, Bairro Patrice Lumumba - Angola	-	34,00%	34,00%
Alsoma, AEIE	3 Av André Malrau 92300 Levallois Perret	-	18,00%	18,00%
Traversofer Industrie & Services Ferroviaires, SARL	27 Chemin du Reservoir - Hydra - Alger	-	20,00%	20,00%
Concessões				
Metropolitan Transportation Solutions, Ltd.	14 Hamelecha Street, Park Afek, Rosh Haya'in Israel	-	20,00%	20,00%
GAYAEXPLOR - Construção e Exploração de Parques de Estacionamento, Lda.	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	25,00%	25,00%
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	Rua Antero de Quental, 221-3º Sala 303 - 4455-586 Perafita	-	28,57%	28,57%
INDÁQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	Rua 1º de Maio, nº 273 4451-956 Matosinhos	-	28,14%	28,14%
Indáqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A.	Praça Luís de Camões, 9, 3º 1480-719 Vila do Conde	-	28,00%	28,00%
Indáqua Feira - Indústria de Àguas de Santa Maria da Feira, S.A.	Rua Dr. Elísio de Castro, nº 37 - Santa Maria da Feira	-	27,07%	27,07%

Nas sociedades Constructora San José - Caldera, S.A. e a Alsoma, AEIE, o Grupo considera ter influência significativa nestas participações uma vez que tem o poder de participar nas decisões das políticas financeira e operacional destas sociedades

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 ocorreram as seguintes alterações nas empresas integradas no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial:

- Alienação da participação de 34% detida pelo Grupo na sociedade “Mini-Price Hotels (Porto), S.A.”.
- Com a cessão de 66% de quotas, a sociedade “MTA – Máquinas e Tractores de Angola, Ltda” passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.
- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “MY WATT, LDA”, uma sociedade detida pela Energia Própria, S.A. em 50%.
- Inclusão no perímetro de consolidação da sociedade “REFLEXOS PÚRPURA, LDA”, uma sociedade detida pela Energia Própria, S.A. em 50%.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



À data de 31 de Dezembro de 2011 o detalhe do valor total dos ativos, passivos, capitais próprios, gastos, rendimentos e resultados das empresas integradas no perímetro de consolidação pelo método da equivalência patrimonial são como seguem:

Empresas	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos	Resultado Líquido
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	64.955.551	48.807.586	16.147.964	8.223.845	707.483
Traversofer Industrie & Services Ferroviários	25.051	25.075	(24)	64.252	(11.975)
GAYAEXPLOR - Construção e Exploração de Parques Estacionamento, Lda	265.326	243.002	22.324	-	(1.936)
Alsoma, AEIE (a)	1.841.905	488.842	1.353.063	768.301	252.214
Grupul Portugeth de Constructii S.R.L.	3.395.325	3.952.517	(557.192)	24.024	(14.667)
MTA - Máquinas e Tractores de Angola, Lda	1.096.520	818.071	278.449	536.293	(451.830)
Indáqua Matosinhos, S.A.	57.793.201	58.117.659	(324.458)	31.390.637	(52.263)
Indáqua Vila do Conde, S.A.	43.918.460	41.893.813	2.024.647	19.214.936	(15.591)
Indáqua Feira, S.A.	103.080.232	91.835.334	11.244.898	23.743.335	(584.243)
CFE - Indústria de Condutas, S.A.	614.460	539.082	75.378	429.214	(171.099)
SDC Emirates, LLC	2.100	1.261	839	242	(67.086)
Metropolitan Transportation Solutions, Ltd. (b)	47.091.957	47.035.317	56.640	-	-
Construtora - S. José Caldera, S.A.	23.419.646	13.845.843	9.573.803	17.002.360	2.247.348
Self Energy Moçambique S.A.	3.106.355	2.948.824	157.531	1.046.249	79.993
Larvick Reliable, R. L.	121.579	142.353	(20.774)	103.059	35.260
Ute Efacec/Self Energy, Ley 18/1982	702.605	966.458	(263.853)	2.296.719	(1.117.005)
My Watt, Lda	1.016.121	1.011.793	4.328	-	(672)
Reflexos Púrpura, Lda	811.640	811.000	640	-	(360)

(a) Contas referentes a 31 de Março de 2011

(b) Contas referentes a 31 de Setembro de 2010

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 não houve registo de perdas por imparidade nestas participações por não haver indícios da sua existência.

6. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação por imaterialidade, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Construção Estação Tratamento das Águas do Paiva, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 - Matosinhos	-	50,00%	50,00%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	25,00%	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Quinta de Beirolas - Estaleiro Moscardide (Parque Expo) Stª Maria dos Olivais - 2685 Sacavém	-	25,00%	25,00%
Grupo Construtor do Edifício Gil Eanes, ACE	Edifício Gil Eanes, Expo 98, lotes 1.13.03 e 1.14.01 - Sta. Maria dos Olivais	-	50,00%	50,00%
Molinorte Linha do Norte - Construção Civil, ACE	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	23,50%	23,50%
Soares da Costa, Engil, ACE - (Hosp. De Tomar)	Rua Santos Pousada, nº 220 4000-478 Porto	-	50,00%	50,00%

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



As empresas constantes na relação acima são Agrupamentos Complementares de Empresas cujos projetos se encontram praticamente concluídos. Os ativos, passivos, gastos, rendimentos e resultados destas Empresas à data de 31 de Dezembro de 2011 são como seguem:

Empresas	% Participação	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Construção Estação Trat. Das Águas do Paiva, ACE	50,00%	34.395	34.395	164	164
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	25,00%	312.468	312.468	15.597	15.597
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	25,00%	188.746	188.746	36.353	36.353
Grupo Construtor do Edifício Gil Eanes, ACE	50,00%	62.922	62.922	211	211
Molinorte Linha do Norte - Construção Civil, ACE	23,50%	170.786	170.786	-	-
Soares da Costa, Engil, ACE - (Hosp. de Tomar)	50,00%	111.944	111.944	-	-

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Partindo da informação financeira consolidada de cada uma das áreas de negócio, apresenta-se a seguinte discriminação dos resultados e dos ativos e passivos por segmentos a 31 de Dezembro de 2011:

	Construção	Imobiliário	Concessões	Energia Própria	Grupo e Outras	Eliminações	Consolidado
Réditos:							
Vendas externas	677.072.416	2.567.667	185.081.333	8.587.359	239.273	-	873.548.049
Vendas intersegmentais	119.135.461	4.582.060	2.522.232	-	13.334.975	(139.574.728)	-
Réditos Totais	796.207.878	7.149.727	187.603.566	8.587.359	13.574.248	(139.574.728)	873.548.049
Resultado segmentado	29.430.998	2.499.990	29.004.926	(2.183.562)	(232.038)	366.820	58.887.135
Gastos da empresa não imputados							-
Resultado operacional das actividades continuadas	29.430.998	2.499.990	29.004.926	(2.183.562)	(232.038)	366.820	58.887.135
Resultado líquido das operações descontinuadas							
Gastos de juros	(25.342.628)	(3.977.689)	(33.384.301)	(161.010)	(14.575.410)	21.853.425	(55.587.613)
Proveitos de juros	12.798.760	129.971	10.913.126	4.200	12.737.535	(22.142.177)	14.441.415
Partes de lucros líquidos em Associadas	355.017	-	201.644	(391.095)	-	-	165.566
Outros ganhos e perdas financeiros	(4.687.770)	457.912	(5.564.502)	(128.345)	2.564.222	(3.460.507)	(10.818.991)
Impostos s/ lucros	(4.475.955)	407.230	(2.021.424)	980.906	715.373	(352.340)	(4.746.210)
Resultado das actividades ordinárias	8.078.422	(482.586)	(850.532)	(1.878.906)	1.209.681	(3.734.779)	2.341.301
Interesses não controlados pelo Grupo	673.706	(26.932)	119.392	-	-	(800.877)	(34.711)
Resultado líquido atribuível ao grupo	7.404.717	(455.655)	(969.923)	(1.878.906)	1.209.681	(2.933.903)	2.376.012
Outras Informações:							
Ativos do segmento	1.150.832.655	161.356.679	635.654.067	22.739.334	544.645.679	(773.542.885)	1.741.685.530
Investimento em associadas	6.058.517	78.984	18.214.280	621.874	-	(2.966.249)	22.007.406
Ativos totais consolidados							1.763.692.936
Passivos do segmento	976.271.839	83.700.998	716.300.302	19.484.390	332.051.742	(480.638.827)	1.647.170.444
Passivos totais consolidados							1.647.170.444
Depreciações	17.258.738	1.287.999	14.248.275	80.784	925.136	(9.050)	33.791.882
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	1.555.338	312.985	16.342	51.566	-	-	1.936.230
Aquisições de activos fixos tangíveis e intangíveis no período	17.726.124	109.310	8.024.232	672.369	310.292	-	26.842.327

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



A discriminação dos resultados, dos ativos e passivos por segmentos a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	Construção	Imobiliário	Concessões	Grupo e Outras	Eliminações	Consolidado
Réditos:						
Vendas externas	781.650.921	9.597.845	102.146.196	133.199	-	893.528.161
Vendas intersegmentais	67.499.698	5.038.799	8.317	11.156.620	(83.703.434)	-
Réditos Totais	849.150.620	14.636.644	102.154.513	11.289.819	(83.703.434)	893.528.161
Resultado segmentado	32.298.674	3.886.101	19.876.079	(2.822.123)	(3.345.385)	49.893.346
Gastos da empresa não imputados						-
Resultado operacional das actividades continuadas	32.298.674	3.886.101	19.876.079	(2.822.123)	(3.345.385)	49.893.346
Resultado líquido das operações descontinuadas						
Gastos de juros	(18.415.955)	(4.609.907)	(25.550.836)	(10.076.949)	12.168.859	(46.484.789)
Proveitos de juros	13.905.138	75.733	3.962.573	6.332.372	(13.829.078)	10.446.738
Partes de lucros líquidos em Associadas	(94.349)	7.960	435.498	-	241	349.349
Outros ganhos e perdas financeiros	(9.511.750)	(376.167)	(7.211.732)	33.088.149	(13.839.783)	2.148.718
Impostos s/ lucros	(4.332.851)	324.691	1.466.037	1.332.071	886.527	(323.524)
Resultado das actividades ordinárias	13.848.907	(691.589)	(7.022.381)	27.853.520	(17.958.619)	16.029.838
Interesses minoritários	433.559	(23.938)	(9.115)	-	-	400.507
Resultado líquido atribuível ao grupo	13.415.347	(667.651)	(7.013.267)	27.853.520	(17.958.619)	15.629.331
Outras Informações:						
Ativos do segmento	1.107.628.502	158.618.994	489.959.537	510.821.728	(627.749.322)	1.639.279.439
Investimento em associadas	3.316.349	377.496	18.322.020	599.476	(613.252)	22.002.089
Ativos totais consolidados						1.661.281.528
Passivos do segmento	963.775.658	80.927.103	549.777.602	292.176.724	(364.936.882)	1.521.720.205
Passivos totais consolidados						1.521.720.205
Depreciações	18.375.301	1.259.318	14.105.272	960.321	(151.633)	34.548.579
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	3.874.706	502.709	19.946	-	(282.356)	4.115.004
Aquisições de activos fixos tangíveis e intangíveis no período	25.141.322	1.714.927	11.726.643	5.709.709	-	44.292.600

As transações intersegmentos são efetuadas a valores de mercado.

- As vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, distribuem-se da seguinte forma:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Réditos de vendas por mercados geográficos	31-Dez-2011	%	31-Dez-2010	%
Portugal	328.856.787	37,65%	380.200.375	42,55%
Angola	325.447.093	37,26%	344.845.685	38,59%
E.U.A.	114.071.553	13,06%	78.773.720	8,82%
Roménia	6.629.981	0,76%	25.876.496	2,90%
Moçambique	80.378.076	9,20%	38.326.754	4,29%
Brasil	4.160.816	0,48%	-	0,00%
S. Tomé e Príncipe	2.574.796	0,29%	6.584.181	0,74%
Outros	11.428.947	1,31%	18.920.950	2,12%
Total	873.548.049	100,00%	893.528.161	100,00%

- Os ativos líquidos e investimentos em ativos tangíveis distribuem-se por mercados geográficos como segue:

	Portugal	Angola	E.U.A.	Moçambique	S.Tomé e Príncipe	Guiné	Roménia	Outros	Total
Ativos líquidos:									
- Ativos intangíveis	333.534.403	-	8.739.491	-	54.187	-	-	11.647	342.339.728
- Ativos fixos tangíveis	134.422.765	115.403.187	13.159.878	3.032.052	3.903.177	306.069	366.950	1.127.922	271.721.999
- Propriedades de investimento	9.869.907	-	-	37.649	-	-	-	-	9.907.556
- Investimentos financeiros	20.490.933	78.984	-	671.874	-	-	-	13.642.010	34.883.801
- Inventários	50.478.845	72.202.257	-	824.229	177.966	-	-	4.254.838	127.938.135
- Dívidas de terceiros	355.400.864	271.583.433	26.185.665	60.070.149	1.220.454	6.960.858	4.442.988	14.988.218	740.852.629
- Disponibilidades	49.339.670	24.736.591	8.127.191	1.729.268	278.728	13.454	1.356.834	516.614	86.098.349
- Ativos por impostos diferidos	28.641.094	2.237.802	9.954.401	9.374	-	-	-	98.658	40.941.330
- Outros activos	74.416.515	18.751.447	8.482.179	1.365.881	280.321	1.263.236	3.438.383	1.011.446	109.009.408
Totais	1.056.594.995	504.993.701	74.648.806	67.740.476	5.914.835	8.543.618	9.605.154	35.651.352	1.763.692.937
Investimentos realizados em 2011:									
- Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9.328.131	9.178.870	6.379.123	818.213	816.188	-	318	321.483	26.842.327
Totais	9.328.131	9.178.870	6.379.123	818.213	816.188	-	318	321.483	26.842.327

8. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO NO PERÍODO DO ATIVO INTANGÍVEL

a) Ativo Bruto

O movimento ocorrido no valor bruto dos ativos intangíveis é como segue:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Variação no perímetro	Aumentos	Alienações	Efeito de conv. cambial	Transfer. e Abates	Saldo Final
Goodwill	87.156.004	-	-	-	-	(259.640)	86.896.365
Outros ativos intangíveis	298.446.376	-	1.122.113	-	148	(230.993)	299.337.643
Total	385.602.380	-	1.122.113	-	148	(490.633)	386.234.008

O saldo registado na rubrica “Goodwill” à data de 31 de Dezembro de 2011 respeita às seguintes aquisições, ocorridas em exercícios anteriores:

- aquisição, no final do exercício de 2010, de 57,26% do capital social da participada Energia Própria, S.A, que originou o registo de um goodwill no montante de 5.299.282 euros, de valor provisório, uma vez que o Grupo se encontrava ainda em fase de determinação do justo valor dos ativos e passivos da referida sociedade. O goodwill apurado no ano de 2011, sofreu uma diminuição de 259.640 euros passando o seu valor a 5.039.641 euros;
- aquisição, no exercício de 2008, da participada Contacto – Sociedade de Construção, S.A., que originou o registo de um goodwill no valor de 44.134.341 euros. Durante o primeiro semestre de 2010 ocorreu um acréscimo de valor, no montante de 88.200 euros, de acordo com as condições previstas no contrato de aquisição da referida sociedade;

- c. aquisição, no exercício de 2008, de 13,33% do capital social da associada Scutvias – Autoestradas da Beira interior, S.A., tendo esta aquisição resultado numa participação efetiva total de 33,33% e gerado um goodwill no valor de 28.128.844 euros;
- d. aquisição, no segundo semestre de 2007, de 75% do capital social da participada Hidroequador Santomense – Exploração de Centrais Hidroelétricas, Lda. que originou um goodwill de 765.846 euros, registado no exercício de 2008 mas calculado com referência à data de 31 de Dezembro de 2007 uma vez que, no exercício de 2007 o Grupo encontrava-se ainda em fase de determinação do justo valor dos ativos e passivos da referida sociedade;
- e. aquisição da participada Prince Contracting, LLC. que originou o registo de um goodwill no valor de 8.739.491 euros.

O saldo da rubrica “Outros ativos intangíveis” respeita essencialmente a Acordos de Concessão de Serviços Públicos (IFRIC12).

Após um estudo interno que aferiu o valor atual dos cash-flows futuros, foi efetuado um ajustamento no montante de 250.000 euros ao investimento no Parque Gemini, de modo a adequar o valor contabilístico ao valor realizável líquido.

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados encargos financeiros, como parte integrante do custo destes ativos, no valor de 636.568 euros, respeitante aos projetos em curso da área das concessões hidroelétricas.

À data de 31 de Dezembro de 2011 não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos intangíveis nem foram reconhecidas despesas de investigação e desenvolvimento como um gasto no período.

b) Amortizações Acumuladas

O movimento ocorrido no valor das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis é como segue:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Variação no perímetro	Reforço	Regularizações	Efeito de conv. cambial	Saldo Final
Outros ativos intangíveis	31.202.393	-	12.720.129	(28.361)	119	43.894.281
Total	31.202.393	-	12.720.129	(28.361)	119	43.894.281

Em finais de 2011, o Grupo procedeu, nos termos da IAS 36, a testes de imparidade ao Goodwill respeitante às aquisições da Contacto, através de avaliação realizada por entidade independente, da Prince, baseada em estudo feito por entidade independente e das Energia Própria, Scutvias e Hidroequador Santomense, com base em avaliações conduzidas internamente.

Prince

A metodologia utilizada foi a dos Fluxos de Caixa Atualizados (DCF – “Discounted Cash Flows”). O referencial de valor foi calculado assumindo a continuidade da empresa e perspetivando a manutenção da atual organização.

Para este propósito foi estimada a atividade da empresa até 2017 e assumido que esta entrará numa fase de maturidade de negócio a partir desse ano (permitindo assim estimar uma perpetuidade de acordo com o Modelo de Gordon).

Os fluxos de caixa livres operacionais foram atualizados por uma taxa anual de desconto de 10,08% que reflete o custo médio ponderado dos capitais (WACC):

- (a) Custo dos capitais alheios: 3,71%
- (b) Imposto sobre o Rendimento: 35%
- (c) Para taxa de juro sem risco: 2%
- (d) Para prémio de risco do mercado o valor de 5%
- (e) Utilizou-se um Beta dos ativos de 1,56
- (f) Para alavancar o β utilizou-se a fórmula de Hamada
- (g) Estrutura de capital alvo de 75%

Energia Própria

A metodologia utilizada foi a dos Fluxos de Caixa Atualizados (DCF – “Discounted Cash Flows”). O referencial de valor foi calculado assumindo a continuidade da empresa, a inexistência de sinergias futuras e perspetivando a manutenção da atual organização.

As estimativas foram produzidas a valores nominais admitindo uma taxa de crescimento equivalente à inflação anual de 2%. O período de projeção explícito foi de dez anos, ou seja, de 2012 a 2021. Foi considerado um valor residual que corresponde ao valor global em que se considera a estabilização da sua rentabilidade, ou seja, no caso presente, após 2021, valor esse determinado como sendo o valor atual de uma renda perpétua, tendo sido pressuposta uma taxa de crescimento a longo prazo dos fluxos de caixa igual à taxa de inflação adotada.

Os fluxos de caixa livres operacionais foram atualizados por uma taxa anual de desconto de 11,95% que reflete o custo médio ponderado dos capitais (WACC):

- (a) Custo dos capitais alheios: 7%
- (b) IRC sobre o EBT: 26,5%
- (c) Para taxa de juro sem risco: 7,45%
- (d) Para prémio de risco do mercado o valor de 5,3%
- (e) Utilizou-se um Beta dos ativos de 1,14
- (f) Para alavancar o β utilizou-se a fórmula de Hamada
- (g) Estrutura de capital alvo de 60%

Contacto

A metodologia utilizada foi a dos Fluxos de Caixa Atualizados (DCF – “Discounted Cash Flows”).

O referencial de valor foi calculado assumindo a continuidade da empresa, a inexistência de sinergias futuras e perspetivando a manutenção da atual organização.

As estimativas foram produzidas a valores nominais admitindo uma taxa de crescimento equivalente à inflação anual de 2%.

O período de projeção explícito foi de cinco anos, ou seja, de 2012 a 2016. Foi considerado um valor residual que corresponde ao valor global em que se considera a estabilização da sua rentabilidade, ou seja, no caso presente, após 2016, valor esse determinado como sendo o valor atual de uma renda perpétua, tendo sido pressuposta uma taxa de crescimento a longo prazo dos fluxos de caixa igual à taxa de inflação adotada.

Os fluxos de caixa livres operacionais foram atualizados por uma taxa anual de desconto de 11,7% que reflete o custo médio ponderado dos capitais (WACC):

- (a) Custo dos capitais alheios: 5,5%
- (b) IRC sobre o EBT: 26,5%
- (c) Para taxa de juro sem risco, a “yield” de OT alemãs a 30 anos/cupão: 3,25%
- (d) Para prémio de risco do mercado de ações, o valor de 9,13%
- (e) Utilizou-se um Beta dos ativos de 1,04
- (f) Para alavancar o β utilizou-se a fórmula de Hamada
- (g) Estrutura de capital alvo de 19,2%

Scutvias

A metodologia adotada foi a dos Fluxos de Caixa Atualizados (DCF – “Discounted Cash Flows”), na perspetiva do acionista (Free Cash-Flow to Equity).

O referencial de valor foi calculado assumindo a continuidade da empresa, a inexistência de sinergias futuras e perspetivando a manutenção da atual organização.

As estimativas tiveram por base as projeções financeiras do Business-Plan, que considera as condições do respetivo contrato de concessão.

A taxa de desconto utilizada foi a de 10,0% que considera os seguintes parâmetros:

- (a) Taxa de juro sem risco: 6,10%
- (b) Prémio de risco de mercado: 5%
- (c) Levered β dos capitais próprios: 0,76

Hidroequador Santomense

Também com referência à Hidroequador Santomense procedeu-se, no final do exercício de 2011, a um teste de imparidade através de uma avaliação desta empresa, neste caso conduzida internamente.

A metodologia de avaliação utilizada foi o Free Cash-Flow to Equity (perspetiva do acionista) segundo a qual o valor da empresa é obtido através da atualização dos fluxos de caixa esperados para o acionista, ou seja, pagamento de dividendos e

devolução de fundos próprios tais como prestações acessórias, suprimentos e juros pagos associados aos mesmos. No caso em apreço é conhecido o termo das concessões e, estando estas estruturadas em regime de project finance, este tem sido o método comumente utilizado pelo mercado.

A construção das projeções financeiras baseou-se na utilização de um modelo financeiro e demonstrações financeiras daí resultantes. O risco dos free cash flows é considerado pelo método através da utilização de uma taxa de desconto usada para atualizar estes fluxos ao momento da avaliação. Para a obtenção da taxa de desconto foi utilizada uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um prémio de risco país. Para estimar os meios libertos líquidos previsionais gerados, e sendo uma concessão com termo pré-definido, foram consideradas projeções financeiras pelo período da concessão. Da realização destes testes de imparidade, não resultou a necessidade de proceder a qualquer ajustamento de valor.

9. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO NO PERÍODO DO ATIVO FIXO TANGÍVEL

a) Ativo Bruto

O movimento ocorrido no valor bruto dos ativos fixos tangíveis é como segue:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Variação no perímetro	Aumentos	Alienações	Efeito de conv. cambial	Transfer. e Abates	Saldo Final
Terrenos e edifícios	194.758.348	(57.823)	6.172.563	(891.064)	157.542	16.198.165	216.337.731
Equipamento básico	145.870.154	(36.688)	6.916.306	(2.750.419)	641.790	(2.582.923)	148.058.221
Outros ativos fixos tangíveis	60.990.799	(157.353)	2.176.729	(3.087.334)	392.319	(3.079.893)	57.235.267
Ativos fixos tangíveis em curso	26.438.863	(5.092)	10.454.616	-	(24.693)	(18.404.243)	18.459.450
Total	428.058.164	(256.956)	25.720.213	(6.728.817)	1.166.957	(7.868.894)	440.090.669

Na coluna “Aumentos” das rubricas “Ativos fixos tangíveis em curso” e “Terrenos e edifícios” encontram-se registados trabalhos para a própria entidade no montante de 6.692.528 e 5.655.399 euros, respetivamente.

Na coluna “Alienações” da rubrica de “terrenos e edifícios” consta a alienação do direito de superfície do terreno Edurb-Talatona, que gerou uma mais-valia contabilística no valor de 2.527.349,22 euros (vide nota 23).

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados encargos financeiros, como parte integrante do custo destes ativos, no valor de 199.160 euros, respeitante essencialmente a projeto na Hidroelétrica STP,Lda.

À data do final do exercício de 2011 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo encontra-se capitalizada como parte integrante do custo líquido destes ativos, a quantia de 1.299.514 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2011 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

b) Depreciações acumuladas

O movimento ocorrido no valor das depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis é como segue:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Variação no período	Reforço	Regularizações	Efeito de conv. cambial	Saldo Final
Terrenos e edifícios	42.620.095	(6.811)	5.282.731	(863.875)	42.879	47.075.019
Equipamento básico	75.315.467	(7.481)	9.835.774	(3.951.415)	418.868	81.611.215
Outros ativos fixos tangíveis	38.948.202	(99.126)	5.418.342	(4.961.454)	376.473	39.682.436
Total	156.883.764	(113.418)	20.536.848	(9.776.744)	838.220	168.368.670

A informação relativa aos valores líquidos dos ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis por segmento de relato primário à data de 31 de Dezembro de 2011 pode ser analisada como segue:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



	Construção	Imobiliário	Concessões	Energia Própria	Participações Financeiras	Total
Goodwill	52.962.032	-	28.894.690	5.039.642	-	86.896.365
Outros ativos intangíveis	20.551	-	255.189.201	233.611	-	255.443.363
Total de ativos intangíveis	52.982.583	-	284.083.892	5.273.253	-	342.339.728
Terrenos e edifícios	79.882.582	74.226.866	15.153.265	-	-	169.262.712
Equipamento básico	64.668.012	111.655	1.406.973	260.366	-	66.447.006
Outros ativos fixos tangíveis	14.040.232	502.594	678.745	12.040	2.319.220	17.552.831
Ativos fixos tangíveis em curso	5.256.388	2.189.136	10.197.268	644.881	171.777	18.459.450
Total de ativos fixos tangíveis	163.847.214	77.030.250	27.436.250	917.287	2.490.998	271.721.999

Durante o exercício de 2011, a empresa procedeu à realização de testes de imparidade ao valor contabilístico de alguns dos seus imóveis, através de avaliações realizadas por entidades independentes.

Não foram reconhecidas durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 perdas (ou reversão de perdas) por imparidade relativamente a ativos fixos tangíveis.

10. INFORMAÇÃO SOBRE OS BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

Locação Financeira

O Grupo possui ativos fixos tangíveis incluídos no balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2011 o valor contabilístico desses bens é como segue:

Locação financeira	Imob. Bruto	Amort Acum.	Imob. Líquido
Terrenos e Edifícios	977.904	248.880	729.023
Equipamento básico	13.690.349	3.948.990	9.741.359
Outros ativos fixos tangíveis	1.472.750	524.004	948.747
Total	16.141.003	4.721.874	11.419.129

A responsabilidade do Grupo por estes contratos é como segue:

Corrente	2.810.135
Não corrente	2.389.730

A reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras à data do balanço e o seu valor presente, por períodos, é como segue:

31-Dez-11**Pagamentos mínimos da locação financeira:**

2012	3.070.207
2013	1.430.546
2014	827.139
2015	84.394
2016	34.165

5.446.451

Atualização/Juros 246.587

Valor presente dos pagamentos**mínimos da locação financeira 5.199.865****Corrente 2.810.135****Não Corrente 2.389.730**

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxa de mercado e têm períodos de vida útil definidos. Não existem à data de 31 de Dezembro de 2011 rendas contingentes nem restrições respeitantes a dividendos (ou qualquer dívida adicional) associados aos contratos de locação financeira em vigor.

Adicionalmente, o Grupo realizou duas operações de lease-back imobiliário cujo passivo se encontra apresentado no balanço consolidado como “Empréstimos bancários”. À data de 31 de Dezembro de 2011 o passivo corrente e o passivo não corrente associados a estes contratos ascendem a 1.306.862 euros e 12.103.303 euros, respetivamente.

As principais condições associadas aos contratos de lease-back imobiliário são as seguintes:

Contrato	Contrato de locação financeira Imobiliário nº 450003696
Data do contrato	28 de Dezembro de 2005
Locador	Banco Comercial Português, S.A.
Locatário	Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A.
Objecto	Aquisição com financiamento de benfeitorias de imóveis alienados pela HABITOP - Sociedade Imobiliária S.A. e pela CIAGEST - Imobiliária e Gestão S.A.
Valor do financiamento	Valor total financiado: 17.352.500 Euros
Valor residual	2% do valor total do financiamento
Prazo	15 anos
Número de rendas	60 rendas, antecipadas
Periodicidade	Trimestral, com início em 25 de Março de 2006
Taxa de juro	Euribor a 3 meses + 1,750%

Contrato **Contrato de locação financeira Imobiliário nº 450007448**

Data do contrato	29 de Fevereiro de 2008
Locador	Banco Comercial Português, S.A.
Locatário	Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A.
Objecto	Fracções de prédio urbano sito na Rua Alvaro Pais, Rua Sousa Lopes e Rua Julieta Ferrão - Lisboa
Valor do financiamento	Valor total financiado: 3.000.000 Euros
Valor residual	300.000 Euros
Prazo	12 anos
Número de rendas	48 rendas, antecipadas
Periodicidade	Trimestral, com início em 25 de Maio de 2008
Taxa de juro	Euribor a 3 meses + 1,50%

Locação Operacional

Durante o exercício de 2011 foram reconhecidos gastos de 4.321.489 euros relativos a rendas de contratos de locação operacional.

As rendas de contratos de locação operacional (rendas fixas) mantidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011, essencialmente relativas a contratos de locação operacional de viaturas, apresentam os seguintes vencimentos:

Vencimentos

2012	2.570.331
2013	1.459.790
2014	809.569
2015	237.579
Total	5.077.269

11. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO ANUAL EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E INVESTIMENTOS FINANCEIROS**a) Ativo Bruto**

O movimento ocorrido no valor bruto de propriedades de investimento e de investimentos financeiros é como segue:

Propriedades de investimento e Investimentos financeiros	Saldo Inicial	Variação no perímetro	Efeito cambial	Aumentos	Alienações	Equivalência Patrimonial	Transfer. e Abates	Saldo Final
Propriedades de investimento	12.449.902	-	12.535	691.537	-	-	(589.855)	12.564.118
Investimentos financeiros:								
Inv. fin. em equiv. patrimonial	12.530.850	-	78.790	3.000	(239.558)	(688.243)	(77.315)	11.607.524
Emprést. empresas associadas	9.471.239	-	-	1.155.089	(68.000)	-	(158.446)	10.399.882
Outros investimentos financeiros	12.109.577	-	241.369	2.291.565	(1.366.800)	-	17.267	13.292.979
Total	34.111.666	-	320.159	3.449.654	(1.674.358)	(688.243)	(218.494)	35.300.385

Encontram-se registados a valor nulo, os investimentos financeiros nas associadas CFE - Indústria de Condutas, S.A., Grupul Portuguese de Constructii S.R.L., Ute Efaced/Self Energy, Ley 18/1982 e Larvick Reliable, R. L.. Os montantes, que excedem o valor do investimento, na proporção do Grupo nos prejuízos acumulados destas associadas, são de 19.872 euros, 278.596 euros, 131.928 euros e 10.284 euros, respetivamente.

Do valor registado na coluna "Aumentos" na rubrica "Empréstimos a empresas associadas", 385.584 euros respeitam ao empréstimo concedido pela participada Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A. à INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A., sociedade detida indiretamente pelo Grupo Soares da Costa em 28,57% e 505.500 euros respeitam a empréstimo

concedido pela participada Energia Própria, S.A. à My Watt, Lda, sociedade detida indiretamente pelo Grupo Soares da Costa em 50%.

Os valores registados na coluna de “Alienações”, rubricas “Investimentos financeiros em equivalência patrimonial” e “Empréstimos a empresas associadas” respeitam, na totalidade, à alienação da sociedade “Mini-Price Hotels (Porto), S.A.”.

Do valor registado na coluna “Transfer. e Abates” na rubrica “Propriedades de investimento”, 521.640 euros respeita à transferência de uma fração do Edifício de Troia, detido pela participada Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A., de propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis.

Na rubrica “Outros investimentos financeiros”, encontra-se refletida a constituição da Vortal, SGPS, S.A., no valor de 2.122.872 euros, na coluna de “Aumentos”, e a alienação da participação na Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A., no valor de 1.366.800 euros, na coluna de “Alienações”.

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a decomposição do saldo registado na rubrica “Outros investimentos financeiros” é como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.866.053	4.028.729
Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	432.393	432.393
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.994.533	7.648.455
Total	13.292.979	12.109.577

Os ativos financeiros disponíveis para venda respeitam a participações que não consubstanciam valor significativo e não têm mercado regulamentado.

Os ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos referem-se a ações representativas do capital no Millennium BCP, cujo efeito negativo decorrente da sua cotação em bolsa à data de balanço se encontra representado na nota 21.

Os empréstimos concedidos e contas a receber referem-se basicamente a contratos de suprimentos concedidos em participadas em que não existe uma influência significativa.

b) Depreciações acumuladas

O movimento ocorrido no valor das depreciações acumuladas das propriedades de investimento é como segue:

	Saldo Inicial	Variação no perímetro	Reforço	Regularizações	Efeito de conv. cambial	Saldo Final
Propriedades de investimento	2.423.607	-	255.543	(27.558)	4.971	2.656.562

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram reconhecidas rendas relativas a propriedades de investimento no montante de 284.076 euros.

Não existiram no período gastos operacionais diretos de propriedades de investimento nem obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou para reparação, manutenção ou aumentos das mesmas. De acordo com avaliações externas efetuadas por entidade especializada independente e assentes em critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor dos ativos classificados como propriedades de investimento ascende aproximadamente a 15,99 milhões de euros.

O movimento ocorrido nos ajustamentos de valor em investimentos financeiros encontra-se discriminado na nota 21.

12. DISCRIMINAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

Inventários	31-Dez-11	31-Dez-10
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.211.598	31.121.976
Produtos e trabalhos em curso	57.688.187	74.765.377
Produtos acabados e intermédios	39.677.418	42.338.207
Mercadorias	15.362.675	15.011.426
Ajustamentos de valor	(5.001.742)	(4.930.199)
Total	127.938.135	158.306.787

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados encargos financeiros, como parte integrante do custo destes ativos, no valor de 2.571.655 euros, respeitante ao empreendimento imobiliário desenvolvido em Angola pela associada Talatona Imobiliária, Lda. A taxa de capitalização corresponde ao financiamento específico deste projeto, cuja taxa é de 24,2%.

À data do final do exercício de 2011 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo encontra-se capitalizada como parte integrante do custo líquido destes ativos, a quantia de 5.788.664 euros.

A rubrica de “Produtos e trabalhos em curso” decompõe-se do seguinte modo à data de 31 de Dezembro de 2011:

Produtos e trabalhos em curso	31-Dez-11	31-Dez-10
Empreitadas em curso	32.829.190	54.913.300
Empreendimentos Imobiliários em curso	24.858.997	19.852.077
	57.688.187	74.765.377

13. DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Dívidas de terceiros	31-Dez-11	31-Dez-10
Clientes c/retenções de garantias	27.104.699	28.254.075
Adiantamentos a fornecedores	3.496.670	4.007.530
Outros devedores	206.793.681	69.392.335
Dívidas de terceiros - não corrente	237.395.050	101.653.940
Clientes c/c	437.572.441	417.366.017
Clientes-títulos a receber	3.133.963	5.897.288
Clientes de cobrança duvidosa	21.194.830	19.720.859
Ajustamentos de valor	(21.192.685)	(19.711.158)
Clientes	440.708.549	423.273.006
Empresas participadas e participantes	947.503	1.218.710
Adiantamentos a fornecedores/fornecedores investimento	16.382.411	9.792.561
Estado e outros entes públicos (excluído Imposto s/rendimento)	11.633.457	7.822.466
Outros devedores	35.538.796	37.875.801
Ajustamentos de valor	(3.194.828)	(7.023.063)
Outras dívidas de terceiros - corrente	61.307.338	49.686.475

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O valor registado na rubrica de “outros devedores - não corrente” respeita essencialmente à adoção da IFRIC12 (modelo do ativo financeiro) por parte das entidades conjuntamente controladas Auto-Estradas XXI - Subconcessionária, S.A. e Estradas do Zambeze, S.A..

A exposição do Grupo ao risco de crédito decorre das contas a receber resultantes da normal atividade comercial do Grupo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito o valor nominal das contas a receber.

Não existem à data de 31 de Dezembro de 2011 situações de concentração significativa de risco de crédito.

O quadro seguinte evidência por empresa consolidada e escalões de antiguidade os saldos de clientes C/C relevantes contabilisticamente à data do final do exercício.

Descrição da Empresa	Por vencer	0 a 180 dias	181 a 360	361 a 540	541 a 720	+ de 720 dias	Total
			dias	dias	dias		
Soc. Construções Soares da Costa, SA	136.127.200	50.498.863	28.164.341	11.622.474	10.245.450	121.110.883	357.769.211
Prince Contracting, LLC	9.127.822	6.243.183	-	-	-	-	15.371.006
CLEAR ANGOLA, S.A.	6.144.435	1.203.289	856.470	625.766	1.907.876	652.144	11.389.980
Soares da Costa Moçambique, SARL	1.823.357	6.286.743	499.664	239.544	164.093	498.026	9.511.426
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.	8.252.938	-	-	-	-	-	8.252.938
LGV, Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE	8.078.470	-	-	-	-	-	8.078.470
Soares da Costa Construction Services, LLC	14.698	-	-	-	-	6.591.415	6.606.112
CONTACTO - Soc. Construções, S.A.	3.836.301	594.338	175.536	101.265	-	99.478	4.806.918
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., SA	1.414.545	524.124	2.033.442	210.542	319.955	93.142	4.595.751
CLEAR - Instalações Electromecânicas, S.A.	2.003.118	427.085	132.734	110.110	701.585	874.098	4.248.731
TRANSMETRO - Construção do Metropolitano do Porto, ACE	3.549.485	-	-	-	-	-	3.549.485
Normetro - Agrupamento do Metropolitano do Porto, ACE	-	-	3.049.297	-	-	-	3.049.297
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	721.625	919.430	198.057	330.472	156.309	340.890	2.666.782
GACE - Gondomar, ACE	-	2.398.117	-	-	-	-	2.398.117
Energia Própria, SGPS, S.A.	133.027	-	2.210.100	-	-	-	2.343.127
LGC - Linha de Gondomar, Construtores, ACE	466.101	1.029.512	802.371	-	-	-	2.297.984
Hidroequador Santomense - Exploração de Centrais Hidroeléctricas	-	-	2.094.744	-	-	-	2.094.744
Carta - Restauração e Serviços, Lda	1.315.610	508.837	6.058	129.554	-	43.041	2.003.100
Terceira Onda Planeamento e Desenvolvimento, Ltda.	1.672.603	-	-	-	-	-	1.672.603
HidroAlqueva, ACE	-	1.477.819	-	-	-	-	1.477.819
Soares da Costa Construcciones Centro Americanas, SA	-	515.375	640.934	160.224	-	-	1.316.532
Nova Estação, ACE	-	1.309.685	-	-	-	-	1.309.685
Construções Metálicas SOCOMETAL, S.A.	982.919	52.394	130.526	126.666	649	-	1.293.154
Mota-Engil, Soares da Costa, MonteAdriano - Matosinhos, ACE	922.704	2.695	-	-	-	-	925.398
CIAGEST - Imobiliária e Gestão, S.A.	757.372	29.280	4.770	-	2.826	55.967	850.216
Remodelação Teatro Circo - S.C., A.B.B., D.S.T., ACE	984	984	-	-	-	749.572	751.539
GCVC, ACE	624.731	-	-	-	-	-	624.731
Soares da Costa S. Tomé e Príncipe - Construções, Lda	-	26.858	76.852	315	467.453	-	571.479
C.P.E. - Companhia de Parque de estacionamento, S.A.	56.804	232.188	34.004	15.870	4.076	151.979	494.921
Portvias - Portagem de Vias, S.A.	1.800	413.130	-	-	-	-	414.930
Mercados Novos - Imóveis Comerciais, Lda.	303.230	-	-	-	-	-	303.230
Três pontos dois - T.G. Const. Civil - Via e Cat Mod. Linha do Norte, ACE	227.759	-	-	-	-	72.659	300.418
Outras Empresas	636.610	146.196	297.223	29.358	2.835	225.085	1.337.307
Total	189.196.247	74.840.124	41.407.124	13.702.159	13.973.108	131.558.378	464.677.140

Parte substancial dos créditos correspondentes aos escalões de maior antiguidade é relacionada com entidades públicas, não havendo risco sério de incobrabilidade. É prestada informação sobre risco de crédito nota 30 deste documento.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto sobre o valor acrescentado	11.286.713	7.733.792
Outros	346.744	88.674
Total	11.633.457	7.822.466

14. DISCRIMINAÇÃO DOS OUTROS ATIVOS CORRENTES

Outros ativos correntes	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de rendimentos	92.690.287	116.378.837
Gastos a reconhecer	16.319.121	14.035.033
Total	109.009.408	130.413.871

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 estas rubricas tinham a seguinte decomposição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de rendimentos		
Trabalhos executados não faturados	47.433.293	63.070.818
Processos de Indemnizações em curso	16.032.980	22.417.750
Estimativa de receitas por banda	13.362.330	13.043.813
Outros acréscimos de rendimentos	15.861.685	17.846.455
	92.690.287	116.378.837
Gastos a reconhecer		
Gastos iniciais de arranque de obra	10.272.697	6.767.163
Outros gastos a reconhecer	6.046.424	7.267.870
	16.319.121	14.035.033

A rubrica “Estimativa de receitas por banda” respeita a valores de receita de tráfego gerados no âmbito das concessões rodoviárias e ainda não faturados.

15. DISCRIMINAÇÃO CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes	31-Dez-11	31-Dez-10
Depósitos bancários	85.146.375	95.305.387
Caixa	951.975	1.226.220
Total	86.098.349	96.531.607

Da totalidade dos saldos apresentados à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os valores de 22.493.072 euros e 23.302.714 euros, respetivamente, respeitam a caixa e seus equivalentes sem recurso contabilizados sob a forma de depósitos a prazo decorrentes da empresa concessionária de auto-estradas Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A..

Os contratos de financiamento e de concessão contraídos pela associada Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A. obrigam à manutenção de saldos de depósitos equivalentes a 5/3 do montante do próximo vencimento do serviço da dívida. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as contas de reservas sob a forma de depósitos à ordem ou a prazo incluídas no balanço consolidado ascendem aos montantes acima referidos.

16. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social da Grupo Soares da Costa, SGPS., S.A., tem o valor nominal de 160.000.000 de euros, representado por:

- Cento e cinquenta e nove milhões novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e oitenta e duas (159.994.482) ações ordinárias;
- Cinco mil quinhentas e dezoito (5.518) ações preferenciais sem voto, cujos direitos atribuídos consistem num direito ao recebimento de um dividendo preferencial e ao reembolso preferencial do respetivo valor nominal na liquidação da sociedade.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 os movimentos ocorridos com ações próprias podem ser resumidos como segue:

	Numero de ações	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo Inicial	382.914	382.914	(185.134)	197.780
Compras	1.847.588	1.847.588	(1.037.515)	810.073
Alienações	(1.723.210)	(1.723.210)	887.883	(835.327)
Saldo Final	507.292	507.292	(334.766)	172.526

Durante este período, a sociedade-mãe, Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. procedeu à aquisição 1.847.588 ações próprias ao preço médio de 0,44 euros, influenciando negativamente o valor dos capitais próprios em 810.073 euros.

Ainda no mesmo período a sociedade-mãe procedeu à alienação de 1.723.210 ações próprias ao preço médio de 0,43 euros, influenciando positivamente o valor dos capitais próprios em 741.747 euros.

A reserva de conversão cambial reflete as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Algumas participadas do Grupo contrataram instrumentos financeiros de cobertura. As alterações verificadas no justo valor destes instrumentos financeiros, bem como os impostos diferidos conexos, são reconhecidas diretamente na rubrica de "Reservas e resultados transitados". O efeito acumulado destes instrumentos financeiros derivados e dos respetivos impostos diferidos discrimina-se como segue:

	Instrumentos financeiros derivados	Impostos diferidos	Total
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	(63.676)	15.919	(47.757)
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	147.636	(42.814)	104.822
Intevias – Serviços e Gestão, S.A.	(2.357.063)	589.266	(1.767.797)
C.P.E. – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	(1.745.711)	436.428	(1.309.283)
Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A.	305.583	(84.035)	221.547
Auto-Estradas XXI - Subconcessionária, S.A.	(24.389.643)	6.463.255	(17.926.387)
	(28.102.874)	7.378.018	(20.724.856)

17. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011, são os seguintes, os principais empréstimos bancários contratados pelo Grupo:

Holding

O Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. tem contratado com um sindicato bancário a colocação e tomada firme de emissões de Papel Comercial até ao limite de 32.000 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até 16 de Junho de 2015. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mutuo no montante atual de 2.670 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 7 prestações semestrais com termo em Junho de 2015.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa de Depósitos no montante de 1.250 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 5 prestações trimestrais com termo em Março de 2013.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto do Banco Popular Portugal no montante de 5.000 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 4 prestações semestrais com termo em Junho de 2014.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa de Depósitos no montante de 14.000 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 8 prestações trimestrais com termo em Outubro de 2013.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto do BANIF Banco Internacional do Funchal no montante atual de 1.839 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 10 prestações trimestrais com termo em Abril de 2014.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa Banco de Investimentos no montante de 1.250 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Janeiro de 2012.

Empréstimo obrigacionista contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. no montante atual de 20.000 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Novembro de 2015.

Empréstimo obrigacionista contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. no montante atual de 80.000 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Dezembro de 2017.

Empréstimo contratado pela Energia Própria, S.A. junto do Banco Santander no montante atual de 350 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em prestações trimestrais, com termo em Abril de 2015.

Empréstimo contratado pela Energia Própria, S.A. junto do Banco Santander no montante atual de 250 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em prestações trimestrais, com termo em Novembro de 2012.

Empréstimo contratado pela Energia Própria, S.A. junto do Banco Santander no montante atual de 125 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em prestações trimestrais, com termo em Setembro de 2015.

Empréstimo contratado pela Self Energy Engineering & Innovation, S.A. junto do Banco Santander no montante atual de 70 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em prestações trimestrais, com termo em Setembro de 2013.

Área Construção

Empréstimo, sob a forma de Hot Money, contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto do NCG Banco, SA, sucursal em Portugal no montante atual de 1.235 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Janeiro, Fevereiro e Março de 2012.

Empréstimo, sob a forma de Hot Money, contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto do Montepio Geral no montante atual de 3.000 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Janeiro de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto da Caixa Geral de Depósitos no montante atual de 138 milhares de dólares, cujo reembolso ocorrerá em Janeiro de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do NCG Banco, SA, sucursal em Portugal no montante de 1.150 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 23 prestações semestrais com termo em Janeiro de 2023.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco BPI no montante atual de 355 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 2 prestações trimestrais com termo em Maio de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco BPI no montante atual de 1.491 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 7 prestações trimestrais com termo em Setembro de 2013.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco BPI no montante atual de 59 milhares de euros, cujo reembolso ocorrerá em Fevereiro de 2013.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco Português de Negócios no montante atual de 1.689 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 13 prestações trimestrais com termo em Janeiro de 2015.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco Português de Negócios no montante atual de 2.717 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 5 prestações trimestrais com termo em Fevereiro de 2013.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco BIC no montante atual de 400 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 6 prestações mensais com termo em Junho de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do BANIF Banco Internacional do Funchal no montante atual de 3.542 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 13 prestações trimestrais com termo em Fevereiro de 2015.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto da Caixa Geral de Depósitos no montante atual de 8.750 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 7 prestações trimestrais com termo Setembro de 2013.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) no montante atual de 3.750 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 2 prestações mensais com termo Fevereiro de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto do Barclays Bank no montante atual de 3.040 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 6 prestações mensais com termo Julho de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. junto do Barclays Bank no montante atual de 1.600 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 5 prestações com termo Junho de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco BAI Europa no montante atual de 2.000 milhares de dólares, cujo reembolso ocorrerá em Junho de 2012.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do BRD Groupe Société Generale no montante atual de 755 milhares de rol's, cujo reembolso será realizado, em 3 prestações trimestrais com termo em Agosto de 2012.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. tem contratado com o Barclays Bank a colocação e tomada firme de emiss   es de Papel Comercial até ao limite de 9.900 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até Agosto de 2013. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. tem contratado com a Caixa Central de Credito Agrícola Mutuo a colocação e tomada firme de emiss   es de Papel Comercial até ao limite de 5.000 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até Janeiro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. tem contratado com a Caixa Geral de Depósitos a colocação e tomada firme de emiss   es de Papel Comercial até ao limite de 15.000 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até Junho de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. tem contratado com o Banco Comercial Português a colocação e tomada firme de emiss   es de Papel Comercial até ao limite de 4.500 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até Janeiro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

A Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. tem contratado com o Banco Comercial Português e com o Banco Popular Portugal a colocação e tomada firme de emiss   es de Papel Comercial até ao limite de 15.000 milhares de euros, ao abrigo de um contrato programa válido até Janeiro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco Africano de Investimentos no montante atual de 1.950 milhares de dólares, cujo reembolso será realizado, em 13 prestações mensais com termo em Janeiro de 2013.

Empréstimo contratado pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. junto do Banco de Fomento de Angola no montante atual de 462.157 milhares de kwanzas, cujo reembolso será realizado, em 22 prestações mensais com termo em Outubro de 2013.

Empréstimo contratado pela Clear Instalações Electromecânicas, S. A. junto do Montepio Geral no montante atual de 218 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 5 prestações trimestrais com termo em Março de 2013.

Empréstimo contratado pela Construções Metálicas Socometal, S. A. junto do Montepio Geral no montante atual de 218 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 5 prestações trimestrais com termo em Março de 2013.

Empréstimo contratado pela Construções Metálicas Socometal, S. A. junto do Montepio Geral no montante atual de 250 milhares de euros, cujo reembolso será realizado, em 12 prestações trimestrais com termo em Dezembro de 2014.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa América, Inc. junto do BANIF no montante atual de 13.659 milhares de dólares, com reembolsos em prestações semestrais com termo em Setembro de 2013.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa América, Inc. junto do Commerce National Bank Finance no montante atual de 1.950 milhares de dólares, cujo reembolso será realizado no termo do contrato em Dezembro de 2012.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa América, Inc. junto do TerraBank no montante atual de 1.900 milhares de dólares, cujo reembolso será realizado no termo do contrato em Abril de 2012.

Empréstimo contratado pela Prince Contracting, LLC junto do M&I Bank no montante atual de 104 milhares de dólares, com reembolsos de capital e juros mensais de 1,1 mil dólares e uma amortização final de 98 mil dólares em Setembro de 2012.

  rea Concess   es

Empréstimo contratado pela Soares da Costa Concess   es, SGPS, S.A. junto do Banco BPI no montante de 1.429 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 3 prestações semestrais com termo em Dezembro de 2012.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa Concess   es, SGPS, S.A. junto do Banco Popular Portugal no montante de 16.968 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 50 prestações trimestrais com termo em Maio de 2024.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa Concess   es, SGPS, S.A. junto do BANIF Banco de Investimentos no montante de 2.625 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 10 prestações semestrais com termo em Junho de 2016.

Empréstimo contratado pela CPE Companhia de Parques de Estacionamento, S.A. junto do Banco BPI no montante de 27.941 milhares de euros, cujo reembolso será em 34 prestações semestrais com termo em Dezembro de 2028.

Empréstimo contratado pela CPE Companhia de Parques de Estacionamento, S.A. junto do Banco BPI no montante de 1.010 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 4 prestações semestrais com termo em Dezembro de 2013.

Empréstimo contratado pela Intevias Serviços e Gestão, S.A. junto do Banco BPI no montante de 62.258 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 14 prestações anuais com termo em Julho de 2028.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa Hidroenergia 1T, Lda. e pela Soares da Costa Hidroenergia 4T, Lda. junto da Caixa Banco de Investimentos no montante atual de 5.000 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em Junho de 2012.

Empréstimo contratado pela Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A. junto da Banca Comercial e do Banco Europeu de Investimentos no montante atual e na % participação de 9.610.821 euros e 4.179.165 euros respetivamente, e cujo reembolso será realizado em 2 prestações semestrais com termo em Outubro de 2012.

Empréstimo contratado pela Soares da Costa Concessions USA, Inc., junto do BBU Bank no montante de 2.000 milhares de dólares, cujo reembolso será realizado em Abril de 2012.

Empréstimo contratado pela Infraestructuras SDC Costa Rica, S.A. junto do BANIF Banco de Investimentos no montante de 7.852 milhares de dólares, cujo reembolso será realizado em Dezembro de 2017.

Área Imobiliário

Empréstimo contratado pela Ciagest Imobiliária e Gestão, S.A. junto do Banco Comercial Português no montante atual de 2.197 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 33 prestações trimestrais com termo em Fevereiro de 2020.

Empréstimo contratado pela Ciagest Imobiliária e Gestão, S.A. junto do Banco Comercial Português no montante atual de 11.215 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 36 prestações trimestrais com termo em Dezembro de 2020.

Empréstimo contratado pela Ciagest Imobiliária e Gestão, S.A. junto do NCG Banco, SA, sucursal em Portugal no montante atual de 3.946 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 102 prestações mensais com termo em Junho de 2020.

Empréstimo contratado pela Ciagest Imobiliária e Gestão, S.A. junto do NCG Banco, SA, sucursal em Portugal no montante atual de 1.167 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 17 prestações mensais com termo em Abril de 2013.

Empréstimo contratado pela Cais da Fontinha Investimentos Imobiliária, S.A. junto do NCG Banco, SA, sucursal em Portugal no montante atual de 3.225 milhares de euros, cujo reembolso será realizado em 6 prestações trimestrais com termo em Março de 2013.

Empréstimo contratado pela Talatona Imobiliária, Lda., SA junto do Banco Privado Atlântico no montante atual de 2.857.083 milhares de kwanzas, cujo reembolso será realizado em Fevereiro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Empréstimos bancários” do passivo não corrente inclui os financiamentos obtidos pela associada Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A. no âmbito do financiamento da construção da autoestrada objeto de concessão, do Banco Europeu de Investimento e do sindicato bancário, nos montantes de 97.553.660 euros e 70.015.941 euros, respetivamente, na percentagem de participação atribuível ao Grupo. As principais condições associadas a estes empréstimos são as seguintes:

Linha	Taxa de Juro	1ª Amortização	Amortização final
Sindicato Bancário	Taxa variável indexada à Euribor 6 M	1º semestre de 2006	1º sem. de 2019
Banco Europeu Investimento	Taxa fixa de 6,43%	2º Semestre de 2007	1º sem. de 2024

Por sua vez, a entidade conjuntamente controlada Auto-Estradas XXI - Subconcessionária, S.A., contratou os seguintes principais financiamentos: Linha de crédito de longo prazo, Linha do BEI com risco comercial e Linha do BEI com garantias, nos termos seguintes:

Linha do BEI com risco comercial:

Montante:	Até EUR 200.000.000
Prazo Total:	Até 27 anos, a partir do <i>Financial Close</i>
Período de Utilização:	5 anos
Taxa de Juro:	Euribor + margem
Margem:	2009 ao 1º semestre 2016: 0,90% p.a. Após o 1º semestre 2016: 0,37% p.a. Nota: considerou-se uma margem adicional de 0,20% sobre as margens do BEI, uma vez que aos financiamentos do BEI contratados em regime de taxa variável é aplicável um spread sobre a Euribor, estimado em 0,29%.
Comissão de Imobilização:	0,45% p.a. sobre o valor total não utilizado
Comissão de Organização e Montagem:	0,50% <i>flat</i>
Reembolso:	Prestações variáveis e crescentes com montantes de reembolso obrigatório
Hedging:	Cobertura do risco de variação da taxa de juro através da contratação de um swap de taxa de juro com uma cobertura diferenciada: 100% do capital durante o período de disponibilidade e nos períodos seguintes com os seguintes níveis de cobertura do capital em dívida: • De 2014 a 2027: 70% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep; • De 2028 e 2029: 17% e 7% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep

Linha do BEI com garantias:

Montante:	Até EUR 89.000.000
Prazo Total:	Até 27 anos, a partir do <i>Financial Close</i>
Período de Utilização:	5 anos
Taxa de Juro:	Euribor + margem
Margem:	0,0% p.a. enquanto vigorarem as garantias bancárias e 0,37% p.a. após a libertação das garantias bancárias prestadas pelos bancos comerciais. Nota: o modelo financeiro não considera a libertação das garantias bancárias
Comissão de Imobilização:	0,20% p.a. sobre o valor total não utilizado
Comissão de Organização e Montagem:	0,20% <i>flat</i>
Reembolso:	Prestações variáveis e crescentes com montantes de reembolso obrigatório
Hedging:	Cobertura do risco de variação da taxa de juro através da contratação de um swap de taxa de juro com uma cobertura diferenciada: 100% do capital durante o período de disponibilidade e nos períodos seguintes com os seguintes níveis de cobertura do capital em dívida: • De 2014 a 2027: 70% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep; • De 2028 e 2029: 17% e 7% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep

Linha de Crédito de Longo Prazo:

Montante:	Até EUR 286.000.000
Prazo Total:	Até 27 anos, a partir do <i>Financial Close</i> , ou seja, até 10/12/2035
Período de Utilização:	5 anos (entre 2009 e 2013)
Taxa de Juro:	Euribor + margem
Margem:	2009 a 2011: 1,60% p.a. 2012 a 2015: 1,80% p.a.
Comissão de Imobilização:	50% da margem aplicável, sobre o valor total não utilizado
Comissão de Organização e Montagem:	1,40% <i>flat</i> . Em termos fiscais, a incidência desta comissão foi repartida entre IVA e imposto do selo na proporção de 75% e 25%, respetivamente
Comissão de Agente:	EUR 100.000 anuais, atualizáveis de acordo com a inflação

Reembolso: Cash sweep integral nos anos 2014 e 2015 e restante bullet em 2016.

Hedging:

Cobertura do risco de variação da taxa de juro através da contratação de um swap de taxa de juro com uma cobertura diferenciada: 100% do capital durante o período de disponibilidade e nos períodos seguintes com os seguintes níveis de cobertura do capital em dívida:

- De 2014 a 2027: 70% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep;
- De 2028 e 2029: 17% e 7% do capital em dívida sem considerar as amortizações ao abrigo do mecanismo de cashsweep

A proposta do Consórcio considera o refinanciamento da Linha de Crédito de Longo Prazo no ano 2016, mediante a contratação de um empréstimo obrigacionista, em condições financeiras mais vantajosas. Esta operação de refinanciamento, em virtude de fazer parte da proposta do Agrupamento, do respetivo risco de realização ser totalmente assumido pelo Agrupamento e por estar incluída no Caso Base, é realizada no pressuposto de a mesma não ser entendida como integrando o conceito de “Refinanciamento da Subconcessão”, descrito na cláusula 90ª da minuta do Contrato de Subconcessão. Deste modo, assume-se que os eventuais impactos favoráveis resultantes da operação de refinanciamento serão totalmente retidos pela Subconcessionária. As condições financeiras da operação resultante do refinanciamento são as seguintes:

Montante:	256.292.632,25
Prazo Total:	Até 20 anos
Período de Utilização:	Uma única utilização em 2016
Taxa de Juro:	Euribor + margem
Margem:	1,50%
Comissão de Organização e Montagem:	0,50% <i>flat</i>
Comissão de Agente:	EUR 100.000 anuais, atualizáveis de acordo com a inflação
Reembolso:	Início a 30 de Junho de 2016, com 42 Prestações Semestrais de capital variável

Hedging:

Cobertura parcial do risco de variação da taxa de juro através da contratação de um swap com os seguintes níveis de cobertura do capital em dívida:

- De 2016 a 2026: 70% do capital em dívida;
- Ano 2028: 17% do capital em dívida;
- Ano 2029: 7% do capital em dívida;
- Período remanescente: 0% de cobertura, ou seja, capital em regime variável.

Os valores das rubricas “Empréstimos obrigacionistas” e “Empréstimos bancários”, a 31 de Dezembro de 2010, foram reexpressos com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado –

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



IAS 39 e IAS 32 - e refletem uma diminuição de 2.795.754 euros e 3.606.974 euros no passivo não corrente, respetivamente, e de 163.261 euros no passivo corrente.

O valor dos empréstimos registados no balanço consolidado à data de 31 de Dezembro de 2011 tem as seguintes maturidades:

Maturidades	Empréstimos bancários	Emprest. por obrigações	Descobertos bancários	O. Emprést. Obtidos (Factoring)	Total
2012	247.793.855	-	21.674.970	37.850.092	307.318.918
2013	73.102.618	-	-	-	73.102.618
2014	67.504.205	-	-	-	67.504.205
2015	41.627.053	19.573.368	-	-	61.200.421
2016	33.769.761	-	-	-	33.769.761
2017	117.193.747	78.031.373	-	-	195.225.120
Após - 2017	205.791.164	-	-	-	205.791.164
Total	786.782.403	97.604.741	21.674.970	37.850.092	943.912.207

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

Maturidades	Empréstimos bancários
2012	15.353.363
2013	14.728.257
2014	32.139.089
2015	32.604.045
2016	27.361.265
2017	113.305.825
após 2017	189.234.986
Total	424.726.830

Os empréstimos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2011, venciam juros às seguintes taxas:

Natureza	Mínimo	Máximo
Contas caucionadas	5,030%	9,190%
Hot Money	7,235%	11,940%
Empréstimos bancários	2,222%	10,000%
Empréstimo obrigacionista	4,204%	4,319%
Emissão de papel comercial	4,856%	8,156%

Adicionalmente, os financiamentos específicos contratados nos mercados locais vencem juros a taxas que vigoram entre 7,282% e 24,24%.

Em geral os empréstimos bancários, vencem juros a taxas variáveis de mercado encontrando-se assim, o Grupo, exposto ao efeito das alterações nas taxas de juro de mercado.

No entanto, no âmbito da gestão do risco de taxa de juro, em particular no segmento das Concessões, o Grupo contratou instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro, descritos na nota seguinte "Instrumentos Financeiros Derivados".

Tendo como base o nível de financiamento líquido a 31 de Dezembro de 2011, uma variação de um ponto percentual na taxa de juro indexante produziria um impacto anual nos encargos financeiros de 5,5 milhões de euros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo, no primeiro trimestre de 2011, contratou o seguinte instrumento de cobertura de taxa de juro:

Grupo Soares da Costa SGPS, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro
Banco:	BANCO POPULAR
Moeda:	Euro
Data do contrato:	11-03-2011
Data de início:	14-06-2011
Data de vencimento:	16-06-2014
Periodicidade:	anual
Swap:	2,64
Montante total coberto em 31-12-2011:	4.513.000 Euros, amortizável
Referência:	Euribor a 12 meses

Na área das Concessões o Grupo tem contratado os seguintes instrumentos de cobertura de taxa de juro:

Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro, de 100% da Dívida à Banca Comercial (para todo o período da Dívida).
Bancos:	BCP / BPI / BAYERISCHE / CGD
Moeda:	Euro
Data do contrato:	24-09-1999
Data de início:	01-10-1999
Data de vencimento:	04-10-2018
Periodicidade:	Semestral
Swap:	7,14
Montante total coberto em 31-12-2011:	247.035.016 Euros
Referência:	Euribor + 1% em fase de construção; Euribor + 0,9% em fase de Exploração

Intevias - Serviços e Gestão, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro
Banco:	BPI
Moeda:	Euro
Data do contrato:	04-12-2008
Data de início:	04-12-2008
Data de vencimento:	15-07-2023
Periodicidade:	anual
Swap:	3,45
Montante total coberto em 31-12-2011:	57.492.000 Euros, amortizável
Referência:	Euribor a 12 meses

CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro
Banco:	BPI
Moeda:	Euro
Data do contrato:	09-06-2009
Data de início:	10-06-2009
Data de vencimento:	10-12-2028
Periodicidade:	semestral
Swap:	4,19
Montante total coberto em 31-12-2011:	19.528.959 Euros, amortizável
Referência:	Euribor a 6 meses

Auto-estradas XXI - Subconcessionária, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro
Banco:	BBVA, BANESTO, BANCO POPULAR, CAJA MADRID, SANTANDER TOTTA, BPI, LA CAIXA
Moeda:	Euro
Data do contrato:	30-01-2009
Data de início:	03-02-2009
Data de vencimento:	31-12-2029
Periodicidade:	Semestral
Swap:	4,22
Montante total coberto em 31-12-2011:	501.337.777 Euros, amortizável
Referência:	Euribor a 6 meses

Na área da Construção, para fazer face ao risco cambial associado aos fluxos de caixa esperados num projeto específico, o Grupo tem contratado um conjunto de forwards cambiais, resumidos no seguinte quadro:

Soc. Construções Soares da Costa, S.A.

Tipo de instrumento financeiro:	Derivados	
Descrição dos derivados:	Forward	
Banco:	Barclays Bank	
Moeda:	Dólar	
Data do contrato:	03-07-2009	18-09-2009
Data de início:	03-07-2009	18-09-2009
Data de vencimento:	09-07-2012	09-07-2012
Periodicidade:	Flexível	Flexível
Swap:	1,4455	1,5100
Montante total coberto em 31-12-2011:	8.150.000 USD	5.000.000 USD
Referência:	Taxa de Câmbio EUR/USD	

À data de 31 de Dezembro de 2011 estes instrumentos foram designados como de cobertura uma vez que cumpriam com os requisitos formais estabelecidos no IAS 39 relacionados com a documentação da relação e efetividade de cobertura do instrumento derivado.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O justo valor destes instrumentos financeiros foi efetuado pelas respetivas contrapartes, que são entidades idóneas e independentes, através da adoção de modelos de avaliação apropriados. Estes baseiam-se no método dos cash-flows descontados utilizando inputs observáveis no mercado, cotados no mercado interbancário.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica “Instrumentos financeiros derivados” tem a seguinte decomposição:

Instrumentos financeiros derivados	31-Dez-11	31-Dez-10
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	63.676	-
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	1.190.357	1.337.993
Intevias – Serviços e Gestão, S.A.	4.261.552	1.904.489
C.P.E. – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	3.309.601	1.563.890
Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A.	13.494.989	13.800.571
Auto-Estradas XXI - Subconcessionária, S.A.	44.123.589	19.733.946
Total	66.443.764	38.340.890

19. DISCRIMINAÇÃO DE DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Dívidas a terceiros” tem a seguinte decomposição:

Dívidas a terceiros	31-Dez-11	31-Dez-10
Fornecedores de imobilizado	2.389.730	4.656.414
Fornecedores c/retenções de garantias	10.211.038	8.617.015
Adiantamentos de clientes	21.670.923	20.531.026
Outros credores	17.038.409	11.154.705
Dívidas a terceiros - não corrente	51.310.099	44.959.160
Empresas participadas e participantes	16.867	3.990.041
Outros acionistas (sócios)	32.823	1.251.208
Estado e outros entes públicos (excluído do Imposto s/ rendimento)	6.611.564	5.451.424
Outros credores	49.998.581	41.520.448
Outras dívidas a terceiros - corrente	56.659.835	52.213.121

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos (excluído do imposto sobre o rendimento)” acima evidenciada à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto sobre o valor acrescentado	2.369.315	2.620.840
Contribuições para a segurança social	2.456.940	1.562.883
Outros	1.785.309	1.267.701
Total	6.611.564	5.451.424

20. DISCRIMINAÇÃO DOS OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Outros passivos correntes	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de gastos	126.858.451	108.599.114
Rendimentos a reconhecer	57.184.425	46.806.541
Total	184.042.876	155.405.656

O valor da rubrica “Acréscimos de gastos” foi reexpresso, a 31 de Dezembro de 2010, com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflete um aumento de 88.395 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 estas rubricas tinham a seguinte decomposição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de gastos		
Faturas por rececionar	97.894.505	84.955.870
Remunerações a liquidar	9.033.777	9.797.409
Juros a liquidar	7.943.361	6.744.945
Outros acréscimos de gastos	11.986.808	7.100.891
	126.858.452	108.599.114
Rendimentos a reconhecer		
Trabalhos faturados não executados	48.619.467	37.562.605
Rendas antecipadas	324.107	321.984
Outros rendimentos a reconhecer	8.240.850	8.921.952
	57.184.424	46.806.541

21. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO NO PERÍODO DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR E DAS PROVISÕES

O movimento ocorrido nos ajustamentos de valor é como segue:

Ajustamentos de valor	Notas	Alterações		Aumento	Redução	Saldo Final
		Saldo Inicial	no perímetro			
Clientes cobrança duvidosa		19.711.158	-	1.532.440	(50.914)	21.192.685
Clientes	13	19.711.158	-	1.532.440	(50.914)	21.192.685
Outros devedores		7.023.063	-	109.720	(3.937.955)	3.194.828
Outras dívidas de terceiros	13	7.023.063	-	109.720	(3.937.955)	3.194.828
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		153.213	-	85.389	(14.870)	223.733
Produtos e trabalhos em curso		281.689	-	69.066	(348.772)	1.983
Produtos acabados e intermédios		4.050.259	-	-	(14.694)	4.035.566
Mercadorias		445.038	-	368.324	(72.902)	740.460
Inventários	12	4.930.199	-	522.780	(451.238)	5.001.742
Inv. fin. em equiv. patrimonial		-	-	-	-	-
Outros investimentos financeiros		387.023	-	48.996	(19.434)	416.584
Investimentos financeiros		387.023	-	48.996	(19.434)	416.584
Total de ajustamentos de valor		32.051.444	-	2.213.936	(4.459.541)	29.805.838

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O movimento ocorrido nas provisões é como segue:

Provisões	Alterações		Aumento	Redução	Saldo Final
	Saldo Inicial	no perímetro			
Outras provisões para riscos e encargos	704.145	-	275.739	(93.684)	886.200
Total	704.145	-	275.739	(93.684)	886.200

A sua decomposição por naturezas, à data de 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Processos judiciais	602.692	52.212	(86.180)	568.724
Pensões e outros encargos com pessoal	22.663	190.028	(7.504)	205.186
Outras provisões	78.790	33.500	-	112.290
Total	704.145	275.739	(93.684)	886.200

O registo das perdas por imparidade relacionadas com as dívidas de terceiros tem por base uma análise individualizada do risco, ponderando a natureza do terceiro, a mora do crédito e a experiência acumulada do Grupo em situações análogas.

O detalhe dos ajustamentos de valor e provisões existentes à data de 31 de Dezembro de 2011, por segmento de relato primário, é como segue:

	Construção	Imobiliário	Concessões	Energia Própria	Participações financeiras	Total Consolidado
Outros investimentos financeiros	-	-	-	-	416.584	416.584
	-	-	-	-	416.584	416.584
Inventários						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	223.733	-	-	-	-	223.733
Produtos acabados e intermédios	3.869.840	165.726	-	-	-	4.035.566
Produtos e trabalhos em curso	1.983	-	-	-	-	1.983
Mercadorias	-	714.307	-	26.154	-	740.460
	4.095.555	880.033	-	26.154	-	5.001.742
Clientes						
Clientes cobrança duvidosa	19.632.543	1.543.117	3.384	13.641	-	21.192.685
	19.632.543	1.543.117	3.384	13.641	-	21.192.685
Outras dívidas de terceiros						
Outros devedores	3.194.828	-	-	-	-	3.194.828
	3.194.828	-	-	-	-	3.194.828
Total de ajustamentos de valor	26.922.926	2.423.149	3.384	39.795	416.584	29.805.838
Outras provisões para riscos e encargos	828.366	-	46.063	11.771	-	886.200
	828.366	-	46.063	11.771	-	886.200

22. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas (consolidadas por equivalência patrimonial) encontram-se discriminados nos quadros abaixo.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Clientes	Outras dívidas de terceiros	Empréstimos a empresas do grupo e associadas	Fornecedores	Outras dívidas a terceiros
Gayaexplor - Const.Exploração de Parques Estacionam., Lda	22.734	-	27.500	-	-
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, SA	-	180.396	9.373.759	64.523	-
Metropolitan Transportation Solutions, Ltd.	7.171.502	1.500.238	53.054	-	861.227
Grupul Portughez de Construtii, S.R.L.	1.220.804	505.521	-	-	-
CFE Indústria de Condutas, S.A.	12.721	-	45.000	9.163	-
MTA - Máquinas e Tractores de Angola Lda.	24.146	154.237	-	17.431	-
SDC Emirates Construction, L.L.C.	-	101.624	-	-	-
Self Energy Moçambique, S.A.	118.027	-	-	-	-
Larvick Reliable, R.L.	15.000	-	43.000	-	-
My Watt, Lda	-	-	505.500	-	-
Total	8.584.934	2.442.016	10.047.813	91.117	861.227

Transações em 2011	Rendimentos e ganhos operacionais	Gastos e perdas operacionais	Ganhos e perdas financeiros
CFE Indústria de Condutas, S.A.	15.067	54.748	-
MTA - Máquinas e Tractores de Angola Lda.	395.705	714.531	(4.243)
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	-	223.145	346.619
Metropolitan Transportation Solutions Ltd.	-	84.752	-
Self Energy Moçambique, S.A.	329.981	-	-
Total	740.753	1.077.176	342.376

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pessoas chave de gestão do Grupo a 31 de Dezembro de 2011 são apresentados como segue:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Administradores executivos	1.229.465	-	1.229.465
Administradores não executivos	800.000	-	800.000
Conselho Fiscal	94.750	-	94.750
Pessoas chave de gestão	4.264.258	310.493	4.574.750

É auditor da Sociedade, a firma BDO & e Associados, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº. 29 e no registo de auditores da CMVM sob o nº. 1122, representada pelo Exmo. Sr. Dr. Paulo Jorge de Sousa Ferreira, ROC nº.781. Estes serviços de prestação de serviços de certificação legal de contas e auditoria prestados à sociedade (e a outras pessoas coletivas com as quais a mesma tem uma vinculação de domínio) atingiram os 107.625 euros em 2011. Os serviços prestados pelo revisor oficial de contas, Grant Thornton & Associados – SROC, à sociedade (e a outras pessoas coletivas com as quais a mesma tem uma vinculação de domínio), totalizaram 134.377,50 euros em 2011.

O conselho de administração da Sociedade declara que, na contratação de qualquer projeto e antes da sua adjudicação, se assegura que aos auditores da Sociedade e sua respetiva rede, não foram, nem são contratados serviços que, nos termos da Recomendação nº. C (202) 1873, de 2004/5/16, da Comissão Europeia, possam pôr em causa a sua independência

À data de 31 de Dezembro de 2011, as sociedades Manuel Fino, SGPS, S.A. e PARINAMA – Participações e Investimentos, SGPS, S.A. detêm a participação qualificada de 70,81% e 11%, respetivamente, do capital da sociedade Grupo Soares da

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Costa, SGPS, S.A.. Por sua vez à sociedade Manuel Fino, SGPS, S.A. é-lhe imputável 20,3% dos direitos de voto da sociedade Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Assim, face ao disposto na IAS 34, o Grupo Cimpor pode ser considerado de forma indireta, uma parte relacionada pelo que se apresentam os saldos à data de 31 de Dezembro de 2011 e as transações ocorridas durante o ano findo:

Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Fornecedores	Outros Credores
Betão Liz, SA.	3.566.278	-
Agrepor Agregados-Extracção de Inertes, SA.	162.739	-
Ciarga-Argamassas Secas, SA.	84	-
Predifino - Sociedade Imobiliária, SA.	7.117	-
Prediana - Sociedade de Pré-Esforaçados, S.A.	-	711
PARINAMA - Participações e Investimentos, SGPS, SA	5.945	-
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	167.621	-
Total	3.909.784	711

Transações em 2011	Compras	Outros rendimentos e ganhos financeiros	Fornecimento e Serviços Externos
Betão Liz, SA.	8.300.199	22.424	4.842
Agrepor Agregados-Extracção de Inertes, SA.	834.867	465	-
Ciarga-Argamassas Secas, SA.	68	-	-
Predifino - Sociedade Imobiliária, SA.	-	-	4.902
PARINAMA - Participações e Investimentos, SGPS, SA	-	-	67.715
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	136.274	-	-
Total	9.271.408	22.889	77.459

Os saldos à data de 31 de Dezembro de 2010 e as transações ocorridas durante o ano de 2010 são como segue:

Saldos em 31 de Dezembro de 2010	Fornecedores
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	115
Betão Liz, SA.	4.027.692
Agrepor Agregados-Extracção de Inertes, SA.	660.960
Predifino - Sociedade Imobiliária, SA.	1.098
Prediana - Sociedade de Pré-Esforaçados, S.A.	711
PARINAMA - Participações e Investimentos, SGPS, SA	6.050
Total	4.696.626

Transações em 2010	Compras	Outros rendimentos e ganhos financeiros	Fornecimento e Serviços Externos
Cimbetão - Cimpor Betão de Moçambique, S.A.R.L.	4.434	-	-
Betão Liz, SA.	4.386.225	6.594	6.118
Agrepor Agregados-Extracção de Inertes, SA.	640.967	2.513	-
Ciarga-Argamassas Secas, SA.	14.557	-	-
Predifino - Sociedade Imobiliária, SA.	-	-	11.027
PARINAMA - Participações e Investimentos, SGPS, SA	-	-	84.448
Total	5.046.183	9.107	101.593

Mais se informa que as transações acima referidas foram realizadas em condições normais de mercado.

23. DISCRIMINAÇÃO DOS OUTROS GANHOS E OUTRAS PERDAS OPERACIONAIS

Os outros ganhos operacionais são como segue:

Outros ganhos operacionais	31-Dez-11	31-Dez-10
Trabalhos para a própria empresa	12.534.888	14.606.176
Ganhos em ativos fixos tangíveis	3.763.977	997.925
Subsídios à Exploração	174.110	12.357
Reversão de ajustamentos	552.368	343.763
Outros rendimentos e ganhos operacionais	15.342.020	11.305.131
Total	32.367.362	27.265.352

As outras perdas operacionais são como segue:

Outras perdas operacionais	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos	9.374.260	8.278.216
Dívidas incobráveis	628.080	1.244.951
Perdas em ativos fixos tangíveis	2.255.187	1.485.534
Multas	175.245	100.536
Donativos	42.815	29.039
Perdas em inventários	156.517	243.342
Penalidades contratuais sofridas	2.268.208	2.014.456
Outros gastos e perdas operacionais	7.195.944	8.006.242
Total	22.096.255	21.402.316

24. PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço nas empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método integral, durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2011, num total de 5.549, é como segue:

Direção	Quad. Superior	Quad. Médios	Enc. Mest.e Chefes	Prof. Alt. Qualif.	Qualif./semi-qual.	Não Qualific.	Pratic./Aprendizes
44	419	304	451	2.551	830	522	428

O número médio de pessoal ao serviço nas empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2011, num total de 881, é como segue:

Direção	Quad. Superior	Quad. Médios	Enc. Mest.e Chefes	Prof. Alt. Qualif.	Qualif./semi-qual.	Não Qualific.	Pratic./Aprendizes
32	88	82	75	192	163	236	13

O número médio de pessoal ao serviço nas empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método integral, durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2010, num total de 5.952, é como segue:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Direção	Quad. Superior	Quad. Médios	Enc. Mest.e Chefes	Prof. Alt. Qualif.	Qualif./semi-qual.	Não Qualific.	Pratic./aprendizes
34	429	266	469	2.563	1.267	660	264

O número médio de pessoal ao serviço nas empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2010, num total de 878, é como segue:

Direção	Quad. Superior	Quad. Médios	Enc. Mest.e Chefes	Prof. Alt. Qualif.	Qualif./semi-qual.	Não Qualific.	Pratic./aprendizes
38	133	71	121	264	131	111	9

25. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam a seguinte decomposição:

Gastos e Perdas	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros suportados	55.587.613	46.484.789
Perdas em Investimentos financeiros em assoc.	500.001	506.765
Diferenças de câmbio desfavoráveis	28.411.897	27.354.644
Descontos de pronto pagamento concedidos	33.383	49.204
Ajustamentos para aplicações financeiras	48.996	29.285
Outros gastos e perdas financeiros	19.015.578	16.236.693
Outras perdas financeiras	47.509.853	43.669.826
(1)	103.597.468	90.661.380
Rendimentos e Ganhos	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros obtidos	14.441.415	10.446.738
Ganhos em Investimentos financeiros em assoc.	665.568	856.114
Rendimentos e mais valias de participações de capital	1.484.231	18.379.035
Diferenças de câmbio favoráveis	34.784.003	26.837.302
Descontos de pronto pagamento obtidos	364.475	63.385
Outros rendimentos e ganhos financeiros	58.154	538.821
Outros ganhos financeiros	35.206.631	27.439.509
(2)	51.797.844	57.121.396
Resultados financeiros	(2)-(1)	(33.539.983)

O valor das rubricas “Juros suportados” e “Outros gastos e perdas financeiras” foi reexpresso, a 31 de Dezembro de 2010, com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflete uma diminuição de 58.371 euros.

A rubrica "Outros gastos e perdas financeiras" inclui, essencialmente, os gastos com garantias bancárias e diversas comissões e gastos com serviços debitados por instituições bancárias.

A rubrica "Rendimentos e mais-valias de participações de capital" do exercício de 2010 está influenciada pelo resultado obtido com a venda de uma participação.

Os ganhos e perdas em empresas associadas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Perdas em Investimentos financeiros em associadas		
SDC Emirates Construction, L.L.C.	32.872	64.706
Grupul Portughez de Constructii S.R.L.	-	433.479
CFE Indústria de Conduitas, S.A.	37.159	7.466
Alsoma, AEIE	-	640
Traversofer, SARL	2.395	-
GAYAEXPLOR - Constr.e Explor.de Parques Estacionamento, Lda	484	474
Ute Efaced/Self Energy , Ley 18/1982	426.575	-
My Watt, Lda	336	-
Reflexos Púrpura, Lda	180	-
Total	500.001	506.765
Ganhos em Investimentos financeiros em associadas		
Mini Price Hotels (Porto), S.A.	-	8.201
Constructota San José - Caldera, S.A.	382.045	408.693
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	202.128	435.972
Alsoma, AEIE	45.399	-
Traversofer, SARL	-	3.249
Self Energy Moçambique, S.A.	35.997	-
Total	665.568	856.114
Ganhos / (Perdas) em Invest. financeiros em associadas	165.566	349.349

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

A Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A. e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 90% são tributadas em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A partir de 1 de Janeiro de 2007 os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC o que eleva, portanto, a taxa nominal de imposto para 26,5%.

Porém, com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual incide sobre todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2 milhões de euros. Esta derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, conforme as circunstâncias, os prazos podem ser prolongados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais respeitantes aos exercícios de 2008 a 2011 poderão ser objeto de revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O imposto sobre o rendimento registado nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 decompõe-se do seguinte modo:

Imposto sobre o rendimento	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto corrente	10.596.163	4.822.422
Imposto diferido	(5.849.953)	(4.498.898)
Total	4.746.210	323.524

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do período é como segue:

	Taxa	Base Fiscal Taxa	Imposto Taxa
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento (em vigor em Portugal)	26.50%	7,087,512	1,878,191
Derrama estadual		3,879,317	1,028,019
Tributação autónoma		3,442,230	912,191
Efeito de taxas de imposto diferenciadas			(366,479)
Subsidiárias com isenção temporária			(3,885,176)
Empresas com resultado negativo que não calculam impostos diferidos		4,161,910	1,102,911
Utilização de perdas fiscais que não tinham dado origem a activos por impostos diferidos		(35,061)	(9,291)
Reversão de activos por impostos diferidos (extinção de reporte de prejuízos)		5,019,262	1,330,104
Resultados em associadas em equivalência patrimonial		(665,568)	(176,375)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais		2,563,356	679,289
Mais valias na alienação de participações financeiras		(1,363,269)	(361,266)
Outros Benefícios fiscais		(235,284)	(62,350)
Dividendos tributados e outros ajustamentos		10,101,197	2,676,442
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	66.97%		4,746,210

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos apresentados no balanço têm as seguintes naturezas das situações que lhes dão origem:

Ativos por impostos Diferidos	31-Dez-11	31-Dez-10
Reporte Prejuízos	14.775.540	10.800.070
Diferença Valorização Ativos Fixos	5.332.692	5.369.816
Ajustamentos de Valor em Inventários	2.153.923	1.729.137
Ajustamentos de Valor em Contas a Receber	-	8.808
Diferença Valorização Investimentos Financeiros	1.732	1.604
Justo Valor dos Instrumentos Financeiros	17.658.225	10.279.765
Outros	1.019.218	1.296.516
Total	40.941.330	29.485.716

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Passivos por impostos Diferidos	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferença Valorização Ativos Fixos	17.585.484	19.118.942
Ajustamentos de Valor em Inventários	116.659	144.096
Provisões não aceites fiscalmente	9.471.354	11.063.852
Mais Valias com Tributação Diferida	410.751	427.882
Outros	300.011	509.485
Total	27.884.259	31.264.257

Os prejuízos fiscais reportáveis que deram origem ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos discriminam-se por exercícios e do modo seguinte:

País	Ano de Origem	Ano limite de utilização	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Portugal				
	2011	2015	3.511.537	
	2010	2014	2.838.427	
	2009	2015	3.412.021	
	2008	2014	2.851.195	
	2007	2013	2.651.815	
			15.264.995	3.761.928
EUA				
	2011	2031	11.199.382	
	2009	2029	2.840.369	
	2007	2027	3.461.540	
	2006	2026	907.811	
	2005	2025	2.570.889	
	2004	2024	4.152.152	
			25.132.143	9.954.401
Costa Rica				
	2011	2014	220.027	76.008
Angola				
	2011	2014	605.497	
	2010	2013	1.646.316	
	2009	2012	547.802	
			2.799.615	979.865
Moçambique				
	2010	2015	52.152	
			52.152	3.338
Total				14.775.540

De acordo com a legislação aplicável estes prejuízos apenas poderão ser utilizados se as respetivas empresas gerarem resultado fiscal positivo.

27. RESULTADOS POR AÇÃO

O capital da empresa é representado por 159.994.482 ações ordinárias e 5.518 ações preferenciais sem voto, de valor nominal de 1 euro.

Estas ações preferenciais sem direito de voto conferem ao seu titular o direito a um dividendo prioritário nas condições previstas no ponto 2.7 do respetivo prospeto de emissão e admissão à cotação, não inferior a 5% do respetivo valor nominal, nos termos do disposto no nº. 2º do artº. 341 do CSC.

Resultados por ação	31-Dez-11	31-Dez-10
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não controlados pelo Grupo	2.376.012	15.629.331
Resultado consolidado do período - atribuível ao Grupo	2.376.012	15.629.331
Número de ações preferenciais	5.518	5.518
Número total de ações ordinárias	159.994.482	159.994.482
Número total de ações próprias	507.292	382.914
Número médio ponderado de ações ordinárias	159.499.423	159.926.409
Resultado atribuído às ações preferenciais	276	276
Resultado por ação das operações continuadas		
Básico	0,015	0,098
Diluído	0,015	0,098
Resultado por ação		
Básico	0,015	0,098
Diluído	0,015	0,098

A sociedade não tem instrumentos de dívida convertíveis em ações, pelo que o resultado básico é igual ao resultado diluído.

28. ATIVOS DETIDOS PARA VENDA E ATIVIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

À data de 31 de Dezembro de 2011 não existem atividades em descontinuação nem ativos detidos para venda.

29. GARANTIAS PRESTADAS

O detalhe das garantias bancárias e cauções prestadas pelo Grupo a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

	Euros	Dólar Americano	Metical de Moçambique	Dobra de S. Tomé	Cólon da Costa Rica	Shekel de Israel	Outras	Total
Garantias Bancárias prestadas a Terceiros	475.679.394	7.240.131	4.229.018	-	64.234	393.245	4.353.884	491.959.906
Cauções prestadas	22.644.365	9.660.716	8.106	24.734	-	-	-	32.337.919

Garantias Bancárias prestadas a Terceiros

Garantias no âmbito de Contratos de Construção	279.910.911
Garantias no âmbito de Contratos de Concessão	100.972.019
Garantias Bancárias prestadas a Instituições Financeiras	109.569.185
Outras Garantias	1.507.791
Total	491.959.906

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O valor de garantias bancárias prestadas a instituições financeiras respeita essencialmente a garantias bancárias da associada Scutvias, SA, a favor do Banco Europeu de Investimento, no montante de 80.086.021,95 euros (parte atribuível ao Grupo, na proporção de participação). As entidades bancárias envolvidas na prestação destas garantias bancárias são coincidentes com as entidades presentes no processo de sindicância bancária.

30. RISCOS FINANCEIROS

Risco cambial

Este risco advém principalmente da presença internacional do Grupo Soares da Costa. O exercício da atividade por parte de algumas das empresas do Grupo em mercados externos expõe o Grupo aos efeitos derivados de alterações na paridade das moedas relativamente ao euro. A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais. O Grupo procura tanto quanto possível, equilibrar os ativos com responsabilidades na mesma divisa.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de Dezembro de 2011, são como segue:

Ativos	EUR	USD	AOK	MZM	STD	CRC	ILS	Outras	Total	Eliminações	Total consolidado
Investimentos financeiros	1.170.188.430	74.995.046	-	-	-	-	-	250.937	1.245.434.413	(1.210.134.028)	35.300.385
Clientes	229.943.809	312.728.832	-	18.161.314	6.682	-	934.179	14.150.216	575.925.032	(108.111.784)	467.813.248
Empresas Participadas e Participantes	4.606.219	-	-	-	-	-	-	455.837	5.062.056	(4.114.554)	947.503
Adiantamentos a fornecedores	10.153.325	6.818.150	1.739.621	8.996.924	-	-	-	387.953	28.095.973	(8.496.670)	19.599.303
Adiant.a fornecedores investimento	5.033	-	-	-	-	-	-	274.746	279.778	-	279.778
Estado e Outros Entes Públicos	10.557.531	-	68.055	1.770.682	2.072	-	10.705	666.103	13.075.148	-	13.075.148
Outros devedores	485.044.630	10.031.785	7.697.443	9.865.390	60.291	504	12.447	5.400.298	518.112.787	(278.975.139)	239.137.648
Tit.negociáveis e O.Aplic.Tesouraria	-	277.144	-	-	-	-	-	36.946	314.090	-	314.090
Depósitos bancários	51.718.462	19.806.676	10.329.644	1.029.483	210.995	24	24.466	1.712.535	84.832.285	-	84.832.285
Caixa	303.648	255.625	280.715	95.999	370	-	3.277	12.341	951.975	-	951.975
Acréscimos e diferimentos	99.390.356	8.406.612	996.715	1.210.068	7.640	6.565	1.125	580.214	110.599.296	(1.589.887)	109.009.409
Total											971.260.771

Passivos	EUR	USD	AOK	MZM	STD	CRC	ILS	Outras	Total	Eliminações	Total consolidado
Empréstimos bancários	696.165.512	61.672.379	40.407.018	3.093.218	-	-	2.008.107	5.111.139	808.457.373	-	808.457.373
Empréstimos por obrigações	97.604.741	-	-	-	-	-	-	-	97.604.741	-	97.604.741
Outros Acionistas (Sócios)	15.820	22.571	-	-	-	-	-	3.500	41.891	(9.069)	32.822
Fornecedores	209.820.223	85.220.178	9.369.226	9.038.966	6.633	290	167.657	23.486.174	337.109.347	(99.122.464)	237.986.883
Fornecedores de investimento	663.453	-	289.372	-	-	-	-	281.521	1.234.346	(253.945)	980.401
Adiantamentos de clientes	36.353.030	61.356.856	151.895	2.816.641	5.150	-	-	-	100.683.572	(9.240.576)	91.442.996
Adiantamentos por conta de vendas	28.758	2.447.060	3.407.556	-	-	-	-	-	5.883.375	-	5.883.375
Credores por locação financeira	5.199.865	-	-	-	-	-	-	-	5.199.865	-	5.199.865
Estado e Outros Entes Públicos	12.513.988	4.164	180.377	1.523.849	14.792	3.801	19.767	1.160.202	15.420.941	-	15.420.941
Outros credores	629.027.403	37.461.603	4.584.100	3.174.436	7	336	1.853.344	30.834.823	706.936.053	(602.032.105)	104.903.948
Instrumentos Financeiros derivados	66.443.764	-	-	-	-	-	-	-	66.443.764	-	66.443.764
Acréscimos e diferimentos	155.092.742	13.051.475	14.016.897	5.728.689	524	364.253	237.197	239.408	188.731.187	(4.688.310)	184.042.877
Total											1.618.399.985

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de Dezembro de 2011, são como segue:

	EUR	USD	AOK	MZM	STD	CRC	ILS	BRL	Total
Ativo	711.209.816	31.853.771	37.102.075	1.862.123	4.911.316	1.021.441	4.254.845	216.778	792.432.165
Passivo	27.785.072	664.657	201.271	-	78.791	40.668	-	-	28.770.459

Risco de crédito

Este risco está associado às contas a receber decorrentes do normal desenvolvimento das atividades do grupo. As situações de risco de crédito apuradas à data de cada balanço são identificadas pelas áreas competentes. Em função da antiguidade do

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



crédito, perfil de risco do cliente, experiência recolhida e demais circunstâncias é aferida a necessidade de registo de imparidades.

Em 31 de Dezembro de 2011 é convicção do Conselho de Administração que os ajustamentos de contas a receber estimados se encontram adequadamente relevados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2011 as contas a receber para as quais não foram registados ajustamentos por se considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

Vencimento	Clientes C/C	Clientes Títulos a receber	Clientes Cobrança duvidosa	Total
Não vencido	189.196.247	3.133.963	-	192.330.210
0 a 180 dias	74.840.124	-	-	74.840.124
181 a 360 dias	41.407.124	-	-	41.407.124
361 a 540 dias	13.702.159	-	-	13.702.159
541 a 720 dias	13.973.108	-	-	13.973.108
+ de 720 dias	131.558.378	-	2.145	131.560.523
Total	464.677.140	3.133.963	2.145	467.813.248

Os valores em dívida há mais de 360 dias, estratificam-se por tipo de cliente de modo seguinte:

Valores em dívida > 360 dias	31-Dez-11
Entidades Públicas Angolanas	66.922.792
Entidades Privadas Angolanas	21.994.132
Entidades Públicas Nacionais	34.794.691
Entidades Privadas Nacionais	21.149.956
Entidades Públicas Guineenses	2.533.240
Entidades Públicas Moçambicanas	30.858
Entidades Privadas Moçambicanas	873.926
Entidades Públicas S. Tomenses	35.880
Entidades Privadas S. Tomenses	431.888
Entidades Privadas Americanas	6.671.474
Entidades Privadas Outros	3.794.808
Total	159.233.645

Os valores acima referidos na categoria “Entidades Públicas Angolanas” incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, 60,8 milhões de euros, em nome de uma entidade com a qual decorrem negociações tendo em vista a sua regularização.

Risco de Liquidez

A política de gestão do risco de liquidez visa assegurar, a cada momento, que o perfil de vencimentos da dívida se adequa à capacidade do Grupo de gerar fluxos de caixa para o seu pagamento. A gestão do risco de liquidez passa, portanto, por gerir os desajustamentos entre as necessidades de fundos (por gastos operativos e financeiros, investimentos e vencimento de dívidas), com as fontes de fluxos de receita (recebimentos de clientes, desinvestimentos, compromissos de financiamento por entidades financeiras). Em paralelo, o Grupo toma medidas de gestão que previnem a ocorrência deste risco mediante uma adequada e atempada gestão de tesouraria. Para gerir o risco de liquidez o Grupo mantém um equilíbrio entre o prazo e a flexibilidade do endividamento contratado através do uso de financiamentos escalonados que encaixem com as necessidades de fundos. Para além disso, o Grupo tem contratos de apoio à tesouraria que permitem, evitar a existência de roturas (temporárias) de tesouraria.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Maturidades	Empréstimos	Fornecedores	Fornecedores de investimento	Credores por locações financeiras	Adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos e instrumentos financeiros derivados	Total
2012	307.318.918	227.775.844	980.401	2.810.135	75.655.448	65.469.212	196.547.236	876.557.193
2013	73.102.618	3.908.879	-	1.481.417	20.620.624	4.536.655	-	103.650.193
2014	67.504.205	3.052.791	-	798.011	1.050.299	2.047.264	-	74.452.570
2015	61.200.421	1.801.732	-	76.002	-	503.667	-	63.581.822
2016	33.769.761	1.447.636	-	34.300	-	503.667	156.822	35.912.186
2017	195.225.120	-	-	-	-	3.647.314	-	198.872.434
Após - 2017	205.791.164	-	-	-	-	5.799.838	81.666.841	293.257.843
Total	943.912.207	237.986.882	980.401	5.199.865	97.326.370	82.507.616	278.370.899	1.646.284.241

Conforme a demonstração da posição financeira consolidada evidencia o passivo corrente é de 876,6 milhões de euros e o ativo corrente é de 826,5 milhões de euros, correspondendo a um índice de liquidez geral de 0,94.

Importa, a este propósito, prestar a seguinte informação complementar:

- No passivo corrente incluem-se empréstimos bancários, sob a forma de contas caucionadas e de papel comercial no montante de 186 milhões de euros que, vêm assumindo historicamente características de renovação automática no vencimento e correspondem, assim, a suporte financeiro estrutural às operações do Grupo, o que se espera manter;
- Uma das linhas de orientação estratégica consignadas nas alterações realizadas, em finais de 2011, ao Plano Estratégico é a da alienação de ativos maduros e/ou não estratégicos, designadamente da área das concessões, como forma de realização de liquidez e de redução do endividamento;
- Paralelamente, a gestão do Grupo tem em curso conversações com as principais instituições financeiras credoras para a adequação das maturidades do quadro de endividamento às linhas gerais seguidas naquele Plano.

31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Como facto relevante ocorrido posteriormente à data de referência das contas e conforme comunicado de Informação Privilegiada prestado e disponibilizado ao conhecimento público através do sítio da CMVM, a sociedade informou que em 12 de março de 2012 da tomada de conhecimento, através da sociedade concessionária “Elos – Ligações de Alta Velocidade, S.A.” sobre a Recusa do Visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Concessão do Troço TGV Poceirão-Caia da ligação de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. A subsidiária do Grupo, Soares da Costa Concessões, SGPS, SA, detém naquela sociedade concessionária uma participação de 16,304%. A concessão, com uma duração de 40 anos, implicava um investimento global de 1.494.881.960 euros, com um valor de 1.440.749.262 euros para projeto, expropriações e construção, a ser executado por um agrupamento complementar de empresas “LGV–Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE” liderado pela Sociedade de Construções Soares da Costa S.A., também subsidiária do Grupo, com uma participação de 17,25%. Deste evento subsequente estima-se não existirem impactos nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011.

32. CONTINGÊNCIAS

Diferendo Quinta da Murtosa / Sociedade de Construções Soares da Costa / CM Porto

A subsidiária Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. mantém uma conta a receber da entidade “Quinta da Murtosa – Empreendimentos Imobiliários, Lda.” no montante de 5.985.575 euros, evidenciado no balanço consolidado anexo na rubrica “Clientes – conta corrente”, o qual está associado a um contrato promessa de venda de um terreno que deveria ter sido entregue pela Câmara Municipal do Porto ao abrigo de um protocolo celebrado em 7 de Dezembro de 2000. A realização desta conta a receber está pendente da resolução de um processo de contencioso que envolve a subsidiária, aquela entidade e a Câmara Municipal do Porto. Paralelamente, a referida entidade intentou um processo judicial contra a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. no sentido de lograr judicialmente que lhe seja entregue o terreno objeto do contrato promessa acima referido.

Em Janeiro de 2005 a subsidiária Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. intentou um processo contra a Câmara Municipal do Porto visando a entrega do terreno que constitui objeto de litígio. Subsidiariamente, caso não seja concretizada

a entrega do terreno, a Soares da Costa exige o pagamento da quantia de 7.182.689 euros acrescida de juros de mora. Já foi realizado o julgamento deste processo, tendo a decisão favorável à Soares da Costa já transitado em julgado, e, como o Município do Porto não deu espontânea execução àquela sentença foi intentada a competente acção executiva, que corre seus termos.

Dado que o Conselho de Administração entende que a resolução deste processo não produzirá qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, não foi registada qualquer provisão.

Linha Vermelha Metro de Tel Aviv, Israel

Na execução do Contrato de Concessão instalou-se um litígio entre o Concedente (o Estado de Israel) e a Metropolitan Transportation Solutions (MTS), sociedade concessionária em que o Grupo Soares da Costa detém uma participação de 20%, tal como oportunamente comunicado ao mercado.

Após a assinatura do referido contrato, que ocorreu em Maio de 2007, e conforme nele previsto, decorreram, em paralelo, as atividades conducentes ao “Financial Close” e as de desenvolvimento antecipado de trabalhos de projeto. As atividades conducentes ao “Financial Close” foram perturbadas pela ocorrência da crise financeira mundial que determinou a necessidade de modificações a algumas estipulações contratuais. Essas modificações vinham sendo objeto de aturadas e prolongadas negociações entre a Concessionária e o Concedente, com acompanhamento das Entidades Financiadoras.

No decorrer do 3º trimestre de 2010, a MTS foi, entretanto, confrontada com a posição do Concedente de proceder à resolução do Contrato, por alegado incumprimento da Concessionária, salvo se esta, aceitasse um conjunto de contrapartidas ao Concedente e outras condições.

A Concessionária, e os seus acionistas, decidiram rejeitar aquela posição do Concedente e, bem assim, as condições, por este, exigidas - que tornariam o projeto inviável - e remeter o diferendo para decisão por Tribunal Arbitral, desencadeando as formalidades nesse sentido.

Os procedimentos de arbitragem têm decorrido com a normalidade e morosidade típica deste tipo de processos. O Estado tem usado todos os mecanismos legais ao seu dispor para protelar o mais possível o processo, razão pela qual as primeiras audiências só terão lugar em Maio de 2012, em data ainda a definir.

Os ativos consolidados expostos a este risco são de 13,0 milhões de euros, sendo que as verbas reivindicadas no âmbito do referido litígio ultrapassam largamente este envolvimento.

A MTS e os seus acionistas expressaram já a convicção, de que o Conselho de Administração comunga, que o processo se está a desenrolar com a independência necessária e no respeito dos cânones internacionais, pelo que continuam a aguardar um desfecho para o processo no decurso do ano de 2012.

33. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício de 2011, com exceção da alteração da política contabilística da mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado e da classificação entre ativos e passivos correntes versus não correntes, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2010 nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores (vide nota 2.1.).

34. APROVAÇÃO DE CONTAS PARA EMISSÃO

Em reunião de 19 de Abril de 2012 o Conselho de Administração aprovou emitir as presentes demonstrações financeiras.

IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em unidades de Euro)

ACTIVO	Notas	31.12.2011	31.12.2010 reexpresso	31.12.2010
NÃO CORRENTE				
Activos intangíveis		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Activos fixos tangíveis:				
Equipamento Transporte	4	24,527	0	0
Equipamento Administrativo	4	12,759	12,771	12,771
		<u>37,285</u>	<u>12,771</u>	<u>12,771</u>
Investimentos financeiros:				
Participações de capital em subsidiárias	5	260,951,074	261,151,074	261,151,074
Empréstimos concedidos a subsidiárias	5	210,227,913	134,984,138	134,984,138
Outros investimentos financeiros	5	227,180	276,176	276,176
Investimentos financeiros em curso	5	50,000	50,000	50,000
		<u>471,456,167</u>	<u>396,461,388</u>	<u>396,461,388</u>
Activos por impostos diferidos	21	4,120,681	4,104,762	4,104,762
Total do activo não corrente		<u>475,614,133</u>	<u>400,578,921</u>	<u>400,578,921</u>
CORRENTE				
Dívidas de terceiros:				
Clientes	8	2,557,578	876,249	876,249
Estado e outros entes públicos	8	759,930	2,301,471	2,301,471
Empresas do grupo, associadas e participadas	8	62,246,671	69,744,350	69,744,350
Outras dívidas de terceiros	8	577,531	577,824	577,824
		<u>66,141,710</u>	<u>73,499,894</u>	<u>73,499,894</u>
Outros activos correntes	9	435,594	884,988	3,495,928
Caixa e seus equivalentes	10	78,233	11,492,163	11,492,163
Total do activo corrente		<u>66,655,537</u>	<u>85,877,044</u>	<u>88,487,984</u>
Total do activo		<u>542,269,671</u>	<u>486,455,965</u>	<u>489,066,905</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em unidades de Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31.12.2011	31.12.2010 reexpresso	31.12.2010
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	11	160,000,000	160,000,000	160,000,000
Ações próprias		(172,526)	(197,780)	(197,780)
Reservas e resultados transitados				
Reservas legais		7,423,896	6,074,579	6,074,579
Outras reservas		2,501,550	2,617,633	2,617,633
Resultados transitados		42,469,535	19,624,390	19,487,856
Ajustamentos em activos financeiros		(660,530)	(660,530)	(660,530)
Resultado líquido do período		877,728	27,683,563	27,491,412
Total do capital próprio		212,439,652	215,141,855	214,813,170
PASSIVO				
NÃO CORRENTE				
Empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	12	97,604,741	97,204,246	100,000,000
Empréstimos bancários	12	14,112,455	19,750,000	19,750,000
		111,717,196	116,954,246	119,750,000
Dívidas a terceiros				
Fornecedores de investimentos		9,963	0	0
		9,963	0	0
Instrumentos financeiros derivados	13	31,950	0	0
Total do passivo não corrente		111,759,109	116,954,246	119,750,000
CORRENTE				
Empréstimos:				
Empréstimos bancários	12	45,833,053	38,114,733	38,277,995
		45,833,053	38,114,733	38,277,995
Dívidas a terceiros:				
Fornecedores		1,425,965	781,297	781,297
Fornecedores de investimento		11,634	0	0
Estado e outros entes públicos	14	6,204,106	1,772,124	1,772,124
Empresas do grupo, associadas e participadas	14	163,745,638	110,942,692	110,942,692
Outros dívidas a terceiros	14	84	2,036,553	2,036,553
		171,387,427	115,532,666	115,532,666
Instrumentos financeiros derivados	13	31,726	0	0
Outros passivos correntes	15	818,703	712,465	693,074
Total do passivo corrente		218,070,909	154,359,864	154,503,735
Total do passivo		329,830,018	271,314,110	274,253,735
Total do capital próprio e passivo		542,269,671	486,455,965	489,066,905

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS SEPARADA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores em unidades de Euro)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	2011	2010 reexpresso	2010
Vendas e prestação de serviços	16	6,235,258	4,003,279	4,003,279
Outros rendimentos e ganhos operacionais:				
Outros rendimentos e ganhos		251,739	1,950	1,950
Rendimentos e ganhos operacionais		6,486,997	4,005,229	4,005,229
Fornecimentos e serviços externos	17	(2,618,182)	(2,184,521)	(2,184,521)
Gastos com o pessoal	19	(4,213,849)	(4,277,361)	(4,277,361)
Gastos de depreciação e de amortização e perdas de imparidade		(16,454)	(12,311)	(12,311)
Outras perdas operacionais				
Impostos		(234,215)	(654,757)	(654,757)
Outros gastos e perdas		(137,265)	(45,252)	(45,252)
Gastos e perdas operacionais		(7,219,966)	(7,174,202)	(7,174,202)
Resultado operacional		(732,969)	(3,168,973)	(3,168,973)
Juros obtidos		12,760,013	6,434,540	6,434,540
Juros suportados		(14,578,249)	(9,472,692)	(9,664,842)
Custo líquido do financiamento		(1,818,235)	(3,038,151)	(3,230,302)
Rendimentos e mais valias de participações de capital		3,742,412	33,761,739	33,761,739
Outros ganhos financeiros		604,856	487,663	487,663
Outras perdas financeiras		(1,771,192)	(1,765,270)	(1,765,270)
Outros ganhos e perdas financeiros		2,576,076	32,484,131	32,484,131
Resultado financeiro	20	757,841	29,445,980	29,253,830
Resultado antes de impostos		24,872	26,277,007	26,084,857
Impostos sobre o rendimento	21	852,856	1,406,555	1,406,555
Resultado líquido do período		877,728	27,683,563	27,491,412
Resultado por acção:				
Básico	22	0.005	0.173	0.172
Diluído	22	0.005	0.173	0.172

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores em unidades de Euro)

	2011	2010 reexpresso	2010
Resultado Líquido do período	877,728	27,683,563	27,491,412
Outros rendimentos integrais			
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira			
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	(47,757)	-	-
Outras variações			
Total Rendimento Integral	829,971	27,683,563	27,491,412

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores em unidades de Euro)

	Capital realizado	Acções próprias	Reservas e resultados transitados	Reserva de conversão cambial	Derivados de cobertura	Outros	Total dos capitais próprios
Saldo a 1/Jan/2011	160,000,000	(197,780)	56,000,165	-	-	(660,530)	215,141,855
Dividendos	-	-	(3,463,847)	-	-	-	(3,463,847)
Acções próprias	-	25,254	(93,580)	-	-	-	(68,326)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	-	-	877,728	-	(47,757)	-	829,971
Saldo a 31/Dez/2011	160,000,000	(172,526)	53,320,465	-	(47,757)	(660,530)	212,439,652

	Capital realizado	Acções próprias	Reservas e resultados transitados	Reserva de conversão cambial	Derivados de cobertura	Outros	Total dos capitais próprios
Saldo a 1/Jan/2010 - reexpresso	160,000,000	-	35,333,501	-	-	(660,530)	194,672,970
Dividendos	-	-	(6,944,036)	-	-	-	(6,944,036)
Acções próprias	-	(197,780)	(72,862)	-	-	-	(270,642)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	-	-	27,683,563	-	-	-	27,683,563
Saldo a 31/Dez/2010 - reexpresso	160,000,000	(197,780)	56,000,165	-	-	(660,530)	215,141,855

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em unidades de Euro)

	Notas	2011	2010
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5,925,648	4,895,148
Pagamentos a fornecedores		(1,976,444)	(2,340,377)
Pagamentos ao pessoal		(4,128,095)	(4,293,221)
		(178,891)	(1,738,451)
Pagamento /recebimento do imposto s/o rendimento		3,102,830	(331,936)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(2,488,421)	(2,817,745)
Fluxos das actividades operacionais		614,409	435,518
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	218,752,353	139,184,335
Dividendos		3,740,967	222,493,320
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	306,826,045	143,325,561
Activos fixos tangíveis		320	13,027
Fluxos das actividades de investimento		(84,333,044)	12,573,397
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		412,664,573	554,975,729
Venda de acções (quotas) próprias		670,031	464,071
Juros obtidos		12,166,120	425,500,724
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		334,928,966	547,740,450
Amortização de contratos de locação financeira		10,872	328
Dividendos		3,461,357	6,939,696
Aquisições de acções (quotas) próprias		810,073	734,713
Juros e gastos similares		13,599,977	352,811,245
Fluxos das actividades de financiamento		72,689,479	(2,985,455)
Variação de caixa e seus equivalentes		(11,208,047)	4,699,810
Efeito das diferenças de câmbio		(205,882)	(188,485)
Caixa e seus equivalentes no início do período		11,492,163	6,980,837
Caixa e seus equivalentes no fim do período		78,233	11,492,163

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ocorreram as seguintes operações realizadas por caixa e seus equivalentes:

- Realização por caixa e seus equivalentes, do valor de 1.930.499 Euros referente à aquisição da sociedade Energia Própria, SGPS, SA.
- Recebimento por caixa e seus equivalentes da quantia de 51.444 Euros relativa ao resultado de partilha na liquidação da sociedade Soares da Costa-Ambiente e Energia, SGPS, SA.
- Recebimento por caixa e seus equivalentes da quantia de 34.778 Euros relativa ao resultado de partilha na liquidação da sociedade Soares da Costa Desenvolvimento, SA
- Recebimento de dividendos, por caixa e seus equivalentes, no montante de 3.659.000 Euros pagos pela sociedade “Soares da Costa Construção SGPS, S.A.”.
- Recebimento de dividendos, por caixa e seus equivalentes, no montante de 81.967 Euros pagos pela sociedade “Soares da Costa Serviços Partilhados, S.A.”.
- Pagamento efectuado aos accionistas de dividendos no montante de 3.461.356 Euros, totalmente realizados por caixa e seus equivalentes.

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Numerário	638	1.168
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	77.595	11.490.995
Equivalentes a caixa	-	-
Caixa e seus equivalentes	78.233	11.492.163
Titulos Negociáveis	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	78.233	11.492.163

Os recebimentos/pagamentos respeitantes a empréstimos – actividades de financiamento – incluem liquidações sucessivas e novas emissões de papel comercial no montante total 64.000.000 de euros.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Elementos identificativos:

Denominação Social: Grupo Soares da Costa, SGPS, SA

Número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto e de Pessoa Colectiva: 500 265 763

Sede Social: Rua de Santos Pousada, 220 4000-478 PORTO

Objecto Social: Gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A sociedade foi constituída em 2 de Junho de 1944, sob a denominação de Soares da Costa, Lda., sociedade comercial por quotas, tendo sido transformada em sociedade anónima por escritura notarial de 1 de Maio de 1968 e assumido a denominação social de “ Sociedade de Construções Soares da Costa, SA”. O seu objecto social consistia na “ Exploração da indústria de construção civil e obras públicas, actividades conexas e acessórias e a aquisição e disposição de imóveis”.

Em 30 de Dezembro de 2002 após o trespasse das suas actividades directamente produtivas, designadamente a actividade de construção, por escritura pública celebrada no 4º Cartório Notarial do Porto, alterou o seu objecto social para “Gestão de participações sociais como forma indirecta do exercício de actividades económicas” e assumiu a sua denominação actual “ Grupo Soares da Costa, SGPS, SA”.

Os valores monetários referidos nas notas são apresentados em unidades de Euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa faz parte integrante do grupo de consolidação cuja empresa-mãe, Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, elabora contas consolidadas desde 2004 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Assim, ao abrigo do nº 1 do art. 4º do DL 158/2009, de 13 de Julho, optou pela elaboração das demonstrações financeiras individuais em conformidade com estas normas internacionais.

A empresa procedeu, no exercício de 2011, à alteração da política contabilística relativa aos empréstimos bancários. Até ao exercício de 2010 os empréstimos eram apresentados pelo seu valor nominal, com o diferimento linear dos encargos iniciais. No exercício de 2011 passaram a ser mensurados pelo custo amortizado (nota 3.3 alínea c)), dando cumprimento ao estipulado na IAS 39 e IAS 32.

De acordo com a IAS 8 a empresa procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2010.

A reconciliação dos capitais próprios e do resultado líquido do exercício de 2010 é como segue:

Capitais Próprios em 1 de Janeiro de 2010	194.536.436
Ajustamento juros suportados	136.535
Capitais Próprios em 1 de Janeiro de 2010 - reexpresso	194.672.970
Resultado líquido de 2010	27.491.412
Ajustamento juros suportados	192.150
Resultado líquido de 2010 - reexpresso	27.683.563

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso.

O conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Nas presentes demonstrações financeiras a empresa não procedeu à implementação de qualquer norma ou interpretação já emitida pelo IASB cuja data de aplicação obrigatória seja posterior.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com os seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 - 10

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

3.3. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes aos mesmos. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago.

É feita uma avaliação dos investimentos quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na demonstração de resultados as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os investimentos financeiros classificam-se em investimentos detidos até à maturidade e investimentos mensurados ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são remensurados pelo seu justo valor sem qualquer dedução de gastos da transacção em que se possa incorrer na venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido quando aplicável, de perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados do exercício.

A empresa optou na data de transição para as IFRS pela mensuração dos Investimentos Financeiros pelo seu custo de aquisição, segundo os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites anteriormente utilizados, usando esse valor como o custo considerado nessa data, de acordo com a opção prevista na IFRS 1.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas de imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva). As despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

d) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria de curto prazo.

3.4 LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, são registados pelo seu valor no activo e as respectivas responsabilidades no passivo. As depreciações destes activos calculadas em conformidade com o descrito em 3.2. supra são registadas em depreciações do exercício.

A parcela de capital incluída nas rendas pagas é registada como redução daquelas responsabilidades e os juros incluídos nessas rendas são registados como gastos financeiros do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação na rubrica “Fornecimento e serviços externos”.

3.5. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Nos termos da IAS 23, os encargos financeiros com empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados a projectos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização, o final da produção ou construção do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes

aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o seu montante, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de montantes registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.7. APRESENTAÇÃO DE BALANÇO

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são apresentados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3.8. RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os rendimentos relativos a prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização.

Os rendimentos financeiros relacionados com a mora no pagamento por parte dos clientes são reconhecidos quando há significativa evidência da sua cobrabilidade.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

3.9. SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como “Outros ganhos e perdas financeiros” na demonstração dos resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em euros das rubricas incluídas no Balanço foram as seguintes:

		Câmbio médio de compra e venda em	
		31-Dez-11	31-Dez-10
Dólar Americano	EUR/USD	1,2939	1,3362
Kuanza de Angola	EUR/AOA	122,55	121,60
Real do Brasil	EUR/BRL	2,4159	2,2177

3.10. IMPARIDADE DE ACTIVOS NÃO CORRENTES

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais.

3.11. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras excepto se a possibilidade de existir um exfluxo de recursos for remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas explicativas quando é provável a existência de um influxo económico futuro.

3.12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas demonstrações financeiras.

3.13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A empresa recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura de riscos financeiros a que se encontra exposta, em particular as decorrentes nas variações de taxa de juro, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da contratação.

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

Os critérios utilizados para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto da cobertura é altamente provável.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash flow” são reconhecidas em “Reservas de operações de cobertura” na sua componente efectiva e, em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de operações de cobertura” são transferidas para resultados do exercício.

Relativamente aos instrumentos derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica, não cumprem todas as disposições da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

3.14. ACÇÕES PRÓPRIAS

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Reservas e resultados transitados”.

3.15. GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua actividade a empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa cambio, de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A exposição ao risco de crédito decorre das contas a receber resultantes da normal actividade comercial, sendo a exposição máxima ao risco de crédito o valor nominal das contas a receber.

Não existem à data de 31 de Dezembro de 2011 situações de concentração significativa de risco de crédito.

3.16. JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO NO PERÍODO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL

a) Activo Bruto

O movimento ocorrido no valor bruto dos activos fixos tangíveis é como segue:

Activos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e Abates	Saldo Final
Equipamento Transporte	500	31.818	-	-	32.318
Equipamento Administrativo	2.363.320	9.150	-	(2.223)	2.370.247
Total	2.363.820	40.968	-	(2.223)	2.402.565

b) Depreciações Acumuladas

O movimento ocorrido no valor das depreciações acumuladas dos activos fixos tangíveis é como segue:

Activos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Reforço	Anulação Reversão	Saldo Final
Equipamento Transporte	500	7.292	-	7.792
Equipamento Administrativo	2.350.549	9.163	(2.223)	2.357.488
Total	2.351.049	16.454	(2.223)	2.365.280

5. DISCRIMINAÇÃO DO MOVIMENTO NO PERÍODO EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS

a) Activo Bruto

O movimento ocorrido no valor bruto dos investimentos financeiros é como segue:

Investimentos financeiros	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e Abates	Saldo Final
Investimentos financeiros:					
Participações de capital em subsidiárias	277.570.120	-	-	(200.000)	277.370.120
Empréstimos concedidos a subsidiárias	134.984.138	75.243.775	-	-	210.227.913
Outros investimentos financeiros	643.764	-	-	-	643.764
Investimentos financeiros em curso	50.000	-	-	-	50.000
Total	413.248.022	75.243.775	-	(200.000)	488.291.797

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



O valor registado na coluna “transferências e abates” respeita ao abate das participações na Soares da Costa - Desenvolvimento, SA. e Soares da Costa-Ambiente e Energia, SGPS, SA., por dissolução.

O movimento ocorrido nos ajustamentos de valor é como segue:

Ajustamentos de valor	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Participações de capital em subsidiárias	16.419.046	-	-	16.419.046
Outros investimentos financeiros	367.588	48.996	-	416.584
Total de ajustamentos de valor	16.786.634	48.996	-	16.835.630

O valor de 16.419.046 Euros respeita aos ajustamento de valor das participações sociais nas sociedades, “Soares da Costa Imobiliária, SGPS, SA” e “Soares da Costa Construção, SGPS, SA”, de 16.000.000 e 419.046 respectivamente, visando adequar o valor contabilístico ao valor de mercado, tendo servido como referência ou “proxy” deste valor os capitais próprios consolidados (IAS) da Soares da Costa Imobiliária, SGPS, SA, e os capitais próprios individuais (IAS) da Soares da Costa Indústria, SGPS, SA., sociedade incorporada por fusão, no presente exercício, na sociedade Soares da Costa Construção, SGPS, SA,

6. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011, as empresas do grupo e associadas em que a sociedade participa directamente eram as seguintes:

Denominação social	Sede	Valor de Balanço em 31-12-2011	Percentagem capital detido	Capitais próprios	Resultado 31-12-2011
Empresas do Grupo:					
Soares da Costa Construção, SGPS, SA	Rua de Santos Pousada, 220 4000 - 478 - Porto	143.808.449	100,000%	153.876.362	4.129.545
Soares da Costa Imobiliária, SGPS, SA	Rua de Santos Pousada, 220 4000 - 478 - Porto	83.393.057	100,000%	86.691.207	(314.273)
Soares da Costa Concessões, SGPS, SA	Rua de Santos Pousada, 220 4000 - 478 - Porto	25.967.527	100,000%	11.215.160	(8.080.531)
SCSP-Soares da Costa Serviços Partilhados, S.A.	Rua de Santos Pousada, 220 4000 - 478 - Porto	1.293.416	99,960%	1.447.702	328.708
EnergiaPrópria,SGPS, SA.	Estrada de Talaíde, Lote 27 2785-734 - Talaíde	6.488.625	57,260%	4.653.314	(1.956.309)

7. INFORMAÇÃO SOBRE OS BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

Locação Financeira

A empresa possui activos fixos tangíveis incluídos no balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2011 o valor contabilístico desses bens é como segue:

Locação financeira	Imob. Bruto	Amort Acum.	Imob. Líquido
Equipamento Transporte	31.818	7.292	24.527
Total	31.818	7.292	24.527

A responsabilidade por estes contratos é como segue:

Curto Prazo	11.634
Médio e Longo Prazo	9.963

A reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras à data do balanço e o seu valor presente, por períodos, é como segue:

31-Dez-11

Pagamentos mínimos da locação financeira:	
2012	12.729
2013	10.277
	23.006
Actualização/Juros	1.408
Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	21.597
Corrente	11.634
Não Corrente	9.963

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxa de mercado e têm períodos de vida útil definidos. Não existem à data de 31 de Dezembro de 2011 rendas contingentes nem restrições respeitantes a dividendos (ou qualquer dívida adicional) associadas aos contratos de locação financeira em vigor.

Locação Operacional

Durante o exercício de 2011 foram reconhecidos gastos de 201.286 Euros relativos a rendas de contratos de locação operacional.

As rendas de contratos de locação operacional (rendas fixas) mantidos pela empresa em 31 de Dezembro de 2011, essencialmente relativas a contratos de locação operacional de viaturas, apresentam os seguintes vencimentos:

Vencimentos:

2012	191.202
2013	100.400
2014	45.144
2015	10.207
Total	346.953

8. DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe era o seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Dívidas de terceiros	31-Dez-11	31-Dez-10
Cientes c/c	2.557.578	876.249
Cientes	2.557.578	876.249
Empresas do grupo	50.099.584	60.418.121
Empresas associadas e participadas	80.747	59.656
Regime especial de tributação dos grupos de empresas	12.066.340	9.266.574
Empresas do grupo, associadas e participadas	62.246.671	69.744.350
Outros devedores	577.531	577.824
Ajustamentos de valor	0	0
Outras dívidas de terceiros	577.531	577.824

Durante o exercício de 2011, o valor recebido proveniente de investimentos financeiros foi de 218.752.353€ e o valor pago respeitante a investimentos financeiros foi de 306.826.045 €.

O Detalhe da rubrica “ Estado e Outros Entes Públicos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 era o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto sobre o rendimento do exercício	759.930	2.301.471
Total	759.930	2.301.471

9. DISCRIMINAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Outros activos correntes	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de rendimentos	71.845	48.091
Gastos a reconhecer	363.749	836.897
Total	435.594	884.988

O valor da rubrica “Gastos a reconhecer” foi reexpresso, a 31 de Dezembro de 2010, com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflecte uma diminuição de 2.610.940 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 estas rubricas têm a seguinte decomposição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	71.845	48.091
Total	71.845	48.091
Gastos a reconhecer		
Custos de montagem de operações de financiamento	304.313	778.752
Seguros	35.828	35.049
Outros custos diferidos	23.608	23.097
Total	363.749	836.897

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Os gastos de montagem de operações de financiamento respeitam essencialmente a despesas com a emissão de papel comercial, a repartir pelos respectivos prazos de liquidação.

10. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Numerário	638	1.168
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	77.595	11.490.995
Equivalentes a caixa	-	-
Caixa e seus equivalentes	78.233	11.492.163
Titulos Negociáveis	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	78.233	11.492.163

11. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social da empresa tem o valor nominal de 160.000.000 de euros, representado por 160.000.000 acções escriturais, ao portador, com o valor nominal de um euro cada uma, e encontra-se dividido em 159.994.482 acções ordinárias e 5.518 acções preferenciais sem voto, cujos direitos atribuídos consistem num direito ao recebimento de um dividendo preferencial e ao reembolso preferencial do respectivo valor nominal na liquidação da sociedade.

O capital da sociedade é detido na proporção de 70,8142% correspondente a 113.302.682 acções que conferem 71.042% dos direitos de voto, pela sociedade «Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, SA», à data de 31 de Dezembro de 2011.

Durante o exercício de 2011 os movimentos ocorridos com acções próprias podem ser resumidos como segue:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo Inicial	382.914	382.914	(185.134)	197.780
Compras	1.847.588	1.847.588	(1.037.515)	810.073
Alienações	(1.723.210)	(1.723.210)	887.883	(835.327)
Saldo Final	507.292	507.292	(334.766)	172.526

Durante o exercício de 2011 a sociedade procedeu à aquisição de 1.847.588 acções próprias ao preço médio de 0,44 Euros, influenciando negativamente o valor dos capitais próprios em 810.072,96 Euros.

Durante o exercício de 2011 a sociedade procedeu à alienação de 1.723.210 acções próprias ao preço médio de 0,43 Euros, influenciando positivamente o valor dos capitais próprios em 741.746,57Euros.

O resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 27.491.412 Euros, foi aplicado do modo seguinte, conforme acta nº 109 de 2011/05/12:

Reserva legal	1.374.571
Resultados transitados	22.652.995
Dividendos	3.463.847
Total	27.491.412

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em

caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe dos empréstimos bancários é o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Passivos não correntes		
Em empréstimos obrigacionistas	97.604.741	97.204.246
Em empréstimos bancários	14.112.455	19.750.000
Total	111.717.196	116.954.246
Passivos Correntes		
Em empréstimos bancários	45.769.651	37.936.739
Descobertos bancários	63.402	177.995
Total	45.833.053	38.114.733

Os valores das rubricas “Empréstimos obrigacionistas” e “Empréstimos bancários”, a 31 de Dezembro de 2010, foram reexpressos com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflectem uma diminuição de 2.795.754 euros e 163.261 euros no passivo não corrente e no corrente respectivamente.

Os empréstimos encontram-se mensurados ao custo amortizado, às taxas de juro efectiva de: 1,557%, 1,594% e 2.166%.

Em 31 de Dezembro de 2011 os empréstimos bancários, sob a forma de contas correntes caucionadas, venciam juros à taxa média anual de 10.601 %.

Em 31 de Dezembro de 2011, os empréstimos bancários são os seguintes:

O Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. tem contratado com um sindicato bancário a colocação e tomada firme de emissões de Papel Comercial até ao limite de 32.000 milhares de Euros, ao abrigo de um contrato programa válido até 16 de Junho de 2015. Em 31 de Dezembro de 2011 esta colocação estava a ser utilizada na sua totalidade.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mutuo no montante actual de 2.670 milhares de Euros, cujo reembolso será realizado em 7 prestações semestrais com termo em Junho de 2015.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa de Depósitos no montante de 1.250 milhares de Euros, cujo reembolso será realizado em 5 prestações trimestrais com termo em Março de 2013.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto do Banco Popular Portugal no montante de 5.000 milhares de Euros, cujo reembolso será realizado em 4 prestações semestrais com termo em Junho de 2014.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa de Depósitos no montante de 14.000 milhares de Euros, cujo reembolso será realizado em 8 prestações trimestrais com termo em Outubro de 2013.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto do BANIF Banco Internacional do Funchal no montante actual de 1.839 milhares de Euros, cujo reembolso será realizado em 10 prestações trimestrais com termo em Abril de 2014.

Empréstimo contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S. A. junto da Caixa Banco de Investimentos no montante de 1.250 milhares de Euros, cujo reembolso ocorrerá em Janeiro de 2012.

Empréstimo obrigacionista contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. no montante actual de 20.000 milhares de Euros, cujo reembolso ocorrerá em Novembro de 2015.

Empréstimo obrigacionista contratado pelo Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. no montante actual de 80.000 milhares de Euros, cujo reembolso ocorrerá em Dezembro de 2017.

O valor nominal dos empréstimos registados no balanço à data de 31 de Dezembro de 2011 tem as seguintes maturidades:

Maturidades	Empréstimos bancários	Emprest. Obrigacionistas	Outros emprést. obtidos	Descobertos bancários	Total
2012	45.895.818	-		63.402	45.959.220
2013	11.145.818	-		-	11.145.818
2014	2.278.121	-		-	2.278.121
2015	688.515	20.000.000		-	20.688.515
2016	-			-	0
2017	-	80.000.000		-	80.000.000
Após - 2017	-			-	0
Total	60.008.273	100.000.000	0	63.402	160.071.674

Os empréstimos, à data de 31 de Dezembro de 2011, venciam juros às seguintes taxas:

Natureza	Mínimo	Máximo
Contas caucionadas	7,110%	8,670%
Em empréstimos bancários	3,470%	7,902%
Em empréstimo obrigacionista	4,204%	4,319%
Em emissão de papel comercial	8,156%	8,156%

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A empresa contratou com uma instituição financeira, um instrumento derivado – Interest Rate Swap – de taxa de juro sobre um montante actual de 4.513.000 Euros, amortizável, por forma a cobrir parcialmente o risco de taxa de juro de um empréstimo no montante de 5.000.000 Euros. O referido instrumento financeiro pode ser resumido como segue:

Tipo de instrumento financeiro:	Derivado
Descrição do derivado:	Cobertura de taxa de juro
Banco:	BANCO POPULAR
Moeda:	Euro
Data do contrato:	11-03-2011
Data de início:	14-06-2011
Data de vencimento:	16-06-2014
Periodicidade:	anual
Swap:	2,64%
Montante total coberto em 31-12-2011:	4.513.000 Euros, amortizável
Referência:	Euribor a 12 meses

À data de 31 de Dezembro de 2011 estes instrumentos foram designados como de cobertura uma vez que cumpriam com os requisitos formais estabelecidos no IAS 39 relacionados com a documentação da relação e efectividade de cobertura do instrumento derivado.

O justo valor destes instrumentos financeiros foi efectuado pelas respectivas contrapartes, que são entidades idóneas e independentes, através da adopção de modelos de avaliação apropriados. Estes baseiam-se no método dos cash-flows descontados utilizando inputs observáveis no mercado, cotados no mercado interbancário.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Passivos não correntes	31.950	0
Passivos Correntes	31.726	0
Total	63.676	0

14. DISCRIMINAÇÃO DE OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” tem a seguinte decomposição:

Dívidas a terceiros	31-Dez-11	31-Dez-10
Empresas do grupo	158.265.989	104.657.786
Outros accionistas (sócios)	9.932	7.442
Regime especial de tributação dos grupos de empresas	5.469.717	6.277.464
Empresas do grupo, associadas e participadas	163.745.638	110.942.692
Outros credores	84	2.036.553
Outras dívidas a terceiros	84	2.036.553

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto sobre o valor acrescentado	230.067	107.541
Imposto sobre o rendimento do exercício	5.743.767	1.582.555
Contribuições para a segurança social	103.043	10.142
Outros	127.229	71.886
Total	6.204.106	1.772.124

15. DISCRIMINAÇÃO DE OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Outros passivos correntes	31-Dez-11	31-Dez-10
Acréscimos de gastos	818.703	712.465
Total	818.703	712.465

O valor da rubrica “Acréscimos de gastos” foi reexpresso, a 31 de Dezembro de 2010, com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflecte um aumento de 19.391 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 estas rubricas tinham a seguinte decomposição:

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



31-Dez-11

31-Dez-10

Acréscimos de gastos

Remunerações a liquidar	455.479	414.777
Juros a liquidar	363.224	297.689
Total	818.703	712.465

16. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

As prestações de serviços por mercados geográficos, distribuem-se da seguinte forma:

	31-Dez-2011	%	31-Dez-2010	%
Portugal	5.684.413	91,17%	4.003.279	100,00%
Angola	61.245	0,98%	-	0,00%
E.U.A.	385.200	6,18%	-	0,00%
Moçambique	83.400	1,34%	-	0,00%
S. Tomé e Príncipe	21.000	0,34%	-	0,00%
Total	6.235.258	100,00%	4.003.279	100,00%

A decomposição desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

Prestações de Serviços	31-Dez-11	31-Dez-10
Serviços partilhados	6.000.000	3.900.000
Seguros	0	103.279
Outras prestações de serviços	235.258	0
Total	6.235.258	4.003.279

17. DEMONSTRAÇÃO DOS GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com fornecimentos e serviços externos no exercício de 2011 e 2010, apresentam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-11	31-Dez-10
Trabalhos especializados	1.039.868	1.159.337
Publicidade e propaganda	396.045	23.186
Honorários	68.833	37.054
Deslocações e estadas	301.211	345.151
Aluguer de viaturas	201.287	159.590
Combustíveis	53.585	36.557
Comunicação	34.811	34.520
Seguros	66.068	62.607
Outros	456.475	326.519
Total	2.618.182	2.184.521

18. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com as empresas do grupo e associadas encontram-se discriminados nos quadros abaixo.

Os termos ou condições praticados entre empresas do grupo e associadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Clientes	Empréstimos a empresas do grupo e associadas	Outras dívidas de terceiros	Fornecedores	Empréstimos de empresas do grupo e associadas
Soares da Costa Serviços Partilhados, SA	8.655			25.815	926.582
Costaparques, SA		23.004		640	
Habitop, SA				635	151.144
Soc. Construções Soares da Costa, SA	949.750		10.597	5.323	53.583.424
Contacto - Soc. Construções, S.A.	60.017				87.135.184
Ciagest, SA	43.355	1.211.682		44.688	
Clear, SA	137.626				12.900.336
SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA	79.458				
Socometal, SA	42.389	4			
Navegaia, Instalações Industriais SA					336.484
SDC Construção SGPS, SA	79	136.166.481	537.414		
SDC Imobiliária SGPS, SA	4	20.275.153			
SDC Concessões, SGPS, SA	216	101.687.615			
Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários, SA		78.673			
Mercados Novos, Lda					1.313.345
Intevias - Serviços e Gestão, S.A.					1.919.489
Scutvias, SA	5.328				
Gaya Explor, Lda	22.734				
Indáqua Feira - Indústria de Águas de S. Maria da Feira		83.085			
Carta Angola	61.239				
SDC América, Inc.	925.551				
SDC Moçambique, SARL	83.400				
SDC S. Tomé e Príncipe, Construções, Lda	21.000				
Soares da Costa Concessions USA, Inc.	62.079				
CPE, SA	11				
Clear (Angola), SA	6				
Energia Própria, SGPS, S.A.	3	882.549	85		
Operestradas XXI, SA	36				
Auto-estradas XXI, S.A.	21				
CAET XXI - Construções, ACE	26				
Estádio de Coimbra, ACE				5.424	
Total	2.502.982	260.408.245	548.096	82.525	158.265.989

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Saldos em 31 de Dezembro de 2010	Clientes	Empréstimos a empresas do grupo e associadas	Outras dívidas de terceiros	Fornecedores	Empréstimos de empresas do grupo e associadas	Outras dívidas a terceiros
Soares da Costa Serviços Partilhados, SA	5.820	426.792		10.956		
Costaparques, SA				932		
Habitop, SA				621		
Soc. Construções Soares da Costa, SA	488.720			11.728	24.412.145	
Contacto - Soc. Construções, S.A.	65.515					
Ciagest, SA	20.606	15.095.706		24.277		
Clear, SA	63.313					
SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA	62.841				2.091.463	
Socometal, SA	14.236				2.585.939	
Navegaia, Instalações Industriais SA					312.920	
SDC Construção SGPS, SA		108.150.768	537.414		51.865.645	
SDC Imobiliária SGPS, SA		2.778.083				
SDC Indústria SGPS, SA					22.057.548	
Soares da Costa - Ambiente e Energia, SGPS, S.A.					48.000	
Soarta, SA					1.267.041	
Soares da Costa Desenvolvimento, SA					17.087	105.000
SDC Concessões, SGPS, SA		66.684.179				
Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários, SA		1.695.047				
MZI, Lda		26.635				
Carta, Lda		526.112				
Indáqua Feira - Indústria de Águas de S. Maria da Feira		18.937				
Mini Price Hotels (Porto), SA				35		
Somafel, SA	72.600					
Scutvias, SA	5.328					
Gaya Explor, Lda	22.734					
Indáqua Feira - Indústria de Águas de S. Maria da Feira		59.656				
Total	821.714	195.461.915	537.414	48.549	104.657.786	105.000

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



Transacções em 2010	Fornecimento s e serviços externos	Vendas e prestação de serviços	Juros suportados	Juros debitados	Outros ganhos financeiros
Soares da Costa Serviços Partilhados, SA	127.027	30.985		102.168	
Costaparkes, SA	2.904	199		795	
Habitop, SA	7.881		710	374	
Soc. Construções Soares da Costa, SA	27.004	2.507.629	500.972	2.076	
Contacto - Soc. Construções, S.A.		649.772	1.154.045		
Ciagest, SA	243.072	104.335		176.139	
Clear, SA		323.458		51.954	
SDC Serviços Técnicos e de Gestão, SA		312.311	86.940		
Socometal, SA		74.570	68.652	3.365	
Navegaia, Instalações Industriais SA		20	2.194		
SDC Construção SGPS, SA			3.164.339	2.810.727	
SDC Imobiliária SGPS, SA			7.312	759.532	
SDC Indústria SGPS, SA			1.184.951		
Intevias - Serviços e Gestão, S.A.			11.861	493	
Soarta, SA			38.091	590	
Mercados Novos, Lda			13.136		
Soares da Costa Desenvolvimento, SA			1.035		
SDC Concessões, SGPS, SA				2.023.213	
CPE, SA				354.026	
Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários, SA				28.884	
MZI, Lda				778	
Carta, Lda				21.324	
Indáqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira				2.852	
SDC América, Inc.					435.387
Mini Price Hotels (Porto), SA	2.002				
	409.890	4.003.279	6.234.237	6.339.291	435.387

19. PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço na empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, num total de 40, é como segue:

Direcção	Quadros Superiores	Quadros Médios	Profissionais alta qualific.
9	22	1	8

O número médio de pessoal ao serviço na empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, num total de 28, é como segue:

Direcção	Quadros Superiores	Quadros Médios	Profissionais alta qualific.
9	12	1	6

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 foram as seguintes:

Orgãos Sociais	31-Dez-11	31-Dez-10
Administração	1.962.465	2.553.856
Conselho Fiscal	94.750	101.500
Revisores Oficiais de Contas	16.800	16.800

Os gastos com pessoal no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam a seguinte decomposição:

Gastos com Pessoal	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações	3.548.353	3.790.820
Encargos sociais	665.496	486.540
Total	4.213.849	4.277.361

20. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam a seguinte decomposição:

Gastos e Perdas	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros suportados	14.578.249	9.472.692
Diferenças de câmbio desfavoráveis	206.278	190.723
Ajustamentos para aplicações financeiras	48.996	29.285
Menos valias na alienação de investimentos financeiros	10.222	0
Outros gastos e perdas financeiros	1.505.696	1.545.262
(1)	16.349.440	11.237.961
Rendimentos e Ganhos	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros obtidos	12.760.013	6.434.540
Diferenças de câmbio favoráveis	1.030	52.276
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	0
Rendimentos e mais valias de participação de capital	3.742.412	33.761.739
Outros rendimentos e ganhos financeiros	603.825	435.387
(2)	17.107.281	40.683.941
Resultados financeiros	(2)-(1)	29.445.980

O valor da rubrica “Juros suportados” foi reexpresso, a 31 de Dezembro de 2010, com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflecte uma diminuição de 192.150 euros.

A rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” inclui, essencialmente, gastos com garantias bancárias, comissões de papel comercial e empréstimos obrigacionistas e gastos com serviços debitados por instituições bancárias.

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

A Empresa é tributada em IRC, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. A empresa, sendo dominante, regista na relação com o Estado o encargo de imposto de Grupo e releva nas contas de “ Accionistas/Empresas do Grupo” o crédito/débito do imposto referente ao contributo das restantes empresas.

De acordo com a legislação fiscal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2008 e seguintes podem vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções a existir não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento registado nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 decompõe-se do seguinte modo:

Imposto sobre o rendimento	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto corrente	(852.856)	(1.406.555)
Imposto diferido	-	-
Total	(852.856)	(1.406.555)

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do período é como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Resultado antes de impostos	24.872	26.277.007
Ajustamentos geradores de Impostos diferidos		
Outros ajustamentos não geradores de impostos diferidos	(3.872.437)	(31.851.214)
Lucro Tributável	(3.847.565)	(5.574.207)
Taxa nominal média de Imposto sobre o rendimento	25,00%	25,00%
	(961.891)	(1.441.589)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos		
Tributação autónoma	109.035	35.034
Imposto sobre o rendimento	(852.856)	(1.406.555)

O valor do “Resultado antes de imposto” a 31 de Dezembro de 2010 foi reexpresso com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflecte um aumento de 192.150 euros.

Os activos por impostos diferidos apresentados no balanço têm as seguintes naturezas das situações que lhes dão origem:

Activos por impostos Diferidos	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferença Valorização Investimentos Financeiros	4.104.762	4.104.762
Justo Valor dos Instrumentos Financeiros	15.919	
Total	4.120.681	4.104.762

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Conforme referido na nota 11 o capital da empresa é representado por 159.994.482 acções ordinárias e 5.518 acções preferenciais sem voto, de valor nominal de 1 Euro.

Estas acções preferenciais sem direito de voto conferem ao seu titular o direito a um dividendo prioritário nas condições previstas no ponto 2.7 do respectivo prospecto de emissão e admissão à cotação, não inferior a 5% do respectivo valor nominal, nos termos do disposto no n.º 2.º do art.º 341 do CSC.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído tendo sido calculado como segue:

Resultados por acção	31-Dez-11	31-Dez-10
Resultado líquido	877.728	27.683.563
Número de acções preferenciais	5.518	5.518
Número total de acções ordinárias	159.994.482	159.994.482
Número total de acções próprias	507.292	382.914
Número médio ponderado de acções ordinárias	159.499.423	159.926.409
Resultado atribuído às acções preferenciais	276	276
Resultado por acção		
Básico	0,005	0,173
Diluído	0,005	0,173

O Resultado líquido a 31 de Dezembro de 2010 foi reexpresso com a implementação da norma respeitante à mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado – IAS 39 e IAS 32 - e reflecte um aumento de 192.150 euros.

23. GARANTIAS PRESTADAS

O detalhe das garantias bancárias e cauções prestadas pela empresa a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2011, são como segue:

Euros		
Garantias Bancárias prestadas a Terceiros		
		18.524.352
Confort Letter	Abertura de crédito para Op. de Comércio Externo e Hot-Money	1.250.000 Soc. Construções SDC, SA
Confort Letter	Abertura de crédito para Financiamento de MLP	1.500.000 SDC Construção SGPS, SA
Confort Letter	Abertura de linha para Garantias Bancárias	3.250.000 SDC Construção SGPS, SA
Confort Letter	Abertura de crédito para Financiamento de MLP	5.544.713 Gagest, SA
Confort Letter	Abertura de crédito para Financiamento de MLP	1.750.000 Gagest, SA
		13.294.713
Aval	Abertura de crédito para Financ. de MLP e emissão de Garantias bancárias	2.000.000 Soc. Construções SDC/SDC Concessões
Aval	Abertura de conta corrente caucionada	8.000.000 Soc. Construções SDC, SA
Aval	Linha de emissão de Garantias bancárias	8.000.000 Soc. Construções SDC/SDC Concessões
		18.000.000

24. RISCOS FINANCEIROS

Risco Cambial

Este risco advém principalmente da presença internacional da empresa que a expõe aos efeitos derivados de alterações na paridade das moedas relativamente ao euro. A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pela empresa tem como objectivo diminuir ao máximo a sensibilidade dos resultados da empresa a flutuações cambiais. A empresa procura, tanto quanto possível, equilibrar os activos com responsabilidades na mesma divisa.

Risco de Crédito

Este risco está associado às contas a receber decorrentes do normal desenvolvimento das actividades da empresa. Em função da antiguidade de crédito, perfil de risco do cliente, experiência recolhida e demais circunstâncias é aferida a necessidade de registo de imparidades.

Em 31 de Dezembro de 2011 é convicção do Conselho de Administração que os ajustamentos de contas a receber estimados se encontram adequadamente relevados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2011 as contas a receber para as quais não foram registados ajustamentos por se considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

Vencimento	Clientes C/C
Não vencido	721.052
0 a 180 dias	-
181 a 360 dias	-
361 a 540 dias	-
541 a 720 dias	-
+ de 720 dias	155.197
Total	876.249

Risco de liquidez

A política de gestão do risco de liquidez visa assegurar, a cada momento, que o perfil de vencimentos da dívida se adequa à capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa para o seu pagamento. A gestão do risco de liquidez passa, portanto, por gerir os desajustamentos entre as necessidades de fundos (por gastos operativos e financeiros, investimentos e vencimento de dívidas), com as fontes de receita (recebimentos de clientes, desinvestimentos, compromissos de financiamento por entidades financeiras).

Em paralelo, a empresa toma medidas de gestão que previnem a ocorrência desse risco mediante uma adequada e atempada gestão de tesouraria. Para gerir o risco de liquidez a empresa mantém um equilíbrio entre o prazo e a flexibilidade do endividamento contratado através do uso de financiamentos escalonados que encaixem com as necessidades de fundos. Para além disso, a empresa tem contratos de apoio à tesouraria que permitem evitar a existência de roturas (temporárias) de tesouraria.

25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não existem factos relevantes a assinalar.

26. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS (Decreto-Lei nº 318/94 art 5º nº4)

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

- Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.
- Soares da Costa Imobiliária, SGPS, S.A.
- EnergiaPrópria,SGPS, SA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

- Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.
- Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.
- Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

/ GRUPO SOARES
DA COSTA SGPS, SA



- Soares da Costa Imobiliária, SGPS, S.A.
- Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A.
- Costa parques - Estacionamento, S.A.
- Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários S.A.
- Contacto - Sociedade de Construções, SA
- Soares da Costa Serviços Partilhados, SA
- Habitop - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Mercados Novos-Imóveis Comerciais, Lda
- Navegaia - Instalações Industriais, S.A.
- Intevias - Serviços e Gestão S.A.
- Clear-Instalações Electromecânicas, SA
- EnergiaPrópria,SGPS, SA.
- Socometal, SA.

As respectivas posições devedoras e credoras a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

Empréstimos concedidos

Empresa	31-Dez-11	31-Dez-10
Suprimentos / Prestações Acessórias		
Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.	108.150.768	108.150.768
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.	81.833.370	26.833.370
Soares da Costa Imobiliária, SGPS, S.A.	19.368.450	
EnergiaPrópria,SGPS, SA.	875.325	
Total	210.227.913	134.984.138
Empréstimos concedidos		
Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.	27.374.838	
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.	19.380.260	39.592.842
Soares da Costa Imobiliária, SGPS, S.A.	814.900	2.764.700
Cais da Fontinha - Investimentos Imobiliários S.A.	78.300	1.687.000
Ciagest - Imobiliária e Gestão, S.A.	1.208.800	15.017.400
MZI - Sociedade de Construção, Lda		26.500
SCSP-Soares da Costa Serviços Partilhados, S.A.		421.500
Costaparques - Estacionamento, S.A.	23.000	
Carta - Cantinas e Restauração, Lda		523.500
Total	48.880.098	60.033.442

Empréstimos obtidos

Empresa	31-Dez-11	31-Dez-10
Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.		51.846.987
Soares da Costa Indústria, SGPS, S.A.		21.948.000
Soares da Costa Concessões, SGPS, S.A.		
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	53.284.710	24.223.029
Soares da Costa Desenvolvimento S.A.		17.000
Soares da Costa Serviços Partilhados, SA	922.700	
Habitop - Sociedade Imobiliária, S.A.	150.100	
Mercados Novos-Imóveis Comerciais, Lda	1.305.300	
Navegaia - Instalações Industriais, S.A.	335.200	311.300
Construções Metálicas Socometal, SA.		2.570.300
Intevias - Serviços e Gestão S.A.	1.907.700	
Contacto - Sociedade de Construções, SA	86.595.500	
Clear-Instalações Electromecânicas, SA	12.819.380	
Soarta-Sociedade Imobiliária Soares da Costa, SA.		1.260.500
Soares da Costa Serviços Técnicos e de Gestão, S.A.		2.081.000
Soares da Costa - Ambiente e Energia, SGPS SA		48.000
Total	157.320.590	104.306.117

Artigo 508.º F do Código das Sociedades Comerciais: O total facturado pelo auditor externo e revisor oficial de contas no exercício de 2011, foi de 36.250 Euros e 16.800 Euros respectivamente, referentes a serviços de certificação legal de contas e auditoria.

27. CONTINGÊNCIAS

Tal como amplamente divulgado, no ano de 2002 o Grupo Soares da Costa foi sujeito a um profundo processo de reestruturação e reorganização que passou, de entre o mais, pela criação de uma Holding e de quatro sub-holdings, uma por cada grande área de negócios: Construção, Imobiliária, Concessões e Indústria.

Estas sub-holdings foram constituídas com o seu capital a ser realizado em espécie pela holding mediante a transferência a valor de mercado do portfolio de participações sociais anteriormente detidas de cada um desses segmentos para a respectiva sociedade gestora, sendo geradas neste processo mais valias e menos valias com relevância fiscal.

A Administração Fiscal na sequência de exame à escrita à sociedade Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. notificou a empresa de uma liquidação de IRC no valor de 17.136.692 Euros, essencialmente determinada pela desconsideração como gastos fiscais de um conjunto de menos-valias geradas no citado processo empresarial (sendo certo que considera como rendimentos as mais-valias também geradas no mesmo processo). Conforme oportunamente comunicado ao mercado (facto relevante de 10 de Novembro de 2005) esta sociedade, bem como os consultores externos, revisores e auditores que acompanharam e entrevistaram no processo discordam e rejeitam frontalmente aquele entendimento, tendo sido a liquidação em causa impugnada judicialmente, com excepção do valor de 381.752 Euros de que já se procedeu ao pagamento.

É forte expectativa do Conselho de Administração e dos advogados que a impugnação em causa obterá deferimento.

28. APROVAÇÃO DE CONTAS PARA EMISSÃO

Em reunião de 19 de Abril de 2012 o Conselho de Administração aprovou emitir as presentes demonstrações financeiras.

29. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício de 2011, com exceção da alteração da política contabilística da mensuração dos empréstimos bancários pelo custo amortizado, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2010 nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

V – PARECERES E CERTIFICAÇÕES



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.

Avenida da Boavista, 1361 - 5.º
4100 - 130 PORTO - Portugal

T. +351 22 099 60 83
F. +351 22 099 76 96

www.gthornton.pt

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração individual da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de activos de 542.269.671 Euro e um total de capital próprio de 212.439.652 Euro, incluindo um resultado líquido de 877.728 Euro), a Demonstração individual dos resultados separada, a Demonstração individual do rendimento integral, a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Políticas contabilísticas e Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd
Sede: Edifício Amadeo Souza Cardoso - Alameda António Sérgio, 22 - 11.º Miraflores - 1495 - 132 Alges - Portugal
Capital Social: 31.200 Euros - Contribuinte / Matricula n.º 502 286 784 - Inscrição na C.R.C. Cascais
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 67, na C.M.V.M. sob o n.º 314

ht



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 19 de Abril de 2012

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Jorge Bento Martins Ledo (ROC n.º 591)



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.

Avenida da Boavista, 1361 - 5.º
4100 - 130 PORTO - Portugal

T. +351 22 099 60 83
F. +351 22 099 76 96

www.gthornton.pt

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de activos de 1.763.692.936 Euro e um total de capital próprio de 116.522.493 Euro, incluindo um resultado líquido de 2.376.012 Euro), a Demonstração consolidada dos resultados separada, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Políticas contabilísticas e Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 19 de Abril de 2012



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Jorge Bento Martins Ledo (ROC n.º 591)

Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.ptRua S. João de Brito, 605 E, 3.2
4100-455 Porto

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada (que evidencia um total de 1 763 693 milhares de euros e um total de capital próprio de 116 522 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível ao grupo de 2 376 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados Separada, a Demonstração do Rendimento Consolidado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das

BDO é uma marca da BDO LLP, uma sociedade por quotas, sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo Comercial de Lisboa, N.º 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC, sob o número 79 e na CMVM sob o número 1122. A BDO é associada à BDO LLP, uma sociedade por quotas registada em Portugal, e membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação da informação financeira ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 20 de Abril de 2012



Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)



Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2
4100-455 Porto



RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira (que evidencia um total de 542 270 milhares de euros e um total de capital próprio de 212 440 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 878 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adotadas na União Europeia e seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras; (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a apreciação da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade das operações; (iv) a verificação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação da informação financeira ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

BDO é Associação, SDOG, Lda, Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registrada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 167, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1172. A BDO é Associados, SDOG, Lda, sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Grupo Soares da Costa, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 20 de Abril de 2012

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nos termos da Lei (n.º 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais), o Conselho Fiscal recebeu, para exame, as contas consolidadas da GRUPO SOARES DA COSTA, SGPS, S.A., reportadas ao exercício de dois mil e onze, que integravam as seguintes peças:

- *balanço consolidado;*
- *demonstrações financeiras consolidadas;*
- *anexo ao balanço;*
- *relatório de gestão*
- *relatório de governo societário*

Foram-nos também submetidos, para apreciação, os seguintes documentos, reportados ao exercício de 2011, elaborados pelo Auditor Externo, Sr. Dr. Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de BDO & Associados, SROC :

- *relatório de auditoria das contas individuais;*
- *relatório de auditoria das contas consolidadas,,*

bem como os documentos elaborados pelo ROC, Sr. Dr. Jorge Bento Martins Ledo, em representação de Grant Thornton & Associados, SROC, Ltd.ª:

- *certificação legal das contas;*
- *certificação legal das contas consolidadas*

os quais, após análise, mereceram concordância, pelo que o Conselho Fiscal, deliberou, por unanimidade, dar-lhes o seu acordo.

Em consequência, elaborou este parecer e propõe que as contas consolidadas e o relatório de gestão do exercício de dois mil e onze sejam aprovados pela Assembleia Geral nos termos previstos no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

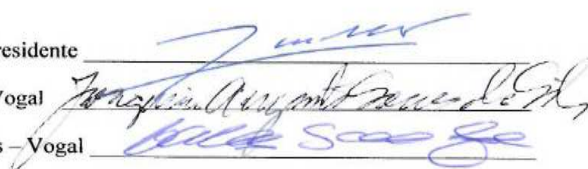
Porto, 20 de Abril de 2012

O Conselho Fiscal

- Júlio de Lemos de Castro Caldas – Presidente

- Joaquim Augusto Soares da Silva – Vogal

- Carlos Pedro Machado de Sousa Góis – Vogal



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS E PROPOSTAS APRESENTADAS
PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REPORTADAS AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2011**

**1. INTRODUÇÃO**

Em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal deve, no âmbito das suas competências, “elaborar anualmente o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração”. E foi, neste enquadramento legal, que o Conselho Fiscal elaborou este documento, o qual reflete o trabalho desenvolvido pelos seus membros no decurso de 2011, bem como, em consequência, as conclusões a que chegou.

Os pontos seguintes ilustram a forma como esse trabalho se desenvolveu.

2. TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CONSELHO FISCAL

Os fatores económico-financeiros desfavoráveis observados desde 2008 intensificaram-se no ano de 2011, salientando-se que as medidas tomadas pelo Governo em consequência do Memorando de Entendimento, negociado com a Troika, provocaram, no imediato, um nível elevado de austeridade, não permitindo descortinar quando o sector da construção civil, um dos mais afetados, poderá retomar uma senda de crescimento satisfatório.

Esta situação tem obrigado o Conselho Fiscal a redobrar os seus esforços de fiscalização e análise, com particular incidência na vertente financeira em ambiente recessivo e incerto como aquele com que nos vamos deparando.

Tendo havido mudança no Plano Estratégico do Grupo, visando o ajustamento às novas condições do mercado, quer nacional, quer internacional, o Conselho Fiscal procurou acompanhar adequadamente a deliberação tomada.

Nestas circunstâncias, o Conselho Fiscal tem desenvolvido esforços, com o seu trabalho, para corresponder às exigências das entidades oficiais, através de uma atividade considerada ajustada às necessidades de cada circunstância, quer quanto à periodicidade quer quanto à sua extensão.



Nomeadamente o Conselho Fiscal:

- a) Esteve presente, através do seu Presidente, em reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, visando acompanhar mais de perto os assuntos tratados e suas implicações, prestando cooperação, sempre que necessário;
- b) Analisou, com atenção o conteúdo das atas daquelas reuniões, que lhe foram facultadas, e, sempre que necessário, solicitou esclarecimentos ou deu os seus contributos específicos;
- c) Apreciou as mudanças no Plano Estratégico e, após análise, deu-lhe a sua concordância por entender que os efeitos pretendidos se encontram adequadamente contemplados;
- d) Discutiu e analisou a informação trimestral e anual individual e consolidada do Grupo;
- e) Acompanhou, como habitualmente, os trabalhos preparatórios para apresentação das peças de fim de exercício, incluindo a reunião com os representantes de Grant Thornton & Associados – SROC, Ltd.", Senhor Dr. Jorge Bento Martins Ledo, o que permitiu igualmente analisar o trabalho por si realizado conducente à certificação legal das contas. A mudança de denominação social dos Auditores, entretanto ocorrida, em nada alterou a situação anterior;
- f) Analisou os relatórios de auditoria (contas individuais e consolidadas) elaborados pelo representante do Auditor Externo BDO & Associados, SROC, Sr. Dr. Paulo Jorge de Sousa Ferreira;
- g) Procurou acompanhar o mais possível os processos de contencioso existentes, bem como os casos pendentes que eventualmente pudessem afetar o equilíbrio do Grupo;
- h) Continuou a dedicar especial atenção ao processo de condução das cobranças, com a resolução de alguns casos com alguma relevância, e

inteirou-se das medidas tomadas para atenuar o retardamento na sua regularização;

- i) Analisou a existência de imparidades e critérios adotados para o seu tratamento;
- j) Acompanhou, como habitualmente, o desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;
- k) Manteve o acompanhamento da situação tributária, que continua a ser adequadamente tratada;
- l) Elaborou e aprovou o Plano de Atividades do Conselho Fiscal para 2012;
- m) Acompanhou, como habitualmente, em permanência, as notícias aparecidas nos meios de comunicação social relacionadas com a atividade do Grupo e a situação do sector da construção civil, procurando, sempre que pareceu indispensável, obter esclarecimentos junto do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal recebeu, para análise, como é usual:

- O relatório de gestão;
- As contas do exercício;
- O relatório anual sobre a fiscalização realizada pela sociedade de revisores oficiais de contas e pelos auditores externos;
- O Relatório anual de governo societário, elaborado nos termos do Regulamento da CMVM nº 1/2010;

documentos que, após análise, mereceram o seu acordo, porque fornecem uma visão apropriada do Grupo Soares da Costa, destacando-se, uma vez mais, o empenho dos órgãos diretivos no sentido de ajustar o desenvolvimento do Grupo à conjuntura que se vem enfrentando.

Por tudo isso, o Conselho Fiscal considera que as referidas peças merecem o seu acordo.

3. AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício em apreço, o Conselho Fiscal pôde contar, nas suas tarefas de fiscalização, com o acompanhamento do Sr. Dr. Pedro Gonçalo de Sotto-Mayor de Andrade Santos, em representação da Comissão Executiva, do Sr. Dr. António Pereira da Silva Neves, em representação do Conselho de Administração, e do Sr.

Dr. Fernando da Silva Semana, Responsável pelo Departamento Fiscalidade, pelo que lhes manifesta, com satisfação, o seu reconhecimento pela forma como facilitaram o seu trabalho ao longo do ano transato.



Simultaneamente os membros do Conselho Fiscal agradecem as palavras que lhes foram dirigidas pelo Conselho de Administração e se encontram expressas no relatório de gestão.

4. DECLARAÇÃO

Nos termos da alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do referido Grupo e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

5. PARECER

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral anual:

- 1) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2011 que foram apresentados pela Administração;
- 2) Aprove a proposta de aplicação dos resultados, como consta do relatório de gestão apresentado pela Administração;
- 3) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade e dela colha as conclusões a que se refere o art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 4) Manifeste apreço à Administração pela atividade desenvolvida.

Porto, 20 de Abril de 2012

Júlio de Lemos de Castro Caldas - Presidente

Joaquim Augusto Soares da Silva - Vogal

Carlos Pedro Machado de Sousa Góis - Vogal